

# 2012

## Relatório de Actividades

### 1.º Semestre de 2012

Nos termos do n.º 3 do artigo 8.º do Código dos Valores Mobiliários informa-se que a presente informação semestral não foi sujeita a auditoria ou a revisão limitada.



# BANIF

GRUPO  
FINANCEIRO

# Índice

I.	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	6
II.	ACTIVIDADE DO BANIF - GRUPO FINANCEIRO	14
1.	<b>SOCIEDADES HOLDING</b>	14
1.1	Banif SCPS, SA	14
1.2	Banif Comercial, SCPS, S.A.	15
1.3	Banif Investimentos, SCPS, S.A.	17
1.4	Banif Mais, SCPS, S.A.	18
1.5	Rentipar Seguros, SCPS, S.A.	19
2.	<b>ACTIVIDADE CORPORATIVA</b>	20
2.1	Recursos Humanos	20
2.2	Tecnologia e Operativa	22
2.3	Controlo dos Riscos de Actividade	23
2.4	Finanças Corporativas	34
2.5	Planeamento e Controlo de Gestão Corporativo	35
2.6	<i>Compliance</i>	36
2.7	Auditoria	42
3.	<b>BANCA COMERCIAL</b>	43
3.1	<b>Banif – Banco Internacional do Funchal, SA</b>	43
3.1.1	Actividade Comercial na Região Autónoma da Madeira	43
3.1.2	Actividade Comercial na Região Autónoma dos Açores	45
3.1.3	Actividade Comercial no Continente	47
3.1.4	Novos Canais de Distribuição e de Apoio às Áreas de Negócio	50
3.1.5	Marketing Estratégico	53
3.1.6	Produtos de Crédito e de Poupança	54
3.1.7	Recuperação de Crédito Vencido e em Contencioso	58
3.1.8	Actividade Financeira	59
3.1.9	Actividade Internacional	61
3.1.10	Síntese da Actividade e Resultados do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.	63
3.1.11	Perspectivas Futuras para o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.	70

<b>3.2</b>	<b>Crédito Especializado</b>	<b>71</b>
3.2.1.	Banco Mais, SA	71
3.2.1.1	Actividade em Portugal	71
3.2.1.2	Actividade Internacional	72
3.2.2.	Banif Plus Bank, Zrt.	73
3.2.3.	Banif Rent, Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA	75
<b>3.3</b>	<b>Actividade Internacional</b>	<b>76</b>
3.3.1	Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd.	76
3.3.2	Banif International Bank, Ltd.	78
3.3.3	Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA	79
3.3.4	Banca Pueyo, SA	82
3.3.5	Banco Caboverdiano de Negócios, SA	84
3.3.6	Banif Bank (Malta), Ltd.	87
3.3.7	Banif International Holdings, Ltd.	89
3.3.7.1	Banif Finance (USA) CORP.	90
3.3.7.2	Banif Financial Services Inc.	91
3.3.7.3	Banif Forfaiting Company, Ltd	92
<b>4.</b>	<b>BANCA DE INVESTIMENTO</b>	<b>92</b>
<b>4.1</b>	<b>Banif – Banco de Investimento, SA</b>	<b>92</b>
4.1.1	Corporate Finance	94
4.1.2	Mercado de Capitais	95
4.1.3	<i>Sales &amp; Trading</i>	96
4.1.4	Financeira e de Securitização	97
4.1.5	Clientes <i>Private</i> , institucionais e <i>Corporate</i>	98
4.1.6	Gestão de Activos	99
4.1.7	<i>Private Equity</i>	103
<b>4.2</b>	<b>A actividade de Banca de Investimento no Brasil</b>	<b>104</b>
4.2.1	Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A.	104
<b>5.</b>	<b>SECTOR SEGURADOR</b>	<b>106</b>
<b>5.1</b>	<b>Companhia de Seguros Açoreana, S.A.</b>	<b>106</b>
<b>6.</b>	<b>OUTRAS ACTIVIDADES DO BANIF - GRUPO FINANCEIRO</b>	<b>109</b>
<b>6.1</b>	<b>Banif Imobiliária, S.A.</b>	<b>109</b>
<b>6.2</b>	<b>BanifServ – Empresa de Serviços, Sist. e Tecnologias de Informação</b>	<b>112</b>

<b>III</b>	<b>ANÁLISE ÀS CONTAS CONSOLIDADAS E PERSPECTIVAS FUTURAS</b>	<b>114</b>
1.	Análise às Contas Consolidadas	115
2.	Perspectivas Futuras	<b>119</b>
<b>IV</b>	<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS</b>	<b>122</b>
1.	Balanço	122
2.	Demonstração de Resultados	123
3.	Demonstração do Rendimento Integral	124
4.	Demonstração de Variações em Capitais Próprios	125
5.	Demonstração de Fluxos de Caixa	126
6.	Anexo às Demonstrações Financeiras	127
<b>V</b>	<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b>	<b>189</b>
1.	Órgãos Sociais e Estatutários	190
2.	Carteira de Acções Próprias	192
3.	Titulares de Participações Sociais Qualificadas	194
4.	Valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA e por sociedades do Banif – Grupo Financeiro detidos por titulares de Órgãos Sociais	195
5.	Transacções de acções ou de instrumentos financeiros com elas relacionados efectuadas pela Rentipar Financeira, SGPS, SA, pelos seus dirigentes e por pessoas estreitamente relacionadas com aqueles	199
6.	Recomendações do FSF e do CEBS relativas à transparência da informação e à valorização de activos	201
7.	Declarações Obrigatórias	215

# 01

## ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO



**BANIF**

GRUPO  
FINANCEIRO

## **I. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO**

### **Conjuntura Internacional**

A economia mundial encontra-se num processo de recuperação muito gradual e desigual entre os vários blocos económicos. Ao longo do primeiro semestre de 2012 podem claramente distinguir-se dois períodos distintos. No primeiro trimestre, em resultado da estabilização das condições financeiras na zona euro, na sequência das duas operações de refinanciamento a longo prazo do sector bancário, levadas a cabo pelo BCE, o crescimento da economia global surpreendeu pela positiva, tendo ascendido, de acordo com o FMI, a 3,6%. Durante este período, o comércio internacional recuperou em paralelo com a produção industrial, o que beneficiou as nações exportadoras, sobretudo na Ásia. Neste continente, assistiu-se igualmente a uma recuperação da queda temporária de actividade provocada pelas interrupções na cadeia de produção na sequência das cheias na Tailândia, no final de 2011, e por uma recuperação mais forte que o antecipado da procura interna no Japão.

No 2º trimestre, no entanto, a situação económica piorou, sobretudo em consequência da escalada das tensões nos mercados financeiros, desencadeada por incertezas políticas e financeiras na Grécia, que resultaram de um processo eleitoral incapaz de clarificar a situação daquele país face ao cumprimento dos compromissos internacionais, pelos problemas no sector bancário em Espanha e por dúvidas crescentes sobre a possibilidade de os vários governos na zona euro serem capazes de obter os necessários resultados em matéria de consolidação orçamental e de reformas estruturais, assim como a instalação de dúvidas crescentes sobre a disponibilidade de ajuda por parte dos países credores.

A escalada das tensões manifestou-se de forma similar a episódios anteriores, envolvendo a saída de capitais dos países afectados, em particular Grécia, Espanha e Itália (através da venda de dívida em mercado e da saída de depósitos), o consequente aumento das taxas de juro da dívida e o aumento das responsabilidades dos respectivos bancos centrais junto do sistema Target 2, a desalavancagem do sector bancário e a contracção do crédito às economias. Os indicadores de actividade económica reflectiram o agravamento da situação nos mercados financeiros, apontando para a contracção da actividade no 2º trimestre na zona euro.

Nos EUA, após um primeiro trimestre favorável, influenciado por condições climatéricas anormalmente amenas que provocaram uma forte recuperação do emprego, o segundo trimestre mostrou um forte abrandamento, motivado pela instabilidade financeira global e pela correcção técnica dos efeitos positivos sobre o emprego no trimestre anterior. O abrandamento é, em grande medida, explicado pelo desempenho moderado das componentes de investimento fixo não residencial e de variação de

inventários. Os dados qualitativos apontam para uma deterioração da confiança empresarial e a produção industrial está a abrandar. Do lado positivo, vários indicadores apontam para a recuperação gradual do sector residencial, apesar de partir de níveis muito baixos. Este sector está a ser ajudado pelos efeitos favoráveis da queda das taxas de juro de longo prazo, que beneficiaram do efeito de procura de refúgio por parte dos investidores, para além das medidas de política não convencionais adoptadas pela Reserva Federal.

No Japão, a actividade económica surpreendeu pela positiva no primeiro trimestre, com o PIB a registar uma subida de 1,2%, impulsionado pelo consumo privado e investimento. Os dados mais recentes apontam para o abrandamento da actividade no segundo trimestre, sobretudo na indústria transformadora, relacionado com a perda de dinâmica exportadora, em função do abrandamento global e da força relativa do iene.

As economias emergentes, por seu turno, continuam a crescer a um ritmo muito mais acentuado, apresentando desta forma um maior contributo para o crescimento global. No entanto, não ficaram imunes ao sentimento global, tendo também verificado um abrandamento ao longo da primeira metade de 2012, em particular o Brasil, mas também a Índia e a China, reflectindo por um lado os efeitos desfasados da contracção de políticas em 2011 e o impacto da menor procura global. Na China, os dados mais recentes apontam para um abrandamento da actividade económica, visível na produção industrial (que se mantém ainda em nível elevado) e nas vendas a retalho. O sector residencial apresenta sinais de estabilização, visíveis tanto na construção como nos preços do imobiliário. No Brasil, o desempenho económico tem sido muito modesto, com um recuo da procura externa e também da procura interna. O volume de exportações nos primeiros 5 meses do ano já é negativo em termos homólogos e o investimento, cuja queda provocou a estagnação do PIB no primeiro trimestre, permanece num patamar reduzido. Também o consumo privado apresenta uma estagnação, com as vendas de automóveis ligeiros, que representam cerca de 30% das vendas a retalho, sem crescer desde finais de 2010.

Quanto à política monetária, o Banco Central Europeu (BCE) continuou, ao longo do 1.º semestre de 2012, a utilizar instrumentos de política monetária não convencionais, tendo encetado, no final de Dezembro 2011 e no final de Fevereiro de 2012, operações de refinanciamento de longo prazo para o sistema bancário e ao mesmo tempo flexibilizado as regras de elegibilidade de colateral, de forma a aliviar as tensões no mercado de financiamento por grosso dos bancos. Estas operações, por retirarem do mercado uma enorme incerteza relativamente à capacidade de refinanciamento dos bancos na zona euro, tiveram o efeito de acalmar as tensões financeiras, ao mesmo tempo que aliviaram a pressão sobre os Estados soberanos. No entanto, a partir de 2º trimestre, novas tensões emergiram, ligadas à situação política na Grécia e à situação difícil do sistema bancário espanhol, que provocaram o recrudescer da pressão sobre os Estados soberanos da zona euro. Neste contexto, o BCE procedeu a um novo corte da taxa de juro directora, situando-a em 0,75% e sinalizou a continuação de utilização de

instrumentos não convencionais, com o objectivo de repor o funcionamento dos mecanismos de transmissão da política monetária.

A Reserva Federal Norte-Americana (FED) optou, ao longo do semestre, pela manutenção das taxas de juro no intervalo entre 0% e 0,25%, tendo sinalizado que estas se iriam manter a estes níveis reduzidos pelo menos até ao final de 2014. Paralelamente, anunciou, na reunião de 20 de Junho, a continuação do programa de extensão das maturidades da dívida detida em balanço (vulgarmente designada de “operação twist”) até ao final do ano. No Japão o Banco Central optou por manter as taxas inalteradas, com a “overnight call rate” para operações não colateralizadas a manter-se entre 0% e 0,1%. Na China, o Banco Central tem adoptado uma postura acomodatória, baixando a “benchmark deposit rate” para 3% e a “benchmark lending rate” para 6% em Junho, na tentativa de melhorar as condições monetárias internas. No Brasil, o Bacen surpreendeu o mercado com a magnitude dos cortes na taxa directora, tendo procedido a 3 cortes de 50 pontos de base, situando-se a taxa Selic em 8% após a reunião de 11 de Julho.

### **Conjuntura Nacional**

A conjuntura nacional caracterizou-se, no 1.º semestre, pela continuação do cenário recessivo que se verifica desde a segunda metade de 2010, se bem que os dados relativos à evolução do produto no primeiro trimestre deste ano mostram uma contração significativamente menos acentuada que no último trimestre de 2011. De facto, o PIB reduziu-se 0,1% no primeiro trimestre de 2012 (-2,2% em termos homólogos), após uma queda de 1,3% (- 2,9% em termos homólogos) no 4º trimestre de 2011. A redução do produto deveu-se a uma queda acentuada da procura interna, não obstante o crescimento significativo das exportações. Na procura interna, destaca-se pela negativa o comportamento tanto do consumo como do investimento, se bem que ambas componentes registaram uma queda inferior à verificada no trimestre anterior. No que respeita às exportações, destaca-se o comportamento das exportações extra-comunitárias, tendo-se registado um abrandamento das exportações intra-comunitárias, concomitante com o abrandamento económico verificado nesta região. Relativamente às quotas de mercado, registaram-se ganhos expressivos em ambos os mercados. As importações de bens e serviços registaram uma queda em termos homólogos, associada à queda da procura interna, num contexto de ajustamento dos stocks das empresas para níveis compatíveis com a procura esperada. A taxa de desemprego situou-se em 14,9% no final do primeiro trimestre, um valor muito superior ao registado no período homólogo (+2,5 p.p.) e no trimestre anterior (+0,9 p.p.).

A evolução dos indicadores qualitativos e quantitativos nos meses mais recentes mostra um agravamento da situação económica no 2º trimestre, não obstante o comportamento do indicador de clima económico, que recuperou ligeiramente entre Março e Maio, interrompendo o forte movimento descendente iniciado em Outubro de 2010. Contudo, a generalidade dos indicadores quantitativos apresentou diminuições homólogas mais expressivas em Abril face ao mês anterior. Assim, o indicador



de actividade económica diminuiu em Abril, prolongando o acentuado perfil negativo observado desde Setembro de 2010. O indicador de consumo privado apresentou uma redução mais intensa em Abril, reflectindo sobretudo o contributo negativo mais acentuado da componente de consumo corrente. No mesmo mês, o indicador de FBCF registou igualmente uma diminuição mais acentuada, em resultado da evolução negativa mais expressiva das componentes de construção e de material de transporte. Relativamente ao comércio internacional de bens, em termos nominais, as exportações e importações registaram variações homólogas de 8,4% e -7,7% em Abril (12,0% e -3,0% no mês anterior), respectivamente.

A variação homóloga mensal do Índice de Preços no Consumidor (IPC) diminuiu de 3,0% em Abril para 2,7% em Maio. Esse comportamento traduziu essencialmente a desaceleração dos preços dos bens, cuja variação homóloga passou de 3,0% para 2,4%, dado que os preços dos serviços aceleraram marginalmente passando de 3,1% em Abril para 3,2%. Excluindo energia e bens alimentares não transformados, o IPC registou uma variação homóloga de 1,6% em Maio (1,7%, no mês anterior). O diferencial entre as variações homólogas do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) de Portugal e da AE manteve em Maio o valor de Abril (0,3 p.p.).

Por seu turno, as necessidades de financiamento da economia portuguesa reduziram-se no 1º trimestre, tendo passado de 5% no 4º trimestre de 2011 para 3,9% no 1º trimestre de 2012. Esta diminuição esteve associada a um aumento da capacidade de financiamento das famílias para 5,1% do PIB, e a uma redução das necessidades de financiamento das sociedades não financeiras (4,2% do PIB). A necessidade de financiamento das administrações públicas aumentou ligeiramente para 4,3% do PIB.

A economia nacional continua enquadrada e condicionada pelo cumprimento das metas acordadas no plano de financiamento com a União Europeia, os países da Zona Euro e o FMI, o qual pressupõe um processo de ajustamento que se deverá caracterizar, em traços gerais, pela conjugação dos processos de consolidação orçamental e de desalavancagem do sector privado. A sua concretização está a ser particularmente exigente, não só porque decorre num enquadramento económico e financeiro internacional adverso, mas também pela persistência de um conjunto de fragilidades estruturais que contribuem para um baixo crescimento da produtividade tendencial em Portugal.

### **Mercados Financeiros**

Os mercados accionistas globais tiveram um comportamento favorável no primeiro trimestre do ano, beneficiando da redução da aversão ao risco proporcionada pelas operações de cedência de liquidez a longo prazo por parte do BCE. Assim, os mercados norte-americanos atingiram do ainda no final do 1º trimestre os valores mais elevados desde Maio de 2008 e os mercados europeus máximos desde Fevereiro de 2011. No entanto, assistiu-se a uma forte correcção no 2º trimestre que, no caso europeu, levou os mercados a anular os ganhos desde o início de ano. No caso dos países da periferia europeia,

excepção feita à Irlanda, os índices accionistas encerraram o semestre a acumular fortes perdas, inclusive próximas dos 20% no caso de Espanha. Enquanto o DAX alemão fechou o semestre com um ganho de +8,8%, próximo do verificado nos EUA, o PSI20 português caiu 14,5%.

No que respeita às matérias-primas, o preço do petróleo apresentou uma trajectória descendente a partir de meados de Março, mantendo-se no final do semestre cerca de 28% abaixo do pico registado a 14 de Março de 2012. Esta queda está relacionada com as preocupações em torno das perspectivas sobre a economia global, resultantes da crise das dívidas soberanas na zona euro e do abrandamento mais pronunciado das economias emergentes. A procura global por petróleo caiu significativamente no 2º trimestre, enquanto a oferta continuou a crescer, conduzindo a um aumento do volume dos inventários. Quanto às commodities não energéticas, estas mantiveram-se muito estáveis, em termos agregados, ao longo do semestre, com o índice de preços agregado destas *commodities* a registar uma variação de 1% no primeiro semestre.

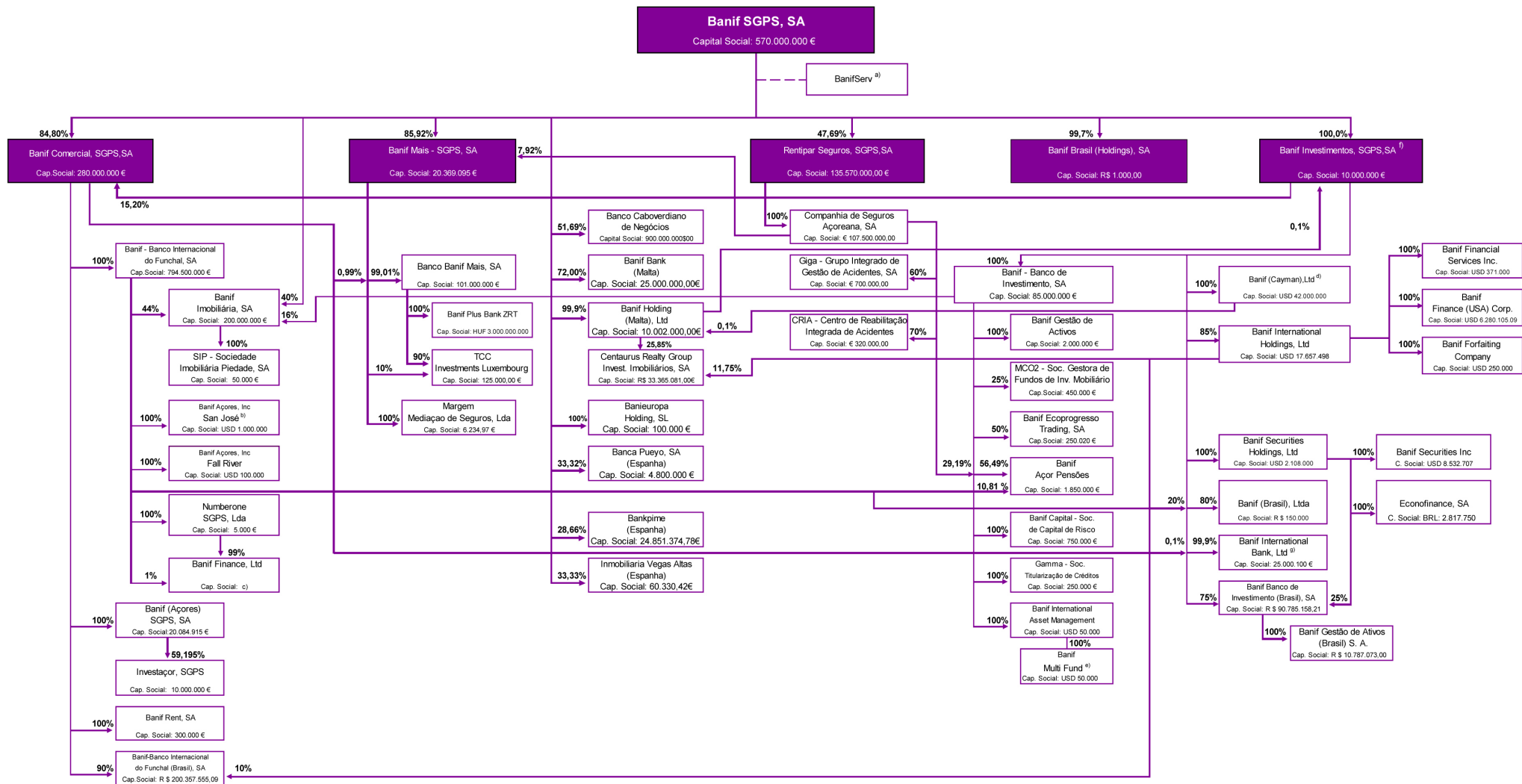
## Redes de Distribuição do Banif – Grupo Financeiro

30 de Junho de 2012

	Continente	Madeira	Açores	Estrangeiro	Total
<b>Banif Comercial</b>	<b>303</b>	<b>42</b>	<b>50</b>	<b>156</b>	<b>551</b>
<b>1. Banif</b>	<b>287</b>	<b>41</b>	<b>48</b>	<b>8</b>	<b>384</b>
Agências	253	36	41	0	330
Centros de Empresas	19	1	4	0	24
Centros de Clientes Institucionais	0	0	1	0	1
BANIF Privado	14	1	1	0	16
Call Centre	1	0	0	0	1
S.F.E.	0	2	0	0	2
Lojas de Habitação	0	1	1	0	2
Escritórios de Representação/Outros	0	0	0	8	8
<b>2. Tecnícrédito, SCPS</b>	<b>14</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>10</b>	<b>27</b>
BANCO BANIF MAIS	13	1	2	4	20
Outros	1	0	0	6	7
<b>3. Banif -Banco Internacional do Funchal (Brasil)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>19</b>	<b>19</b>
Agências	0	0	0	13	13
Banif Financeira	0	0	0	5	5
Outros	0	0	0	1	1
<b>4. Banif Bank (Malta)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>9</b>	<b>9</b>
<b>5. Banco Caboverdiano de Negócios</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>18</b>	<b>18</b>
<b>6. Banca Pueyo (Espanha) (*)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>91</b>	<b>91</b>
<b>7. Outros</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>3</b>
<b>Banif Investimentos</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>13</b>	<b>23</b>
<b>1. BANIF-Cayman</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>2. BANIF International Bank</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>3. BANIF Banco de Investimento</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>4</b>
<b>4. BANIF Banco de Investimento (Brasil)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>4</b>
<b>5. Outros</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>13</b>
<b>Seguros</b>	<b>33</b>	<b>7</b>	<b>18</b>	<b>0</b>	<b>58</b>
<b>1. CSA (*)</b>	<b>33</b>	<b>7</b>	<b>18</b>	<b>0</b>	<b>58</b>
Delegações	33	1	18	0	52
Outros	0	6	0	0	6
<b>TOTAL</b>	<b>344</b>	<b>50</b>	<b>69</b>	<b>169</b>	<b>632</b>

(\*) Não Consolida integralmente

**BANIF - GRUPO FINANCEIRO**  
**DIAGRAMA DE PARTICIPAÇÕES**  
30-06-2012



- a) Em virtude de ser um ACE, a sua localização no diagrama pode ser reequacionada face à legislação dos ACE.
- b) Capital Social Realizado USD 100
- c) A percentagem de controlo de capital votante é de 100%, sendo o capital social constituído por: 100.000 acções ordinárias de valor nominal unitário de USD 1 e acções preferenciais sem voto.
- d) 50.000 acções-USD 0,01/acção e 155.000 acções-EUR 0,01/acção.
- e) A percentagem de controlo de capital votante é de 100%, sendo o capital social constituído por: 26.000.000 de acções ordinárias de valor nominal USD 1 e 16.000.000 de acções preferenciais sem voto, de valor nominal de USD 1.

- e) Capital Social Realizado USD 100.
- f) A percentagem de controlo de capital votante, por parte da Banif SGPS, é de 100%, sendo o capital social constituído por: 1.998.000 acções ordinárias de valor nominal unitário de EUR 5,00 e 2.000 acções preferenciais sem voto de valor nominal unitário de EUR 5,00.
- g) A percentagem de controlo de capital votante é de 100%, sendo o capital social constituído por: 25.000.000 de acções ordinárias de valor nominal unitário de EUR 1,00 e 10.000 acções preferenciais com o valor nominal unitário de EUR 0,01.

# 02

## ACTIVIDADE DO BANIF – GRUPO FINANCEIRO



**BANIF**

GRUPO  
FINANCEIRO

## II. ACTIVIDADE DO BANIF - GRUPO FINANCEIRO

### 1. SOCIEDADES *HOLDING*

#### 1.1 Banif SGPS, SA

No decurso do 1.º semestre de 2012, a sociedade dedicou-se à gestão das suas participações financeiras, consubstanciada na gestão da tesouraria e na definição e implementação de estratégias nas diferentes participadas do Banif – Grupo Financeiro, nos termos que se concretizam no ponto 2 - Actividade Corporativa.

Com o objectivo de gerir as suas participações financeiras, a sociedade reforçou a sua tesouraria, recorrendo a financiamento junto de sociedades do Banif – Grupo Financeiro. Neste período, contratou com o Banif financiamentos que totalizam 225,5 milhões de euros e liquidou alguns dos que obteve no exercício de 2011 junto daquela instituição bancária no montante de 218,2 milhões de euros. Assim, o endividamento junto do Banif, à data de 30 de Junho de 2012, totalizava 298,5 milhões de euros.

A Banif SGPS, SA contratou um *SWAP* com o Banif, a 14.02.2012, pelos montantes de USD 12.119.477,92 e de 9.203.035,86 euros, que foi liquidado a 14.06.2012

A sociedade passou a deter a totalidade das acções que representam o capital da Banif Investimentos, SGPS, SA ao adquirir à Banif Holding (Malta), Ltd 2.000 acções pelo montante de 10.000,00 euros.

Durante o primeiro semestre de 2012, a Sociedade recebeu dividendos da Banca Pueyo, SA no valor de 0,1 milhões de euros e da Banif Finance Acç Prefer (2008) nos montantes de 0,3 milhões de euros e 0,8 milhões de dólares americanos.

A Banif SGPS, SA vendeu dois lotes de 20.000 acções preferenciais da Banif Finance, Ltd pelos montantes de 12 milhões de euros e 12 milhões de dólares americanos.

Para satisfazer as necessidades de tesouraria da Rentipar Seguros, SGPS, SA, a Banif SGPS, SA concedeu um financiamento a título de suprimentos no montante de 429.210 euros.

A Banif Comercial, SGPS, SA liquidou o financiamento a título de suprimentos no valor de 32,9 milhões de euros que havia contratado com a Banif SGPS, SA, a 23.04.2002.

A Banif SGPS, SA entregou ao Estado dividendos de 2005, que não foram reclamados, no valor de 4.448,00 euros.

No que se refere aos principais indicadores, o Activo Líquido da sociedade ascendeu a 1.308,6 milhões de euros, no final do 1.º semestre de 2012, contra 1.320,7 milhões de euros no período homólogo de 2011, o que representa um decréscimo de 12,1 milhões de euros.

Em relação ao período homólogo de 2011, o Passivo cresceu de 511,3 milhões de euros para 536,1 milhões de euros, o que representa um crescimento de 24,8 milhões de euros.

Os capitais próprios da sociedade ascendiam, em 30 de Junho de 2012, a 772,5 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 36,9 milhões de euros, relativamente aos 809,4 milhões de euros registados em Junho de 2011.

No período, foi apurado um Resultado Líquido, negativo, de 14,3 milhões de euros que compara com um Resultado Líquido negativo de 4,9 milhões de euros obtidos no 1.º semestre de 2011.

A sociedade não dispunha, no final do 1.º semestre de 2012, de um quadro de pessoal próprio.

Valores em milhões de euros

	<b>30-Jun-2012</b>	<b>30-Jun-2011</b>	<b>Δ 11/12</b>
<b>Activo Líquido</b>	1.308,6	1.320,7	-0,9%
<b>Passivo</b>	536,1	511,3	4,9%
<b>Capital Próprio</b>	772,5	809,4	-4,6%
<b>Resultado Líquido</b>	(14,3)	(4,9)	-193,9%

## 1.2 Banif Comercial, SGPS, SA

A actividade da sociedade, durante o 1.º semestre de 2012, consistiu fundamentalmente na gestão das suas participações financeiras ligadas à actividade da banca comercial e do crédito especializado.

Tendo em vista o reforço da actividade, a sociedade solicitou ao Banif, a 28 de Setembro de 2011, a concessão de um financiamento sob a forma de conta corrente caucionada, até 425 milhões de euros, pelo prazo de um ano, dos quais utilizou 304 milhões de euros, em 2011, e 58 milhões de euros, no primeiro semestre do exercício corrente. Entretanto, amortizou à referida conta corrente o valor de 68 milhões de euros, pelo que o endividamento junto do Banif, à data de 30 de Junho de 2012, totalizava 294 milhões de euros.

A Banif Comercial, SGPS, SA liquidou o financiamento a título de suprimentos no valor de 32,9 milhões de euros que havia contratado com a Banif SGPS, SA, a 23.04.2002.

A Sociedade concedeu à Banif Rent prestações suplementares no montante de 2,5 milhões de euros, que se destinam a reforçar os fundos desta participada.

Durante o primeiro semestre de 2012, a Banif Açores, SGPS, SA liquidou à Banif Comercial, SGPS, SA vários financiamentos a título de suprimentos no total de 87,5 milhões de euros.

Para satisfazer as necessidades de tesouraria da Banif Rent, a Banif Comercial, SGPS, SA concedeu um financiamento a título de suprimentos no montante de 55 milhões de euros.

Relativamente aos principais indicadores, o Activo Líquido da Sociedade elevava-se a 1.043 milhões de euros no final do 1.º semestre de 2012, face a 1.021,4 milhões de euros no período homólogo de 2011.

O Passivo atingiu o montante de 361,8 milhões de euros, no final dos primeiros seis meses de 2012, contra 304,1 milhões de euros, em igual período do ano anterior.

Os capitais próprios da sociedade ascendiam, em 30 de Junho de 2012, a 681,1 milhões de euros face a 717,3 milhões de euros registados no período homólogo de 2011.

No período, foi apurado um Resultado Líquido negativo de 7,7 milhões de euros enquanto no 1.º semestre de 2011 havia sido obtido um Resultado Líquido negativo de 3,1 milhões de euros.

A sociedade não dispunha, no final do 1.º semestre de 2012, de um quadro de pessoal próprio.

Valores em milhões de euros

<i>Contas Individuais</i>	<b>30-Jun-2012</b>	<b>30-Jun-2011</b>	<b>Δ 11/12</b>
<b>Activo Líquido</b>	1.043,0	1.021,4	2,1%
<b>Passivo</b>	361,8	304,1	19,0%
<b>Capital Próprio</b>	681,1	717,3	-5,0%
<b>Resultado Líquido</b>	(7,8)	(3,1)	-151,5%



### 1.3 Banif Investimentos, SGPS, SA

A actividade da *sub-holding* Banif Investimentos consistiu, fundamentalmente, na gestão das suas participações sociais, as quais estão predominantemente ligadas às áreas da banca de investimento, mercado de capitais e gestão de activos, a nível nacional e internacional.

No 1º semestre de 2012 não ocorreu qualquer aumento de capital ou aquisição de novas participações sociais, não se tendo verificado a necessidade de financiamentos complementares.

A Banif Investimentos não recebeu dividendos das suas subsidiárias, tal como não distribuiu dividendos aos seus accionistas.

No que se refere aos principais indicadores, o Activo Líquido da sociedade, ascende a 266,1 milhões de euros, em Junho de 2012, contra 282,3 milhões de euros, em Junho de 2011.

O Passivo da sociedade em Junho de 2012 elevava-se a 249,1 milhões de euros, face a 248,8 milhões de euros no período homólogo.

Os Capitais Próprios da sociedade ascendiam, em 30 de Junho de 2012, a 16,9 milhões de euros, contra 33,5 milhões de euros no período homólogo.

No período foi apurado um Resultado Líquido negativo de 6,9 milhões de euros, que compara com um Resultado Líquido negativo de 2,6 milhões de euros obtido no período homólogo.

A Banif Investimentos não dispunha, em 30 de Junho de 2012, de um quadro de pessoal próprio.

Valores em milhões de euros

	30-Jun-2012	30-Jun-2011	Δ 11/12
<b><i>Contas Individuais</i></b>			
<b>Activo Líquido</b>	266,1	282,3	-5,7%
<b>Passivo</b>	249,2	248,8	0,1%
<b>Capital Próprio</b>	16,9	33,5	-49,5%
<b>Resultado Líquido</b>	(6,9)	(2,6)	-170,9%

#### 1.4 Banif Mais, SCPS, SA

A actividade desta sociedade no primeiro semestre de 2012 consistiu, exclusivamente, na gestão das participações financeiras ligadas à actividade do crédito especializado e do *cross-selling* de produtos associados.

A 30 de Abril de 2012 foi concretizado o aumento de capital e a entrada de novos accionistas na sociedade aprovados em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida a 30 de Dezembro de 2011. A referida entrada de novos accionistas concretizou-se nos seguintes moldes: 22,5 milhões de euros com a entrada no capital da sociedade da Companhia de Seguros Açoreana, SA; 10 milhões de euros com a entrada no capital da sociedade da Vestiban, Gestão e Investimentos, SA; 7,5 milhões de euros com a entrada no capital da sociedade da Auto Industrial Investimentos e Participações, SCPS, SA. O valor nominal do aumento do capital social ascendeu a 2,869 milhões de euros e resultou da integral aplicação dos 40 milhões de euros de encaixe na subscrição de novas acções, no valor nominal de 1 euro e preço de subscrição de 13,94 euros (estabelecido com base no valor contabilístico das acções à data de 31 de Dezembro de 2011).

Com a concretização da operação acima descrita, o capital social da Banif Mais SCPS, S.A., até então detido a 100% pela Banif SCPS, SA, passou a ascender a 20,369 milhões de euros e a estrutura accionista da sociedade passou a ser a seguinte:

- 85,92% Banif SCPS, SA;
- 7,92% Companhia de Seguros Açoreana, SA;
- 3,52% Vestiban, Gestão e Investimentos, SA;
- 2,64% Auto Industrial Investimentos e Participações, SCPS, SA

No que se refere aos principais indicadores, as demonstrações financeiras consolidadas do primeiro semestre de 2012 do sub-grupo Banif Mais apresentam um Activo Líquido de 811,7 milhões de euros e Capitais Próprios de 307,3 milhões de euros, tendo a evolução destes indicadores face ao período homólogo sido afectada pela concretização, no final de Dezembro de 2011, da incorporação por fusão no Banco Mais, SA da parcela do património da Banif Co, Instituição Financeira de Crédito, SA constituída por todos os activos e passivos que consubstanciavam os ramos de actividade “leasing mobiliário” e “financiamento de aquisições a crédito”.

O Resultado Líquido consolidado do sub-grupo Banif Mais no semestre sob análise alcançou 10,7 milhões de euros, menos 3,3% do que no período homólogo de 2011. Quanto ao contributo da actividade por mercado geográfico para o Resultado Líquido consolidado, registaram-se 9,25 milhões de euros em

Portugal, 0,009 milhões de euros em Espanha, 0,042 milhões de euros na Eslováquia, 0,049 milhões de euros na Polónia e 1,32 milhões de euros na Hungria.

Valores em milhões de euros

	30-Jun-2012	30-Jun-2011	Δ 11/12
<b>Contas Consolidadas (base IAS/IFRS)</b>			
<b>Activo Líquido</b>	811,7	786,8	3,2%
<b>Passivo</b>	504,4	550,7	-8,4%
<b>Capital Próprio</b>	307,3	236,1	30,2%
<b>Resultado Líquido</b>	10,7	11,0	-3,3%

### 1.5 Rentipar Seguros SGPS, SA

Um ano após a conclusão do processo de fusão e integração das Companhias de Seguros Global e Global Vida, na Companhia de Seguros Açoreana, a Rentipar Seguros SGPS, SA, detentora de 100% do capital social desta seguradora, reforçou o seu posicionamento no mercado, mantendo uma dinâmica e capacidade de desenvolvimento sustentadas, que a caracterizam como *player* incontornável no sector segurador português.

No final do 1º semestre de 2012, em termos consolidados, a Rentipar Seguros era responsável pela gestão de cerca de 1.300 milhões de euros de activos e os seus capitais próprios ascendiam a 140 milhões de euros. Os 147 milhões de euros de volume de prémios Não Vida permitiram ao Grupo ocupar a 5ª posição do mercado segurador Não Vida, com destaque para os ramos Acidentes de Trabalho e Automóvel, em que a ocupa a 2ª e 6ª posição, respectivamente.

Valores em milhões de Euros

	30-Jun-2012	30-Jun-2011	Δ 11/12
<b>Contas Consolidadas</b>			
<b>Volume Negócios:</b>	196,4	244,4	-19,6%
<b>Vida</b>	49,4	92,3	-46,5%
<b>Não Vida</b>	147,0	152,1	-3,4%
<b>Activo Líquido</b>	1.309,3	1.459,2	-10,3%
<b>Passivo</b>	1.169,2	1.329,5	-12,1%
<b>Capital Próprio</b>	140,1	129,7	8,0%
<b>Resultado Líquido</b>	3,4	1,4	140,0%

## 2. ACTIVIDADE CORPORATIVA

### 2.1 Recursos Humanos

No decurso do 1º semestre de 2012 a função dos Recursos Humanos Corporativos, em articulação permanente com as Direcções de Recursos Humanos das sociedades que integram o Grupo, mantiveram a sua acção centrada em três grandes vertentes: o desenvolvimento da Cultura e Valores do Grupo, o alinhamento das Políticas de Recursos Humanos das várias sociedades e o desenvolvimento de um programa de Gestão de Talentos transversal a todos os Colaboradores das empresas do Grupo.

No que diz respeito ao desenvolvimento da Cultura e Valores do Grupo, foram aprofundados, durante o primeiro semestre, os projectos que a seguir se enunciam:

- No âmbito do Valor Humanismo foi aprovada em Conselho de Administração a criação do “Fundo Humanismo”. Este fundo destina-se a apoiar Colaboradores do Grupo que se encontrem em situações socialmente frágeis e de grande carência, situações que não estejam protegidas por sistemas públicos ou privados, ou que o estejam de forma que se avalie insuficiente, casos em que o Fundo poderá ter um carácter complementar. O Fundo Humanismo tem lançamento oficial agendado para o mês de Setembro de 2012;
- Relativamente ao micro site “Nós Banif”, desenvolvido durante o ano de 2011 e que tem por objectivo facilitar a divulgação e vivência dos Valores Centauro, foi decidido, para garantir coerência com outros projectos em curso, adiar o seu lançamento para o segundo semestre deste ano.

Na vertente do alinhamento das políticas de Recursos Humanos do Grupo merecem especial referência as acções a seguir identificadas:

- Foi elaborada uma matriz, compreendendo todas as componentes remuneratórias das sociedades do Grupo, com o objectivo de evidenciar, comparar e eleger as melhores práticas e, alargando-as a outras empresas, obter economias por via da racionalização de procedimentos. Esta acção, que se pretende que seja continuada, incidirá, entre outros aspectos, sobre a política de seguros em benefício dos Colaboradores, as políticas de atribuição de telemóveis e de viaturas de serviço e o apoio à formação em geral;
- Um outro aspecto importante foi a decisão do pagamento dos subsídios de refeição através de um cartão que cada colaborador disporá para o efeito. Durante o 1º semestre foram

desenvolvidos os trabalhos preparatórios e o sistema será implementado durante o 2º semestre;

- Ainda no que concerne ao alinhamento das políticas foram dados alguns passos no sentido de uma maior adequação da área da Formação às necessidades de Grupo. Neste sentido, os Recursos Humanos Corporativos, em parceria com os Recursos Humanos das empresas do Grupo de âmbito nacional, levaram a cabo uma consulta ao mercado para implementação de uma plataforma LMS, para disponibilização de formação *e-learning*. O objectivo é que esta plataforma esteja em produção a partir de Janeiro de 2013;
- Sublinhe-se que a área da formação se mantém como uma aposta clara das empresas do Grupo. Os programas e iniciativas de formação implementados durante o Semestre registaram grande amplitude temática e abrangência muito expressiva, considerando o elevado número de Colaboradores envolvidos, com especial referência para as sociedades mais representativas em termos de número de Colaboradores, o Banif SA e a Companhia de Seguros Açoreana;
- Ainda no âmbito das Políticas refere-se a coordenação, pelos Recursos Humanos Corporativos, do Grupo de trabalho que desenvolveu e implementou, já no início do 2º Semestre, um sistema de incentivos para as redes comerciais e funções de recuperação de crédito do Banif SA. Trata-se da introdução de um elemento novo na política remuneratória seguida pelo Banco.

Na última vertente estratégica – Gestão de Talento – foram estudadas hipóteses de implementação, bem como inventariados questionários de levantamento de potencial e desenvolvimento, que possam servir os propósitos do projecto na identificação e desenvolvimento dos Colaboradores considerados como Talentos do Banif – Grupo Financeiro.

O Comité de Recursos Humanos do Grupo foi dinamizado através da realização de reuniões mensais de lançamento e acompanhamento de projectos.

Face a 30 de Junho de 2011 o Grupo reduziu em 11% o número total de Colaboradores, passando de 5.258, que tinha aquela data, para 4.672, que tem em 30 de Junho de 2012. Trata-se de uma tendência de redução que, dadas as circunstâncias económicas presentes, se prevê que vá continuar.

O Banif SA, com 2.520 empregados, representando 54% do total do quadro de pessoal do Grupo, e a Companhia de Seguros Açoreana, com 744 empregados, que representam 16% do total do quadro de pessoal, continuam a ser as sociedades do Grupo com maior número de empregados.

## 2.2 Tecnologia e Operativa

A actividade do Banif – Grupo Financeiro nas áreas de Tecnologia e Operativa ficou marcada, no segundo trimestre de 2012, coincidindo com o início de um novo ciclo de gestão, pelo lançamento de um projecto de transformação com o objectivo de criar as condições adequadas para elevar o desempenho colectivo das áreas de Sistemas de Informação, Organização e Operações alinhando modelos, integrando equipas, reduzindo custos, mitigando riscos, em síntese, agregando valor.

No final de Junho o Conselho de Administração apreciou e confirmou a articulação da Visão para as três áreas, Visão essa que integra elementos de estrutura organizacional e humana, de paradigma de gestão, de *governance*, de organização espacial e de sustentabilidade. No contexto deste projecto foi tomada a decisão de extinguir o ACE BanifServ, integrando os respectivos Colaboradores nas estruturas bancárias do Grupo.

Cumpre ainda destacar as seguintes realizações ocorridas ao longo da primeira metade de 2012:

- alargamento do período de disponibilidade da banca electrónica, com disponibilização de novas funcionalidades;
- reforço da qualidade das salvaguardas de dados dos servidores e aplicações distribuídas;
- lançamento de um piloto de uma solução de balcões em Linux;
- substituição integral do sistema de balanceamento de carga no Banif, aumentando a fiabilidade dos serviços prestados aos utilizadores externos e internos;
- desenvolvimentos nas áreas de mapas & listagens, preçário digital e gestão centralizada de declarações oficiais;
- reformulação da estrutura aplicacional relativa ao histórico de movimentos do Banif;
- desenvolvimento e implementação de um processo de abertura de conta com desmaterialização documental;
- implementação de processos relacionados com a ABS-loan initiative (European Datawarehouse), com o sistema de pagamentos (TEIs SEPA) e com a explicitação de direitos de crédito adicionais (Colaterais de política económica);
- entrada em produção de um Portal de Operações de banca de investimento;
- centralização das conservadorias das Regiões Autónomas em Lisboa;
- arranque de um projecto de formação transversal na área de Operações, com rotação por diversas funções de colaboradores seleccionados pela sua agilidade e desempenho;

### 2.3 Controlo dos Riscos de Actividade

O controlo dos riscos de actividade no Banif – Grupo Financeiro é exercido de forma transversal à organização, assentando numa cultura de risco disseminada, numa base contínua, através de formação, documentação, procedimentos e informação que permite a identificação e análise das diversas exposições a diferentes riscos a que o Grupo se encontra exposto.

O controlo e a gestão dos riscos assumem-se cada vez mais como um pilar fundamental na garantia da rentabilidade e da sustentabilidade do negócio. A gestão do Grupo encontra-se igualmente focalizada na obtenção do equilíbrio entre risco e retorno, bem como na redução de potenciais efeitos adversos que podem influenciar a performance financeira do Grupo.

As políticas de gestão e controlo dos riscos são da responsabilidade do Conselho de Administração da Banif SGPS, SA. A gestão dos riscos das Entidades que compõem o Grupo encontra-se alinhada com os princípios, metodologias e processos de acompanhamento e controlo definidos de forma centralizada, no âmbito de actuação da Banif SGPS, SA que se encontra apoiada por uma estrutura corporativa.

A política e a gestão de risco do Grupo mantém a sua estrutura de desenvolvimento transversal, sendo da responsabilidade do Conselho de Administração da Banif SGPS, SA a definição e aprovação das políticas de risco, apoiado pela avaliação e monitorização dos riscos realizadas pela função corporativa, acompanhando os riscos mais significativos – risco de crédito, de liquidez, de mercado e operacional, entre outros – e, propondo sempre que necessário novas políticas e medidas correctivas que assegurem a prevenção e mitigação dos mesmos.

Cada entidade do Grupo possui a sua própria estrutura orgânica de gestão dos riscos, que actua de forma independente das áreas funcionais que os geram, assegurando o princípio da segregação de funções, e dimensionada em função da actividade e dos respectivos riscos associados, seguindo as políticas emanadas pelo Conselho de Administração da Banif SGPS.

#### Controlo Interno

Ao nível da função de Controlo Interno Corporativo, foram desenvolvidas diversas iniciativas, quer de gestão quer regulamentares que cumpre destacar:

- Foi efectuada a auto-avaliação do cumprimento dos requisitos exigidos para as funções de estrutura pelo Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal, de 1 de Julho de 2008, utilizando para o efeito os questionários completos de *Self-Assessment*;

- Em cumprimento do disposto no referido Aviso n.º 5/2008, foram realizados durante o primeiro semestre o Relatório de Controlo Interno do Grupo Rentipar Financeira e os Relatórios Individuais de todas as filiais consideradas mais relevantes nos termos do Modelo de Avaliação de Riscos do Grupo, definido pela entidade de supervisão;
- Execução de acções de *Follow-Up* dos Projectos de Remediação com reporte periódico dos pontos de situação das deficiências ao Conselho de Administração da Banif SGPS e ao Banco de Portugal;

Em linha com as orientações regulamentares e em particular do Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal, o Grupo promoveu o desenvolvimento de uma aplicação informática que sustenta a monitorização e controlo das acções realizadas em cada filial. Assim, em cada momento, é possível conhecer o *status* de cada deficiência e de cada acção de remediação, as quais são devidamente acompanhadas dos documentos e evidências consideradas necessárias. Trata-se de um sistema de comunicação dinâmico entre as filiais e os órgãos corporativos de controlo, que facilita, naturalmente, o conhecimento do Grupo de cada uma das entidades que o compõem.

A equipa corporativa de apoio ao Sistema de Controlo Interno estabelece um diálogo regular com os responsáveis de Controlo Interno das filiais, promovendo a disseminação das orientações do Grupo e colaborando para a proficiência do sistema de gestão de riscos do Grupo.

### Testes de esforço (*Stress-Tests*)

O Grupo promove com regularidade análises de sensibilidade e de cenários, elaborando testes idiossincráticos e de carácter sistémico de forma a avaliar o seu impacto nas principais rubricas e indicadores da actividade ao nível consolidado. O resultado destes testes, quando material, é considerado como *input* para as decisões de gestão, avaliando-se as vulnerabilidades detectadas e as medidas correctivas mais adequadas para a sua mitigação.

No decurso do 1.º semestre de 2012 o Grupo participou nos exercícios de revisão do *Funding and Capital Plan* e de *Stress Test*, definidos pelo Banco de Portugal.

Em função dos resultados dos testes efectuados, é realizada uma auto-avaliação sobre as vulnerabilidades detectadas e as respectivas medidas correctivas que o Grupo Banif deve equacionar e promover, de forma a permitir que o nível de fundos próprios seja adequado aos riscos a que está exposto.



---

### **Disciplina de mercado**

A divulgação pública de informação mais detalhada sobre a solvabilidade das Entidades, sobre os riscos incorridos, os processos e sistemas de avaliação e gestão instituídos nas instituições de crédito e empresas de investimentos actuautes nos mercados financeiros contribui, no actual quadro regulamentar prudencial, para fortalecer a presença dos participantes no mercado gerando pressões favoráveis e fomentando práticas que promovem maior segurança no sistema financeiro.

Foi no âmbito deste enquadramento regulamentar que a Direcção de Risco Corporativo preparou no 1º semestre de 2012, o documento com a informação sugerida pelo Aviso n.º 10/2007 do Banco de Portugal designado de “Disciplina de Mercado”.

O documento seguiu a linha de entendimento do Grupo sobre esta matéria, pelo que a informação divulgada foi apreciada nos termos indicados no referido Aviso, valorizando os montantes envolvidos e a sua natureza, considerados quer individualmente, quer de forma agregada.

### **Capital Económico**

No âmbito do Pilar II do Acordo de Basileia II e, com o objectivo de aferir sobre a adequabilidade do capital interno em absorver perdas potenciais futuras, assegurando simultaneamente o cumprimento dos requisitos regulamentares estabelecido pelas Instruções n.º 15/2007 e n.º 32/2010 do Banco de Portugal, o Banif – Grupo Financeiro procedeu à revisão do modelo de gestão de capital económico, de forma a garantir uma avaliação da adequabilidade da ligação entre o nível de tolerância ao risco do Grupo e as suas necessidades de capital.

Em Junho de 2012, foi submetido ao Banco de Portugal um novo Relatório sobre o Capital Económico do Grupo com as devidas actualizações, das quais salientamos a sua quantificação, por tipologia de risco e referente ao final do exercício de 2011, bem como a respectiva evolução face ao ano anterior.

Unidade: Milhares de Euros

Tipologia de Risco	Quantificação de Risco (I.C. a 99,93%)	Variação ECAP 2011 vs 2010
Risco de Crédito	722.016	52.483
Risco de Liquidez	127.357	8.773
Risco de Negócio e Estratégia	266.168	152.285
Risco Operacional Risco de Sistemas de Informação Risco de <i>Compliance</i> Risco de Reputação	107.874	7.383
Risco de Concentração	127.385	35.479
Risco de <i>Spread</i> de Obrigações	63.807	(14.046)
Risco Imobiliário	157.909	82.663
Risco de Taxa de Juro	25.245	(43.296)
Risco de Taxa de Câmbio	72.682	14.055
Risco País		(4.063)
Risco Total (sem efeito de diversificação)	1.670.443	291.716
Efeito de Diversificação	300.680	
Risco Total (com efeito de diversificação)	1.369.763	

Da análise aos resultados obtidos na quantificação, torna-se possível identificar que as três tipologias de risco com maior relevância, são o Risco de Crédito, o Risco de Negócio e Estratégia e o Risco Imobiliário. Estas três tipologias de risco representam em agregado cerca de 68,6% do total do capital económico.

Na definição do impacto global dos cenários de esforço sobre o nível de capital económico e consequente avaliação sobre a adequação do capital interno para acomodar o seu impacto, o Banif – Grupo Financeiro optou por uma abordagem que envolveu a identificação dos principais factores de risco associados a cada uma das tipologias de risco identificadas como materiais e sujeitas a quantificação.

Após a quantificação dos riscos materiais, o Grupo procedeu à avaliação dos recursos financeiros disponíveis, por intermédio de um modelo interno implementado para o efeito, o modelo de *Risk Taking Capacity*, de forma a avaliar a adequação dos níveis de capital e recursos financeiros existentes para fazer face aos riscos actuais e a assumir no futuro, sem que tal afecte a solvabilidade do Grupo e os seus objectivos estratégicos.

Para a aferição dos recursos, foram consideradas duas perspectivas complementares: (i) perspectiva de gestão corrente e (ii) perspectiva de liquidação. Estas perspectivas agrupam e hierarquizam diferentes componentes de capital que se encontram disponíveis, para fazer face a diferentes cenários de perdas, respectivas severidades e consequentes impactos na solvabilidade.

No processo de determinação do *Risk Taking Capacity* o Grupo procedeu a uma classificação dos diferentes recursos financeiros, de acordo com a sua acessibilidade, liquidez, utilização e respectiva repercussão no mercado (efeito reputacional), protecção dos accionistas e elegibilidade por parte das Entidades de Supervisão.

A metodologia utilizada no modelo de *Risk Taking Capacity* assenta na captação da visão económica associada a cada elemento passível de constituir uma fonte de capital interno, assim como a categorização em perspectivas de cobertura do capital (Gestão Corrente vs Liquidação) e hierarquização por níveis de segurança. A hierarquização dos recursos financeiros disponíveis, facilita a interpretação e implementação da estratégia em termos da sua política de adequação de capital e perfil de risco assumido.

Esta adequação pode ser medida através de um rácio de adequação de capital, que possibilita uma avaliação sobre o grau de cobertura dos recursos financeiros face à exposição aos riscos.

### 2.3.1 Risco de Crédito

O risco de crédito é gerido de forma prudente e assenta num conjunto de políticas que orientam toda a actividade do ciclo de vida do crédito. Essas políticas e orientações são estabelecidas em função das estratégias de negócio do clima económico e social e são ajustadas e revistas sempre que tal se mostre necessário.

A actividade de concessão de crédito é desenvolvida e assente em Regulamentos e Normativos que regulam a actividade e que estabelecem com clareza a delegação de competências, quer em valor, quer em rendibilidade, em função do risco implícito dos clientes e das operações.

Os normativos são de aplicação genérica e específica, porquanto incluem as especificidades aplicáveis a cada uma das áreas de negócio e às suas redes de comercialização, assim como as regras de preparação, análise e acompanhamento do crédito concedido aos clientes.

Para além dos normativos, a concessão de crédito é, na maioria dos segmentos, suportada pela avaliação e classificação do risco dos clientes com o auxílio de modelos internos de *Scoring* e de *Rating* e na avaliação do nível de cobertura dos colaterais das operações, desenvolvidos para os principais segmentos de negócio com o objectivo de dotar o Grupo, e em particular as suas principais unidades de negócio, de ferramentas de suporte à decisão que lhes permitam, desde já, uma melhor aproximação à probabilidade de incumprimento dos clientes e operações e, no futuro, de adoptar metodologias mais avançadas, designadamente no que se refere aos requisitos de capital, no âmbito de Basileia II.

Por outro lado, o Grupo dispõe de um sistema aplicacional que permite identificar e classificar os clientes com sinais de degradação da sua capacidade creditícia em diferentes níveis. Este sistema veio proporcionar um melhor conhecimento e alavancar qualitativamente o processo de concessão de crédito no Grupo, bem como, proporcionar melhorias na gestão preventiva do incumprimento.

O Grupo promove a monitorização contínua do risco de crédito, pela avaliação regular da estrutura global do crédito concedido e de um conjunto de operações consideradas significativas.

Regularmente o perfil da carteira é monitorizado e avaliado, face aos limites estabelecidos ao nível das seguintes dimensões: produto, área geográfica, tipo de cliente, canais de distribuição, sector de actividade, colateral associado, *rating*, principais exposições em situação regular e em incumprimento, divisa, intervalo de exposição, cobertura por colaterais, consumo de capital, imparidades, entre outros.

Com a preparação regular de indicadores da qualidade do crédito e das respectivas carteiras, é avaliada a eficácia das políticas instituídas e a rendibilidade ajustada ao risco, o que possibilita a aplicação de medidas correctivas, sempre que tal se justifique.

Relativamente à concentração do risco, o Grupo dispõe de um conjunto de métricas internas que permitem acompanhar os índices de concentração, nomeadamente ao nível dos grupos económicos, sectores de actividade, regiões geográficas, entre outros. Os indicadores permitem o controlo e o reporte adequado das exigências regulamentares nesta matéria.

Neste semestre e englobado na significativa reestruturação que está em curso no Grupo, merecem referência diversas iniciativas concretizadas ao nível da maior entidade do Grupo (Banif SA):

- A criação do Comité de Supervisão da Imparidade, coordenado pela Direcção Global de Risco (DGR) do Banif SA., tendo como missão a gestão do modelo de quantificação de perdas por imparidade da carteira de crédito (designadamente metodologias, parâmetros de risco, pressupostos utilizados) e o acompanhamento da sua aplicação periódica;
- A reformulação do modelo operativo da concessão de crédito, tendo a intervenção da DGR sido substancialmente alterada com a efectivação de segregação de funções entre as actividades de atribuição da notação de risco ao cliente e as de análise e decisão de crédito, tendo estas últimas sido incorporadas na nova Direcção de Crédito;
- O Comité de Recuperação de Créditos foi reformulado, com o objectivo de gerir de uma forma mais eficaz as carteiras de crédito irregular e em incumprimento e de concretizar o novo modelo estratégico definido para a função de recuperação de créditos.

## Gestão do Risco de Crédito

### a) Qualidade dos activos financeiros

#### Avaliação de imparidade

À data de 30 de Junho, o total das perdas estimadas para o crédito concedido no Grupo incluindo responsabilidades extra-patrimoniais com natureza de crédito, apresenta os seguintes valores:

(valores expressos em milhares de Euros)

Tipo de Perda	Jun-12*	Jun-11
	Montante	Montante
Perdas Colectivas	472.355	415.365
Perdas Individuais	362.764	246.472
<b>Total</b>	<b>835.118</b>	<b>661.837</b>

Nota: os montantes de imparidade acima apresentados incluem imparidade para crédito (activo) e para garantias e compromissos assumidos (passivo)

#### Análise do Risco de Crédito

A exposição ao risco de crédito, em 30 de Junho de 2012, face ao período homólogo é apresentada como segue:

(valores expressos em milhares de Euros)

	Jun-12		Jun-11	
	Exposição <sup>1</sup> máxima	Exposição <sup>2</sup> líquida	Exposição <sup>1</sup> máxima	Exposição <sup>2</sup> líquida
Activos financeiros detidos para negociação	211.032	211.032	339.713	339.713
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	137.856	137.856	294.140	294.140
Activos financeiros disponíveis para venda	645.292	645.292	1.552.921	1.552.921
Crédito a clientes	10.662.598	4.992.498	11.698.977	5.815.117
Investimentos detidos até à maturidade	37.049	37.049	49.227	49.227
Outros activos	3.679.175	3.679.175	3.097.706	3.097.706
<b>Sub-Total</b>	<b>15.373.002</b>	<b>9.702.902</b>	<b>17.032.684</b>	<b>11.148.824</b>
Passivos contingentes	5.930.972	5.930.972	4.657.934	4.657.934
Compromissos assumidos	1.227.084	1.227.084	1.070.557	1.070.557
<b>Sub-Total</b>	<b>7.158.056</b>	<b>7.158.056</b>	<b>5.728.491</b>	<b>5.728.491</b>
<b>Total</b>	<b>22.531.058</b>	<b>16.860.958</b>	<b>22.761.175</b>	<b>16.877.315</b>

<sup>1</sup> **Exposição máxima:** respeita ao valor líquido de balanço.

<sup>2</sup> **Exposição líquida:** respeita à exposição máxima deduzida do efeito da mitigação por colaterais relevantes, não se considerando assim avais/fianças e outros colaterais de fraco valor.

## b) Estrutura da carteira de crédito

À data de 30 de Junho de 2012, o crédito a clientes apresenta a seguinte distribuição sectorial:

(valores expressos em milhares de Euros)

	Jun-12				Jun-11			
	Exposição máxima		Exposição líquida		Exposição máxima		Exposição líquida	
Indústria	626.986	6%	454.057	9%	819.375	7%	614.518	11%
Construção	1.236.304	12%	655.964	13%	1.346.408	12%	778.886	13%
Vendas a Retalho	486.653	5%	277.768	6%	554.137	5%	345.527	6%
Serviços <sup>1</sup>	2.529.265	24%	1.550.635	31%	2.678.071	23%	1.547.120	27%
Instituições financeiras e seguradoras	107.562	1%	55.477	1%	114.293	1%	72.423	1%
Sector Público	190.975	2%	172.542	3%	174.302	1%	165.337	3%
Outros (inclui Particulares)	5.484.852	51%	1.826.054	37%	6.012.392	51%	2.291.306	39%
<b>Total</b>	<b>10.662.598</b>		<b>4.992.498</b>		<b>11.698.977</b>		<b>5.815.117</b>	

<sup>1</sup> Serviços inclui actividades imobiliárias e outros serviços prestados às empresas.

O segmento “Serviços” representa 24% do total da exposição máxima no final do 1.º semestre de 2012, considerando que engloba também valores referentes a exposições de actividades imobiliárias, seguindo-se o segmento “Construção” contribuindo com 12% de exposição.

## c) Exposição aos mercados

Em 30 de Junho de 2012, a exposição ao risco de crédito por áreas geográficas encontra-se detalhada no mapa seguinte, sendo a sua expressão mais significativa no mercado português, assumindo uma representatividade de 83%, destacando-se também o expressivo contributo das regiões Autónomas (27% do total do crédito concedido):

(valores expressos em milhares de Euros)

	Jun-12				Jun-11			
	Exposição máxima		Exposição líquida		Exposição máxima		Exposição líquida	
Portugal Continental	5.887.701	55%	2.776.547	56%	6.615.536	57%	3.297.620	57%
Regiões Autónomas	2.924.733	27%	250.060	5%	3.158.817	27%	151.974	3%
União Europeia	865.507	8%	130.792	3%	813.881	7%	138.681	2%
Resto da Europa	36.279	<1%	92.383	<1%	24.504	<1%	151.533	<1%
América do Norte	178.775	2%	551.823	11%	203.679	2%	606.492	10%
América Latina	637.970	6%	1.133.621	23%	730.772	6%	1.360.974	23%
Resto do Mundo	131.633	1%	57.272	1%	151.787	1%	107.843	2%
<b>Total</b>	<b>10.662.598</b>		<b>4.992.498</b>		<b>11.698.977</b>		<b>5.815.117</b>	

Relativamente aos restantes mercados, o mercado da América Latina, reflecte a representatividade que o Grupo tem no Brasil em cerca de 6% e é também importante salientar o mercado da União Europeia com uma expressividade de 8%, dos quais 1% advém da contribuição do Banif Mais, SGPS, SA no Grupo.

#### d) Montantes médios por intervalos de exposição

Em 30 de Junho de 2012, a exposição média da carteira de crédito por intervalos de valor de operação, apresenta os seguintes montantes:

Jun-12		(valores expressos em milhares de Euros)		
Intervalo de valor por Operação	Nr Clientes	Crédito	Exposição média	Peso
] 0M - 0,5M ]	392.553	6.653.313	17	62,4%
] 0,5M - 2,5M ]	1.241	1.660.687	1.338	15,6%
] 2,5M - 5M ]	166	627.822	3.782	5,9%
] 5M - 10M ]	94	696.541	7.410	6,5%
> 10M	54	1.024.235	18.967	9,6%
<b>Total</b>	<b>394.108</b>	<b>10.662.598</b>		

Face aos valores apresentados, 78% do montante total do crédito resulta de operações com uma exposição ao risco de crédito até 2,5 milhões de euros, o que denota a diversificação existente no crédito concedido.

### 2.3.2 Risco de Mercado

Ao nível do Banif – Grupo Financeiro, o risco de mercado decorre essencialmente das exposições em títulos detidos nas carteiras de negociação das várias subsidiárias, não sendo política do Grupo a realização de *trading* de derivados. Em regra, os derivados contratados têm como objectivo a cobertura económica de posições, principalmente de operações originadas para clientes, através da realização de operações simétricas com outras contrapartes que anulam o risco de mercado entre si e, ainda, de cobertura de riscos da carteira própria e dos veículos de securitização do Grupo.

Assim, tendo em conta os negócios onde opera, os principais riscos de mercado a que o Banif – Grupo Financeiro se encontra exposto são os resultantes das variações de taxa de juro, de taxa de câmbio e das cotações de mercado subjacentes aos títulos.

A gestão do risco de mercado no Grupo é desenvolvido com o apoio da ferramenta – o BarraOne que permite analisar o risco das carteiras desagregado pelos vários factores explicativos do risco, nomeadamente entre as componentes de risco específico e risco global (ou de mercado), o qual por sua vez é desagregado em diversos constituintes. O risco total leva em consideração a correlação entre os activos, quer ao nível de topo, quer nos diversos níveis de desagregação do risco.

A política de gestão do risco de mercado no Grupo caracteriza-se pela cobertura de risco nos activos de maior volatilidade, nomeadamente nos produtos de taxa fixa e taxa de câmbio das operações contratadas com clientes.

#### **a) Análise de sensibilidade à taxa de juro**

São realizadas periodicamente análises de sensibilidade à taxa de juro, com recurso a cenários para medição do seu impacto ao nível da margem de juros e nos fundos próprios, de acordo com as recomendações da entidade de supervisão.

O risco de taxa de juro é monitorizado em base sistemática, em função dos períodos de *repricing* dos activos e passivos, sendo que, no período, manteve-se dentro dos limites superiormente aprovados.

#### **b) Análise de sensibilidade à taxa de câmbio**

O risco cambial representa o risco de que o valor de instrumentos financeiros expressos em moeda estrangeira apresente flutuações devido a alterações nas taxas de câmbio.

O Grupo monitoriza a sua exposição ao risco cambial pelo controlo diário da exposição global das posições abertas assumidas perante as várias moedas e adopta estratégias globais de cobertura para assegurar que essas posições se mantêm dentro dos limites definidos superiormente.

A maior exposição ao risco de crédito em moeda estrangeira centra-se na carteira de crédito concedido em Reais Brasileiros (BRL), conforme divulgado no quadro seguinte:

(valores expressos em milhares de Euros)

	Jun-12	Jun-11
EUR	9.679.956	10.547.908
BRL	495.477	589.542
USD	289.275	315.752
CVE	78.277	87.225
CHF	41.730	53.746
GBP	45.678	64.370
HUF	23.484	32.110
PLN	7.767	5.908
JPY	920	2.348
Outras	34	68
<b>Total</b>	<b>10.662.598</b>	<b>11.698.977</b>



### 2.3.3 Risco de Liquidez

A avaliação do risco de liquidez no Grupo é efectuada com recurso a um conjunto de métricas internas e regulamentares que inclui a categorização dos activos e passivos de acordo com a natureza dos instrumentos e os respectivos mercados de transacção, tendo em conta os diferentes horizontes temporais.

O Grupo acompanha de forma apertada a sua situação de liquidez, não apenas pelos indicadores presentes nas disposições emanadas do Banco de Portugal, mas também pelos indicadores internos orientados para uma gestão diária eficiente, tentando manter um nível satisfatório de disponibilidades e recursos estáveis para fazer face às necessidades financeiras de curto, médio e longo prazos.

A evolução da posição de liquidez no Grupo é apurada regularmente, identificando-se todos os eventos que suportam as variações ocorridas. Os desvios verificados são analisados e são tomadas decisões com vista à obtenção das condições adequadas ao desenvolvimento do negócio. Este acompanhamento é reforçado por análises quantitativas e qualitativas e *stress tests* que permitem identificar debilidades e preconizar a tomada de medidas, consagradas no Plano de Contingência, que visam o restabelecimento da situação de liquidez, sempre que se julgue necessário.

### 2.3.4 Risco Operacional

A gestão e monitorização do risco operacional no Grupo são desenvolvidas por uma equipa exclusivamente dedicada ao acompanhamento e controlo deste risco. Esta equipa dispõe de meios de trabalho adequados à gestão do risco operacional, nomeadamente, de uma solução tecnológica para gestão do risco operacional, ajustada à estrutura do Grupo e que permite a recolha, tratamento e gestão de eventos e perdas desta natureza.

No modelo de gestão adoptado pelo Grupo, a Direcção de Risco Corporativo assume um papel de supervisão, validação e coordenação da informação recebida das várias entidades, bem como de apoio a todas as necessidades de formação relevantes para a gestão do risco operacional.

O Grupo procede à identificação e avaliação do risco operacional em todas as áreas de actividade, classificando-o de acordo com as tipologias de risco definidas pelo Comité de Basileia.

### Plano de Continuidade do Negócio (PCN)

Ao nível do Plano de Continuidade de Negócio, durante o primeiro semestre de 2012, verificou-se um avanço apreciável nos diversos projectos de implementação da continuidade de negócio na generalidade das entidades do Grupo.

Podemos salientar que, actualmente, a gestão da continuidade de negócio faz parte dos processos críticos no desenvolvimento das acções de mitigação do risco operacional, tendo a maioria das entidades planos de continuidade fechados ou, no mínimo, procedimentos de recuperação dos sistemas de informação implementados e formalizados.

## 2.4 Finanças Corporativas

As metas estabelecidas no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), relativas à necessidade de desavalcagem do balanço e reforço das posições de capital dos maiores grupos bancários Portugueses, continuaram a enquadrar a actividade do Banif – Grupo Financeiro ao longo do primeiro semestre de 2012 e, em particular, o plano de trabalho do órgão de Finanças Corporativas, devido à responsabilidade por este assumida no processo de validações trimestrais dos Planos de Financiamento e Capital ('FCP'), através dos quais os bancos portugueses estão a ser monitorizados pelo Banco de Portugal e pela Troika.

No contexto do PAEF, tendo o Grupo tomado a decisão de submeter um pedido formal de acesso à linha de 12 milhões de euros destinada ao reforço de capital das instituições de crédito Portuguesas, coube às Finanças Corporativas a responsabilidade de coordenar o processo de preparação do Dossier de Recapitalização, um exercício transversal às várias áreas do Grupo, de negócio, operacionais e de organização, e que exigiu um elevado esforço de planeamento e coordenação num horizonte temporal relativamente curto.

Paralelamente ao Dossier de Recapitalização, o principal projecto levado a cabo pelas Finanças Corporativas ao longo do semestre, o órgão manteve-se como centro coordenador do plano de recapitalização e financiamento do Grupo – 'Funding & Capital Plan' – envolvendo a actualização trimestral dos planos de negócio das várias unidades de negócio bem como a análise e definição das medidas de capitalização e financiamento com vista ao cumprimento dos rácios de capital e de liquidez estabelecidos no Programa. Nesse âmbito, as Finanças Corporativas prepararam e acompanharam todas as interações estabelecidas pelo Grupo com as entidades de supervisão e a Troika, inseridas nas revisões trimestrais do PAEF. Finalmente, decorrente da responsabilidade pelo FCP, o órgão assumiu

ainda a coordenação dos Testes de Esforço, aplicados às medidas estabelecidas nas revisões trimestrais do FCP.

De realçar, adicionalmente, que no decurso do 1º trimestre de 2012, as Finanças Corporativas coordenaram a realização de um Estudo de Viabilidade, submetido ao Banco de Portugal em Fevereiro, no âmbito da emissão de obrigações garantidas pelo Estado por parte de duas subsidiárias do Grupo (Banif SA e BBI) em Dezembro de 2011.

Dada a complexidade e a relevância dos trabalhos que lhe têm vindo a ser incumbidos, o órgão coordenou alguns processos de consultoria estratégia levados a cabo pelo Grupo, funcionando como elemento de ligação entre as várias unidades internas e os consultores, paralelamente a um acompanhamento muito próximo dos trabalhos técnicos.

No que respeita ao relacionamento com agências de *rating*, dado que as agências adoptaram uma estratégia de fluxo de informação contínuo, quer nos momentos de divulgação de resultados quer noutros de eventos societários tidos por aquelas como relevantes, as Finanças Corporativas têm vindo a responder regularmente a pedidos de informação, tendo procurado sistematizar os procedimentos subjacentes de forma a garantir respostas tempestivas.

As Finanças Corporativas incorporaram, até Abril de 2012<sup>1</sup>, o Gabinete de Apoio ao Investidor (GRII), através do qual o Grupo estabelece relacionamento com os vários agentes de mercado. Neste âmbito, foram as Finanças Corporativas responsáveis pela elaboração da nota de imprensa bem como da Apresentação-sumário disponibilizadas ao mercado com referência à actividade e ao desempenho do Grupo a 31 de Dezembro de 2011 e ainda pela Apresentação Institucional utilizada por áreas do Grupo com responsabilidades de relacionamento externo.

## 2.5 Planeamento e Controlo de Gestão Corporativo

A actividade do Órgão de Planeamento e Controlo de Gestão Corporativo, no primeiro semestre do exercício de 2012, foi caracterizada pelo apoio que foi necessário prestar no contexto da definição e implementação da estratégia da nova Gestão do Grupo.

No âmbito dessa nova estratégia e face ao desafio que se perspectiva, este órgão efectuou propostas que se pretende venham a ser implementadas no decurso do segundo semestre do ano e que irão permitir um acompanhamento mais eficiente e atempado da informação financeira e de gestão do Grupo.

---

<sup>1</sup> No âmbito da reorganização do Centro de Funções Corporativas ocorrida no decurso de Março / Abril 2012, a responsabilidade de comunicação e relacionamento com o mercado transitou para o Órgão de Comunicação Corporativas.

As actividades desenvolvidas neste período, incluíram as habituais funções de carácter regular no âmbito da consolidação de contas do Banif – Grupo financeiro e da produção de informação financeira sobre as principais Entidades do Grupo. De notar que o processo de consolidação abrange 92 entidades constituídas sob a forma de sociedades, fundos ou veículos, que se encontram distribuídos por 12 Países distintos conferindo um elevado grau de complexidade e morosidade ao processo, sendo fundamental assegurar a manutenção da harmonização das práticas contabilísticas no Grupo, o que obriga à actualização permanente do Manual de Contabilidade e de Políticas Contabilísticas do Grupo.

Este processo de consolidação termina apenas com a preparação das divulgações ao mercado, nomeadamente as demonstrações financeiras e os respectivos anexos às contas.

Este órgão, no âmbito das suas funções, assegurou, ainda, o reporte para as autoridades de supervisão da informação contabilística e de carácter prudencial, nos termos dos normativos em vigor, sendo que esta função assumiu no decurso do corrente ano uma particular relevância face às solicitações e exigências legais que têm existido nesta matéria.

## **2.6 Compliance**

No 1º semestre do exercício em apreço o Compliance Corporativo deu continuidade ao tratamento dos temas oportunamente identificados na matriz de temas de compliance do Grupo, assegurando a coerência da sua abordagem e promovendo a transversalidade das iniciativas de controlo de cumprimento, relativamente às actividades desenvolvidas pelas diversas Entidades do Grupo.

No âmbito do Programa de Compliance Corporativo, prosseguiram-se os trabalhos atinentes à sua 3ª Fase, que corresponde à monitorização da implementação das Políticas e Guidelines do Grupo sobre Prevenção do Branqueamento de Capitais e sobre Sanções Internacionais, aprovadas pelo Conselho de Administração em 2011.

No domínio do acompanhamento das actividades de compliance das diversas Entidades do Grupo, prosseguiram-se as rotinas do reporte funcional ao Compliance Corporativo, assegurando-se assim a devida articulação entre este órgão e as várias Unidades de Compliance do Grupo e uma interacção que se materializa na partilha de know-how e de experiência adquirida, na troca de informação relevante e no apoio prestado àquelas Unidades.

Ainda neste contexto, assinala-se também o trabalho desenvolvido na sistematização de contributos para a elaboração dos Relatórios de Controlo Interno das diversas Entidades do Grupo e nas diligências de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, desenvolvidas no âmbito de processos plurijurisdicionais, com vista a assegurar, nomeadamente, o cruzamento e confirmação de informações, investigações e inquéritos junto de entidades terceiras.

O Compliance Corporativo continuou a acompanhar os desenvolvimentos registados no período em análise em matéria de propostas de regulamentação do Foreign Account Tax Compliance Act (FATCA), nomeadamente no que se refere à celebração de acordos bilaterais para troca de informação, metodologia esta já em vias de concretização em várias jurisdições europeias e que as autoridades portuguesas estão igualmente a ponderar, de acordo com a informação disponível. Em paralelo, o Compliance Corporativo tem vindo também a manter contactos com diversos FACTA solutions providers, por forma a pré-avaliar soluções de automatização dos processos subjacentes, tais como, por exemplo, o de classificação dos Clientes em categorias FATCA.

Uma referência ainda para o apoio prestado em temas de governance à Banif SCPS SA, nomeadamente em matérias como a elaboração de propostas de regulamentos das comissões do Conselho de Administração e de políticas de remuneração.

### **Banif – Banco Internacional do Funchal, SA**

A Direcção de Compliance (DCO) desenvolve as suas actividades em linha com o plano de acção e prioridades estabelecidas no Programa de Compliance do Banco. A estrutura da Direcção contempla três Gabinetes com missões específicas, o Gabinete de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo (GPBC-FT), responsável pela coordenação das actividades de prevenção nestas matérias e pela monitorização da observância das sanções internacionais; o Gabinete de Controlo de Cumprimento – Intermediação Financeira (GCC), órgão especializado em matérias de intermediação financeira e o Gabinete de Compliance (GC) com competências de compliance de espectro genérico.

Em matéria de prevenção do branqueamento de capitais, o GPBC-FT recorre a diversos aplicativos informáticos, por forma a agilizar uma adequada monitorização da transaccionalidade de Clientes e Contrapartes. No 1º semestre deste exercício, este Gabinete prosseguiu os seus trabalhos de aperfeiçoamento dos processos e metodologias de análise e investigação nas áreas do Branqueamento de Capitais e das Sanções Internacionais, e de optimização das funcionalidades dos referidos aplicativos informáticos, em articulação com a BanifServ e os respectivos fornecedores.

Assinale-se igualmente neste âmbito a divulgação pelo Financial Action Task Force (FATF/CAFI), em finais de Fevereiro, dos novos International Standards on Combating Money Laundering and the Financing of Terrorism & Proliferation - The FATF Recommendations, com impactos no processo de revisão do normativo interno, iniciado em 2011, e no Manual de PBC-FT do Banco.

Já no decurso do segundo trimestre, decorreram os trabalhos de auditoria interna à actividade do GPBC-FT, que permitiram identificar diversas oportunidades de melhoria em processos internos do Gabinete bem como em domínios que cruzam as actividades da DEO, da DQO e das Direcções comerciais.

De referir ainda a publicação, em final de Maio, do Aviso do Banco de Portugal n.º 9/2012, que estabeleceu novos requisitos de reporte em matéria de gestão do risco de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo – o Relatório de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo (RPB) – com o intuito de reforçar a qualidade da informação reportada ao BdP pelas entidades sujeitas à sua supervisão, reporte este de significativa densidade informativa e de articulação problemática com as obrigações preexistentes de reporte em sede de controlo interno.

No domínio da actuação do GCC, parte significativa das actividades desenvolvidas no primeiro semestre centrou-se em funções de assessoria, consequência do elevado número de pareceres emitidos, com particular incidência para os relativos ao tratamento a dar a reclamações que apresentavam maior complexidade e para os relativos à colocação e comercialização de produtos e serviços.

De salientar que o tipo de assessoria desenvolvida pelo GCC se traduz fundamentalmente em aconselhamento a outras áreas do Banco, no sentido de estas alinharem as suas práticas e procedimentos com os requisitos legais aplicáveis, residindo a sua importância no facto de funcionar simultaneamente como um controlo de tipo preventivo que evita situações de incumprimento. O crescente recurso das diferentes áreas do Banco, envolvidas directa ou indirectamente na prestação de serviços de intermediação financeira, ao aconselhamento do GCC indicia que os riscos de compliance são hoje melhor percepcionados pelos órgãos dirigentes e demais colaboradores, constituindo este um passo essencial para o desenvolvimento de uma cultura de compliance forte.

As actividades de controlo são exercidas numa base “on-going”, destacando-se as análises de transacções sobre instrumentos financeiros – seja na perspectiva de controlo de “operações pessoais”, seja com a finalidade de detectar indícios de abuso de mercado –, e a realização de “acções de controlo”, com base em compliance check-lists elaboradas com a finalidade de avaliar o grau de cumprimento pelo Banif das disposições legais e regulamentares aplicáveis a determinada área de negócio.

Estas actividades de controlo do cumprimento da legislação e regulamentação representam um papel fundamental na eficácia da função compliance, pois permitem identificar e sanar eventuais incumprimentos, evitando a sua repetição futura. Por outro lado, reforçam o “ambiente de controlo” junto da organização, concorrendo também para reduzir comportamentos “non compliant”.

No que concerne às funções de reporte, o GCC assegurou mais uma vez a coordenação do relatório de avaliação do sistema de controlo interno das actividades de intermediação financeira, remetido à CMVM no final do primeiro semestre, e articulou internamente a monitorização da implementação das recomendações formuladas pelos auditores externos relacionadas com a temática da salvaguarda dos activos de Clientes.

Ao nível do acompanhamento de novas iniciativas regulatórias, foi assegurada a participação do Banco nos dois processos de consulta pública desencadeados pela CMVM, o primeiro referente ao projecto de Regulamento sobre informação, publicidade e comercialização de produtos financeiros complexos e o segundo sobre a transposição das Directivas do prospecto e da transparência.

No que respeita à actividade do Gabinete de Compliance, para além da regular monitorização de iniciativas legislativas e da actividade regulamentar do Banco de Portugal em matéria de supervisão comportamental, este órgão assegurou a elaboração de contributos e a participação em processos de consulta, no âmbito da APB, dos quais se destacam os respeitantes à transposição integral da Directiva relativa à comercialização à distância de serviços financeiros prestados a consumidores e à iniciativa europeia sobre protecção de dados, consubstanciada numa proposta de Regulamento sobre a protecção dos dados pessoais de titulares individuais.

Na vertente da mitigação de riscos de compliance, o GC continuou a privilegiar uma intervenção de índole preventiva, prestando esclarecimentos às demais unidades orgânicas sobre a correcta interpretação da regulamentação com impacto e reflexos nos produtos e serviços disponibilizados pelo Banco e articulando, com a DO e outras Direcções envolvidas, processos de elaboração e de revisão do normativo interno, formulando pareceres e elaborando contributos sobre os mesmos.

No domínio das suas atribuições em matéria de supervisão comportamental, o GC encetou a sua colaboração num task force interno com o propósito de desenvolver mecanismos que mitiguem a ocorrência de incumprimentos da legislação e regulamentação aplicáveis ao Banco, ao nível dos requisitos de prestação de informação pré-contratual e contratual a Clientes.

### **Banif – Banco de Investimento, SA**

No decurso do 1.º semestre de 2012, a Direcção de *Compliance* do Banif – Banco de Investimento, SA (BBI) prosseguiu, nos termos definidos no respectivo Plano de Actividades Anual, a sua acção de acompanhamento e de avaliação periódica da eficácia dos processos, políticas, procedimentos e normas internas aplicáveis ao exercício das actividades desenvolvidas pelo Banco e respectivas sociedades participadas (Participadas) - Banif Gestão de Activos – SGFIM SA (BCA), Banif Açor Pensões – SGFP SA (BAP), Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos SA (Gamma) e Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco SA (BC), tendo apresentado durante o mês de Maio de 2012, aos respectivos órgãos de administração e de fiscalização, os Relatórios de *Compliance* do BBI, BCA e BAP, referentes ao 1.º trimestre de 2012.

No âmbito desta sua atribuição, a DC adopta medidas de controlo preventivo e de acompanhamento das actividades desenvolvidas, e colabora com as demais Unidades Orgânicas, através de emissão de pareceres/informações e ainda da prestação de aconselhamento solicitado.

Durante este semestre a DC continuou a acompanhar e monitorizar o cumprimento das normas e procedimentos internos que regulam o exercício das actividades desenvolvidas pelo BBI e Participadas, tendo efectuado as Avaliações de Cumprimento trimestrais, por referência ao 4.º trimestre de 2011 e ao 1.º trimestre de 2012, nas áreas de gestão de patrimónios (BBI), gestão de fundos de investimento (BCA) e gestão de fundos de pensões (BAP).

Foi igualmente efectuada a primeira Avaliação de Cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis à elaboração e divulgação de Recomendações de Investimento (Research) por referência ao 2.º semestre de 2011, bem como a primeira Avaliação de Cumprimento, igualmente por referência ao 2.º semestre de 2011, relativa aos requisitos legais aplicáveis à actividade de consultoria para o investimento.

Neste semestre foi ainda realizada a Avaliação anual de Cumprimento dos requisitos legais e contratuais aplicáveis ao desempenho das funções de Banco Depositário de Fundos de Investimento.

No que respeita ao acompanhamento levado a cabo pela DC no que respeita à prevenção da ocorrência de conflitos de interesses, a DC promoveu a aprovação e divulgação de um projecto de Instrução de Serviço onde se concretizaram as principais situações de potenciais conflitos de interesses na actividade desenvolvida pelo BBI e Participadas e se elencaram as medidas adoptadas para prevenir e evitar a ocorrência de conflitos de interesses.

Refira-se ainda que a DC tem vindo a conferir especial atenção à temática das aberturas de conta, o que se tem traduzido no reforço dos procedimentos existentes e na produção de pontos de situação periódicos.

Durante este semestre, com o objectivo de actualização e formalização adequada da “lista de insiders” prevista no artigo 348.º do Código dos Valores Mobiliários, a DC efectuou o levantamento das pessoas susceptíveis de integrar essa lista, em virtude das funções desempenhadas e/ou da informação a que podem aceder de forma regular, e promoveu a elaboração de um projecto de Instrução de Serviço, a divulgar por todos os colaboradores do BBI e Participadas, onde foram sistematizados os deveres que sobre esta matéria impendem sobre o Banco.

Em matéria de PBC-FT, e ainda na monitorização da observância das sanções internacionais, o BBI e Participadas continuam a adoptar medidas que permitam a sua conformidade com os *Guidelines* do Grupo, tendo a DC continuado igualmente a desenvolver a sua actividade de controlo dos procedimentos e rotinas instituídos nesta área, e que são sistematizados nos Relatórios AML anexos aos Relatórios de *Compliance* trimestrais.



A correspondência escrita trocada com as Entidades de Supervisão, que deve ser do conhecimento prévio da DC, continua a ser registada por esta Direcção, sendo este registo complementado, por uma ferramenta informática, Audit Follow Up, que permite gerir e controlar de forma mais eficaz todos os pedidos de informação efectuados pelas entidades de supervisão.

Neste âmbito, refira-se ainda que a DC elabora relatórios trimestrais denominados “MIS Risco de *Compliance* – Reportes e Comunicações com Reguladores), anexos aos Relatórios de *Compliance* trimestrais, que integram informação relativa à qualidade das relações desenvolvidas pelas Direcções do Banco e Participadas com as entidades de supervisão, onde se ponderam aspectos como a tempestividade na resposta àquelas entidades, o respeito pelos prazos estabelecidos e pelos compromissos assumidos.

Acresce aos relatórios já referidos, o reporte funcional regular ao *Compliance* Corporativo, segundo o qual a DC submete trimestralmente um Relatório informativo ao Group Head of Compliance, sem prejuízo da interacção permanente que se promove com esta função corporativa.

### **Banco Banif Mais, SA**

No decurso do 1º semestre de 2012 a função de *compliance* do Banif Mais desempenhou as tarefas periódicas que lhe estão atribuídas nomeadamente foram enviados ao *Compliance* Corporativo, dois reportes trimestrais sobre os acontecimentos relevantes em termos de *compliance* do Banif Mais em Portugal, Polónia e Eslováquia com o intuito de manter devidamente informado o Conselho de Administração da Banif SGPS, SA das matérias relevantes neste âmbito.

Além dos reportes regulares foi remetido ao *Compliance* Corporativo, o questionário sobre “Prevenção do Branqueamento de Capitais e Sanções Internacionais” e no âmbito do Relatório de Controlo Interno, foram enviados os contributos no que se refere à Função de *Compliance*. Foi igualmente remetida para a Área de Imagem Corporativa - Sustentabilidade do Banif, a contribuição do *Compliance* do Banif Mais para o Relatório de Sustentabilidade do Grupo de 2011 nomeadamente sobre os temas “Códigos de Conduta e Business Principles” e “Filantropia Estratégica”.

No que se refere ao acompanhamento e avaliação dos procedimentos de controlo interno em matéria de branqueamento de capitais e financiamento de terrorismo, o *Compliance* do Banif Mais mantém uma pesquisa quinzenal à base de dados para detectar eventuais situações não reportadas, para além do controlo das ocorrências registadas pelos colaboradores.

No período referido o normativo interno do Banif Mais sofreu diversas actualizações para acomodar a evolução normal da actividade, tendo sempre em vista adequar os procedimentos às melhores práticas, às exigências internas dos desenvolvimentos estratégicos ou informáticos e às exigências legais.

Os deveres de reporte de informação prudencial ao Banco de Portugal foram cumpridos de forma fiável e atempada e todas as emanações desta entidade foram devidamente transmitidas aos colaboradores responsáveis pelo seu cumprimento.

## **2.7 Auditoria**

A Auditoria Interna Corporativa, adiante designada de AIC, enquadra-se na Estrutura Corporativa do Banif – Grupo Financeiro, tendo como principais funções:

- a) Assessorar o Conselho de Administração em matérias relacionadas com a Auditoria Interna, nomeadamente no que respeita à definição e implementação da respectiva estratégia e política ao nível do Grupo;
- b) Coordenar a elaboração e a implementação do Programa Anual de Auditoria Interna, para todo o Grupo;
- c) Acompanhar as actividades desenvolvidas pelas áreas da auditoria interna exercidas pelas Entidades que compõem o Grupo, bem como promover de forma directa ou indirecta acções de auditoria junto das Entidades do Grupo que não disponham de órgão de auditoria interna próprio;
- d) Garantir o reporte consolidado da Auditoria Interna do Grupo aos respectivos Órgãos Sociais e às Entidades de Supervisão.

A função de Auditoria Interna do Grupo encontra-se dotada de um modelo organizacional sólido que incorpora os requisitos regulamentares, as orientações e as melhores práticas de auditoria interna, reconhecidas e aceites a nível nacional e internacional para a prossecução da sua visão, missão e objectivos estratégicos.

A função de Auditoria Interna implementada no Grupo procura assegurar que sejam cumpridos os requisitos do Aviso nº5/2008 do Banco de Portugal, os quais implicam grandes exigências de controlo interno/auditoria, dentro de princípios de rigor e eficácia, ao nível das instituições do Grupo sujeitas ao referido Aviso.

Neste âmbito, o organigrama geral de auditoria interna engloba as filiais do Grupo, estando nomeados os respectivos responsáveis e aprovados os documentos estruturais (Carta de Princípios, Estratégia, Regulamento de Auditoria Interna e Código de Ética) que completam a moldura orgânica e de actuação da função de Auditoria Interna, em base coerente e consistente, reforçando o controlo interno corporativo e, consequentemente, a convergência e eficiência na consecução dos objectivos a nível individual.

No decurso do 1º semestre de 2012, a AIC desenvolveu diversas actividades de coordenação inerentes à relação funcional que desempenha relativamente às funções de auditoria individuais, nomeadamente na definição dos Planos de Actividades, no acompanhamento das acções de auditoria, no reporte de informação e na elaboração dos conteúdos dos relatórios de controlo interno relacionados com a auditoria interna.

O acompanhamento da elaboração e aprovação dos Planos de Actividades das funções de auditoria individuais das Entidades do Grupo reveste-se de grande relevância, tendo em conta que este trabalho possibilita a recomendação da realização de auditorias com objectivos específicos, nomeadamente no que concerne à gestão dos riscos e, bem assim, o saneamento de deficiências indicadas pelo Regulador.

A AIC realizou também, no decurso do período em análise, diversas acções com o objectivo de avaliar os níveis de eficácia dos procedimentos de controlo interno implementados pela empresa-mãe, conforme previsto no n.º 2 do artigo 24.º do referido Aviso. Ainda, efectuou a revisão independente do processo de auto-avaliação da adequação do capital interno (ICAAP - Internal Capital Adequacy Assessment Process), com emissão do respectivo Parecer, que apresentou ao Conselho de Administração da Banif SGPS, SA, conforme estipulado na Instrução n.º 15/2007 do Banco de Portugal.

O Banif – Grupo Financeiro faz parte do universo de organizações aderentes às boas práticas no que respeita à implementação do Processo de Avaliação da Qualidade e Aperfeiçoamento da função de Auditoria Interna. A AIC e as funções de auditoria interna das Filiais desenvolveram um processo de auto-avaliação da actividade do qual resultou a identificação de oportunidades de melhoria. Os resultados obtidos foram apresentados ao Conselho de Administração da Banif SGPS, SA.

Ainda, a AIC mantém o processo de acompanhamento, com carácter de recorrência, das recomendações/saneamento das medidas correctivas decorrentes das deficiências de controlo interno relatadas no Relatório sobre o Sistema de Controlo Interno do Banif – Grupo Financeiro relacionadas com a função de auditoria.

### **3. BANCA COMERCIAL**

#### **3.1 Banif – Banco Internacional do Funchal, SA**

##### **3.1.1 Actividade Comercial na Região Autónoma da Madeira**

A actividade do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA na Região Autónoma da Madeira, durante o 1.º semestre de 2012, continuou a ser caracterizada pelo clima adverso da actual conjuntura económica e social do país.

Este factor, transversal a todas as áreas de actividade do país, tem sido particularmente sentido nesta Região, face ao processo de implementação do Plano de Ajustamento Económico e Financeiro assinado pela Governo Regional da Madeira. Este facto tem sido um dos principais catalisadores da forte retracção económica regional, sentida durante os primeiros seis meses de 2012.

Por consequência e dada a implantação do Banco na região, estes factores têm provocado inúmeros condicionalismos ao natural desenvolvimento do negócio da Direcção.

Perante este cenário, a Direcção Comercial da RAM manteve o seu plano estratégico, adaptando-o naturalmente à realidade actual. Este plano assenta em três vectores: crescimento das rubricas recursos e comissionamento, recuperação do crédito vencido e controlo de custos da Direcção.

Apesar da orientação estratégica, a rubrica “Recursos de Clientes”, regista uma evolução negativa de 2,1%, em termos homólogos, para um total de 2.121,5 milhões de euros. Porém, esta variação resulta sobretudo das variações negativas dos depósitos de algumas Instituições Públicas, decorrentes da passagem destas contas para a gestão do IGCP - Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público. Recorde-se que esta era uma das imposições do Plano de Ajustamento Económico e Financeiro. Outro dos fenómenos que contribuem para este decréscimo, continua a ser a desconfiança generalizada sentida pelo segmento da emigração, com especial incidência desde o resgate financeiro do país.

A carteira de crédito vivo, por se viver um período de menor procura e de menor acesso ao mesmo, registou um decréscimo de 9,1% face ao período homólogo, para um total de 1.394,6 milhões de euros.

Relativamente à carteira de Clientes activos (CIF's), e apesar do esforço da Direcção neste cômputo, nota para o decréscimo em cerca de 4,0%, para 92.102, relativamente ao mesmo período de 2011.

Neste semestre, um dos aspectos mais importantes do plano de trabalho da Direcção foi o reforço contínuo da posição do Banco nos mercados com forte implementação da emigração portuguesa – Venezuela e África do Sul. Este plano de trabalho confere às visitas a estes países, uma cobertura geográfica bastante abrangente, com *targets* perfeitamente identificados – *Retail*, *Privado* e *Corporate*. As visitas visam ainda o contínuo reforço do canal promotor, que tem apresentado resultados interessantes do ponto de vista comercial.

Nota, neste âmbito, para a realização do I Encontro de Gerações na África do Sul, em Março, assim como para a realização de um jantar institucional, que precedeu o Encontro, e que reuniu em Joanesburgo mais de 400 convidados.

Outra das orientações assumidas pela DCRAM, em conformidade com a liderança na RAM, prende-se com a sua política de responsabilidade social. Neste contexto, sublinhe-se a aposta na valorização do empreendedorismo, através da parceria com o projecto “rs4e” – road show for entrepreneurship – que premeia as ideias mais empreendedoras dos alunos da região.

Sublinhe-se ainda o patrocínio da VI Conferência Anual do Turismo, um evento que tem tido um papel importante na orientação do sector do Turismo na RAM, sendo inclusivamente considerada pelo sector, uma das mais importantes iniciativas de debate e de dinamização do Turismo na RAM.

No campo desportivo, social e cultural continuou-se o longo trabalho de parceria desenvolvido com o Clube Sport Marítimo e com o Clube Desportivo Nacional, sobretudo através de iniciativas junto de crianças e jovens em várias escolas da Região.

Valores em milhões de Euros			
	<b>Jun-12</b>	<b>Jun-11</b>	<b>Δ 11/12</b>
<b>Recursos</b>	2.121,6	2.166,3	-2,1%
<b>Crédito</b>	1.394,6	1.534,7	-9,1%
<b>Base de Clientes Activos</b>	92.102	95.966	-4,0%

### 3.1.2 Actividade Comercial na Região Autónoma dos Açores

A actividade comercial do Banif na Região Autónoma dos Açores, desenvolvida no decurso do primeiro semestre de 2012, foi igualmente condicionada pela actual conjuntura económico-financeira, caracterizada pela retracção da actividade económica, com restrições aos financiamentos e tendência de agravamento dos indicadores de crédito vencido. Neste cenário, a actuação da Direcção Comercial da Região Autónoma dos Açores procurou responder à reorientação das principais estratégias e prioridades, norteadas para a captação de recursos, manutenção da qualidade no crédito e redução de custos de estrutura, com vista ao incremento da rentabilidade e à consolidação da posição de liderança que o Banco mantém no mercado regional açoriano.

Neste contexto, a gestão da carteira de clientes tem-se revelado especialmente desafiante, registando-se no final do primeiro semestre de 2012 um total de 75.806 clientes activos, distribuídos pelos segmentos de *Retail*, *Privado* e *Corporate*, representando uma evolução de apenas -1,1% desde o início do ano\*. Por seu turno, o empenho na prestação de um serviço de qualidade continua a traduzir-se na manutenção de um elevado número médio de produtos por cliente.

A importante gestão criteriosa do crédito concedido, associada a uma menor procura de financiamentos bancários, repercutiu-se numa manutenção da carteira de crédito por desembolso, face a idêntico

período de 2011, que se posiciona em 1.562 milhões de euros no final de Junho de 2012, indo ao encontro das metas definidas.

A evolução carteira de Recursos de Balanço, que se situa em 934 milhões de euros, dá nota de um decréscimo de 2,6% face ao período homólogo, justificado pela elevada concorrência de taxas de remunerações no mercado, mas também por alguma transferência de recursos para produtos fora de balanço, de acordo com as estratégias delineadas.

Reflectindo o investimento na componente das poupanças, ao longo do primeiro semestre de 2012 foi implementado um programa específico para a emigração, que veio imprimir uma nova dinâmica no segmento, orientada para a captação de novos recursos e clientes, com introdução de novos conceitos, implementação de novas ferramentas, maior enfoque em campanhas específicas e reforço da rede de promotores, suportado ainda por um plano de visitas periódicas aos principais mercados da emigração açoriana.

A par das iniciativas nacionais, continuou a ser dado especial ênfase a acções específicas da região, direccionadas quer para os mercados da emigração, quer para o mercado regional, com destaque para a captação de recursos e para o negócio de *cross selling*, das quais são exemplo a campanha “Still Love You” – reedição de idêntica campanha realizada no ano anterior, desenvolvida para a semana do dia dos namorados e a campanha “Semáforos” - que potencia a subscrição de diferentes tipos de seguros não vinculados, para os quais o Banco tem objectivos.

Sensível aos projectos de dinamismo cultural da sociedade açoriana, e no âmbito da sua política de responsabilidade social e cultural, o Banif renovou, no início do ano, os protocolos de cooperação com as duas principais casas de espectáculo de S. Miguel: Coliseu Micaelense e Teatro Micaelense. E, foi precisamente no Teatro Micaelense, que tiveram lugar dois espectáculos dos “Amor Electro” – um dos maiores projectos musicais portugueses da actualidade, nos dias 16 e 17 de Março, patrocinados, em conjunto, pelo Banif e pela Açoreana.

Com vista ao reforço da já antiga relação de parceria que une a Universidade dos Açores e o Banif, ao mesmo tempo que se oferece uma motivação suplementar aos estudantes desta instituição de ensino, o Banif atribuiu, novamente, em Fevereiro, um prémio monetário ao aluno que apresentou a média mais elevada da parte curricular do Mestrado em Gestão/MBA, numa sessão organizada em conjunto com a Universidade, no decurso da qual foi proferida a palestra “Liderança em tempo difíceis”, pelo Eng. Belmiro de Azevedo.

No campo desportivo, o Banif voltou a marcar presença no Dia do Patrocinador, organizado pela Fundação Pauleta, durante o qual decorreu um torneio transversal a diversos escalões, assim como um jogo entre os pais das crianças que frequentam a escola e uma equipa de pais do Banif.

Dando continuidade à política de apoio às empresas dos Açores, em Fevereiro, foram celebrados com o Governo Regional dois novos protocolos designados: Linha de Apoio à Reestruturação de Dívida Bancária das Empresas dos Açores e Apoio à Liquidez e Linha Açores Empresas III. Em paralelo, foi também assinado um aditamento à Linha Açores Investe II, que previu a actualização da tabela de *spreads* e a prorrogação do seu prazo de vigência até Julho do corrente ano. Foi ainda neste semestre concretizado o aditamento ao Protocolo Sider – Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores, que contempla, igualmente, a revisão do preço.

Também no decurso do primeiro semestre de 2012, foi dado início a um conjunto de iniciativas comerciais onde se procura reforçar o relacionamento com as Escolas, através da proposta de formalização de um protocolo ordenado, com benefício para os Colaboradores da Instituição.

Finalmente, no ano em que o Banco Michaelense celebra 100 anos de Memória, esteve patente ao público no átrio do edifício Banif, em Ponta Delgada, de 19 de Abril a 27 de Maio, uma exposição que pretendeu devolver, a quem a visitou, a memória deste Banco, assim como homenagear Colaboradores, Clientes, amigos e todos aqueles que, de uma forma ou de outra, tornaram possível a perenidade e o sucesso desta Instituição.

	Valores em milhões de Euros		
	Jun-12	Jun-11	Δ 11/12
<b>Recursos</b>	933,9	958,6	-2,6%
<b>Crédito</b>	1.561,9	1.559,0	0,2%
<b>Base de Clientes Activos</b>	75.806	81267 <sup>(*)</sup>	-6,7%

<sup>\*</sup>Aproximação ao Nº de Clientes (CIFs) activos no 1º semestre de 2011 face à métrica actualmente em vigor. Foram considerados os clientes que apresentavam pelo menos uma conta activa nessa data. Esta aproximação deve-se à inexistência do critério actual em 2011. Por esta razão, o comparativo dos dados de clientes é feito face a Dez. de 2011 e não ao período homólogo.

### 3.1.3 Actividade Comercial no Continente

#### Segmento de Empresas e Médio/Alto de Particulares

A Direcção de Empresas e Banca Privada (DEP) é o órgão responsável pela coordenação e desenvolvimento das áreas de negócio de pequenas e médias empresas, institucionais e particulares de médio-alto rendimento em Portugal Continental. Integra ainda o Núcleo de *Factoring*, órgão que gere o negócio de *Factoring* e *Confirming* do Banco.

Na actual conjuntura, a actividade da DEP continuou direccionada para o cumprimento das metas estabelecidas no programa de desalavancagem e financiamento, com grande enfoque no estreitamento do GAP Comercial, no controlo da qualidade da carteira de crédito e no aumento da rentabilidade da área comercial. Os *spreads* continuaram a ser utilizados como ferramenta de gestão, reflectindo quer o risco associado aos clientes em geral e às operações em especial, quer as dificuldades de financiamento do sector bancário nacional, permitindo ainda controlar os montantes de crédito concedido. Tendo sempre presente os rácios de solvabilidade do Banco, a solidez do negócio e a qualidade da carteira de crédito, continuou a utilizar-se o *repricing* e o reforço de garantias associadas às operações de crédito como ferramentas de gestão. Conseguiu-se, assim, uma melhoria de 0,76 pp na margem financeira de crédito.

Não obstante as medidas explicitadas, registou-se uma deterioração da carteira de crédito. A recessão económica, o aumento do desemprego e o encerramento de empresas provocaram um aumento do crédito vencido, com especial destaque para o sector da construção. O agravamento da situação económica, com degradação dos riscos actuais e consequente deterioração da carteira de crédito, impôs um acompanhamento estrito e sempre actualizado dos clientes e dos respectivos negócios, antecipando, nomeadamente, situações de incumprimento.

Tal como ao nível da carteira de crédito, a carteira de recursos de balanço registou um decréscimo. Apesar do esforço de captação e manutenção de recursos de clientes realizado, o ambiente competitivo que caracterizou o sector bancário português ao nível dos produtos de poupança tradicional, provocaram um decréscimo na carteira de recursos de balanço face ao período homólogo. A aposta na área de institucionais, efectuada em 2011 no segmento de particulares, aumentou a propensão ao registo de variações na carteira. Neste período a variação negativa concentrou-se maioritariamente num desses clientes, com grande rotação no montante dos depósitos.

Ao nível dos custos operacionais e de estrutura, prosseguiu-se a política de controlo anteriormente implementada. Continuou-se a apostar na racionalização e optimização das unidades de negócio, com constante ajustamento da estrutura ao volume de negócios. No segmento de empresas, a DEP encerrou o semestre com 13 Centros de Empresas e 37 Gestores. O segmento privado encontra-se actualmente estruturado em 22 Gestores.

Desta forma e relativamente a Junho de 2011, a DEP registou uma variação negativa no Crédito Total concedido a clientes (incluindo Programas de Papel Comercial e Crédito Vencido) de 987 milhões de euros (-23%), atingindo 3.311 milhões de euros no final do semestre. A Carteira de Recursos de Balanço registou também um decréscimo de 509 milhões de euros (-26%), atingindo 1.420 milhões de euros em Junho de 2012.

Ao nível da Carteira de Clientes Activos, a DEP registou uma diminuição de 8% face ao final de Junho de 2011. Esta variação reflecte o esforço de desalavancagem efectuada no segmento empresa.



Valores em milhões de Euros

	<b>30-Jun-2012</b>	<b>30-Jun-2011</b>	<b>Δ 11/12</b>
<b>Recursos Balanço</b>	1.420,0	1.929,4	-26,4%
<b>Crédito Total</b>	3.310,7	4.297,9	-23,0%
<b>Base de Clientes Activos</b>	7.231	7.896	-8,4%
<b>Base de Clientes</b>	17.434	17.270	0,9%

### Núcleo de *Factoring*

No 1º semestre de 2012, a actividade desenvolvida pela área de *factoring* e gestão de pagamentos a fornecedores, registou uma contracção assinalável.

As variações negativas homólogas registadas ao nível do volume de cedências realizadas e saldo de antecipações, cifraram-se em 50% e 5%, respectivamente, atingindo, no final de Junho de 2012, 108 milhões de euros e 150 milhões de euros

Em linha com a evolução do volume de negócio gerido por esta área, as comissões apresentaram uma evolução negativa de 15% relativamente ao mesmo período do ano anterior, atingindo 0,5 milhões de euros. A margem financeira atingiu os 4 milhões de euros, traduzindo um incremento positivo de 25%. Desta forma, no período em análise, o produto bancário apresentou uma evolução positiva de 18%, atingindo 4,5 milhões de euros.

No 1º semestre de 2012, não houve alterações relevantes na estrutura da carteira de créditos sobre clientes, comparativamente ao final do 1º semestre de 2011, continuando o sector da construção a registar o maior peso.

### Segmento de Retalho

A Direcção da Rede de Agências – DRA, em alinhamento com os objectivos estratégicos do Banco, desenvolveu a sua actividade muito focada em 3 grandes linhas: Crescimento dos recursos, contenção no crédito e melhoria da produtividade.

No que respeita aos recursos, o esforço permanente na captação, na melhoria dos produtos, na pequena poupança, permitiu que a DRA, na comparação entre o 1º semestre de 2012 com o período homólogo, tenha registado uma variação positiva dos recursos de 428 milhões de euros, o que corresponde a uma variação de 13% e a um montante global no fecho do 1º semestre de 2012 de 3.671 milhões de euros.

Quanto ao crédito, montante global da carteira da DRA ascendeu, em 30 de Junho de 2012, a 2.917 milhões de euros, que corresponde a um decréscimo de 5% quando comparado com o ano anterior.

Esta contenção no crédito, estratégica como se referiu, não foi contraditória com os níveis de serviço e de relação com os clientes que sempre pautaram o posicionamento da Direcção e do Banco.

Mantiveram-se níveis adequados de produção de Crédito Imobiliário, CGT, Crédito Pessoal e Cartões no financiamento a particulares e, no domínio das micro e pequenas empresas, a Rede de Empresas e Empresários, que integra a DRA, manteve a sua oferta de qualidade, bem como o acompanhamento e financiamento dos seus clientes através de uma equipa de gestores que no final do primeiro semestre de 2012 ascendia a 47.

No que respeita à produtividade, várias iniciativas foram realizadas durante o 1º semestre de 2012, todas conducentes à melhoria dos indicadores de produtividade associados à Rede de Agências. Desde logo e na óptica da produção, procurou-se incrementar a relação com clientes através da colocação de mais produtos, sejam eles do Banco ou de empresas do Grupo. Este esforço traduziu-se num rácio de 3,55 produtos por cliente activo e tem vindo sistematicamente a ser melhorado. Igualmente, foi possível captar cerca de 16.000 novos clientes activos durante o semestre em análise.

Contribuindo igualmente e de forma importante para a melhoria da produtividade está o esforço, que se mantém, de racionalização da rede, quer em termos de Recursos Humanos, quer em termos de Unidades Operacionais. Durante o primeiro semestre de 2012 foram encerradas 6 Unidades de Negócio de um total previsto para o corrente ano de 20 Unidades de Negócio, num processo necessário mas que tem sempre presente prudentes critérios de salvaguarda do Banco e dos seus clientes, mantendo-se a conveniência e a relação.

A DRA terminou o semestre com uma rede de 254 Agências e um rácio de 3,91 empregados por Unidade de Negócio, indicador que compara bem com o sector.

### **3.1.4 Novos Canais de Distribuição e de Apoio às Áreas de Negócio**

#### **Banca Telefónica**

No decorrer do 1º semestre 2012, a Direcção da Rede Directa, na sua vertente “Outbound”, realizou cerca de 426.000 chamadas, valor que compara com um total de 516.000 alcançado em período homólogo.

Ao contrário do que vinha sendo hábito, não foram realizadas campanhas de crédito pessoal e de colocação do produto Conta Gestão de Tesouraria. Verifica-se assim uma reorientação e maior enfoque

na colocação de outro tipo de produtos do activo, tendo sido realizada a campanha de colocação de Cartões de Crédito Simple, para a qual se registou uma taxa de subscrição de cerca de 57%.

No que respeita à captação de recursos, teve início em Abril, a campanha “Soluções Poupança 2012”. No final de Junho tinha sido atingida uma taxa de subscrição na ordem dos 93%, valor próximo dos 95% alcançados em igual momento em 2011.

No âmbito do programa contínuo de aferição do nível de satisfação dos Clientes, foram realizados os inquéritos previstos no Sistema de Gestão de Qualidade. Em 2012 foi lançada nova iniciativa dirigida aos Clientes Banif Mais, cujo objectivo passa pela abertura de contas junto do Banif SA.

No que concerne ao núcleo de “Contact Center”, o número de chamadas atendidas na Linha Banif registou um incremento de 12% face ao 1º semestre de 2011. O número de chamadas atendidas nos 1ºs 15 segundos encontra-se próximo dos 95%.

À presente data, encontram-se publicados os resultados do 2º semestre de 2011, relativos à avaliação externa da qualidade de serviço no atendimento telefónico; o Banif manteve e reforçou a liderança em ambas as vertentes avaliadas, atingindo no domínio da banca comercial uma avaliação global de 93,15% e na banca operacional uma avaliação global de 97,48%.

Na componente de recuperação de crédito não contenciosa, foram obtidas as seguintes taxas globais de recuperação (rácio entre o número total de processos regularizados e o número total de processos entrados/trabalhados da DRA, RERAM e RAA): crédito pessoal - 79%, crédito imobiliário - 78%, contas correntes caucionadas, letras e livranças e recuperação de juros e descobertos DO das Contas Gestão de Tesouraria - valores a rondar os 70%.

Verifica-se uma ligeira redução nas taxas de recuperação dos diferentes produtos face ao final do 1º semestre de 2011.

Ainda sobre a actividade de recuperação, o total de processos entrados atingiu um valor na ordem dos 55.000, número que representa um ligeiro acréscimo face aos 54.000 processos registados nos primeiros seis meses de 2011. As chamadas registadas ao nível desta actividade perfizeram, aproximadamente, um total de 350.000, o que representa uma variação homóloga positiva de cerca de 40%.

### **Banca Electrónica**

Em termos globais, o objectivo traçado para este 1º semestre de 2012 foi a valorização do Banif@st como um dos principais vectores do processo de fidelização de Clientes e de satisfação na relação destes com o Banco.

A flexibilização e a adaptação do serviço às necessidades e expectativas dos seus utilizadores procurou solidificarem o *Banifast* como o canal de relação mais imediato e de utilização mais frequente e contínua.

A promoção da adesão massiva ao Extracto Integrado em formato digital desempenhou um papel fundamental no cumprimento do objectivo enunciado. Para além do sempre importante contributo para a preservação do meio ambiente, através da redução substancial do consumo de papel, a facilidade e a rapidez de acesso à informação constituem vantagens reais ao alcance dos Clientes aderentes.

O precioso contributo das unidades de negócios, em combinação com a reestruturação e a optimização da funcionalidade de adesão, permitiu a activação do formato digital do Extracto Integrado em cerca de 55% das contas activas.

Por outro lado a vertente transaccional do serviço passou a estar operacional praticamente de forma permanente, dando desta forma continuidade ao alargamento do horário de disponibilidade do *Banifast*. No que concerne ao tema da Segurança, que constitui um foco de atenção constante, foi alargado o espectro da monitorização das transacções realizadas no serviço e disponibilizada mais e melhor informação de prevenção e alerta para os ataques cada vez mais direccionados e em constante crescimento.

Relativamente ao sistema de autenticação forte, ponto fulcral da estratégia de segurança do serviço, manteve-se o esforço de colocação do sistema junto dos Clientes com utilização frequente do serviço sendo que, até à data, 44% dos utilizadores frequentes já tinham aderido ao *Banifast SAFE Bank*.

No que respeita aos resultados quantitativos no final do 1º semestre, aproximadamente 90% dos Clientes do Banco concretizaram a sua adesão ao *Banifast*. Destes, 23% fazem uma utilização regular do serviço, mantendo-se a Internet como o canal de eleição.

O número de entradas nos diversos canais cresceu 12% face ao período homólogo de 2011, traduzindo num aumento de 13% nas transacções de negócio realizadas pelos Clientes. Em linha com estes crescimentos, os proveitos gerados pelas operações sujeitas a preçário aumentaram 15% relativamente ao 1º semestre do ano transacto.

Na vertente das Soluções de Poupança, manteve-se a tendência de crescimento de utilização das funcionalidades que permitem constituições e entregas (pontuais e programadas). Comparando com os primeiros 6 meses de 2011, as constituições cresceram 22% e as entregas registaram uma taxa de crescimento de 37%.

### 3.1.5 Marketing Estratégico

#### Gabinete de Gestão de Informação de Negócio

Das principais actividades desenvolvidas pelo Gabinete de Gestão de Informação de Negócio no primeiro semestre de 2012 destacam-se as seguintes:

- Disponibilização do software de planeamento automático de actividades – *Planning* – à rede de retalho e empresas;
- Alargamento da Gestão Electrónica das Propostas de Crédito para a rede de retalho do continente;
- Desenvolvimento de um Sistema de Informação de Gestão para o Banif Banco (Malta);
- Tratamento e análise de dados para suporte de vários trabalhos de consultoria externa;
- Desenvolvimento e disponibilização do software para gestão do Modelo de Incentivos das redes comerciais;

#### Gabinete de Protocolos e Cross Selling

O primeiro semestre de 2012 foi marcado por uma conjuntura algo adversa, que condicionou a venda de produtos das Empresas Associadas nas Redes Comerciais do Banco. Não obstante, existiram casos em que a prestação foi caracterizada por um sucesso assinalável.

Os Seguros Reais, nomeadamente as rubricas Acidentes e Doença e Incêndio não vinculado e Outros, destacaram-se ao registar uma variação de +9% face à produção, em prémios pagos, de período homólogo do ano anterior. Já o PPR termina o semestre em linha com o verificado no ano anterior, igualmente em termos de prémios pagos.

Os Fundos de Investimento continuaram a registar durante este período uma forte retracção ao nível de volumes sob gestão. Apresentaram, contudo, resultados positivos no que ao número de investidores de Fundos de investimento Mobiliário diz respeito, com uma variação de +3% em número de aforradores face ao final do ano anterior.

Como destaques do semestre podemos ainda assinalar as excelentes prestações registadas na Campanha de Seguro de Saúde, com a venda de apólices a cerca de 2.250 Clientes; a Campanha de Seguro de Recheio, com a colocação de cerca de 2 800 apólices; a Campanha de PPR, com cerca de 3,3 milhões de euros em constituições e reforços de apólices; a participação na colocação do Empréstimo Obrigacionista da ZON, com o registo de 25,5 milhões de euros de intenções de compra por parte dos

nossos Clientes e a colocação bem sucedida de 49 milhões de euros em Obrigações de Caixa Banif 2012/2015.

Nos Protocolos, os denominados Protocolos Ordenado continuaram a servir de alavanca na angariação de novos Clientes para o Banco. Mais de 800 novos Clientes captados com a ajuda desta ferramenta, representando cerca de 4% da captação global conseguida no semestre.

Quanto à outra vertente dos Protocolos Comerciais, a fidelização de Clientes, interessa referir a média 4,4 produtos por Cliente registada, acima do rácio médio verificado no universo de Clientes - 3,26 produtos por Cliente.

### **Núcleo de Planeamento e Estratégia de Marketing**

- Produção de diversos estudos de benchmarking, regulares e pontuais, a nível nacional e internacional, e de análise comparada do portefólio de produtos e serviços do Banco, face ao mercado;
- Análise a campanhas da concorrência (análise semanal) e disponibilização do Boletim Semanal da Concorrência (análise semanal);
- Análise do posicionamento do Banif;
- Elaboração e acompanhamento do plano global de campanhas comerciais do Banco, em estreita articulação com as Direcções de Produto e as Direcções Comerciais;
- Gestão estratégica e operacional do Catálogo de Produtos e Serviços e do Preçário disponibilizado pelo Banco aos seus Clientes;
- Gestão permanente do processo de aferição do nível de satisfação dos Clientes (particulares e empresas) do Banco através de inquéritos segmentados por áreas de actividade;
- Monitorização e divulgação de informação relativa ao processo de Mystery Shopping, no âmbito do projecto da "Qualidade de Serviço" das Agências Banif, assim como relativa aos Mystery Calls (call-center);

#### **3.1.6 Produtos de Crédito e de Poupança**

Relativamente aos Produtos de Activo geridos pela DRMP, destaca-se, no 1º semestre de 2012, a integração da gestão do Crédito Imobiliário nesta Direcção, na sequência da extinção da DCRI, assim como o ajustamento do normativo de produtos de activo com a entrada em vigor do novo Regulamento Geral de Crédito.

## Crédito Pessoal

No âmbito da concessão de Crédito ao Consumo, na modalidade de Crédito Pessoal, a actividade referente ao 1º semestre de 2012 caracterizou-se pelos seguintes factos:

- Contracção do crédito concedido a Clientes em consequência do agravamento do contexto económico;
- Reestruturação de produtos de crédito pessoal associados a protocolos comerciais, nomeadamente através da revisão das suas condições.

Face ao período homólogo anterior, a carteira de Crédito Pessoal registou um decréscimo de 8% e 18%, em número de contratos e em saldo, respectivamente, atingindo, no final do 1º semestre, 233,7 milhões de euros, correspondendo a 53.375 contratos de empréstimo activos.

## Crédito Imobiliário

A carteira de crédito imobiliário, incluindo os créditos securitizados, decresceu cerca 5%, atingindo, no final do primeiro semestre de 2012, o valor de 3.265 milhões de euros, o que em termos absolutos representa um decréscimo de 73 milhões de euros face ao final de 2011. Esta diminuição é resulta da redução da procura (quebra de 83% face ao primeiro semestre 2011) e da maior exigência na concessão do crédito,

A produção realizada neste primeiro semestre atingiu um valor de 24,8 milhões de euros (quebra de 78% face a período homólogo), com o *spread* médio a atingir 3,42%, o que produziu efeito positivo no *spread* médio da carteira, elevando-o a 1,20%, que compara com 1,18% verificado no final de 2011. Este aumento é reflexo dos diversos ajustamentos de *spread* efectuados pela contratação de novos créditos, na sequência do aumento dos custos de *funding*.

Em termos de originação, neste primeiro semestre, a rede comercial do Banco representou 93% do negócio, sendo o canal agenciado responsável pelos restantes 7% da produção. Estes dados comparam com a relação 70% / 30% verificada em período homólogo, reflectindo assim a dinâmica actual que se vem verificando no mercado de crédito imobiliário.

## Crédito Especializado – Crédito a Pequenos Negócios

No que respeita à gestão de produtos para Clientes do segmento Pequenos Negócios, destacam-se, no 1º semestre de 2012, as seguintes acções:

- Adopção de critérios restritivos na concessão de crédito, no âmbito das Soluções CCT;

- Revisão em alta das taxas de juro praticadas na concessão de crédito, por força do aumento do custo do *funding* e de restrições de balanço;
- Revisão global do *merchandising* de produtos disponível no ponto de venda, em articulação com a DCI.

A carteira de crédito concedido ao abrigo da Conta Gestão Tesouraria registava, no final do 1º semestre de 2012, 16.700 contratos e 263,5 milhões de euros, o que materializa um decréscimo de 12% e de 10%, respectivamente, face ao período homólogo anterior, que registava 18.880 contratos representativos de uma Carteira de 291,1 milhões de Euros.

### Contas de Depósitos e Produtos de Poupança

Na sequência da reestruturação da oferta levada a cabo em 2011, no âmbito da qual foram disponibilizados produtos diferenciados por segmento, prosseguiu-se, no 1º semestre de 2012, à especialização dos produtos de acordo com determinados perfis de clientes e do seu envolvimento financeiro, visando a captação de recursos e a fidelização dos clientes, através de planos de entregas programadas em Poupanças.

Destacam-se as seguintes acções implementadas no 1º semestre de 2012:

- Reestruturação da oferta de produtos de passivo para aplicação de poupanças das Famílias;
- Alteração das condições de comercialização das principais Contas Poupança: o montante mínimo de abertura e reforços foi reduzido;
- Reorganização da oferta destinada ao segmento jovem e sua dinamização através do desenvolvimento de acções promocionais com vista à captação de recursos e de novos Clientes do segmento;
- Lançamento do Depósito Rendimento Imediato: depósito com pagamento antecipado de juros;
- Lançamento, em articulação com a DME, de Campanha associada ao 4º Quadrante do Programa Comercial 2012, através da colocação de poupanças, cartões de crédito e de débito.

### Meios de Pagamento

No 1º semestre de 2012, a área de Meios de Pagamento do Banif, focou-se essencialmente no desenvolvimento de novos produtos com vista a alargar o seu portefólio, na qualidade de serviço ao Cliente, no aumento da taxa de penetração junto de Clientes, através de Campanhas e Acções de Divulgação. Destacamos algumas das principais actividades desenvolvidas e/ou iniciadas no início do exercício do ano de 2012:



## **i. Cartões**

Em Fevereiro de 2012 o Banif lançou o Cartão de Crédito Simple, através de uma campanha de limites Pré-Concedidos, com a duração de 4 meses. Esta campanha apresentou uma colocação final de cerca de 8.500 Cartões, com uma taxa de activação na ordem dos 82%.

Foi iniciado em Março de 2012, o processo de incorporação da Carteira de Cartões de Crédito Banif Mais na Carteira do Banif e encontra-se à presente data em fase de conclusão.

O Banif, alinhado com os restantes emissores Nacionais, e com as melhores práticas verificadas no Mercado de Meios de Pagamento, participará no projecto de arranque do *Contactless* em Portugal com data de início estimada para o 2º semestre de 2012. Este projecto tem como objectivo central, dinamizar o Mercado de Emissores, *Acquirers* e Clientes para os pagamentos de baixo valor através da tecnologia *Contactless*.

Foi concluído durante o 1º semestre de 2012, a renegociação relativa à renovação da licença de utilização da imagem Hello Kitty com a Sanrio, encontrando-se em fase de formalização contratual.

Foram concluídos os desenvolvimentos informáticos sobre o Cartão Pré-Pago, tendo o Banif por objectivo lançar este produto para diferentes segmentos no 2º semestre de 2012.

O protocolo com a SATA foi assinado por mais 4 anos, e tem como objectivo dar continuidade à parceria já existente, alargando a oferta de produtos e serviços promovidos por esta parceria.

Foram realizadas diversas campanhas de incentivo transaccional, durante o 1º semestre de 2012, nomeadamente, a campanha da Visa sob o tema dos Jogos Olímpicos, a campanha de Aniversário do Zoo, a campanha do dia do Pai e a campanha do Dia da Mãe, esta com incidência exclusiva sobre cartões Hello Kitty.

## **ii. Análise da carteira**

O Banif tem vindo a registar descidas na Carteira de Cartões de Débito desde Janeiro de 2012, apresentando em Junho de 2012 uma variação negativa de 2,2% nesta Carteira face ao período homólogo. A Carteira de Crédito apresenta uma variação positiva na ordem dos 5,5% em relação ao mesmo período de 2011. De uma forma global, e devido ao peso da Carteira de Cartões de Débito na Carteira total, a tendência no 1º semestre de 2012, foi de uma ligeira descida, posicionando-se a variação nos -0,9% face ao período homólogo.

	<b>Jun-2012</b>	<b>Jun-2011</b>	<b>Variação</b>
<b>Cartões de Crédito</b>	76.140	72.206	5,5%
<b>Cartões de Débito</b>	311.894	319.023	-2,2%
<b>Total de Cartões</b>	<b>388.034</b>	<b>391.229</b>	<b>-0,9%</b>

### iii. Terminais de Pagamento Automático e Caixas Automáticos

Relativamente a Terminais de Pagamento Automático, no final do 1º semestre de 2012 registava-se um total de 6.533 equipamentos apoiados pelo Banco, face a 6.693 no mês homólogo do ano anterior.

Relativamente a Caixas Automáticos, o Banif manteve, no ano, a sua política de limitar o número de instalações de Caixas Automáticos fora de loja, concentrando esforços na melhoria da rentabilidade dos actuais equipamentos e na optimização dos seus processos operativos. No final do semestre, o número de Caixas existentes era de 529, face a 553 em Junho de 2011.

#### 3.1.7 Recuperação de Crédito Vencido e em Contencioso

O montante total de crédito em incumprimento, não considerando a carteira titularizada ascendia, no final de Junho, 684,1 milhões de euros, dos quais 594,0 milhões de euros estavam afectos à Direcção de Recuperação de Créditos (DRC).

A actividade desenvolvida no âmbito da recuperação central de créditos materializou-se num montante acumulado de recebimentos (capital, juros, despesas e comissões) de 115,9 milhões de euros (+57% face ao período homólogo).

Num contexto caracterizado por um forte aumento do crédito vencido, procedeu-se ao desenvolvimento de um processo de revisão dos modelos de acompanhamento e recuperação de crédito, tendo em vista uma melhoria das taxas de eficácia na gestão do crédito vencido.

O plano de transformação concretizado contemplou um conjunto alargado de iniciativas, em que assumiram particular relevância:

- A assignação à DCR da responsabilidade pela monitorização da totalidade dos processos no âmbito da recuperação de crédito, desde a fase inicial de incumprimento, numa óptica transversal às diferentes Unidades Orgânicas que participam no seu desempenho;

- A antecipação da participação da DRC na monitorização e recuperação dos créditos, que passou a acompanhar os clientes com um nível de exposição mais significativo a partir do 30.º dia de incumprimento. Nesse âmbito, sempre que o entenda adequado, a DRC promove e articula com as Unidades de Negócio os planos de acção que deverão ser assegurados na recuperação dos créditos;
- A constituição de um novo Comité de Recuperação de Crédito, que inclui na sua composição os Administradores com os pelouros da DRC e das Direcções Comerciais e assume a responsabilidade pelo acompanhamento dos clientes em incumprimento com exposição mais significativa com uma frequência mínima mensal;
- A alteração das competências na análise e decisão de crédito (incluindo reestruturações) relativamente aos clientes sob gestão das Unidades de Negócio com incumprimento superior a 30 dias, que passam a ser exercidas ao abrigo do estabelecido no Regulamento de Crédito Vencido;
- A implementação de um novo modelo de avaliação de desempenho das Redes Comerciais, indexado a um esquema de incentivos, em que a eficácia atingida na recuperação de crédito assume um peso preponderante;
- A introdução de uma maior especialização de estruturas da DRC em função da materialidade, especificidades e fase dos processos de recuperação, em que se incluiu a constituição de equipas focadas exclusivamente na gestão dos clientes com maior nível de exposição e em processos de insolvência com maior relevância.

As alterações introduzidas foram determinantes para a melhoria da eficácia registada na recuperação do crédito registada no período em análise. Perspectiva-se que a sua consolidação e aprofundamento, nos próximos meses, permita prosseguir a potenciação de ganhos adicionais a esse nível.

### **3.1.8 Actividade Financeira**

O 1.º semestre de 2012 continuou marcado pela turbulência nos mercados financeiros internacionais, com repercussões ao nível da confiança no sistema financeiro e afectando a liquidez das instituições bancárias. Neste sentido, o recurso a operações de refinanciamento junto do BCE e a uma forte procura por recursos de Clientes particulares continuaram a ser as principais fontes de financiamento. Nesta envolvente adversa, a Direcção Financeira desempenhou um papel importante ao nível da gestão integrada dos activos e passivos financeiros do Grupo, assegurando uma intervenção dinâmica ao nível dos mercados monetário e cambial e desenvolvendo todo o relacionamento institucional com contrapartes nacionais e internacionais, necessário ao bom funcionamento desta actividade. Foi também relevante o apoio prestado às Direcções Comerciais na conceptualização e desenvolvimento de produtos para venda nas redes comerciais.

A política de investimentos em activos financeiros de elevada liquidez foi conduzida com o apoio das equipas de análise do Banco de Investimento, seguindo um perfil conservador na selecção dos emitentes e privilegiando uma diversificação sectorial consistente com o enquadramento macroeconómico. Tendo por base as condições adversas de mercado, o Banif manteve uma política de diversificação nas suas áreas de actuação, limitando os investimentos nas suas carteiras de acções e obrigações e privilegiando um elevado nível de liquidez do seu balanço.

Os resultados líquidos globais em operações financeiras cifraram-se em 1,5 milhões de euros no final do 1.º Semestre de 2012, contra um resultado de 2,5 milhões de euros no período homólogo de 2011. O valor apurado resultou, principalmente, da reavaliação de derivados e dos passivos de justo valor.

O mercado cambial continuou marcado por uma grande volatilidade durante o 1.º semestre de 2012. A incerteza quanto à manutenção da Grécia no euro, a pressão no mercado da dívida de Espanha e Itália, a intensificação de sinais de abrandamento no crescimento da economia mundial e as incertezas em relação à recuperação do mercado de trabalho e do imobiliário nos Estados Unidos da América foram factores que contribuíram para este cenário.

As autoridades monetárias mantiveram as suas políticas expansionistas com o FED e o BCE a manterem as suas taxas directoras entre 0% e 0,25% e 1%, respectivamente.

A conjugação destes factores contribuiu para uma valorização do Dólar Americano face ao Euro, cotando-se nos 1,2590 no final de Junho.

A volatilidade dos mercados financeiros e a diminuição de operações comerciais foram factores que originaram a não obtenção de resultados significativos nas operações cambiais com os resultados a ascenderem a 80 milhares de euros no final do 1.º semestre de 2012, contra os 397 milhares de euros em igual período de 2011.

O Banif manteve uma política equilibrada de gestão da liquidez, com o intuito de minimizar os riscos de mercado, apostando em aplicações de menor risco, fazendo a cobertura de risco nos activos mais voláteis, reduzindo os *mismatches* das taxas de juro e fazendo uma avaliação desta abordagem.

A estabilidade da liquidez foi feita através do *funding* de Clientes, do recurso ao mercado monetário e às operações de refinanciamento do BCE. Durante o 1.º semestre de 2012, os Clientes do Banco privilegiaram aplicações em depósitos a prazo, certificados de depósito e em aplicações de títulos de curto prazo, em virtude da instabilidade dos mercados financeiros.

A este nível, destacam-se os recursos captados directamente pela Direcção Financeira junto de determinados Clientes Institucionais, os quais ascendiam, no final do 1.º Semestre, a 135 milhões de euros.

O total de activos elegíveis para desconto no Banco Central Europeu, existente na carteira do Banco no final do 1.º Semestre, ascendia a 5.7 mil milhões de euros, com um valor líquido de “haircuts” no montante de 2,65 mil milhões de euros, contra 4,45 mil milhões e 2,66 mil milhões de euros respectivamente, no período homólogo de 2011. O recurso a financiamento via BCE ascendeu a 2,5 mil milhões de euros contra os 2,53 mil milhões de euros em igual período de 2011. No total dos activos elegíveis, o Banco tinha em carteira 285.9 milhões de euros em Bilhetes do Tesouro.

Durante o 1.º Trimestre, procedeu-se ao processo de estruturação de uma nova emissão de Obrigações, com o prazo de 3 anos, no montante de 300 milhões de euros, com a garantia do Estado, que foi finalizada em Maio, para a realização de operações de *repo*.

No que diz respeito ao mercado de risco de crédito português, durante o primeiro semestre de 2012 as principais agências de *rating* procederam a novo corte das notações de *rating* da República Portuguesa. As razões apresentadas pelas agências centraram-se pela incerteza em relação à política orçamental e económica que aumentam o risco de o Governo não ser capaz de atingir as metas de redução do défice previstas no Programa de Estabilidade e Crescimento.

Neste contexto e como seria de esperar, os bancos portugueses viram as suas notações de *rating* serem cortadas com a mesma amplitude da República. Assim, também os *ratings* de longo e curto prazo, do Banif – Banco Internacional do Funchal S., foram revistos em baixa.

As notações de *rating* do Banif são, actualmente:

	Longo Prazo	Curto Prazo	Outlook
Moody's (28-03-2012)	B1	NP	Negativo
Fitch (23-12-2011)	BB	B	Negativo

### 3.1.9 Actividade Internacional

O Banif – Grupo Financeiro tem uma vasta presença no exterior em 16 países e 4 continentes através de bancos, sucursais, escritórios de representação e incorporated companies, com o objectivo de oferecer produtos / serviços diversificados aos seus clientes, com enfoque quer nos negócios internacionais, quer no apoio a residentes no exterior.

A base para a presença internacional do Banif – Grupo Financeiro tem sido o acompanhamento da internacionalização das empresas suas clientes, a proximidade às comunidades portuguesas, o acesso a mercados onde existem boas oportunidades de negócios e com elevado potencial de crescimento.

A apoiar as comunidades portuguesas, o Banif está presente através de Escritórios / Estruturas nos EUA, no Canadá e na Venezuela, onde desempenham um papel fundamental na representação do banco e na identificação e facilitação de boas oportunidades de negócio para o Grupo Banif e/ou seus clientes. Aproveitando as sinergias da presença física, o Banif pretende também, através da rede no exterior, fomentar o incremento do negócio de Comércio Exterior estreitando as relações entre empresas portuguesas e empresas localizadas nesses mercados, detidas preferencialmente por empresários portugueses e/ou luso descendentes, e assim desta forma, promover também a exportação de produtos nacionais.

Das restantes presenças no exterior, somos a destacar o Banif Bank (Malta) plc, distinguido pela World Finance por 2 anos consecutivos como o melhor grupo bancário a operar em Malta, através do qual o Banco pretende disponibilizar aos seus clientes Não Residentes um maior leque de produtos / serviços e ofertas personalizadas adequadas às necessidades específicas daquele segmento de mercado.

O 1º semestre de 2012 continuou marcado pelos efeitos da crise económica global, propagados a diferentes níveis por todas as regiões do mundo, afectando, directa ou indirectamente, algumas das áreas geográficas onde o Banif opera.

As sucessivas descidas do *rating* da República Portuguesa têm tido também um forte impacto no financiamento da banca portuguesa junto dos mercados internacionais, condicionando fortemente o Banif na sua actividade internacional.

Gostaríamos no entanto de salientar, no âmbito da política de captação de recursos para o Banif, a emissão de “5Y Floating Rate Guaranteed Unsubordinated Notes”, no valor de 300 milhões de Euros garantido pela República Portuguesa, tendo com “Paying Agent” o Citibank e como “Lead Manager & Bookrunner” o Banif - Banco de Investimento.

Apesar das adversidades existentes na envolvente conjuntural global, durante este semestre, o Banif tem procurado incrementar e diversificar junto dos seus parceiros bancários, as suas linhas *funded* e *unfunded*, de modo a permitir apoiar a actividade das empresas portuguesas suas clientes, quer no seu movimento comercial, quer no seu investimento, procurando desempenhar um papel cada vez mais importante na sua internacionalização, em especial junto das Pequenas e Médias Empresas, principal motor de desenvolvimento da economia portuguesa.

Adicionalmente e em termos de negócio internacional, o Banif tem também concentrado esforços no apoio às empresas suas clientes (portuguesas e não residentes), oferecendo serviços de aconselhamento de *Trade Finance*, adequados às necessidades particulares de cada cliente, nomeadamente através do desenvolvimento de soluções *tailor made* para apoio ao comércio exterior e ao investimento, com acompanhamento de equipas de profissionais com elevado *know-how* em articulação com os respectivos gestores comerciais.

No decorrer deste semestre destaca-se a formalização de um contrato entre o Banif e a Instituição Multilateral, BERD – Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento, dando elegibilidade ao Banif para desempenhar o papel de Banco Confirmador em créditos documentários emitidos por bancos da região, no âmbito do seu *Trade Facilitation Program*.

Para além do *Trade Finance*, o Banco focalizou também a sua actuação no apoio à expansão do negócio dos seus clientes a mercados onde o Banif tem presença física no estrangeiro, acompanhando-os localmente através das suas estruturas no exterior, em articulação com a Direcção Internacional na Sede.

### **3.1.10 Síntese da Actividade e Resultados do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA**

As demonstrações financeiras do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA, referentes aos períodos em análise, foram preparadas em consonância com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005.

Porém, visando a análise do desempenho económico e a respectiva comparabilidade a nível internacional, bem como o contributo que o Banif representa para o Grupo, considera-se mais adequada a utilização de elementos contabilísticos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), as quais são adoptadas pela Banif SCPS, “empresa-mãe” do Grupo, na apresentação das suas Demonstrações Financeiras consolidadas.

Com este objectivo, foram preparados elementos contabilísticos pró-forma, em base IAS/IFRS, e respectivos indicadores, apresentados no quadro inserto no final desta análise, os quais são directamente comparáveis nos períodos em causa e espelham adequadamente o contributo do Banif para as contas consolidadas do Banif – Grupo Financeiro.

A análise daqueles elementos contabilísticos permite salientar o desempenho do Banco na actividade desenvolvida no 1.º Semestre de 2012, em comparação com igual período do ano anterior.

- O Resultado Líquido cifrou-se em -3.624 milhares de euros no final do 1.º semestre de 2012, uma diminuição de 1.088 milhares de euros quando comparado com o final do 1.º semestre de 2011, justificado principalmente pelo aumento de provisões e imparidade;
- O rácio de transformação de depósitos em crédito desceu de 121,6%, no final de Junho de 2011, e de 119,5% no final de 2011, para 116,4% no final do 1º semestre de 2012;
- O rácio de capital *Core Tier 1* situou-se em 8,42% e o rácio total em 8,2%, calculados nos termos regulamentares do Banco de Portugal.

### Demonstração de Resultados

No 1º semestre de 2012, a Margem Financeira, incluindo rendimentos de instrumentos de capital, ascendeu a 90,2 milhões de euros, menos 9,3 milhões de euros do que no período homólogo de 2011. A diminuição ocorrida reflecte (i) o agravamento do custo dos recursos de clientes, sobretudo dos depósitos a prazo; (ii) a retracção do Crédito a Clientes; (iii) o aumento do custo efectivo de passivos emitidos no âmbito das operações de securitização Atlantes Finance 4 e Atlantes SME 1, emitidos a desconto e cujo diferimento, até Junho de 2012, teve um impacto de 6,9 milhões de euros; (iv) o diferimento do desconto da emissão 2012/2019, colocada a 70% no âmbito da OPT efectuada em Dezembro de 2011, com um impacto de cerca de 1 milhão de euros no 1º semestre de 2012; e (v) a diminuição dos dividendos recebidos, em 1,3 milhões de euros, principalmente da sociedade Numberone, SGPS, Lda..

Os Lucros de Operações Financeiras registaram, no 1.º Semestre de 2012, uma diminuição de 1,5 milhões de euros, face ao mesmo período de 2011, para 1 milhão de euros. A diminuição ocorreu em todas as rubricas deste agregado, nomeadamente, em “Activos Financeiros Disponíveis para Venda”, com menos 778 milhares de euros, dos quais 558,5 milhares de euros referem-se a menos valias registadas na Operação Pública de Troca de Obrigações da República Helénica, em “Activos e Passivos Avaliados ao Justo Valor Através de Resultados” com menos 448 milhares de euros, em consequência de menos valias em unidades de participação de Fundos emitidos por empresas do Grupo, e em “Resultados de Avaliação Cambial” com menos 319 milhares de euros.

Os Outros Proveitos, que integram as Comissões e Outros Resultados de Exploração, líquidos, apresentaram uma subida de 5,9%, quando comparados com o período homólogo de 2011, atingindo 46,1 milhões de euros. As Comissões praticamente estagnaram, com uma variação de -0,8%, enquanto os Outros Resultados de Exploração apresentaram uma subida de 51,1%, devido principalmente à reclassificação, em 2012, para Impostos Correntes da Contribuição Extraordinária sobre do Sector Bancário, que em 2011 tinha sido contabilizada neste agregado, no valor de 1,6 milhões de euros. Retirando o efeito desta reclassificação, a variação dos Outros Resultados de Exploração ainda teria sido positiva em 3,2%.



Neste contexto, e principalmente devido à menor performance da Margem Financeira, o Produto da Actividade apresentou uma descida de 5,7%, ascendendo a 137,3 milhões de euros, menos 8,3 milhões de euros do que em 30 de Junho de 2011.

Os custos de funcionamento, que compreendem os Custos com o Pessoal, os Gastos Gerais Administrativos e as Amortizações, apresentaram uma descida de 0,4%, que corresponde a uma redução de 335 milhares de euros. Esta pequena redução deve-se à contabilização de custos não recorrentes, a seguir referidos, mantendo-se o esforço de racionalização como uma das prioridades do Banif.

Os Custos com o Pessoal ascenderam a 55,7 milhões de euros, mais 0,3 milhões de euros em relação a igual período do ano anterior, que representa um aumento de 0,6%. Refira-se que o quadro de pessoal foi reduzido em 3,3%, com menos 85 colaboradores. O pagamento de cerca de 1 milhão de euros de indemnizações contratuais, mais 0,9 milhões de euros do que no 1º semestre de 2011, foi o principal factor para este agregado não apresentar uma redução efectiva.

Os Gastos Gerais Administrativos atingiram 32,3 milhões de euros, uma descida de 1,2% relativamente ao 1.º Semestre de 2011, em consequência da continuação da política de racionalização de custos. Refira-se que, na sequência do programa de auditorias de iniciativa da Troika, o Banif suportou cerca de 539,7 milhares de euros de custos que lhe foram imputados.

As Amortizações apresentaram, no período em análise, uma diminuição de 3,6%, reflectindo o desinvestimento efectuado.

Em consequência da evolução dos custos de funcionamento e do Produto da Actividade, o rácio “Cost to Income” degradou-se em 3,7 p.p., tendo passado de 65,3%, no final do 1.º Semestre de 2011, para 69,0% no final do 1.º Semestre do ano em curso.

O Cash Flow de Exploração ascendeu a 49,3 milhões de euros, no final de Junho de 2012, uma descida de 14,3% face ao período homólogo do ano anterior.

As Provisões e Imparidade, líquidas de reversões e recuperações, calculadas de acordo com as IAS/IFRS, ascenderam 81,6 milhões de euros, em 30 de Junho de 2012, reflectindo um aumento de 58,2%, ou seja, mais 30,0 milhões de euros, quando comparadas com as registadas na mesma data de 2011. Esta evolução, de sinal negativo, decorre da degradação da conjuntura económica e financeira, com grande impacto no incumprimento das obrigações financeiras dos clientes.

Como atrás referido, os impostos correntes no valor de 1,9 milhões de euros, incluem a Contribuição Extraordinária sobre do Sector Bancário, que no exercício ascende a 1,7 milhões de euros. Por sua vez, os

Impostos Diferidos são positivos, no montante de 37,4 milhões de euros, relativos aos prejuízos fiscais reportáveis.

O Resultado Líquido, depois de impostos, em base IAS/IFRS, do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA ascendeu a -3.624 milhares de euros, registando uma descida de 42,9% quando comparado com o resultado registados no final do 1.º semestre do exercício anterior que ascendeu a -2.536 milhares de euros.

## Balanço

O Activo Líquido desceu 4,7% relativamente ao final de 2011, ascendendo a 15.959,8 milhões de euros. As diminuições verificadas no Crédito a Clientes, em cerca de 509,8 milhões de euros, e nos Activos Disponíveis para Venda, em 418,0 milhões de euros, são as principais causas da descida do Activo Líquido.

Apesar da descida do Crédito a Clientes, líquido de imparidades, em 5,4%, este agregado representava 56,1% do total do Activo Líquido contra 56,5% no final do exercício de 2011. Em termos brutos, o Crédito a Clientes ascendia a 9.445,3 milhões de euros, menos 5,1% do que em Dezembro de 2011, que corresponde a uma redução de 507,7 milhões de euros.

O Crédito a Particulares desceu 3,4%, menos 145,4 milhões de euros, com destaque para o Outro Crédito com menos 73,7 milhões de euros de saldo.

	<i>(montantes expressos em milhares Eur)</i>		
	<b>30-Jun-12</b>	<b>31-Dez-11</b>	<b>Variação</b>
<b>Particulares</b>	<b>4.115.191</b>	<b>4.260.578</b>	<b>-3,4%</b>
Crédito à Habitação	3.141.530	3.191.946	-1,6%
do qual titularizado	2.596.061	2.661.493	-2,5%
Consumo	323.409	344.683	-6,2%
do qual titularizado	89.524	231.830	-61,4%
Outro	650.253	723.950	-10,2%
<b>Empresas</b>	<b>5.240.464</b>	<b>5.611.215</b>	<b>-6,6%</b>
Desconto	178.631	192.656	-7,3%
Empréstimos	2.778.998	2.716.725	2,3%
do qual titularizado	735.952	862.984	-14,7%
Contas correntes	1.620.953	1.913.366	-15,3%
Outros	661.882	788.469	-16,1%
<b>Outros</b>	<b>89.691</b>	<b>81.289</b>	<b>10,3%</b>
<b>Total de Crédito Bruto</b>	<b>9.445.346</b>	<b>9.953.083</b>	<b>-5,1%</b>
Imparidade de Crédito	490.404	488.355	0,4%
<b>Total de Crédito Líquido</b>	<b>8.954.942</b>	<b>9.464.728</b>	<b>-5,4%</b>

O Crédito a Clientes ao segmento Empresas sofreu uma redução de 370,8 milhões de euros, cerca de -6,6% face ao final do exercício anterior. As Contas Correntes e os Outros Créditos foram as rubricas que apresentaram maiores reduções com -15,3% e -16,1%, respectivamente, enquanto os Empréstimos apresentaram uma variação de +2,3%.

No decurso do 1º Semestre de 2012, o Banif recomprou a operação de securitização Atlantes Finance 3, de crédito ao consumo.

O rácio de “Imparidade/Crédito Total” passou de 4,9% em Dezembro de 2011 para 5,2% no final do Semestre em análise, mantendo a tendência de deterioração da qualidade do crédito.

Ainda no Activo, e conforme já referido, o agregado Activos Disponíveis para Venda diminuiu 418,0 milhões de euros, devido principalmente às obrigações adquiridas no âmbito de operações de titularização, com menos 392,8 milhões de euros, em consequência da venda efectiva de títulos das operações Atlantes SME 1 e Atlantes Finance 4 e também, como já referido, pela recompra da operação Atlantes Finance 3.

Entre as datas em análise, o total do *funding* diminui 2,9%, tendo a sua estrutura sofrido algumas alterações. Os Recursos de Bancos Centrais e os Recursos de Clientes continuam a ser as principais fontes de *funding* com 21,8% e 67,3% do total, respectivamente. Relativamente a Dezembro de 2011, os Recursos de Bancos Centrais aumentaram 18% enquanto os Recursos de Clientes diminuíram 2,9%. No restante *funding*, são os Recursos de Outras Instituições de Crédito que têm maior representatividade, com 8,4% do total, +1,2 p.p. do que no final do semestre anterior.

	30-Jun-12	Est.	31-Dez-11	Est.	Variação
<i>(montantes expressos em milhares Eur)</i>					
Recursos de Bancos Centrais	2.510.163	21,8%	2.127.193	17,9%	18,0%
Recursos de Outras Instituições de Crédito	967.432	8,4%	858.630	7,2%	12,7%
Recursos de Clientes	7.767.452	67,3%	7.996.885	67,3%	-2,9%
Outras Responsabilidades Representadas por Títulos	81.672	0,7%	532.632	4,5%	-84,7%
Outros Passivos Financeiros	6.331	0,1%	8.361	0,1%	-24,3%
Passivos Subordinados	203.336	1,8%	362.228	3,0%	-43,9%
<b>Total de Crédito Líquido</b>	<b>11.536.385</b>	<b>100%</b>	<b>11.885.929</b>	<b>100%</b>	<b>-2,9%</b>

Como já referido, os Recursos de Clientes, que incluem Depósitos de Clientes e Certificados de Depósito, apresentam uma diminuição de 2,9%, face a Dezembro de 2011. Recorde-se que em Dezembro de 2011 estava em curso uma reclassificação entre produtos que aumentara naquela data o saldo de Depósitos à Ordem em 975 milhões de euros, o que justifica em parte a inversão na evolução dos saldos de Depósitos à Ordem e a Prazo, ocorrida no período em análise. Refira-se também que neste período liquidaram-se grandes depósitos de Institucionais.

	30-Jun-12	31-Dez-11	Variação
<i>(montantes expressos em milhares Eur)</i>			
<b>Depósitos de Clientes</b>	<b>7.694.683</b>	<b>7.918.156</b>	<b>-2,8%</b>
À ordem	1.318.789	2.444.916	-46,1%
A prazo	5.730.929	4.892.445	17,1%
Poupança	566.501	511.860	10,7%
Outros	78.463	68.935	13,8%
<b>Certificados de Depósitos</b>	<b>72.769</b>	<b>78.729</b>	<b>-7,6%</b>
<b>Recursos de Clientes</b>	<b>7.767.452</b>	<b>7.996.885</b>	<b>-2,9%</b>
<b>Total de Crédito Líquido</b>	<b>8.954.942</b>	<b>9.464.728</b>	<b>-5,4%</b>

readquiridas, para efeitos de colateral em operações de cedência de liquidez do Eurosistema.

O saldo dos “Outros Passivos Financeiros”, que inclui na sua totalidade a rubrica Passivos Financeiros Detidos para Negociação, desceu entre os períodos em análise 24,3%, mantendo uma representatividade residual no total do *funding*, 0,1%.

Os Passivos Subordinados diminuíram de saldo 43,9% entre as datas em análise, passando a sua representatividade de 3,0% para 1,8% no final do 1º Semestre de 2012, devido, fundamentalmente, à amortização de dívida subordinada.

Os Capitais Próprios do Banco, em base IAS/IFRS, ascendiam em 30 de Junho de 2012 a 835,2 milhões de euros, mais 1,4 milhões de euros face ao exercício de 2011.

O Rácio de Solvabilidade, calculado nos termos regulamentares do Banco de Portugal, situava-se em 8,2% no final do 1º semestre de 2012 (11,2% em Dezembro de 2011), e o rácio *Core Tier 1* ascendia a 8,4% (10,2% em Dezembro de 2011).

**Análise Comparativa em base IAS/IFRS:**

*(montantes expressos em milhares Eur)*

<b>Balanço</b>	<b>30-Jun-12</b>	<b>31-Dez-11</b>	<b>Variação absoluta</b>	<b>Variação %</b>
Activo Líquido	15.959.757	16.753.823	(794.066)	-4,7%
Crédito Concedido (Bruto)	9.445.346	9.953.083	(507.737)	-5,1%
Depósitos de clientes	7.694.683	7.918.156	(223.473)	-2,8%
Recursos totais de Clientes (balanço)	7.849.124	8.529.517	(680.393)	-8,0%
Capitais Próprios	835220	833.778	1.441	0,2%

<b>Demonstração de resultados</b>	<b>30-Jun-12</b>	<b>30-Jun-11</b>	<b>Variação absoluta</b>	<b>Variação %</b>
Margem Financeira (inclui Rendimentos de Instrumentos de Capital)	90224	99.590	(9.366)	-9,4%
Lucros em Operações Financeiras (líq.)	960	2.505	(1.545)	-61,7%
Outros Proveitos (líq.)	46100	43.530	2.570	5,9%
Produto da Actividade	137284	145.625	(8.341)	-5,7%
Custos com Pessoal	55657	55.341	316	0,6%
Costos Gerais Administrativos	32299	32.697	(398)	-1,2%
Cash Flow	49328	57.587	(8.259)	-14,3%
Amortizações do Exercício	6800	7.053	(253)	-3,6%
Provisões e Imparidade (líq.)	81640	51.614	30.026	58,2%
Resultado antes de impostos	(39112)	(1.080)	(38.032)	-3521,5%
Impostos (correntes e diferidos)	(35488)	1.456	(36.944)	-2537,3%
Resultado do Exercício	(3624)	(2.536)	(1.088)	-42,9%

<b>Outros indicadores</b>	<b>30-Jun-12</b>	<b>30-Jun-11</b>	<b>Variação absoluta</b>	<b>Variação %</b>
ROE *	-	-	-	-
ROA *	-	-	-	-
Resultado Antes de Impostos / Activo Líquido Médios*	-	-	-	-
Produto da Actividade / Activo Líquido Médios*	1,7%	1,8%	-	-
Resultado Antes de Impostos / Capitais Próprios Médios*	-	-	-	-
Custos de Funcionamento + Amortizações / Produto da Actividade	69,0%	65,3%	-	-
Custos Com Pessoal / Produto da Actividade	40,5%	38,0%	-	-
Rácio crédito líquido / depósitos	116,4%	121,6%	-	-

(\*) - anualizado

### 3.1.11 Perspectivas Futuras para o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.

A economia portuguesa foi afectada, durante o primeiro semestre de 2012, por um enquadramento externo desfavorável, caracterizado pelo forte abrandamento dos principais parceiros comerciais, pelo processo de desalavancagem dos agentes económicos domésticos, pela ausência de fontes de financiamento externo e por uma política orçamental contraccionista, decorrente da necessidade de cumprir com os objectivos de consolidação das finanças públicas acordados no PAEF assinado com o FMI, a EU e o BCE.

Neste contexto desfavorável, a recessão económica acentuou-se e os níveis de desemprego atingiram valores máximos de 15% no final do 1º semestre, o que implicou uma deterioração da qualidade das carteiras de crédito e um forte aumento do custo do *funding*, e que penalizou de forma significativa as condições de rendibilidade do sector bancário.

Por outro lado, o Banif - Grupo Financeiro necessita de recorrer ao Fundo de Recapitalização criado no âmbito do PAEF de forma a atingir o rácio de capital exigível para o final de 2012. Neste sentido, o Banif, SA submeteu, já no início do 2º semestre, o pedido formal de recapitalização às autoridades nacionais.

Perante esta realidade, e tendo presente que as principais necessidades de capital do Grupo se verificam ao nível da Banif SGPS, tornou-se necessário realizar uma ampla reestruturação societária do Banif - Grupo Financeiro. Nestes termos, após algumas operações de reestruturação já realizadas, nomeadamente a incorporação das sub-holdings Banif Comercial SGPS e Banif Investimentos SGPS na Banif SGPS, afigura-se fundamental prosseguir e aprofundar a reestruturação societária do Banif - Grupo Financeiro, colocando à cimeira do Grupo a entidade que, desde sempre, prosseguiu o seu negócio de maior relevo, representando cerca de 54% dos resultados consolidados.

A reestruturação será igualmente importante para redimensionar, simplificar, eliminar custos e, assim, contribuir positivamente para criar condições de sustentabilidade e desenvolvimento para o Banif - Grupo Financeiro, enquanto projecto de criação de valor.

A nova equipa de gestão do Grupo, que assumiu funções no final do 1º trimestre, desenhou e está a implementar um ambicioso plano estratégico, que é concomitante com os objectivos estabelecidos com o Estado no âmbito do plano de recapitalização que foi submetido conjuntamente com o pedido de acesso ao Fundo de Recapitalização e que, em grandes linhas, se caracteriza por i) alteração do governance do Grupo, através de uma simplificação da estrutura de sociedades que o compõem; ii) pela melhoria da eficiência operacional, e; iii) pela desalavancagem do balanço, através da revisão da composição da presença geográfica, da optimização dos activos ponderados pelo risco e do consumo de capital.

Por último, os riscos e a volatilidade da actual conjuntura, com impactos na liquidez, na redução da

margem financeira e na deterioração da qualidade dos activos, colocam desafios acrescidos ao sector financeiro e exigem um acompanhamento muito actuante sobre a realidade, que se procurará exercer sem perder de vista os objectivos estratégicos definidos.

## **3.2 Crédito Especializado**

### **3.2.1 Banco Mais, SA**

#### **3.2.1.1 Actividade em Portugal**

No âmbito da actividade do Banif Mais, SA em Portugal, o primeiro semestre do ano foi marcado pela diminuição das vendas de veículos e o maior peso do pronto pagamento no total das transacções, aliado ao aumento da idade média das viaturas financiadas, factos que justificam a redução da dimensão do mercado de financiamento automóvel.

Apesar dos condicionalismos referidos, de acordo com a estatística da Associação de Sociedades Financeiras para Aquisições a Crédito (ASFAC), no primeiro semestre de 2012 o Banif Mais, SA manteve o seu ranking no que se refere ao mercado de financiamento a meios de transporte, destacando-se a quota no mercado de financiamento de motas com 44,6% assegurando a 1.ª posição no *ranking*.

### **O Mercado Automóvel**

Em 2012 o mercado continua a ser fortemente condicionado pela situação económica dos consumidores e o respectivo impacto de contracção da procura de veículos. Segundo a ACAP (Associação de Comércio Automóvel de Portugal), em Portugal, o mercado regista forte queda em todos os tipos de veículos no primeiro semestre de 2012. As vendas de automóveis ligeiros de passageiros situaram-se nas 53.406 unidades, o que se traduziu numa forte contracção de 41,9% relativamente ao período homólogo de 2011. O mercado dos ligeiros de mercadorias sofreu também neste período uma forte contracção de 55,0%, enquanto os Veículos Pesados sofreram uma contracção de 47,3% relativamente ao período homólogo do ano anterior.

### **Produção e Carteira**

No contexto de mercado referido, o Banif Mais, SA Portugal celebrou, no primeiro semestre de 2012, 6.514 contratos, no valor de 44,7 milhões de euros, o que representa uma redução de 40,9% no valor financiado face ao período homólogo do ano anterior.

Durante o período sob análise, o Banco manteve critérios de análise restritivos e continuou a privilegiar o factor rendibilidade, o que, perante a redução das vendas de veículos e da procura de financiamento automóvel, ditou a redução do número e valor financiados face ao período homólogo do ano anterior.

A carteira de crédito, líquida de imparidade, em Portugal, apresentou um aumento de cerca de 5,8% no final de Junho de 2012 face ao final de Junho de 2011 sendo este aumento explicado pela concretização da operação de fusão anteriormente referida.

### **3.2.1.2 Actividade Internacional**

Na Eslováquia o mercado de viaturas novas de passageiros e comerciais ligeiros decresceu no primeiro semestre 0,5%, comparando com o mesmo período do ano anterior, atingindo o valor de 36.746 viaturas. No que respeita ao mercado de viaturas usadas, apesar de não existir nenhuma estatística oficial, tendo em consideração o registo de mudança de propriedade e das importações de viaturas usadas, estima-se que no primeiro semestre o mercado de retalho de viaturas usadas tenha atingido as 55.000 viaturas, apresentando um crescimento de cerca de 4% face ao período homólogo de 2011.

Na Polónia o mercado de venda de viaturas novas registou no período em análise um aumento, em relação a igual período de 2011 de 7,1% ou seja um total de 147.429 viaturas. No entanto, o mês de Junho apresentou uma diminuição de 5,8% em relação ao mês homólogo, com vendas aproximadas de 23.100 viaturas. No que respeita ao mercado polaco de viaturas usadas, estima-se que no primeiro semestre o mercado de retalho tenha atingido as 500.000 viaturas, apresentando um crescimento de cerca de 2,9%.

A aposta na actividade nestes mercados possibilitou que as sucursais do Banif Mais, SA na Eslováquia e Polónia celebrassem 1.134 contratos no primeiro semestre de 2012, no montante total de 4,6 milhões de euros, o que representou um crescimento de 26,0% e de 23,3%, em número e valor, respectivamente, face ao semestre homólogo de 2011.

Face aos níveis de risco existentes e ao agravamento da situação económica em Espanha, o Banif Mais, S.A. manteve, no primeiro semestre de 2012, o total enfoque na gestão da carteira de crédito, com particular destaque para a recuperação de crédito em mora, não havendo concessão de novos créditos.



Valores em milhões de Euros

<i>base IAS/IFRS</i>	<b>30-Jun-2012</b>	<b>30-Jun-2011</b>	<b>Δ 11/12</b>
<b>Activo Líquido</b>	799,5	725,1	10,3%
<b>Crédito Total</b>	791,5	719,7	10,0%
<b>Capital Próprio</b>	252,0	231,9	8,7%
<b>Produção Global</b>	49,4	79,7	-38,0%
<b>Margem Financeira</b>	15,0	18,7	-19,7%
<b>Produto da Actividade</b>	22,4	29,5	-24,2%
<b>Cash-Flow</b>	12,5	19,4	-35,7%
<b>Resultado Líquido</b>	8,3	14,9	-44,5%
<b>Custo Pessoal/Produto Bancário</b>	17,00%	14,80%	2,2 pp
<b>Cost to Income</b>	46,40%	35,70%	10,7 pp
<b>Produto Bancário/Activo Líquido Médio</b>	1,20%	7,50%	-6,3 pp
<b>ROE</b>	1,10%	13,30%	-12,2 pp
<b>ROA</b>	0,45%	3,80%	-3,4 pp
<b>RAI/Activo Líquido Médio</b>	0,20%	4,40%	-4,2 pp
<b>RAI/Capitais Próprios Médios</b>	0,50%	15,30%	-14,8 pp
<b>Imparidade do Crédito registada em Balanço/Crédito Total</b>	21,90%	19,30%	2,6 pp
<b>Rácio Solvabilidade</b>	34%	34%	0,1 pp
<b>Pontos de Venda</b>	22	23	-4,3%
<b>Número de Empregados</b>	265	252	5,2%

### 3.2.2 Banif Plus Bank, ZRT

O mercado de vendas de viaturas automóveis na Hungria registou no 1º semestre de 2012 valores idênticos ao do período homólogo de 2011 (242.954 unidades em 2012 face a 243.392 unidades em 2011). Contudo, estes números foram marcados por um forte crescimento nas vendas de viaturas novas, cerca de 20%, totalizando 27.782 viaturas novas, e um ligeiro decréscimo nas viaturas usadas, cerca de menos 2% num total de 215.172 unidades vendidas.

No que se refere às transacções financiadas no mercado automóvel estima-se com base nos dados do primeiro trimestre de 2012 que houve queda abrupta de unidades financiadas. Esta quebra registou-se tanto nas transacções financiadas de viaturas novas como de viaturas usadas.

A actividade da subsidiária do Banif Mais, S. na Hungria teve um desempenho homólogo positivo, com 1.624 contratos celebrados para um volume de 1.463.457.517 *forints* equivalente a 5.217.242 euros,

representando um aumento face a 2011 de cerca de 15,2% em termos de número de contratos. É de se salientar, tendo em consideração os dados disponíveis, o aumento da quota de mercado de 6,6% em 2011 para 10,1% em 2012 no que se refere às transacções financiadas de viaturas usadas.

Acrescenta-se ainda que as alterações legislativas iniciadas em 2010, entre outros condicionantes, tornaram o financiamento em moeda estrangeira cada vez mais restritivo. Assim e acompanhando a tendência geral do mercado, a penetração dos empréstimos na moeda local - o *forint*, representou no primeiro semestre de 2012 cerca de 99,5% dos novos contratos angariados.

Como agravante, o início de 2012 ficou marcado pela introdução de legislação mais restritiva em relação às TAEC, passando a ser definidos níveis máximos para o produto de crédito e tendo em consideração a utilização a que se destina (habitação, automóvel, cartões de crédito e outros). Esta medida vem no seguimento de sucessivas alterações legislativas, com enfoque na defesa do consumidor, que se tem vindo a manifestar por parte do governo húngaro e da supervisão bancária.

Valores em milhões de Euros

<i>base IAS/IFRS</i>	<b>30-Jun-2012</b>	<b>30-Jun-2011</b>	<b>Δ 11/12</b>
<b>Activo Líquido</b>	74,7	99,3	-24,7%
<b>Crédito Total</b>	76,9	101,9	-24,6%
<b>Capital Próprio</b>	24,7	26,1	-5,2%
<b>Produção Global</b>	5,2	5,6	-7,5%
<b>Margem Financeira</b>	3,6	4,7	-21,9%
<b>Produto da Actividade</b>	3,7	5,2	-27,4%
<b>Cash-Flow</b>	1,2	2,6	-51,9%
<b>Resultado Líquido</b>	1,3	0,8	72,3%
<b>Custo Pessoal/Produto Bancário</b>	18,70%	16,60%	2,1 pp
<b>Cost to Income</b>	68,70%	52,50%	16,2 pp
<b>Produto Bancário/Activo Líquido Médio</b>	7,80%	9,60%	-1,8 pp
<b>ROE</b>	10,20%	5,70%	4,5 pp
<b>ROA</b>	2,80%	1,40%	1,4 pp
<b>RAI/Activo Líquido Médio</b>	1,70%	1,80%	-0,1 pp
<b>RAI/Capitais Próprios Médios</b>	6,30%	7,10%	-0,8 pp
<b>Imparidade do Crédito registada em Balanço/Crédito Total</b>	17,30%	17,20%	0,1 pp
<b>Rácio Solvabilidade</b>	33,10%	26,30%	6,8 pp
<b>Pontos de Venda</b>	8	9	-11,1%
<b>Número de Empregados</b>	72	88	-18,2%

### 3.2.3 Banif Rent - Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA.

A produção do 1º semestre de 2012 traduziu-se em 900 contratos (921 no período homologado de 2011) o que correspondeu a um decréscimo de 2%. A produção do primeiro semestre teve como principais enfoques a realização de campanhas de realugueres e o prolongamento dos contratos existentes dando-se assim seguimento à política de controlo de investimento que tem vindo a ser adoptada.

No final do primeiro semestre de 2012 a frota total sob gestão era de 3.374 veículos (4.405 no período homologado de 2011), o que representa um decréscimo de 23% face a igual período do ano anterior.

Do total dos veículos sob gestão, 2.449 (2.951 no período homologado de 2011) incluem serviços (manutenção, pneus, viatura de substituição e seguro da Companhia de Seguros Açoreana), o que representa 72,5% da frota.

O Activo líquido da sociedade ascendeu a 66,5 milhões de euros, no final do 1º semestre de 2012 contra 87,5 milhões no período homólogo de 2011, o que representa um decréscimo de 21 milhões de euros.

O resultado líquido do período apresenta-se negativo em 5,2 milhões de euros, que compara com 1,5 milhões euros negativos, no final do primeiro semestre de 2011. Para este resultado contribuiu, o reforço das perdas por imparidade em cerca de 1,9 milhões de euros (0,5 milhões de euros em dívidas de clientes e 1,4 milhões de euros em activos tangíveis e activos não correntes detidos para venda), consequência de uma política de prudência que tem vindo a ser adoptada pela Empresa.

No primeiro semestre de 2012 a Banif Rent, procedeu-se à amortização da linha de crédito existente junto do Banif – Banco Internacional do Funchal com uma utilização de 50 milhões de euros, através da disponibilização de 55 milhões pela Banif Comercial, SCPS, SA a título de suprimentos.

Em 30 de Junho de 2012, o resultado de um programa de optimização de custos de estrutura que tem vindo a ser implementado desde o início do ano, o número de Colaboradores da sociedade era de 24 (34 em igual período do ano anterior).

Valores em milhões de Euros

	30-Jun-2012	30-Jun-2011	Δ 11/12
<b>Produção - nº contratos</b>	900	921	-2,3%
<b>Produção - investimento</b>	0	7	-100,0%
<b>Frota sob gestão</b>	3.374	4.405	-23,4%
<b>EBITDA</b>	2,2	6,0	-63,2%
<b>Activo Líquido</b>	66,5	87,5	-24,0%
<b>Capital Próprio</b>	(5,1)	(1,0)	-401,1%
<b>Resultado Líquido</b>	(5,3)	(1,5)	-249,1%
<b>Nº empregados</b>	24	34	-29,4%

### 3.3 Actividade Internacional

#### 3.3.1 Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd.

À data de 30 Junho de 2012, o volume de activos do Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd., ascendia a cerca de USD 532,3 milhões de dólares, o que traduz um decréscimo do Activo Total em 11%, face ao período homólogo.

Esta diminuição é explicada essencialmente pelo comportamento das rubricas de Disponibilidades em outras instituições de crédito e Crédito a Clientes, que sofreram uma quebra de USD 90,9 e USD 85,7 milhões, respectivamente, face ao período homólogo. Pese embora a diminuição significativa do Activo Total do Banco face ao 1º semestre de 2011, a sua estrutura registou alterações substanciais, nomeadamente no que diz respeito às rubricas de Aplicações em instituições de crédito e Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados, as quais registaram um crescimento de USD 45,5 e USD 79,1 milhões respectivamente, quando comparadas com o período homólogo de 2011.

No que respeita ao passivo do Banif (Cayman) Ltd., verificou-se um decréscimo de USD 59,6 milhões de face a Junho de 2011. Esta variação é essencialmente explicada pela diminuição verificada nas rubricas de Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados, que apresenta saldo 0 face aos USD 60,8 a Junho de 2011, Recursos de clientes e outros empréstimos que registou um decréscimo de USD 22,6 milhões (25%) e Responsabilidades representadas por títulos que evidenciou uma redução de USD 57,9 (48%). Estas variações foram, no entanto, parcialmente compensadas pela rubrica Recursos de outras instituições de crédito que registou um crescimento de USD 103,8 milhões (41%).

No 1º semestre de 2012, o Banif (Cayman) Ltd., apresentou um resultado líquido negativo de cerca de USD 9,5 milhões, o que evidencia um agravamento dos resultados face a 30 de Junho de 2011, data em que o Banco apresentou um resultado líquido negativo de USD 2,6 milhões.

A Margem Financeira em 2012 foi negativa em USD 652 mil, enquanto que no período homólogo tinha sido positiva em USD 1,1 milhões. O Produto Bancário registou uma quebra de USD 4,0 milhões justificada essencialmente pela rubrica de Encargos com serviços e comissões que aumentaram USD 2,8 milhões (2350%). A estes valores acresce ainda o aumento de USD 2,9 milhões (131%) em despesas com Correções de valor associados ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações), o que fez com que o resultado líquido sofresse o agravamento verificado.

Considerando a natureza das operações desenvolvidas, o controlo dos riscos de natureza reputacional e legal (cumprimentos das leis e regulamentações e em vigor no País, regras de controlo e detecção de lavagem de dinheiro ("AML rules and regulations") e as regras de identificação de Clientes ("KYC rules"), são devidamente assumidos e assegurados pela Direcção-Geral do Banif (Cayman), Ltd. nas Ilhas Caimão, que reporta directamente ao Conselho de Administração.

Valores em milhões de dólares

	<b>30-Jun-2012</b>	<b>30-Jun-2011</b>	<b>Δ 11/12</b>
<b>Activo Líquido</b>	532,3	599,3	-11,2%
<b>Crédito a clientes (Bruto)</b>	179,2	264,9	-32,3%
<b>Depósitos de clientes</b>	69,6	92,3	-24,5%
<b>Capital Próprio</b>	32,9	40,3	-18,4%
<b>Resultado Líquido</b>	(9,5)	(2,6)	-262,6%

Em 30 de Junho de 2012: 1 Euro (EUR) equivalente a 1,259 Dólares (USD)

### 3.3.2 Banif International Bank Ltd.

À data de 30 de Junho de 2012 o volume de activos do BIB ascendia a USD 694 milhões, o que representa um decréscimo de 16% face ao primeiro semestre de 2011, quando o activo total do banco era de USD 827 milhões.

A evolução negativa verificada, é essencialmente explicada pela diminuição verificada na rubrica de Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados, que foi de praticamente 100% (o que corresponde a uma variação negativa de USD 101 milhões), bem como a diminuição da carteira de crédito em 13%, tendo registado em Junho de 2012, USD 558 milhões, face aos cerca de USD 644 milhões no final de Junho de 2011.

Relativamente ao Passivo do Banco, verificou-se uma redução de 15%, o qual em Junho de 2011 apresentava USD 780 milhões, passando em Junho de 2012 a contabilizar USD 666 milhões. As principais variações face ao período homólogo verificaram-se nas rubricas de Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos, que apresentaram uma contracção de cerca de USD 52,5 e USD 106,5 milhões, respectivamente.

No 1º semestre de 2012 o BIB apresentou um resultado líquido negativo de USD 2,2 milhões, o que representa um agravamento de USD 2,0 milhões face aos USD 163 mil registados no primeiro semestre de 2011.

A queda do Resultado Líquido é essencialmente explicada pelas pelo pagamento de juros e encargos similares que ascenderam a cerca de USD 16,3 milhões nos primeiros 6 meses do corrente ano, enquanto que a Junho de 2011 apenas registavam USD 6,4 milhões.

Relativamente à Margem Financeira, constatamos que houve um decréscimo de USD 8,5 milhões (127%) face ao período homólogo, devido ao pagamento dos juros acima mencionados, apresentando neste período um saldo negativo de USD 1,8 milhões. Apesar deste agravamento, verificou-se um aumento dos Rendimentos de serviços e comissões que apresentaram um saldo de USD 2,7 milhões, tendo no entanto, sido absorvidos pela rubrica de Outros resultados de exploração cujo saldo foi de UD 4,2 milhões negativos, o que originou um Produto Bancário de USD 3,6 milhões negativos. Apesar disso, a rubrica Correções de valor associado ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidos de reposição e anulações), apresentou um saldo positivo de USD 2,0 milhões face aos USD 2,4 milhões negativos apresentados no período homólogo, o que veio provocar a melhoria do Resultado Líquido acima mencionado, face ao Produto Bancário.

Considerada a natureza das operações desenvolvidas, o controlo dos riscos de natureza reputacional e legal (cumprimentos das leis e regulamentações e em vigor no País, regras de controlo e detecção de lavagem de dinheiro - “AML rules and regulations” - e as regras de identificação de Clientes - “KYC rules”), são devidamente assumidos e assegurados pela Direcção Geral do Banif International Bank, Ltd., nas Bahamas, que reporta directamente ao Conselho de Administração.

Valores em milhões de dólares

	<b>30-Jun-2012</b>	<b>30-Jun-2011</b>	<b>Δ 11/12</b>
<b>Activo Líquido</b>	694,5	827,1	-16,0%
<b>Crédito concedido</b>	558,2	643,9	-13,3%
<b>Depósitos de clientes</b>	285,2	249,8	14,2%
<b>Capital Próprio</b>	28,2	47,1	-40,0%
<b>Resultado Líquido</b>	(2,2)	(0,2)	-1250,9%

Em 30 de Junho de 2012: 1 Euro (EUR) equivalente a 1,259 Dólares (USD)

### 3.3.3 Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA

O primeiro semestre de 2012 ficou marcado pela continuidade da crise do risco soberano na Europa, em especial com novas repercussões em Espanha e a falta de uma definição quando ao caso Grego. Esta situação provocou efeitos económicos e sociais relevantes em toda a Zona do Euro e extensas repercussões a nível Global, dada a importância da Europa como bloco económico. Por outro lado, a ausência de sinais regulares e sustentáveis de reativação da economia norte-Americana reduzem as perspectivas de crescimento económico mundial, que passa a depender cada vez mais das economias emergentes, destacando-se, em especial a economia chinesa.

Este quadro tem gerado, importantes restrições e custos acrescidos na liquidez disponível, bem como instabilidade nos preços do petróleo e de outras fontes de energia, com impactos nos custos de produção.

Entre os países emergentes, o Brasil continua a representar uma opção atractiva de investimento, seja em função do seu potencial agrícola, da capacidade de produção de alimentos, seja quanto a uma grande riqueza mineral e uma forte e diversificada base industrial contando com um amplo mercado doméstico, que vem incorporando novos e importantes contingentes à classe média.

O Brasil tem sido, em especial nos últimos anos, um atraente destino dos capitais internacionais em busca de oportunidades de alto rendimento de curto/médio prazo, bem como de investimento directo estrangeiro, que ascendeu a 29.7 mil milhões de dólares no primeiro semestre de 2012 e, portanto, continuando a tendência reflectida nos últimos anos, tendo recebido 66.6 mil milhões de IDE no ano de 2011.

O forte ingresso de recursos do exterior, seja na forma de Investimento Estrangeiro Directo (IDE), seja na forma de aplicações financeiras ou em Bolsa ou ainda na forma de empréstimos em moeda estrangeira fez com que o país seguisse acumulando um importante volume de reservas internacionais, que em 30 de Junho de 2012, ascenderam a 373.9 mil milhões de dólares.

Este influxo de recursos no Brasil, mesmo numa conjuntura de notícias extremamente negativas a nível externo, levou a um contínuo fortalecimento do Real, criando, por outro lado, constrangimentos para o sector exportador de produtos manufacturados brasileiros.

Para conter a liquidez interna e reduzir o crescimento do crédito, com potencial de criar um quadro de forte inadimplência das famílias, as autoridades monetárias tomaram medidas económicas e macro-prudenciais, limitando, entre outros, através de impostos sobre operações financeiras, as entradas de capitais para empréstimos de curto prazo ou inferiores a dois anos de prazo e, simultaneamente, passando a taxar as posições de tesouraria vendidas em moeda estrangeira superiores a 10 milhões de Dólares em operações com derivativos. Adicionalmente, foi substancialmente reduzida a capacidade de alavancagem dos bancos na concretização de operações de crédito ao consumo com prazos superiores a 24 meses e nas operações de financiamento automóvel com prazos superiores a 36 meses.

No tocante à evolução dos negócios do Banif no Brasil:

No primeiro semestre de 2012, o banco adoptou uma política de crédito mais conservadora, o que induziu a uma redução do total de activos de 9.7 % versus Junho de 2011.



A Banif Financeira, marca para a actividade de crédito automóvel e ao consumo contabilizou activos de R\$ 422.3 milhões, com uma queda de 10 % versus Junho de 2011, resultante de uma política mais restritiva adoptada também para o segmento do crédito ao consumo.

O Banif Banco Comercial posiciona-se entre os 50 maiores em depósitos no Brasil, actuando em diversas linhas de negócio como Comércio Exterior, Crédito Massificado na forma de crédito consignado e financiamento para aquisição de veículos, no crédito para empresas de “Middle Market”, em produtos de Tesouraria, produtos destinados aos segmentos Private e de Afluentes e Operações Estruturadas.

Os segmentos de Comércio Exterior e de Câmbio têm tido importância estratégica no desenvolvimento da actividade no Brasil, o que levou o banco a operar como dealer de câmbio do Banco Central do Brasil durante diversos anos. No primeiro semestre de 2012, o Banif (Brasil) posicionou-se como o 28.º banco no ranking de câmbio.

Os Patrimónios Líquidos dos bancos Comercial e de Investimento, no Brasil, somaram, respectivamente, R\$ 163.986 e R\$ 127.286, totalizando um PL consolidado de R\$ 291.272, em 30/06/2012.

A estratégia actual do Banif no Brasil passa por uma consolidação da presença no país, com uma redefinição de segmentos de mercado e linhas de negócios a desenvolver; uma maior sinergia com as demais entidades do Grupo no Brasil e no exterior; e a optimização dos custos de estrutura com vistas à geração de valor para o Grupo, Clientes e Accionistas.

Em 30 de Junho de 2012 o Banif Banco Comercial apresentou activos de 2.065 mil milhões de reais, carteira de crédito de 1.325 mil milhões de reais e Depósitos de Clientes de R\$ 978.444 mil.

O resultado reportado em 30/06/2012 reflecte, essencialmente, reforços de provisões para operações de crédito, significando numa melhor cobertura das operações constantes do portefólio do Banco.

Muito embora o índice de Basileia (rácio de capital regulamentar) de 12,11%, no consolidado do Grupo, no Brasil, em 30/06/2012, se encontre acima do mínimo regulatório requerido, o Conselho de Administração da Banif, SGPS aprovou, em 29/08/2012, a emissão de Notas Subordinadas no valor de R\$ 75 milhões, para reconhecimento como capital nível II, na forma da Resolução de 3.444 de 28/02/2007, reforçando ainda mais a base de capital dos Bancos no Brasil.

Valores em milhões de reais

	30-Jun-2012	30-Jun-2011	Δ 11/12
<b>Activo Líquido</b>	2.065,3	2.288,3	-9,7%
<b>Crédito Concedido Bruto</b>	1.199,3	1.210,3	-0,9%
<b>Recurso de Clientes</b>	978,5	1.182,9	-17,3%
<b>Capital Próprio</b>	164,0	179,7	-8,8%
<b>Margem Financeira</b>	46,0	45,7	0,6%
<b>Produto da Actividade</b>	39,4	48,9	-19,4%
<b>Resultado Líquido</b>	(45,2)	2,1	-2272,5%
<b>ROA</b>	-2,2%	0,091%	-25,2 pp
<b>ROE</b>	-27,6%	1,16%	-24,8 pp
<b>Número de Agências (*)</b>	13	13	0,0%
<b>Número de Empregados</b>	254	292	-13,0%

(\*) Inclui "Financeira Banif"

30 de Junho de 2011 : 1 Euro (EUR) equivalente a 2,2667 Reais (BRL)

30 de Junho de 2012 : 1 Euro (EUR) equivalente a 2,5606 Reais (BRL)

### 3.3.4 Banca Pueyo, SA

No 1.º semestre de 2011 a Banca Pueyo, SA atingiu o montante de 841 milhões de euros em depósitos de clientes, o que representa um crescimento de 0,85% relativamente ao final do período homólogo de 2011. Por outro lado, o crédito concedido obteve 699,6 milhões de euros, o que representa um crescimento de 1,34% relativamente ao mesmo período do exercício anterior.

Os dados descritos demonstram que o crescimento da Banca Pueyo, SA se tem realizado de uma forma bastante equilibrada, sem dependência do mercado interbancário, o que permite a manutenção de excelentes rácios de solvabilidade e de liquidez.

Os resultados líquidos no período em referência ascenderam a 2.509 milhares de euros, o que representa um decréscimo de 33,95% relativamente ao mesmo período do exercício anterior, apesar da margem financeira e o produto da actividade terem crescido de forma significativa, 11,24% e 5,28% respectivamente.

A queda registada no resultado líquido deveu-se à necessidade de constituição de provisões com base nos Reais Decretos, 2/2012 e 18/2012 de saneamento do sector financeiro espanhol, que supuseram dotações de 5,5 milhões de euros. Com este esforço a Banco Pueyo cumpriu integralmente com ambos os Reais Decretos, não necessitando de constituir mais provisões.

O Rácio de eficiência *cost-to-income* melhorou, atingindo 42,49%, uma queda de 9,40% face ao registado no primeiro semestre do ano anterior.

O rácio de crédito vencido/crédito total é de 2,52%, ligeiramente superior ao verificado no final de 2011 e muito inferior à média do sector financeiro espanhol (8,95 em Maio de 2012), além de que existe uma excelente cobertura por provisões, que atinge 160% do crédito em mora.

No 1.º semestre de 2011, foram abertas duas novas Agências na Província de Badajoz, uma na cidade de Villafranco del Guadiana e outra em Azuaga.

Em face da situação descrita, a Banca Pueyo inicia o 2.º semestre de 2012 numa situação confortável e com o firme propósito de alcançar os objectivos previstos no início do ano.

Valores em milhões de Euros

	30-Jun-2012	30-Jun-2011	Δ 11/12
<b>Activo Líquido</b>	1.026,1	989,9	3,7%
<b>Crédito Concedido Bruto</b>	699,6	690,4	1,3%
<b>Depósitos de Clientes</b>	840,7	833,6	0,8%
<b>Capital Próprio</b>	80,3	85,8	-6,4%
<b>Margem Financeira</b>	13,9	12,5	11,2%
<b>Produto da Actividade</b>	16,5	15,6	5,3%
<b>Resultado Líquido</b>	2,5	3,8	-34,0%
<b>ROA</b>	0,41%	0,68%	-0,3 pp
<b>ROE</b>	5,41%	8,58%	-3,2 pp
<b>Crédito em Risco / Total de Crédito</b>	2,52%	2,04%	0,5 pp
<b>Cost to Income</b>	42,49%	46,90%	-4,4 pp
<b>Número de Agências</b>	92	88	4,5%
<b>Número de Empregados</b>	226	228	-0,9%

Normas do Banco de Espanha

### 3.3.5 Banco Caboverdiano de Negócios, SA

O Banco Caboverdiano de Negócios (BCN) obteve resultados líquidos de cerca de 451.000 Euros no 1º semestre de 2012, o que corresponde a uma redução de cerca de 18% face ao 1º semestre de 2011.

O desempenho obtido pelo Banco a nível dos resultados líquidos foi baseado nos seguintes contributos, apresentados em termos de variação obtida face ao 1º semestre de 2011:

- Redução da margem financeira em cerca de -21,1%;
- Redução do produto bancário em cerca de -9,2%;
- Estabilidade dos custos de pessoal (variação de -0,4%);
- Decrescimento dos gastos gerais administrativos em cerca de -13%;
- Redução do *cash flow* bruto de exploração em cerca de -11,8%;
- Decrescimento das amortizações em cerca de -15%;

Em síntese no que concerne à conta de resultados, o Banco tem evidenciado uma forte pressão sobre a margem financeira, decorrente do aumento do peso do crédito vencido e apesar das iniciativas de *repricing* já implementadas, sendo de realçar o aumento dos juros pagos (decorrentes de maior exposição a passivos interbancários).

Por forma a contrabalançar o desempenho negativo da margem financeira em 2012, o Banco tem vindo a reforçar o seu enfoque na gestão da margem complementar, com a obtenção de desempenho favoráveis, traduzidos no aumento da margem complementar em 21% no 1º semestre de 2012, face ao período homólogo.

No que diz respeito aos custos operacionais, o Banco tem estabilizado os seus custos de pessoal e conseguido obter reduções significativas a nível dos custos operacionais (com destaque para a renegociação dos custos informáticos e redução das amortizações, em função da redução do investimento corrente). O Banco apresenta uma redução de 125 para 114 Colaboradores, que traduz a não contratação em 2012 de elementos para “Bolsa de Estágios”, utilizados para cobertura de férias na Rede de Agências.

Em termos de composição do balanço, o Banco tem dado continuidade ao processo de contenção da concessão de crédito, com reflexos a nível da redução da carteira de crédito bruta em 8% face ao período homólogo. Contudo, decorrente da redução significativa do peso e concentração de clientes institucionais na carteira de recursos de clientes, o Banco tem sofrido uma redução da sua carteira de recursos, que, em termos homólogos, se reduziu em 14,8%, forçando o Banco a recorrer a operações interbancárias locais e com o Grupo para manter uma posição sustentada de liquidez. O crédito vencido aumentou de 2,2 milhões de euros para 8,5 milhões de euros, traduzindo-se na redução da margem financeira e na continuidade do reforço de imparidades – o Banco acredita na possibilidade de melhorar significativamente este indicador no decurso do 2º semestre de 2012.

Assim, no 1º semestre de 2012, o Banco apresentou um indicador de *cost-to-income* de 61,3% (vs 60,6% no período homólogo), o que expressa um esforço de compensação da perda da margem financeira através de ganhos operacionais e aumento da margem complementar. O Banco apresenta ROE (anualizado) de 8,6% (vs 10,7% no período homólogo) e um ROA (anualizado) de 0,855% (vs. 0,96% no período homólogo).

O rácio de solvabilidade situa-se em cerca de 8,85% (vs 12,15% em Junho de 2010), traduzindo a implementação em 30 de Junho de 2012 das recomendações do BCV, aplicadas aos principais bancos nacionais, de reforço de provisionamento sobre a carteira de grandes exposições ao sector imobiliário – turístico, tendo o Banco definido e iniciado a implementação de um plano de reforço de fundos próprios e optimização da base de activos com vista a alcançar no termo do 3º trimestre de 2012 uma posição de solvabilidade melhorada e confortavelmente acima dos mínimos regulatórios (10%).

O Banco possui cerca de 18.000 clientes activos, o que corresponde a uma redução de 5% face ao período homólogo.

A Rede de Agências é constituída por 18 unidades (vs 21 no período homólogo), estando o BCN presente na totalidade das 9 ilhas do arquipélago. Em final de 2011, o Banco procedeu ao encerramento de duas sub-agências e decidiu integrar o Centro de Empresas da Praia, na Rede de Agências, com a sua extinção e re-domiciliação de Clientes.

Em termos de marketing e lançamento de novos produtos e serviços, o BCN realizou as seguintes iniciativas no 1º semestre de 2012:

- Lançamento de novos produtos, com enfoque na captação de recursos junto da emigração;
- Implementação do processo de cobrança automática e centralizada de comissões VISA;
- Melhoria de funcionalidades da internet *banking* BCN Online.

A nível operacional, a DOO procedeu a centralização do processo de controlo de abertura de contas, com a revisão do normativo associado, e foram implementados novos modelos de proposta e minutas contratuais de crédito, com o aprofundamento da utilização das ferramentas de gestão documental.

O Banco procedeu em Dezembro a uma reestruturação das funções de controlo, com vista a assegurar o cumprimento de requisitos de supervisão em base consolidada definidos pelo Banco de Portugal.

Valores em milhões de Euros

base IAS/IFRS	30-Jun-2012	30-Jun-2011	Δ 11/12
<b>Capital Próprio</b>	10,8	10,6	2,3%
<b>Activo Líquido</b>	106,7	115,2	-7,4%
<b>Crédito Concedido Bruto</b>	83,6	90,9	-8,1%
<b>Depósitos de Clientes</b>	68,6	80,5	-14,8%
<b>Margem Financeira</b>	1,8	2,3	-21,1%
<b>Produto da Actividade</b>	2,8	3,1	-9,2%
<b>Cash-Flow de Exploração</b>	1,4	1,6	-11,8%
<b>Resultado Líquido</b>	0,5	0,6	-18,2%
<b>ROA (anualizado)</b>	0,85%	0,96%	-0,1 pp
<b>ROE (anualizado)</b>	8,55%	10,74%	-2,2 pp
<b>Rácio de Crédito Vencido (*)</b>	10,20%	2,40%	7,8 pp
<b>Cost to Income</b>	61,30%	60,60%	0,7 pp
<b>Número de Agências</b>	18	21	-14,3%
<b>Número de Empregados</b>	114	125	-8,8%

Em 30 de Junho de 2012: 1 Euro (EUR) equivalente a 110,265 CVE.

(\*) Circular 150 de 28/12/09 do BCV

### 3.3.6 Banif Bank (Malta), plc.

A actividade do sistema bancário desenvolveu-se num contexto particularmente difícil, em resultado da deterioração do enquadramento macroeconómico e financeiro global. Apesar do contexto adverso no período em análise, o Banif Bank (Malta) continuou a tendência de crescimento expressivo, em termos da sua carteira de crédito e depósitos, bem como, de reforço do nível de rentabilidade que tinha sido alcançado no último trimestre de 2011. O Banif Bank (Malta) manteve-se focado em consolidar a sua posição no mercado em que actua com vista a se tornar no terceiro maior operador no mercado local.

No período em análise, o Banif Bank (Malta) apresentou um conjunto de resultados resiliente apesar do maior nível de concorrência, sobretudo no que respeita à captação de recursos de clientes sob a forma de depósitos. O Activo Líquido total atingiu 359,5 milhões de euros, o que representa uma subida de 30,3% face ao 1º semestre de 2011.

A carteira de crédito registou um crescimento de 45,1% face ao 1º semestre de 2011, para 291,7 milhões de euros. Por sua vez, a carteira de depósitos registou um crescimento de 53,2% face ao 1º semestre de 2011, para 302,7 milhões de euros, o que permitiu reduzir o rácio Crédito Líquido/Depósitos e reforçar a

liquidez. Adicionalmente, registou-se uma redução do valor de investimentos financeiros e carteira de trading para 15% dos activos totais (22% em Junho de 2011), e que resultou do esforço em termos de redução de riscos e melhoria de alocação de capital e qualidade dos activos.

O produto da actividade, apesar de condicionado pelas condições macroeconómicas, baixo nível de taxas de juro e subida dos custos de *funding*, em resultado da intensificação da concorrência, registou um crescimento de 46,3% face ao 1º semestre de 2011 para 5,1 milhões de euros. A margem financeira registou uma subida para 3 milhões de euros, que compara com 2,6 milhões de euros no 1º semestre de 2011. O crescimento moderado desta rubrica ficou a dever-se às diversas campanhas lançadas pelo banco no sentido de reduzir o rácio de transformação (Crédito Líquido/Depósitos) e reforço da liquidez.

O rendimento de serviços e comissões atingiu 0,6 milhões de euros que compara com 0,5 milhões de euros do 1º semestre de 2011. Este aumento ficou sobretudo a dever-se ao crescimento da actividade creditícia, ao esforço contínuo no sentido de revisão dos produtos oferecidos e implementação de práticas para melhoria das receitas relacionadas com serviços e comissões. O Banif Bank (Malta) obteve resultados de trading no montante de 1,6 milhões de euros, o que compara com 0,4 milhões de euros obtidos no 1º semestre de 2011.

No total, o produto da actividade cobriu 112,3% das despesas operacionais (85,34% no mesmo período de 2011) em resultado do aumento de produto da actividade e controlo dos custos operacionais. De salientar que o Banif Bank (Malta) atingiu o *breakeven* operacional, numa base mensal, em Setembro de 2011.

Os custos operacionais, incluindo os custos com pessoal, fornecimentos e serviços de terceiros, depreciação de património e equipamentos e amortização de activos intangíveis, registaram um aumento de 11,2%, face ao 1º semestre de 2011, para 4,6 milhões de euros. Este crescimento reflecte o investimento em recursos, quer em termos de equipamento e software, quer em termos de recursos humanos. O número de colaboradores no final de Junho era de 147 (o número de colaboradores era de 140 em Junho de 2011). Os custos com pessoal, incluindo administração, representaram 50,5% do total de custos operacionais (50,1% no mesmo período de 2011).

Em termo de provisões e imparidades, o Banif Bank (Malta) manteve uma política prudente e conservadora no que respeita à avaliação da imparidade da carteira de crédito. As provisões e imparidades representaram 0,14% da carteira de crédito e totalizaram 0,4 milhões de euros no período em análise (no final do 1º semestre de 2011 totalizavam 0,5 milhões de euros).

O resultado líquido antes de impostos atingiu 0,2 milhões no período em análise e que compara com um prejuízo de 1,1 milhões de euros no 1º semestre de 2011.



Valores em milhões de euros

	30-Jun-2012	30-Jun-2011	Δ 11/12
<b>Activo Líquido</b>	359,5	275,8	30,3%
<b>Crédito concedido (Bruto)</b>	291,7	201,0	45,1%
<b>Depósitos de clientes</b>	302,7	197,6	53,2%
<b>Capital Próprio</b>	21,4	21,2	1,3%
<b>Margem Financeira</b>	3,0	2,6	12,9%
<b>Produto da Actividade</b>	5,1	3,5	46,3%
<b>Cash-Flow de Exploração</b>	0,6	(0,6)	193,2%
<b>Resultados antes de Impostos</b>	0,2	(1,1)	114,9%
<b>Resultado Líquido</b>	0,1	(0,8)	114,7%
<b>Custo Pessoal/Produto Bancário</b>	45,00%	58,75%	-13,8 pp
<b>Cost to Income</b>	89,10%	117,20%	-28,1 pp
<b>Crédito em Risco / Total de Crédito</b>	0,82%	0,82%	0,0 pp
<b>Imparidade do Crédito /Crédito Total</b>	0,82%	0,84%	0,0 pp
<b>Produto Bancário/Activo Líquido Médio</b>	1,62%	1,37%	0,3 pp
<b>ROA</b>	0,08%	-0,91%	1,0 pp
<b>ROE</b>	2,24%	-10,16%	12,4 pp
<b>Rácio Solvabilidade</b>	8,17%	8,28%	-0,1 pp
<b>Número de Agências</b>	9	9	0,0%
<b>Número de Empregados</b>	147	140	5,0%

### 3.3.7 Banif International Holdings, Ltd

A Banif International Holdings, Ltd (BIH) é uma empresa sediada nas Ilhas Caimão, fundada em 2004, que funciona como sociedade holding e detém 100% das acções emitidas pelas seguintes subsidiárias:

- Banif Finance (USA), Corp.;
- Banif Financial Services, Inc.;
- Banif Forfaiting Company

assim como participações no Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA (Banif Brasil) e Centaurus Realty Group (Brasil).

A BIH registou um resultado líquido negativo de 7,5 milhões de dólares no 1º semestre de 2012 o que compara com um prejuízo de 466 mil dólares obtido no 1º semestre de 2011, e que se deveu a um *writedown* de operações de trade finance.

O quadro seguinte traduz a evolução dos principais indicadores:

Valores em milhões de dólares

	30-Jun-2012	30-Jun-2011	Δ 11/12
<b>Activo Líquido</b>	51,9	61,0	-14,9%
<b>Capital Próprio</b>	4,8	20,6	-76,5%
<b>Proveitos Totais</b>	0,4	0,5	-13,9%
<b>Resultado Líquido</b>	(7,5)	(0,5)	-1501,5%

Em 30 de Junho de 2012: 1 Euro (EUR) equivalente a 1,259 Dólares (USD)

### 3.3.7.1 Banif Finance (USA) Corp.

A Banif Finance (USA), Corp. (BFUSA) é uma instituição de crédito hipotecário, cuja actividade principal consiste na concessão de crédito imobiliário para habitação e comércio e na concessão de financiamentos ao comércio internacional, a importadores e exportadores com sede nas Américas.

A sociedade iniciou a sua actividade em Fevereiro de 2002. Em 31 de Dezembro de 2008, mudou a sua designação de Banif Mortgage Company para Banif Finance (USA), Corp. assim reflectindo a expansão das suas actividades, as quais incluem hoje os financiamentos de comércio internacional, em resultado da fusão com a Banif Forfaiting (USA), Inc..

No que diz respeito ao crédito imobiliário, a BFUSA não só financia a compra e/ou construção de habitação própria ou para investimento a Clientes do Banif - Grupo Financeiro, mas também financia a compra e/ou construção de imóveis comerciais a Clientes institucionais. Todas as operações de crédito imobiliário são fundamentadas numa análise de crédito e/ou de viabilidade de projecto, para além de uma avaliação feita por uma firma independente especializada. Todos os projectos imobiliários financiados pela BFUSA estão garantidos por hipoteca sobre o activo financiado.

Durante o 1º semestre de 2012, a empresa continuou a operar em condições de mercado extremamente adversas. As receitas caíram 39% no 1º semestre de 2012 face ao 1º semestre de 2011, sobretudo devido a uma diminuição dos juros proporcionados por uma menor base de activos e menos ganhos relacionados com mais valias imobiliárias. Os resultados foram também afectados por um aumento dos juros incorridos relacionados com um aumento dos custos de financiamento cobrados pela sociedade *holding* e por um aumento das provisões e imparidades associadas ao crédito. A empresa registou uma

perda de 3,8 milhões de dólares no 1º semestre de 2012, o que compara com o lucro de 233 mil dólares obtido no 1º semestre de 2011.

O quadro seguinte traduz a evolução dos principais indicadores:

	Valores em milhões de dólares		
	30-Jun-2012	30-Jun-2011	Δ 11/12
<b>Activo Líquido</b>	248,3	265,0	-6,3%
<b>Capital Próprio</b>	7,6	13,2	-42,1%
<b>Proveitos Totais</b>	3,7	6,0	-38,8%
<b>Resultado Líquido</b>	(3,8)	0,2	-1739,1%

Em 30 de Junho de 2012: 1 Euro (EUR) equivalente a 1,259 Dólares (USD)

### 3.3.7.2 Banif Financial Services Inc.

A Banif Financial Services, Inc. (BFS) é uma sociedade constituída em Novembro de 2000, registada no Estado da Flórida, que fornece aos seus Clientes serviços de aconselhamento ao investimento. Como entidade regulada pelo Governo e sob a jurisdição do *Florida Office of Financial Regulation, Division of Securities and Finance*, a BFS segue todos os procedimentos operacionais, códigos de ética e políticas anti-branqueamento de capitais a que está sujeita, assim reduzindo os riscos legais e operacionais da actividade.

O quadro seguinte traduz a evolução dos principais indicadores:

	Valores em milhões de dólares		
	30-Jun-2012	30-Jun-2011	Δ 11/12
<b>Activo Líquido</b>	0,39	0,38	5,1%
<b>Capital Próprio</b>	0,38	0,36	4,1%
<b>Proveitos Totais</b>	0,12	0,10	17,6%
<b>Resultado Líquido</b>	0,02	0,00	700,0%

Em 30 de Junho de 2012: 1 Euro (EUR) equivalente a 1,259 Dólares (USD)

### 3.3.7.3 Banif Forfaiting Company, Ltd.

A Banif Forfaiting Company, Ltd. (BFC), empresa constituída nas Bahamas em Novembro de 2005, iniciou a sua actividade durante o segundo trimestre de 2007. A BFC fornece apoio adicional às operações de trade finance do Grupo no continente americano. Especificamente, conserva nos seus livros uma carteira de instrumentos de trade finance (letras, promissórias, aceites, etc.) para posterior venda/distribuição a terceiros. A 30 de Junho de 2012, o seu balanço compreendia maioritariamente carteira de crédito de outras subsidiárias do Banif.

O quadro seguinte traduz a evolução dos principais indicadores:

	Valores em milhões de dólares		
	30-Jun-2012	30-Jun-2011	Δ 11/12
<b>Activo Líquido</b>	87,4	26,3	232,8%
<b>Capital Próprio</b>	(10,9)	(1,3)	-767,9%
<b>Proveitos Totais</b>	1,4	0,2	579,5%
<b>Resultado Líquido</b>	(1,4)	(0,6)	-126,2%

Em 30 de Junho de 2012: 1 Euro (EUR) equivalente a 1,259 Dólares (USD)

## 4. BANCA DE INVESTIMENTO

### 4.1 Banif – Banco de Investimento, SA

As contas do primeiro semestre do Banif - Banco de Investimento espelham a redução de actividade económica em geral verificada no mercado português, num contexto de escassez de liquidez e de prémio de risco soberano que se manteve elevado no período, afectando de uma forma transversal os custos de financiamento dos agentes económicos em geral.

No plano individual o produto da actividade decresceu 34%, com uma acentuada quebra nos proveitos de comissões e nos resultados de operações financeiras, apenas parcialmente compensada pela subida na margem financeira (44%), enquanto que os custos em geral decresceram significativamente (14% face a igual período de 2011), fruto dos grandes ajustamentos concretizados nas despesas com pessoal e nos fornecimentos e serviços de terceiros.

No plano consolidado da actividade de banca de investimento, o produto da actividade caiu 27%, com as elevadas reduções de proveitos em diversas áreas de negócio a não serem suficientemente compensadas nos segmentos de negócio que contrariaram a tendência negativa (mercado de capitais,

depositário de fundos, clientes institucionais, real estate finance e securitização), bem como a referida subida substancial na margem financeira. As dotações líquidas para provisões e imparidade atingiam 0,8 milhões de euros em Junho de 2012, ligeiramente abaixo de 2011, conduzindo o resultado líquido para um valor positivo de aproximadamente 112 milhares de euros.

Valores em milhões de euros

<i>Contas Individuais</i>	<b>30-Jun-2012</b>	<b>30-Jun-2011</b>	<b>Δ 11/12</b>
<b>Activo Líquido</b>	1.120,0	1.232,7	-9,1%
<b>Capital Próprio</b>	88,7	47,5	86,8%
<b>Produto da Actividade</b>	6,2	9,5	-34,2%
<b>Cash-Flow de Exploração</b>	0,9	3,1	-71,1%
<b>Resultado Líquido</b>	(2,1)	(0,7)	-181,7%
<b>Cost to Income</b>	96,20%	73,90%	22,3 pp
<b>ROA</b>	-0,40%	-0,10%	-0,3 pp
<b>ROE</b>	-5,00%	-2,60%	-2,4 pp
<b>Rácio Solvabilidade</b>	13,20%	10,90%	2,3 pp

<i>Contas Consolidadas</i>	<b>30-Jun-2012</b>	<b>30-Jun-2011</b>	<b>Δ 11/12</b>
<b>Activo Líquido</b>	1.110,9	1.292,7	-14,1%
<b>Capital Próprio</b>	103,2	67,1	53,8%
<b>Produto da Actividade</b>	10,6	14,6	-27,1%
<b>Cash-Flow de Exploração</b>	2,3	5,0	-53,5%
<b>Resultado Líquido</b>	0,1	2,1	-94,6%
<b>Cost to Income</b>	84,70%	70,40%	14,3 pp
<b>ROA</b>	0,00%	0,30%	-0,3 pp
<b>ROE</b>	0,20%	6,60%	-6,4 pp

#### 4.1.1 *Corporate Finance*

##### *M&A Advisory*

Durante o primeiro Semestre de 2012, observou-se um aumento da percepção de risco por parte de potenciais investidores em activos na União Europeia, motivado não só pela situação económica dos Países intervencionados, mas também pelo risco de poder haver novos países a sofrer a intervenção do FMI entre os quais a Itália e a Espanha e incerteza em relação ao futuro da moeda única.

Este ambiente de incerteza aliado às limitações na concessão de crédito pelos Bancos Europeus levou, de acordo com a Merrill, à continuação da contracção da actividade de M&A na Europa, que se verifica já desde o 2º T de 2011, resultando numa redução em 47% no número de transacções anunciadas e em 17% no valor médio das transacções efectuadas, (quando comparado com o semestre homólogo).

Neste contexto a área de M&A tem vindo a trabalhar em operações de relevo, essencialmente *cross-border*, ao longo do eixo Portugal-Espanha-Brasil, das quais se destacam as seguintes:

- Assessor Financeiro da Nmas1 *Private Equity* na análise, avaliação e negociação de uma oportunidade de investimento em Portugal;
- Assessor Financeiro da Palamon Capital Partners na análise de uma oportunidade investimento em Portugal;
- Assessor Financeiro da ProA Capital na análise de oportunidades de investimento em Portugal e no Brasil para uma das suas participadas;

##### *Structured Finance & Capital Advisory*

No primeiro Semestre de 2012, tendo em conta as severas limitações enfrentadas na concessão de crédito, a área reforçou a dinâmica comercial orientada para a prestação de serviços de assessoria financeira especializada. Neste âmbito, destacam-se as seguintes intervenções:

- Assessor financeiro exclusivo da Rotas do Algarve Litoral (Concessionária liderada pela ACS/Dragados e Edifer) no âmbito do acompanhamento da Subconcessão Rodoviária do Algarve Litoral;
- Assessor financeiro exclusivo da SPER (Concessionária liderada pela ACS/Dragados e Edifer) no âmbito do acompanhamento da Subconcessão Rodoviária do Baixo Alentejo;
- Assessor financeiro exclusivo do Grupo Jorge Sá, na reestruturação e consolidação financeira do Grupo Jorge Sá.

### ***Real Estate Finance***

A Área de *Real Estate Finance* (REF) foca a sua actividade na estruturação, tomada e gestão de crédito estruturado especialmente orientado ao mercado imobiliário, bem como na prestação de serviços de assessoria financeira especializada para este segmento, quer na lógica *buy side* quer *sell side*.

Durante o primeiro semestre de 2012, a actividade da área foi fortemente impactada pela crise que assola Portugal e, em particular, pelas restrições de liquidez e incremento acentuado do custo de *funding*, que obrigou a uma forte contenção do crédito concedido a clientes, com reflexos directos na geração de negócio e rentabilidade da área.

A REF concentrou-se na gestão e optimização da carteira de crédito existente, com particular ênfase na reestruturação e acompanhamento dos créditos deteriorada e continuação da actividade de Assessoria *Real Estate* o que possibilitou, a formalização de mandatos de assessoria financeira orientada especificamente para a vertente imobiliária.

A REF assegura a gestão de vários activos imobiliários e participações sociais em sociedades imobiliárias

### **4.1.2. Mercado de Capitais**

No primeiro semestre de 2012, a área de Mercado de Capitais - Dívida, esteve envolvida na estruturação e colocação de nove transacções em mercado primário, num montante total de cerca de 674 milhões de Euros.

Das operações realizadas destacamos a liderança conjunta da Emissão de Obrigações Taxa Fixa da ZON Multimédia 2012-2015, no montante global de 200 milhões de Euros, em coordenação com o Banco BPI, S.A. e o Banco Espírito Santo de Investimento, SA. Ainda que no âmbito desta emissão, o Banif – Banco Internacional do Funchal, SA assumiu a qualidade de membro do Consórcio de Colocação das obrigações, em conjunto com o Banif – Banco de Investimento, SA, e com os restantes Bancos Colocadores.

Adicionalmente, merece menção a extensa colaboração prestada ao Banif – Grupo Financeiro no âmbito do respectivo plano de captação de recursos, e que se traduziu nas seguintes transacções estruturadas pela Direcção de Mercado de Capitais:

- a) uma emissão de obrigações com garantia da República Portuguesa para o Banif – Banco Internacional do Funchal, SA, no montante de 300 milhões de Euros;
- b) duas emissões de *Senior* Notes para o Banif – Banco Internacional do Funchal, SA ao abrigo do seu Euro Medium Term Note Programme, no montante global de 40 milhões de Euros;

- c) três emissões de obrigações de caixa para o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. no montante global de cerca 124 milhões de Euros; e
- d) uma emissão de Asset Backed Notes para o Banif – Banco internacional do Funchal (Cayman), Ltd. no montante de 12 milhões de Dólares Americanos.

Importa ainda referir as transacções estruturadas pela Direcção de Mercado de Capitais para as sociedades integradas no Grupo Rentipar, nomeadamente, uma emissão de obrigações fungíveis para a Rentiglobo, SGPS, S.A. no montante de 900 mil Euros.

#### ***4.1.3. Sales & Trading***

##### ***Acções - Sales & Trading***

O agravamento da crise da dívida soberana na Zona Euro reforçou o clima de aversão ao risco por parte dos investidores e a preferência destes por activos financeiros de cariz mais defensivo.

Consequentemente, o volume de ordens recebidas no segmento acções registou uma queda significativa, no 1º semestre de 2012, a qual foi potenciada pela desvalorização generalizada do valor unitário das acções das principais empresas cotadas, reduzindo assim de forma acentuada o valor dos negócios de corretagem associados.

Neste contexto, o Banco implementou um processo de readequação dos recursos afectos a esta área, orientando o modelo de negócio para o segmento de particulares e de retalho, com particular foco nos clientes da Rede Banif.

##### ***Renda Fixa - Sales & Trading***

Durante o 1.º Semestre de 2012, o Banco reforçou a sua posição como um dos principais provedores de liquidez e “market maker” em Eurobonds brasileiros, consolidando base de clientes institucionais activos, repartidos por mais de 30 países.

Os segmentos onde o Banco de Investimento se posiciona como importante participante do mercado secundário incluem Obrigações de Corporates Brasileiros, em dólares (USD) e euros (EUR), Obrigações emitidas pela República Brasileira (dólares e euros), a curva de Pemex (Petróleos Mexicanos), e também de papéis denominados em reais brasileiros (BRL) mas com liquidação financeira em euros e dólares, para investidores externos que queiram estar expostos à moeda brasileira sem necessidade de abrir conta local.



#### 4.1.4 Financeira e de Securitização

##### Carteira Própria

O 1.º Semestre de 2012 foi marcado por uma continuação da deterioração das condições de financiamento das economias periféricas da zona euro, com Itália e Espanha a assumir protagonismo no 2.º Trimestre, nomeadamente em resultado do pedido de ajuda para o saneamento do sistema financeiro espanhol.

Neste contexto, atendendo às dificuldades em obter financiamento pelo mercado e à generalizada falta de liquidez, resultantes do contexto macroeconómico descrito, o Banco optou pela substituição dos activos vencidos da carteira própria. Os novos activos incluem principalmente dívida pública europeia, com especial ponderação nos Bilhetes do Tesouro Português. Não obstante, continuou a desenvolver-se a actividade de *proprietary trading* de forma a permitir gerar receitas para cumprir o orçamento de actividade da área.

##### Securitização

Durante o 1º semestre de 2012, o Banco estruturou operações de Titularização de activos num montante global de aproximadamente 4.115 milhões de euros, correspondentes a 12 emissões, das quais cerca de 3.950 milhões de euros correspondem a emissões efectuadas pela Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (“Gamma”).

Neste período concluiu-se o processo de obtenção de *rating* por parte da agência DBRS para as operações Atlantes Mortgage No.2, 3, 4, 5 e 7, as quais passaram a beneficiar de *rating* AA. Com a conclusão deste processo, todos os RMBS originados pelo Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (“Banif”), passaram a dispor de notação de *rating* por três agências reconhecidas. Este facto proporciona uma maior segurança ao nível da manutenção da elegibilidade dos títulos classe A de cada emissão junto do Banco Central Europeu, os quais têm de apresentar dois *ratings* com uma notação mínima de BBB-, de modo a satisfazer o requisito.

Está neste momento a decorrer a estruturação de uma nova operação de titularização, envolvendo activos originados pelo Banif e pelo Banco Banif Mais, SA. Esta transacção, que será denominada Atlantes Finance No.5, deverá ascender a aproximadamente 200 milhões de euros irá beneficiar de *rating* da agência Standard & Poor’s devendo estar concretizada no início do 2º semestre de 2012.

Adicionalmente o Banco coordenou a realização de duas emissões de obrigações num montante global de 135 milhões de euros no âmbito do Programa de Obrigações Hipotecárias (“Covered Bonds”) do Banif.

O Banif Investment Bank é responsável pela gestão global deste Programa, assegurando o cumprimento dos requisitos dos créditos que compõe a respectiva *cover pool* e a preparação do *reporting* necessário para envio a agência de *rating* e entidades reguladoras.

#### **4.1.5 Clientes *Private*, Institucionais e *Corporate***

Em Abril do corrente ano, e no contexto da reestruturação orgânica já referida e concretizada no Banco, as anteriores 3 Direcções de Clientes fundiram-se numa só, que passou a denominar-se Direcção de Gestão de Clientes, tendo-se ainda reduzido os recursos humanos afectos a esta Direcção comparativamente a 2011.

Ao longo do 1.º Semestre de 2012 a Área de Clientes *Private* consolidou as suas linhas de actuação, assentes numa estratégia de crescimento da base de Clientes, com o acento tónico colocado na captação de novos Clientes oriundos da base de Clientes do Banco Privado Português (BPP).

O enquadramento de mercado manteve-se caracterizado por um elevado nível de aversão ao risco, face ao aumento da incerteza dos mercados financeiros europeus, tendo-se no entanto aberto uma nova janela de interesse por parte dos clientes, centrada no mercado primário e no mercado secundário de obrigações de emitentes nacionais. Neste contexto, a actividade da Área de Clientes *Private* centrou-se na captação de *funding* via Produtos de Passivo e na colocação de obrigações de empresas portuguesas, as quais, atendendo ao elevado prémio de risco exigido no caso nos emitentes portugueses, têm vindo a permitir aceder a *yields* extremamente interessantes para a base de Clientes. Adicionalmente, manteve-se a estratégia de redução de crédito concedido com o objectivo de prosseguir a desalavancagem do balanço do Banco. Este posicionamento permitiu concentrar os recursos desta Direcção no acompanhamento de Clientes particulares de alto rendimento, activos em investimento e intermediação financeira.

Face ao ano anterior verificou-se uma diminuição dos activos sob gestão, (em cerca de 12,5%) para aproximadamente 203 milhões de euros, que resulta da diminuição do crédito concedido em 16,3 milhões de euros e da desvalorização das carteiras de acções em 14 milhões de euros, verificando-se contudo uma menor preponderância do mercado accionista, por contrapartida do montante alocado a fundos de investimento e depósitos a prazo. O número de clientes cresceu 6,5%, para 618 Clientes activos.

A Área de Clientes Institucionais tem por missão a angariação de recursos financeiros, promoção de produtos de banca de investimento e de serviços financeiros junto deste segmento de clientes, cujo processo de originação é desenvolvido, quer no Banco de Investimento quer no Banif - Grupo Financeiro, ou mediante parcerias realizadas com outras instituições.

Neste enquadramento, esta Área teve como principais vectores de actuação, no 1.º Semestre de 2012, o enfoque em i) captação de recursos de balanço; ii) colocação de emissões de obrigações de empresas nacionais; iii) dinamização da actividade de custódia e de serviços de banco depositário a fundos de investimento mobiliário, imobiliário e gestoras de património; iv) colocação de papel comercial em mercado secundário; v) aprofundamento do *cross selling*, quer com as outras direcções do BBI quer com o Banif - Grupo Financeiro.

Apesar do contexto adverso com que nos deparamos neste semestre, a contribuição do segmento de Clientes Institucionais para os resultados do banco foi favorável, ao atingir, em termos de volume, 286 milhões de euros em depósitos, 39 milhões de euros em crédito concedido e 345 milhões de euros em fundos de investimento depositados, expressando assim a importância que este tipo de Cliente tem para a actividade bancária, quer do Banco de Investimento, quer do Banif - Grupo Financeiro.

A Área de Clientes *Corporate* tem como missão a originação proactiva de negócios junto de empresas e entidades e organismos públicos, promovendo as soluções financeiras de todas as áreas de produto do Banco de Investimento e estabelecendo relações de confiança e de médio prazo com os Clientes, em articulação crescente e integrada com o Banco comercial do Grupo.

Neste sentido, merece particular relevância no semestre: i) a originação e envolvimento da área de *Corporate* nas emissões de empréstimos obrigacionistas *Corporate* (Ex: Sonae), onde o Grupo Banif tem assumido um papel de destaque nos respectivos sindicatos bancários de colocação, ii) a continuação do enfoque na identificação e acompanhamento de negócio com a área de *Advisory Services*, iii) a aposta na prestação de serviços na área de fundos de investimento imobiliário e, iv) a estruturação de operações financeiras tendo em vista a captação de *funding* e a cobertura de risco dos clientes.

#### 4.1.6 Gestão de Activos

A actividade de gestão de activos é desenvolvida pelo Banco de Investimento na gestão de patrimónios de Clientes particulares e institucionais, pela Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA (BCA) nos fundos de investimento mobiliário e imobiliário e nos fundos especiais de investimento, e pela Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, nos fundos de pensões.

Num contexto desafiante marcado pela desalavancagem do sector financeiro, com impacto numa enorme pressão sobre os depósitos, e pelo financiamento das grandes empresas através de emissões de dívida comercializadas nos canais bancários, há a destacar a estabilização dos montantes sob gestão do sector de fundos mobiliários em Portugal. Com efeito, registou-se um aumento ligeiro dos activos em fundos mobiliários de 10 817 milhões de euros, em 30 de Dezembro de 2011, para 11.129 milhões de euros no final de Junho de 2012. Esta tendência deve-se essencialmente ao volume de entradas líquidas que se

fez sentir na categoria F.E.I Monetário de Curto Prazo (+534 milhões de euros), que compensou os resgates ocorridos nas classes Fundos de Obrigações de Taxa Indexada Euro (- 96 milhões de euros), Fundos PPR (- 87 milhões de euros) e Fundos Flexíveis (-181 milhões de euros), entre outras.

A estratégia da Área de Gestão de Activos para o ano de 2012 tem assentado nos seguintes vectores:

- Adaptar a gama de produtos ao contexto actual, materializada numa redução da oferta e num maior enfoque em activos domésticos;
- Racionalizar a estrutura;
- Estreitar o relacionamento com as entidades do grupo Banif no âmbito da reestruturação societária em curso;
- Melhorar a qualidade do serviço prestado;
- Desenvolver o relacionamento com investidores externos;
- Promover a implementação interna referente ao processo UCITS IV, cuja directiva foi colocada em consulta pública no final do semestre.

Em 30 de Junho de 2012 o volume de activos sob gestão cifrava-se em 1.364 milhões de euros, o que representou um decréscimo de 5,91% relativamente ao valor gerido no final do 1.º Semestre de 2011.

#### **a) Banif Gestão de Activos (Fundos de Investimento Mobiliário, Imobiliário e Fundos Especiais de Investimento)**

Ao nível dos fundos mobiliários, o ano arrancou com a Assembleia de Participantes do Fundo Gestão Passiva – FEI, que teve lugar no dia 17 de Janeiro e teve como ponto único em discussão a alteração do regulamento de gestão do fundo no capítulo respeitante à sua política de investimento, por forma a ficar expressamente prevista a possibilidade de a Sociedade Gestora poder aceitar as ofertas apresentadas pelos emitentes de valores mobiliários em carteira. Os participantes votaram favoravelmente a supra referida alteração ao texto do Regulamento de Gestão do Fundo.

No dia 30 de Abril a Banif Gestão de Activos decidiu liquidar os fundos Banif Europa de Leste – FEI e o Banif Gestão Activa – FEI. Esta decisão enquadra-se no processo de reestruturação da família de fundos iniciado em 2011, com a liquidação do Banif PPA, e visa adaptar os produtos à nova realidade de mercado. Pretende-se proporcionar aos clientes uma gama de produtos com activos subjacentes líquidos, com mínimos de subscrição reduzidos, e que possibilitem aos participantes por um lado aproveitar as excelentes oportunidades nos mercados financeiros do Sul da Europa e, por outro, diversificar noutras geografias. Este processo facilitará o processo de venda, uma vez que permite aos comercializadores focarem-se em menos produtos e com grau de simplicidade superior.

No que diz respeito aos fundos imobiliários deu-se um maior ênfase à gestão dos imóveis do Banif Imogest e do Banif Imopredial, tendo-se desenvolvido inúmeras iniciativas, designadamente:

- Manutenção dos principais inquilinos que solicitaram a revisão das condições contratuais vigentes;
- Reforço da agressividade comercial, visando nomeadamente a diminuição da *vacancy rate*;
- Acompanhamento permanente das rendas em atraso, com enfoque na recuperação de dívida.

Quanto aos Fundos Imobiliários Fechados destaca-se a realização de dois aumentos de capital:

- Em Fevereiro de 2012 o Banif Renda Habitação – Fundo de Investimento Imobiliário Arrendamento Habitacional aumentou o Capital em 10 milhões de euros para 50 milhões de euros;
- Em Maio de 2012 realizou-se um novo aumento de capital do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imóveis Brisa, no montante de 650 mil euros.

Finalmente, no tocante aos fundos alternativos, o fundo Art Invest – FEI encetou a fase de desinvestimento, tendo procedido no dia 28 de Junho à distribuição de liquidez gerada com a venda de obras e com as distribuições do fundo *The Fine Art Fund*, mediante a redução de capital. Neste sentido, foi reduzido o capital no montante de 700 000 euros, o equivalente a 1.4 euros por unidade de participação.

No FICA realce-se os contactos desenvolvidos entre a Secretaria de Estado da Cultura (SEC), a PME Investimentos e a BCA no início de 2012, no sentido de encontrar uma solução, que passaria pela redução do capital, cisão e transformação do fundo num Fundo de Capital de Risco. Este processo de reestruturação foi no entanto interrompido em finais de Fevereiro, não tendo ou havido qualquer desenvolvimento até à data, não obstante as sucessivas diligencias desenvolvidas pelas BCA e apesar da aprovação da nova Lei do Cinema e do Audiovisual. Em termos operacionais a BCA prosseguiu a sua actividade, fazendo o acompanhamento dos contratos de investimento em vigor.

O Banco de Investimento tinha sob gestão e encontrava-se mandatado para prestar serviços de consultoria para o investimento em carteiras que, em 30 de Junho de 2012, atingiram o montante total de 1.151 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 11,2% face a Junho de 2011.

A quota de mercado da Banif Gestão de Activos, manteve-se praticamente inalterada nos 6,01% em Junho de 2012 (contra 6,03% em 30 de Junho de 2011).

A diminuição dos activos sob gestão reflectiu-se numa queda do produto bancário de 4.4% no período. Contudo, o resultado líquido da Banif Gestão de Activos evoluiu favoravelmente, com uma subida de

19.7% para 696.2 milhares de euros devido essencialmente a uma queda de 7.1% dos gastos gerais administrativos, a uma anulação de provisões no valor de 169,9 milhares de euros e a um desreconhecimento de um montante a pagar que ascendia a 82,4 milhares de euros.

Valores em milhões de euros

	<b>30-Jun-2012</b>	<b>30-Jun-2011</b>	<b>Δ 11/12</b>
<b>Activo Líquido</b>	10,9	12,8	-14,9%
<b>Capital Próprio</b>	8,5	9,3	-8,1%
<b>Resultado Líquido</b>	0,7	0,6	19,7%

## **b) Banif Açor Pensões (Fundos de Pensões)**

No primeiro semestre do ano a Sociedade prosseguiu a sua actividade comercial, mantendo fundamentalmente o interesse no segmento institucional e associações sócio-profissionais, continuando a ser referenciada nas situações de transferência de participantes, por exercício do direito à portabilidade planos de pensões profissionais.

A estratégia de investimento nos fundos sob gestão manteve o posicionamento defensivo no período, com uma exposição reduzida da componente accionista.

Todos os fundos de pensões sob gestão tiveram, no primeiro semestre do ano, retornos positivos, com especial destaque para as performances dos fundos de pensões abertos de comercialização conjunta geridos pela Sociedade, que obtiveram rendibilidades interessantes quando comparados com os restantes fundos abertos do mercado, de acordo com a informação divulgada pela Associação Portuguesa de Fundos de Investimento (APFPIP).

O volume de activos sob gestão passou de 295 milhões de euros em Junho de 2011 para 256 milhões no final deste semestre, justificado fundamentalmente pela transferência das responsabilidades com pensões em pagamento do FP BBKA para o Estado no montante de 47 milhões de euros.

O Resultado Líquido obtido pela sociedade cifrou-se em 137,9 milhares de euros, contra 108,8 milhares no mesmo período do ano anterior, o que representou um acréscimo de 26,8%.

Valores em milhões de euros

	30-Jun-2012	30-Jun-2011	Δ 11/12
<b>Activo Líquido</b>	4,9	4,3	12,2%
<b>Capital Próprio</b>	4,3	4,1	4,8%
<b>Resultado Líquido</b>	0,1	0,1	26,7%

### c) BBI (Gestão de Patrimónios)

Nas actividades de Gestão de Patrimónios e de Consultoria para o Investimento, os mandatos mais relevantes foram os dos fundos de pensões e o da Açoreana. Houve uma orientação clara no sentido da melhoria no serviço prestado, não só ao nível da gestão segregada das carteiras mas sobretudo ao nível do acompanhamento, factor crítico tendo em linha de conta as condições económicas e financeiras adversas verificadas em Portugal.

#### 4.1.7 *Private Equity*

A Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, SA constitui o veículo principal para concretizar a actividade de *Private Equity* do Banco de Investimento. No 1.º semestre de 2012 a Banif Capital manteve a sua actividade na gestão em três fundos: i) o Fundo Capven, orientado para o segmento de Pequenas e Médias Empresas, ii) o Banif Capital Infrastructure Fund, focado no segmento de Infra-estruturas e iii) o Banif Global Private Equity Fund, um fundo de fundos de capital de risco.

No período o Fundo Capven registou uma ligeira valorização de 2%, derivada ao facto de as suas participadas apresentarem desenvolvimentos positivos a vários níveis, nomeadamente, entrada de novos investidores, cumprimento dos planos de reestruturação estratégica em curso e desenvolvimento de novos acordos de exportação, com efeito positivo ao nível do volume de negócios.

O Banif Capital Infrastructure Fund registou uma ligeira desvalorização de 6%, devida essencialmente aos custos financeiros suportados pelo fundo. Em Março de 2012 os participantes do Banif Capital Infrastructure Fund acordaram adquirir ao fundo 19,53% das acções da Finpro, permitindo ao fundo liquidar cerca de 38,8 milhões de euros de dívida bancária.

O Banif Global Private Equity Fund - FCR firmou todos os seus compromissos de investimento em 2010, tendo continuado a gerir as suas posições e cumprido com as obrigações estabelecidas relevantes aos seus activos. Ainda neste semestre as contas de 2011 foram fechadas e aprovadas em Assembleia de

Participantes, tendo o valor de mercado do fundo registado em 2011 uma valorização de 18% (corrigida das realizações de capital).

A Banif Capital contava ainda com dois investimentos adicionais: Fomentinvest (sociedade promotora e gestora no desenvolvimento de negócios nas áreas do Ambiente, da Energia, Alterações Climáticas, Mercados de Carbono e da Sustentabilidade) e 95% na Worldvilas (sociedade cujo objecto social é o de compra e venda de imóveis e revenda dos adquiridos). Para além dos fundos sob sua gestão, a Banif Capital alarga assim o seu portefólio de participações directas, assumindo uma importância crescente no mercado português de *private equity*/capital de risco.

## **4.2 A actividade da Banca de Investimento nos EUA, no Brasil**

### **4.2.1 Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A.**

#### **CENÁRIO ECONÓMICO E ESTRATÉGIA**

No primeiro semestre de 2012, a incerteza do contexto internacional que incluiu os factores de risco na zona do euro, a desaceleração na China e o crescimento ainda incipiente nos Estados Unidos, dificultaram substancialmente novas operações de financiamento externo por parte da Matriz. Desta forma e, em face dos ajustamentos promovidos pelo Grupo no âmbito global, foram tomadas medidas adicionais de liquidez promovidas pelo Banco Central Europeu para atenuar as dificuldades na zona do euro decorrentes dos problemas fiscais e financeiros adicionais ocorridos na Grécia e em Espanha.

A nova linha estratégica a ser seguida no Brasil implica necessariamente em um processo de fortalecimento do balanço, privilegiando índices de liquidez e Basileia mais adequados aos programas de capitalização impostos pela Matriz.

A evolução dos principais activos financeiros no Brasil manteve uma correlação com a conjuntura internacional. Assim o índice Bovespa apresentou uma queda aproximada de 6%, resultante também de uma revisão do crescimento do PIB em de 2012 para menos de 2%.

O Banco Central do Brasil, na execução de sua política monetária continuou o processo de redução dos juros gerando uma projecção da taxa de juros primária nominal (taxa Selic) ao término do ano em aproximados 7%.

Todo este cenário impactou diretamente nos programas de investimento das companhias brasileiras e na originação de novas operações de crédito e de mercado de capitais nacional.



O Banco prosseguirá investindo em suas áreas de Mercado de Capitais e Tesouraria, visando fortalecer os núcleos de negócios em que se destaca no Brasil, e actuar com maior rentabilidade nos sectores em que possui tradição e *expertise*.

#### **PRINCIPAIS INDICADORES DE DESEMPENHO**

Mantendo a crescente preocupação com a deterioração dos cenários internacionais, o Banco concentrou seus esforços na manutenção do nível de liquidez do Grupo no Brasil. Com esta estratégia, o Banco vem melhorando seu resultado operacional.

A estratégia adoptada pelo Banco relativa ao resultado operacional está visível na rubrica “Resultado bruto da intermediação financeira” do 1º semestre (R\$ 1.713), gerado principalmente pela manutenção dos níveis das “Receitas de intermediação financeira”, redução das “Despesas com captação no mercado” (redução de 35%) e nos níveis de “Provisão para créditos de liquidação duvidosa” (redução de 96%) que está directamente relacionado com a não concessão de novas operações de crédito no semestre.

O Banco obteve incremento significativo na rubrica “Receitas de prestação de serviços” (aumento de 140%), equilíbrio nos custos administrativos, com crescimento pouco significativo das “Despesas de pessoal” (aumento de 7%), acréscimo em “Outras receitas operacionais” (aumento de 62%), beneficiadas directamente por recuperações de crédito e reversão de provisões operacionais (pagamentos a fornecedores). Os indicadores reafirmam a estratégia adoptada pelo Banco.

Valores em milhões de reais

	30-Jun-2012	30-Jun-2011	Δ 11/12
<b>Activo Líquido</b>	433,0	736,4	-41,2%
<b>Crédito Concedido Bruto</b>	82,8	119,4	-30,7%
<b>Recurso de Clientes</b>	185,9	469,8	-60,4%
<b>Capital Próprio</b>	127,3	89,6	42,0%
<b>Margem Financeira</b>	1,7	-19,9	-108,6%
<b>Produto da Actividade</b>	8,3	-7,9	-205,0%
<b>Cash-Flow de Exploração</b>	-80,4	-22,4	258,7%
<b>Resultado Líquido</b>	-5,8	-21,2	-72,5%
<b>ROA</b>	-0,97%	-2,61%	-62,8%
<b>ROE</b>	-5,39%	-21,09%	-74,4%
<b>Número de Agências</b>	-	-	
<b>Número de Empregados</b>	49,0	71,0	-31,0%

#### 4. SECTOR SEGURADOR

##### 5.1 Companhia de Seguros Açoreana, SA

No 1º semestre de 2012, de acordo com os dados disponibilizados pela APS – Associação Portuguesa de Seguradores, o sector segurador registou uma diminuição do volume de prémios de -19%, considerando a produção de contratos de investimento no ramo Vida, relativos a produtos puramente financeiros.

O ramo Vida, considerando os contratos de investimento, apresentou até Junho de 2012 uma variação negativa na produção de -27,7%, para a qual contribuiu significativamente o decréscimo de -31,8% registado nos produtos Financeiros, incluindo PPR.

Condicionado por uma conjuntura macroeconómica adversa, o conjunto dos ramos Não Vida registou até Junho de 2012 uma variação negativa na produção de -4%, afectando sobretudo os ramos Acidentes de Trabalho (-10,3%) e Automóvel (-4,6%).

## Principais Linhas de Actuação

O Plano Estratégico 2011-2012 apresenta como fórmula essencial de actuação a seguinte equação: R2E2, que traduz o objectivo da Açoreana alcançar níveis de rentabilidade em linha com as *best practices* do mercado no que respeita ao ROE, sendo cada vez mais uma referência no mercado segurador por via da eficiência e eficácia na qualidade de serviço, capacidade de inovação e rapidez de resposta.

Em linha com os objectivos estratégicos delineados a Açoreana assumiu, como vector privilegiado para o exercício de 2012, perante os seus clientes o compromisso do Serviço.

Neste sentido, a Companhia introduziu como enfoque na sua actividade o compromisso de garantia de diferentes níveis de serviço, quer internos, quer externos, destacando como exemplos concretos os seguintes:

- no âmbito dos produtos, foi alargado aos novos produtos Acidentes de Trabalho e Multirriscos, ambos direccionados para o segmento de Empresas, o conceito inaugurado com o produto automóvel Pontual Auto que marca pela inovação, nomeadamente por via da assunção clara e quantificada de compromissos ao nível da prestação de serviço;
- no âmbito da gestão de sinistros foi lançado o Portal de Serviços com o objectivo de facilitar a comunicação com os clientes e parceiros da Companhia. De referir ainda a abertura da nova unidade clínica no Porto, o CRIA, que se junta à existente em Lisboa, o GIGA;
- permanente acompanhamento dos índices de avaliação da Companhia junto dos canais de distribuição e clientes em diferentes vertentes, nomeadamente na gestão de sinistros, nas plataformas informáticas de comunicação com os parceiros de negócio, na gama de oferta dos nossos produtos, na proposta valor para a rede de mediação e no nível de serviço prestado na assistência comercial.

No plano de reforço da cultura interna a Açoreana tem vindo a introduzir um conjunto de medidas de melhoria e bem-estar junto dos seus Colaboradores. No primeiro semestre do ano foi lançado um conjunto de iniciativas de entre as quais se destaca a preparação e entrega por parte dos colaboradores da Companhia de cabazes de bens de primeira necessidade numa acção que abrangeu mais de 9000 famílias carenciadas, e o lançamento do projecto de voluntariado que visa apoiar os sem-abrigo.

## Evolução da Actividade e Principais Indicadores

O volume de negócios da Companhia de Seguros Açoreana atingiu durante o 1º semestre de 2012 o montante global de 196.412 milhares de euros, dos quais 49.401 milhares de euros referentes ao ramo Vida e 147.011 milhares de euros referentes aos ramos Não Vida.

Nos ramos Não Vida, a Açoreana registou, no final de Junho de 2012, um decréscimo do volume de prémios de -3,4% face ao período homólogo, menos expressivo que a quebra de -4% verificada no mercado segurador, o que permitiu reforçar a quota de mercado em Não Vida para 7,1%.

Nos principais ramos, Acidentes de Trabalho e Automóvel, embora se tenha registado uma quebra no volume de prémios, verificou-se igualmente um reforço na sua quota de mercado que no final do 1º semestre de 2012 é de 11% e 8,3%, respectivamente, sendo que a Companhia se posiciona como a 2ª maior operadora no mercado português no ramo Acidentes de Trabalho.

Importa ainda referir a evolução muito positiva registada pelo ramo Saúde, com um crescimento face ao período homólogo de +7%, contrariando a tendência do mercado.

O ramo Vida apresenta uma variação de -46,5% face ao período homólogo. Relativamente aos produtos considerados estratégicos, o Vida Risco apresentou um decréscimo de -10,5% enquanto os PPR's com uma produção de cerca de 22 milhões de euros apresentaram um crescimento, face ao período homólogo, próximo dos 70%, sendo que o mercado apresenta, para o mesmo período, um decréscimo de 22,1%.

A distribuição dos produtos de seguros é efectuada através da rede de mediação que conta com cerca de 4.184 agentes e 86 corretores, das agências do Banif e por 47 delegações próprias.

O contexto económico extremamente adverso conjugado com a conjuntura desfavorável dos mercados de capitais e o comportamento da dívida soberana dos países da Zona Euro, com os respectivos impactos na gestão das carteiras de investimentos, foram os factores que marcaram o desenvolvimento da actividade seguradora nesta primeira metade de 2012.

Foi neste cenário difícil que a Açoreana, no final do 1º semestre de 2012, obteve um resultado líquido de 5.517 milhares de euros que representa um crescimento de +9,1% face período homólogo do ano anterior, e uma margem de solvência que supera os 203%, o que confere à Açoreana uma posição muito confortável no mercado segurador e revela a capacidade e a robustez financeira da Companhia para enfrentar os desafios que a actual conjuntura impõe ao sector segurador, realçando ainda a dinâmica comercial da Açoreana que permitiu alcançar estes resultados apenas um ano após a conclusão do processo de fusão e migração com as Seguradoras Global e Global Vida.

O activo líquido e os capitais próprios da Açoreana no 1º semestre de 2012 atingiram, respectivamente, o montante de 1.223.667 milhares de euros e de 128.209 milhares de euros.

Valores em milhões de Euros

	<b>30-Jun-2012</b>	<b>30-Jun-2011</b>	<b>Δ 11/12</b>
<b>Volume Negócios:</b>	196,4	244,4	-19,6%
<b>Vida</b>	49,4	92,3	-46,5%
<b>Não Vida</b>	147,0	152,1	-3,4%
<b>Activo Líquido</b>	1.223,7	1.373,5	-10,9%
<b>Capital Próprio</b>	128,2	114,1	12,4%
<b>Investimentos</b>	1.095,3	1.219,7	-10,2%
<b>Cash-Flow de Exploração</b>	8,9	8,1	10,1%
<b>Resultados Antes Impostos</b>	8,8	7,0	26,3%
<b>Resultado Líquido</b>	5,5	5,1	9,1%

## 6. OUTRAS ACTIVIDADES DO BANIF – GRUPO FINANCEIRO

### 6.1 Banif Imobiliária, SA

Até ao início de 2012, no âmbito da gestão dos activos imobiliários do Banif – Grupo Financeiro, a actividade Banif Imobiliária SA (“BI”) focou-se essencialmente em duas áreas de actuação:

- A aquisição para arrendamento a entidades do Banif – Grupo Financeiro;
- A gestão de património imobiliário próprio ou de entidades do Grupo, nomeadamente dos “imóveis não afectos à exploração”

A BI assegura, ainda, a gestão de aspectos processuais e administrativos de imóveis detidos por três Fundos de Investimento Imobiliário tendo, para esse efeito, celebrado contractos de prestação de serviços com a Banif Gestão de Activos, sociedade gestora dos referidos Fundos.

Na sequência do aumento das competências e atribuições desta sociedade, foram acrescentadas às suas actividades “core” as seguintes atribuições e objectivos:

- Centralização da gestão global dos activos imobiliários do Banif – Grupo Financeiro, incluindo os activos imobiliários internacionais, sendo que qualquer aquisição ou alienação (material) desta classe de activos por qualquer empresa do Grupo, deverá sempre ser sujeita ao parecer prévio da BI;

- Garantir, a todo o momento, a optimização fiscal, financeira e económica da estrutura de detenção dos activos imobiliários do Grupo;
- Contribuir para o esforço de desalavancagem do Grupo, através da implementação de uma política de alienação racional e eficiente de activos imobiliários;
- Profissionalizar a estrutura de *management* dos activos imobiliários de forma a aumentar o seu valor e/ou rendimento associado;
- Criar e gerir novos canais de distribuição de activos imobiliários, com especial ênfase nos investidores internacionais.

Com vista à concretização dos objectivos propostos para a BI, foi elaborada, e está em concretização desde o início de 2012, uma estratégia de actuação que se baseia nos seguintes pilares:

1. “Rebranding” da BI em Banif Real Estate (“BRE”) reflectindo o seu focus internacional;
2. Participação da BI nos Comités de Crédito e em todos os fóruns do Grupo em que seja necessária “expertise” na área imobiliária;
3. Capitalização da rede Banif no esforço de desalavancagem dos activos, criando-se um sistema de incentivos para premiar as estruturas comerciais com melhores resultados;
4. Acompanhamento do processo de reestruturação dos Fundos de Investimento Imobiliário geridos pelo Grupo com vista a sua “revenda” através das redes comerciais, processo esse liderado pela BGA;
5. Estabelecer uma parceria internacional para a gestão de activos imobiliários da área do Turismo;
6. Desenvolvimento de redes virtuais de venda de activos nomeadamente o website imobiliário.

O reforço de competências da BI foi acompanhado por um aumento dos recursos humanos, totalmente realizado “in-house”, através do recrutamento interno de competências. Assim, a BI tem uma estrutura composta por 36 elementos (incluindo 5 Administradores Executivos), estando a sua estrutura orgânica sub-dividida em três grandes áreas:

- Área Comercial composta por 11 Colaboradores;
- Área Administrativa e Financeira composta por 11 Colaboradores;
- Área de Desenvolvimento e Valorização e Obras composta por 3 Colaboradores.
- Direcção Geral e Áreas de Suporte com 6 Colaboradores

O Activo Total da BI ascende a 706,1 milhões de euros no final do semestre, um crescimento de 13,1% quando comparado com o final do ano de 2011. Este crescimento deveu-se sobretudo à subscrição de 40 milhões de euros efectuada a 13 de Fevereiro do Fundo de Investimento Imobiliário – Renda Habitação e a manutenção de um elevado montante em liquidez (41,9 milhões de euros no final do semestre).

O financiamento do referido aumento do Activo foi efectuado através do aumento dos Suprimentos junto da Banif SCPS e do Banif, que aumentaram 120 milhões de euros desde o final do ano passado.

Até 30 de Junho de 2012, os proveitos totais gerados ascenderam a 4.709 milhares de euros, provenientes essencialmente de rendas, no valor de 2.434 milhares de euros, de vendas de portefólio imobiliário no montante 426 milhares de euros, de serviços prestados, que ascenderam a 557 milhares de euros e ainda, de rendimentos financeiros no montante de 1.377 milhares de euros. Os custos operacionais totais atingiram o valor de 4.751 milhares de euros, para os quais contribuíram, fundamentalmente, os custos com vendas do portefólio imobiliário e com as matérias consumidas, no montante de 426 milhares de euros e, principalmente as perdas por diminuições de justo valor no montante de 3.705 milhares de euros.

Os juros pagos, referentes a financiamentos contratados (suprimentos que no final do primeiro semestre ascenderam a 510,75 milhões de euros), ascenderam a 11.264 milhares de euros.

O Resultado Líquido até 30 de Junho de 2012 foi de -11,5 milhões de euros, sendo que o mesmo corresponde essencialmente a dois efeitos conjugados: (i) os anteriormente referidos custos financeiros e (ii) o efeito líquido dos resultados dos FII detidos na carteira de justo valor no montante de -3.378 milhares de euros.

No 1.º Semestre de 2012, a Banif Imobiliária adquiriu um conjunto de imóveis pelo valor de 7,1 milhões de euros, incrementando o valor de imóveis em Balanço para 151,1 milhões de euros, sendo que destes só 18 milhões de euros são activos fixos tangíveis.

No decurso do primeiro semestre de 2012, prosseguiram um conjunto de acções, em diferentes domínios tendentes à valorização e arrendamento dos imóveis de maior expressão financeira, tendo, para o efeito, sido estabelecidos contactos com as entidades competentes e com potenciais interessados, encontrando-se negociações em curso, para alguns imóveis de elevado montante.

Valores em milhões de Euros

	<b>30-Jun-2012</b>	<b>30-Jun-2011</b>	<b>Δ 11/12</b>
<b>Activo Líquido</b>	706,2	138,9	408,5%
<b>Capital Próprio</b>	186,4	1,2	15766,2%
<b>Resultado Líquido</b>	(11,5)	(1,0)	-1016,4%
<b>6.2 BanifServ – Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE</b>			

O plano de actividades da BanifServ para 2012 comporta 36 projectos, dos quais 7 foram concluídos no decorrer do primeiro semestre, 4 suspensos e 2 novos incluídos já no decorrer do ano.

A tecnologia e os sistemas de informação continuam a desempenhar um papel fundamental no suporte e no desenvolvimento do Negócio, quer através da disponibilização de novas ferramentas orientadas às necessidades quer disponibilizando os meios necessários para promover a eficácia, a eficiência e a racionalização de custos e de recursos.

Dos projectos desenvolvidos ou em desenvolvimento, alguns englobando mais do que uma Agrupada, merecem referência os seguintes:

- Transformação Rápida; projecto estruturante envolvendo as empresas Banif, BBI e Banif Mais, desenhado com os objectivos de melhorar a eficácia e eficiência dos sistemas de informação, alinhar modelos, níveis de serviço, equipas e tecnologias, optimizar custos e reduzir riscos;
- Lançamento da segunda fase do desenvolvimento da nova solução de balcões do Banif, reforçando as funcionalidades, as ferramentas e a qualidade da informação ao dispor dos utilizadores internos e clientes;
- Disponibilização de novas funcionalidades na Banca Electrónica, alargando dessa forma o leque de operações ao dispor dos clientes do Banif, das quais citamos, a titulo de exemplo, os pagamentos à segurança social, consulta de garantias e de efeitos;
- Desenvolvimento de um novo sistema de gestão de mapas e listagens para o Banif, permitindo a desmaterialização dos documentos, uma gestão mais eficaz da informação e uma visão integral dos respectivos custos envolvidos;
- Desenvolvimento de um novo sistema de Gestão de Preçário para o Banif, aumentando o controlo sobre cobranças e isenções, para além da disponibilizar estatísticas detalhadas de utilização;
- Criação de um preçário digital para consulta nos balcões e canais electrónicos do Banif, eliminando por essa via a produção, impressão em papel e respectiva distribuição física dos mesmos;



- Continuação do desenvolvimento dos *datamarts* de informação de gestão para a DRMP e DCP do Banif, tendo em vista a obtenção de indicadores que permitam acompanhar a evolução do Negócio e facilitar a tomada de decisão;
- Continuação do desenvolvimento da ferramenta Trade-Innovation para a área do estrangeiro do Banif, melhorando a produtividade e as funcionalidades ao dispor do Negócio;
- Desenvolvimento de um novo sistema de interface contabilístico para o Banif, com definição e regras ao nível da família de produtos, desdobramentos partilhados e novas facilidades de definição;
- Desenvolvimento de aplicação para gestão centralizada das diversas declarações oficiais do Banif, reforçando o controlo sobre a emissão destes documentos;
- Reformulação da estrutura aplicacional relativa ao histórico de movimentos efectuados no Banif, simplificando os registos, melhorando acessos e dotando o repositório de condições de arquivo para os próximos anos.

O número de colaboradores da BanifServ é de 58, 2 dos quais em regime de contrato a termo. Destes elementos, 30 estão afectos à manutenção, ao desenvolvimento de projectos e ao órgão de relacionamento com os clientes, 23 aos sistemas e à gestão da produção, 2 ao suporte administrativo e 3 são elementos de gestão.

No final do primeiro semestre de 2012 a BanifServ apresentou proveitos de 5.618 milhares de Euros, dos quais 4.257 milhares de Euros são respeitantes à prestação de serviços às Agrupadas, 303 milhares de Euros de trabalhos para o próprio ACE, 1.057 milhares de Euros de outros rendimentos e ganhos e 3,56 Euros de proveitos financeiros.

O imobilizado total no final do primeiro semestre de 2011 era de 38.460 milhares de Euros, dos quais 5.717 milhares de Euros referentes a imobilizados em curso.

# 03

## ANÁLISE ÀS CONTAS CONSOLIDADAS E PERSPECTIVAS FUTURAS



**BANIF**

GRUPO  
FINANCEIRO

### III. ANÁLISE ÀS CONTAS CONSOLIDADAS E PERSPECTIVAS FUTURAS

#### 1. Análise às Contas Consolidadas

Os resultados obtidos pela Banif SGPS, SA *holding* do Banif – Grupo Financeiro, no 1º Semestre, estão em linha com as estimativas constantes do Plano de financiamento e capital e com as expectativas da equipa de gestão face ao plano estratégico delineado, cuja implementação está em curso.

Assim, os resultados líquidos consolidados atingiram -124,6 milhões de euros no final do 1º Semestre de 2012, face aos 8,5 milhões de euros do período homólogo do ano anterior.

#### Análise dos resultados

O Produto da Actividade do Grupo atingiu 131,0 milhões de euros no final do 1º Semestre de 2012, registando uma diminuição de 52,8% em termos homólogos. Para este resultado contribuíram vários factores, nomeadamente:

- Uma diminuição de 38,9% na Margem Financeira, para 90,1 milhões de euros, que reflecte sobretudo i) a saída do perímetro de consolidação, no final de 2011, da Banif Corretora de Valores e Câmbio, SA, ii) o agravamento do custo dos recursos de clientes, sobretudo no que respeita aos depósitos a prazo, iii) a redução da actividade creditícia em 2012, bem como o aumento verificado nas operações de reestruturação do crédito;
- Uma diminuição de 20,5% nas comissões (líquidas), para 43,2 milhões de euros, integralmente explicada pela já referida saída do perímetro de consolidação da Banif Corretora de Valores e Câmbio, SA e pelo acréscimo das comissões pagas em resultado das emissões de obrigações com garantia da Republica Portuguesa; e
- Uma diminuição de 95,5% em outros proveitos, para 3,4 milhões de euros, justificada pela ocorrência no período homólogo de 2011 de situações não recorrentes como foram o reconhecimento dos ganhos com a alienação da Banif Corretora de Valores e Câmbio, SA e com as recompras de passivos.

Relativamente à estrutura de custos, os Custos Gerais Administrativos e os Custos com Pessoal (custos de funcionamento) totalizaram 144,3 milhões de euros, diminuindo 10,2% face ao final do 1º Semestre de 2011, reflectindo essencialmente as medidas de racionalização e optimização adoptadas pelo Grupo.

No que diz respeito às provisões e imparidade líquidas, registou-se no final do 1º Semestre de 2012 um aumento de 37,1% face ao período homólogo para 110,8 milhões de euros. Atendendo à actual conjuntura económica, o Grupo manteve uma política prudente e conservadora no que respeita à avaliação da imparidade da carteira de crédito, que resultou em dotações líquidas para imparidade no montante de 105,2 milhões de euros até ao final do 1º semestre de 2012, face aos 72,8 milhões de euros contabilizados no final do 1º Semestre de 2011.

### Análise do balanço

O Activo Líquido do Banif - Grupo Financeiro totalizava 15.373,0 milhões de euros, a 30 de Junho de 2012, registando um decréscimo de 2,8% face ao final do exercício de 2011.

Neste âmbito, importa referir que o Crédito Bruto Concedido a Clientes atingiu 11.497,7 milhões de euros a 30 de Junho de 2012, diminuindo cerca de 3,8% em comparação com Dezembro último.

O quadro seguinte compara o saldo do crédito concedido a clientes no final dos períodos em análise:

	30-06-2012	31-12-2011	Variação
Crédito a empresas	5.722.717	5.899.896	-3,0%
Crédito a particulares			
Habitação	3.392.151	3.498.472	-3,0%
Consumo	1.080.981	1.145.848	-5,7%
Outras Finalidades	1.224.566	1.322.864	-7,4%
outros	77.301	81.766	-5,5%
<b>Crédito Concedido (Bruto)</b>	<b>11.497.717</b>	<b>11.948.846</b>	<b>-3,8%</b>
Imparidade	(835.118)	(813.531)	2,7%
<b>Crédito Concedido (Líquido)</b>	<b>10.662.598</b>	<b>11.135.315</b>	<b>-4,2%</b>

Em termos de Recursos de Clientes, verificou-se um ligeiro crescimento de 0,8%, em comparação com o final do exercício de 2011. Os recursos de clientes em 30 de Junho de 2012 ascendem a 8.097,4 milhões de euros.

A exposição líquida do Grupo ao BCE aumentou 464,8 milhões de euros, comparativamente a Dezembro último, totalizando 2.949,1 milhões de euros no 1º Semestre de 2012. O Grupo no 2º Trimestre de 2012 reembolsou as obrigações de caixa emitidas pela Banif Finance no montante de 249,1 milhões de euros e as obrigações com garantia da República Portuguesa, emitidas pelo Banif – Banco Internacional do Funchal, SA, no montante de 442,1 milhões de euros, amortizando, assim, a quase totalidade das responsabilidades que tinha no mercado de *wholesale*.

Quanto aos recursos “fora de balanço”, o seu total ascendia a 3.047 milhões de euros a 30 de Junho de 2012, reflectindo um aumento de 2,9% face a 31 de Dezembro de 2011.

Os Capitais Próprios, deduzidos de Interesses Minoritários, registaram uma diminuição de 13,2%, de 831,8 milhões de euros para 722,3 milhões de euros entre do final do exercício de 2011 e o 1º Semestre de 2012, explicada essencialmente pelo Resultado acumulado do 1º Semestre de 2012, (-124,6 milhões de euros) e pelo aumento das reservas de reavaliação (15,1 milhões de euros).

### Rede comercial

A rede de pontos de venda do Banif - Grupo Financeiro passou de 585 para 541, entre o 1º semestre de 2011 e o 1º semestre de 2012. O número de agências bancárias em Portugal diminuiu também de 373 para 346 nos últimos 12 meses. Atendendo ao actual enquadramento económico, o Grupo continuará a avaliar de forma criteriosa a dimensão da sua rede em Portugal, baseando-se em critérios de produtividade e eficiência bastante rígidos.

Relativamente à actividade seguradora do Banif – Grupo Financeiro, o volume de prémios emitidos no 1º Semestre de 2012 apresentava um valor de 196,4 milhões de euros, evidenciando uma diminuição de 11,1% da produção relativamente ao final do 1º Semestre de 2011, sobretudo ao nível do ramo vida (-45,4% relativamente ao período homólogo do ano anterior).

ANÁLISE COMPARATIVA  
Banif - Grupo Financeiro

Expresso em milhares de Euros

Balanço	30-Jun-12	31-Dez-11	Variação absoluta	Variação %
Activo Líquido	15.373.002	15.823.114	-450.112	-2,8%
Crédito Concedido (Bruto)	11.497.716	11.948.846	-451.130	-3,8%
Recursos de clientes	8.097.387	8.030.692	66.695	0,8%
Capitais Próprios (i)	722.274	831.812	-109.538	-13,2%
Demonstração de resultados	30-06-2012	30-06-2011	Variação absoluta	Variação %
Margem Financeira	90.115	147.474	-57.359	-38,9%
Rendimento de instrumentos de Capital	2.204	351	1.853	527,9%
Comissões líquidas	43.219	54.353	-11.134	-20,5%
Lucros em Operações Financeiras (líq.)	-7.949	-131	-7.818	5967,9%
Outros Proveitos (líq.)	3.412	75.300	-71.888	-95,5%
Produto da Actividade	131.001	277.347	-146.346	-52,8%
Custos com Pessoal	84.079	91.202	-7.123	-7,8%
Gastos Gerais Administrativos	60.175	69.466	-9.291	-13,4%
Cash Flow	-13.253	116.679	-129.932	-111,4%
Amortizações do Exercício	16.181	18.097	-1.916	-10,6%
Provisões e Imparidade (líq.)	110.805	80.835	29.970	37,1%
Equivalência Patrimonial	1.630	1.292	338	-26,2%
Diferenças de consolidação negativas	-	-	-	-
Resultado antes de Impostos	-138.609	19.039	-157.648	-828,0%
Impostos (correntes e diferidos)	-16.822	4.675	-21.497	-459,8%
Interesses Minoritários	2.824	5.864	-3.040	-51,8%
Resultado Consolidado	-124.611	8.500	-133.111	-1566,0%
<u>Outros indicadores</u>	30-Jun-12	30-Jun-11	Variação absoluta	Variação %
<u>Actividade Seguradora</u>				
Prémios de Seguros (Total)	196.412	220.971	-24.559	-11,1%
- Prémios Vida	49.401	90.455	-41.054	-45,4%
- Prémios Não Vida	147.011	130.516	16.495	12,6%
<u>Rendibilidade</u>				
ROE	-	1,7%	-	-
ROA	-	0,11%	-	-
Resultado Antes de Impostos e de Interesses Minoritários / Activo Líquido Médio	-	0,24%	-	-
Produto da Actividade / Activo Líquido Médio	1,68%	3,45%	-	-
Resultado Antes de Impostos e de Interesses Minoritários / Capitais Próprios Médios (Incluindo Interesses Minoritários)	-	2,97%	-	-
<u>Eficiência</u>				
Custos de Funcionamento + Amortizações / Produto da Actividade	122,5%	64,5%	-	-
Custos Com Pessoal / Produto da Actividade	64,2%	32,9%	-	-
	30-Jun-12	31-Dez-12	Variação absoluta	Variação %
<u>Transformação</u>				
Crédito a clientes, líquido/Depósitos	131,7%	138,7%	-	-
<u>Outros indicadores</u>				
Activos sob Cessão (valores em milhões de euros)	3.047	2.962	85	2,9%

(i) Não inclui Interesses que não controlam

## 2. Perspectivas Futuras

A economia portuguesa foi afectada, durante o primeiro semestre de 2012, por um enquadramento externo desfavorável, caracterizado pelo forte abrandamento dos principais parceiros comerciais, pelo processo de desalavancagem dos agentes económicos domésticos, pela ausência de fontes de financiamento externo e por uma política orçamental contraccionista, decorrente da necessidade de cumprir com os objectivos de consolidação das finanças públicas acordados no PAEF assinado com o FMI, a EU e o BCE.

Neste contexto desfavorável, a recessão económica acentuou-se e os níveis de desemprego atingiram valores máximos de 15% no final do 1º semestre, o que implicou uma deterioração da qualidade das carteiras de crédito e um forte aumento do custo do *funding*, e que penalizou de forma significativa as condições de rendibilidade do sector bancário.

Por outro lado, o Grupo Banif necessita de recorrer ao Fundo de Recapitalização criado no âmbito do PAEF de forma a atingir o rácio de capital exigível para o final de 2012. Neste sentido, o Banif, SA submeteu, já no início do 2º semestre, o pedido formal de recapitalização às autoridades nacionais.

A nova equipa de gestão do Grupo, que assumiu funções no final do 1º trimestre, desenhou e está a implementar um ambicioso plano estratégico, que é concomitante com os objectivos estabelecidos com o Estado no âmbito do plano de recapitalização que foi submetido conjuntamente com o pedido de acesso ao Fundo de Recapitalização e que, em grandes linhas, se caracteriza por i) alteração do governance do Grupo, através de uma simplificação da estrutura de sociedades que o compõem; ii) pela melhoria da eficiência operacional, e; iii) pela desalavancagem do balanço, através da revisão da composição da presença geográfica, da optimização dos activos ponderados pelo risco e do consumo de capital.

Do ponto de vista do governance do Grupo, as principais medidas prendem-se com a redução do número de sociedades instrumentais no organograma, simplificando-o, e dando um papel de maior relevo ao Banif, SA, atendendo ao facto de esta ser a entidade elegível para efeitos de recapitalização por parte do Estado. Do ponto de vista da melhoria da eficiência operacional, as medidas prendem-se com a melhoria das componentes estruturais do produto bancário (margem financeira e comissões), com a redução significativa dos custos, com a melhoria dos processos de recuperação de crédito e ainda com o aumento da produtividade. Do ponto de vista da desalavancagem do balanço, está em curso uma revisão do portefólio de negócios, com o objectivo de definir quais os activos financeiros e não financeiros que poderão ser objecto de alienação. O conjunto de medidas que compõem o plano está em implementação e a grande incidência deverá ocorrer no segundo semestre de 2012 e durante 2013.

Por último, os riscos e a volatilidade da actual conjuntura, com impactos na liquidez, na redução da margem financeira e na deterioração da qualidade dos activos, colocam desafios acrescidos ao sector

---

financeiro e exigem um acompanhamento muito actuante sobre a realidade, que se procurará exercer sem perder de vista os objectivos estratégicos definidos.



# 04

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



**BANIF**

GRUPO  
FINANCEIRO

**IV – Demonstrações Financeiras Consolidadas****1 - Balanço**

BANIF - SCPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

BALANÇO CONSOLIDADO

EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	30-Jun-12			31-Dez-11
		Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6	95.669	-	95.669	288.078
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7	218.491	-	218.491	183.769
Activos financeiros detidos para negociação	8	211.032	-	211.032	256.614
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	9	137.856	-	137.856	203.646
Activos financeiros disponíveis para venda	10,28	653.736	(8.444)	645.292	561.488
Aplicações em instituições de crédito		889.231	-	889.231	648.671
Crédito a clientes	11,28	11.497.716	(835.118)	10.662.598	11.135.315
Investimentos detidos até à maturidade		37.049	-	37.049	53.506
Activos com acordo de recompra		61.862	-	61.862	72.347
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	28	356.014	(15.602)	340.412	267.678
Propriedades de investimento	12	889.061	-	889.061	844.026
Outros activos tangíveis	13	506.772	(163.280)	343.492	369.192
Activos intangíveis	14	92.457	(64.871)	27.586	27.456
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	15,28	177.108	(16.108)	161.000	155.670
Activos por impostos correntes		16.753	-	16.753	25.067
Activos por impostos diferidos		170.195	-	170.195	151.179
Provisões técnicas de resseguro cedido		-	-	-	-
Outros activos		487.672	(22.249)	465.423	579.412
Devedores por seguro directo e resseguro		-	-	-	-
Outros activos	16,28	487.672	(22.249)	465.423	579.412
<b>Total do Activo</b>		<b>16.498.674</b>	<b>(1.125.672)</b>	<b>15.373.002</b>	<b>15.823.114</b>
Recursos de Bancos Centrais	17	-	-	2.949.098	2.484.286
Passivos financeiros detidos para negociação		-	-	105.538	89.048
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	18	-	-	54.968	80.946
Recursos de outras instituições de crédito		-	-	1.221.367	1.088.515
Recursos de clientes e outros empréstimos	19	-	-	8.097.387	8.030.692
Responsabilidades representadas por títulos	20	-	-	1.517.407	2.349.156
Passivos financeiros associados a activos transferidos		-	-	-	-
Derivados de cobertura		-	-	131	130
Passivos não correntes detidos para venda		-	-	-	-
Provisões	21	-	-	14.663	15.405
Provisões técnicas		-	-	-	-
Passivos por impostos correntes		-	-	4.195	14.290
Passivos por impostos diferidos		-	-	61.451	51.687
Instrumentos representativos de capital	22	-	-	4.017	43.891
Outros passivos subordinados	23	-	-	223.310	218.540
Outros passivos		-	-	296.590	421.612
Credores por seguro directo e resseguro		-	-	-	-
Outros passivos	24	-	-	296.590	421.612
<b>Total do Passivo</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14.550.122</b>	<b>14.888.198</b>
Capital	25	-	-	570.000	570.000
Prémios de emissão	25	-	-	104.114	104.114
Outros instrumentos de capital	25	-	-	95.900	95.900
Ações próprias	25	-	-	(1.054)	(1.086)
Reservas de reavaliação	25	-	-	(36.885)	(52.004)
Outras reservas e resultados transitados	25	-	-	114.810	276.471
Resultado do exercício	25	-	-	(124.611)	(161.583)
Dividendos antecipados		-	-	-	-
Interesses que não controlam	26	-	-	100.606	103.104
<b>Total do Capital</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>822.880</b>	<b>934.916</b>
<b>Total do Passivo + Capital</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>15.373.002</b>	<b>15.823.114</b>

## 2 – Demonstração de Resultados

BANIF - SCPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	1.º Semestre		2.º Trimestre	
		30-Jun-12	30-Jun-11	30-Jun-12	30-Jun-11
Juros e rendimentos similares	27	413.116	424.404	196.266	220.051
Juros e encargos similares	27	(323.001)	(276.930)	(149.956)	(150.497)
<b>Margem financeira</b>		<b>90.115</b>	<b>147.474</b>	<b>46.310</b>	<b>69.554</b>
Rendimentos de instrumentos de capital		2.204	351	2.204	53
Rendimentos de serviços e comissões		61.260	66.470	32.202	32.217
Encargos com serviços e comissões		(18.041)	(12.117)	(9.724)	(6.055)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		(457)	(17.434)	2.428	(10.516)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		(774)	(900)	(1.294)	(1.015)
Resultados de reavaliação cambial		(6.718)	18.203	(8.721)	8.152
Resultados de alienação de outros activos		6.804	35.182	-	31.689
Prémios líquidos de resseguro		-	-	-	-
Custos com sinistros líquidos de resseguros		-	-	-	-
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro		-	-	-	-
Outros resultados de exploração		(3.392)	40.118	360	33.455
<b>Produto da actividade</b>		<b>131.001</b>	<b>277.347</b>	<b>63.765</b>	<b>157.534</b>
Custos com pessoal		(84.079)	(91.202)	(42.863)	(46.064)
Gastos gerais administrativos		(60.175)	(69.466)	(29.079)	(36.570)
Amortizações do exercício		(16.181)	(18.097)	(7.891)	(8.971)
Provisões líquidas de reposições e anulações	21	476	(1.269)	(4.356)	(829)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	28	(105.154)	(72.840)	(31.667)	(52.311)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	28	(554)	-	(31)	-
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	28	(5.573)	(6.726)	(4.047)	(5.451)
Diferenças de consolidação negativas		-	-	-	-
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	15	1.630	1.292	1.965	1.041
<b>Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam</b>		<b>(138.609)</b>	<b>19.039</b>	<b>(54.204)</b>	<b>8.379</b>
Impostos		16.822	(4.675)	7.204	(2.486)
Correntes		(6.027)	(11.279)	(2.658)	(7.167)
Diferidos		22.849	6.604	9.862	4.681
<b>Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam</b>		<b>(121.787)</b>	<b>14.364</b>	<b>(47.000)</b>	<b>5.893</b>
Da qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		-	-	-	-
Interesses que não controlam	26	(2.824)	(5.864)	(1.711)	(3.696)
<b>Resultado consolidado do exercício</b>		<b>(124.611)</b>	<b>8.500</b>	<b>(48.711)</b>	<b>2.197</b>
Resultados por acção básicos - em EUR		(0,22)	0,01	(0,09)	0,00
Resultados por acção diluídos - em EUR		(0,19)	0,01	(0,08)	0,00

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

**3 – Demonstração do Rendimento Integral**BANIF - SCPS, SA E SUBSIDIÁRIASDEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADOEM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<b>30-Jun-12</b>	<b>30-Jun-11</b>
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam	(121.787)	14.364
<u>Outro rendimento integral</u>		
Activos Financeiros Disponíveis para Venda		
Ganhos / (perdas) no justo valor	24.345	(26.890)
Impostos ganhos / (perdas) no justo valor	(6.586)	7.373
Ganhos / (perdas) em activos de entidades que consolidam por equivalência patrimonial	(187)	(5.109)
Impostos ganhos / (perdas) em activos de entidades que consolidam por equivalência patrimonial	(1.375)	1.206
Ganhos/(perdas) em reavaliações imóveis	(1.187)	50
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	66	799
Impostos de instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	43	(134)
	<u>15.119</u>	<u>(22.705)</u>
Variações cambiais	(2.228)	(2.897)
<u>Total do rendimento integral líquido de impostos, antes de interesses que não controlam</u>	<u>(108.896)</u>	<u>(11.238)</u>
Interesses que não controlam	(2.824)	(5.864)
<u>Total do rendimento integral, líquido de impostos</u>	<u>(111.720)</u>	<u>(17.102)</u>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

**4- Demonstração de Variações em Capitais Próprios**

BANIF - SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES DE VARIAÇÕES EM CAPITAIS PRÓPRIOS

EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Capital	Outros Instrumentos de Capital	Acções Próprias	Prémios de Emissão	Reservas de Reavaliação	Resultados Transitados	Outras Reservas	Resultado do exercício	Interesses que não controlam	Total
Saldos em 31-Dez-2011	570.000	95.900	(1.086)	104.114	(52.004)	411.754	(135.283)	(161.583)	103.104	934.916
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior										
Transferência para reservas	-	-	-	-	-	(161.583)	-	161.583	-	-
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição\alienação de acções próprias	-	-	32	-	-	-	-	-	-	32
Rendimento integral	-	-	-	-	15.119	-	(2.228)	(124.611)	-	(111.720)
Recompra acções preferenciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações com interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.498)	(2.498)
Outras variações em capital próprio	-	-	-	-	-	-	2.150	-	-	2.150
<b>Saldos em 30-Jun-2012</b>	<b>570.000</b>	<b>95.900</b>	<b>(1.054)</b>	<b>104.114</b>	<b>(36.885)</b>	<b>250.171</b>	<b>(135.361)</b>	<b>(124.611)</b>	<b>100.606</b>	<b>822.880</b>
Saldos em 31-Dez-2010	570.000	95.900	(1.043)	104.114	(10.572)	374.460	(131.132)	33.426	243.724	1.278.877
Impacto alteração política contabilística ganhos e perdas actuariais anterior a 2010	-	-	-	-	(18.768)	-	2.937	-	-	(15.831)
Rendimento integral: ganhos e perdas actuariais 2010	-	-	-	-	(1.918)	-	-	932	-	(986)
Operações com interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-	-	(71.877)	(71.877)
<b>Saldos em 31-Dez-2010 reexpresso</b>	<b>570.000</b>	<b>95.900</b>	<b>(1.043)</b>	<b>104.114</b>	<b>(31.258)</b>	<b>374.460</b>	<b>(128.195)</b>	<b>34.358</b>	<b>171.847</b>	<b>1.190.183</b>
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior										
Transferência para reservas	-	-	-	-	-	34.358	-	(34.358)	-	-
Distribuição dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição\alienação de acções próprias	-	-	(52)	-	-	-	-	-	-	(52)
Rendimento integral	-	-	-	-	(22.705)	-	(2.897)	8.500	-	(17.102)
Operações com interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.245)	(3.245)
Outras variações em capital próprio	-	-	-	-	-	-	(1.446)	-	-	(1.446)
<b>Saldos em 30-Jun-2011</b>	<b>570.000</b>	<b>95.900</b>	<b>(1.095)</b>	<b>104.114</b>	<b>(53.963)</b>	<b>408.818</b>	<b>(132.538)</b>	<b>8.500</b>	<b>168.602</b>	<b>1.168.338</b>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

## 5 - Demonstração de Fluxos de Caixa

BANIF - SCPS, SA E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros)

### ACTIVIDADE OPERACIONAL

#### Resultados de Exploração:

	30-Jun-12	30-Jun-11
Resultado líquido do exercício	(124.611)	8.500
Imparidade em crédito concedido	105.154	72.840
Outras perdas por imparidade	6.127	6.726
Provisões do exercício	(476)	1.269
Amortizações do exercício	16.181	18.097
Dotação para impostos do exercício	(16.822)	4.675
Interesses que não controlam	2.824	5.864
Derivados (líquido)	(1.186)	1.106
Resultados de empresas excluídas da consolidação	(1.630)	(1.292)
Dividendos reconhecidos	(2.204)	(351)
Juros pagos de passivos subordinados	7.971	11.149
Juros pagos de passivos não subordinados	5.557	9.793
Canhotos não realizados em propriedades de investimento	1.550	(7.804)
	(1.565)	130.572

#### Variação dos Activos e Passivos Operacionais:

(Aumento)/Diminuição de activos financeiros detidos para negociação	59.347	156.715
(Aumento)/Diminuição de activos financeiros ao justo valor através de resultados	65.790	107.141
(Aumento)/Diminuição de activos financeiros disponíveis para venda	(60.213)	(1.258.516)
(Aumento)/Diminuição de aplicações em outras instituições de crédito	(240.560)	17.262
(Aumento)/Diminuição de investimentos detidos até à maturidade	16.857	14.712
(Aumento)/Diminuição de empréstimos a clientes	367.563	435.546
(Aumento)/Diminuição de activos não correntes detidos para venda	(69.063)	(87.066)
(Aumento)/Diminuição de activos com acordo de recompra	10.485	(138)
(Aumento)/Diminuição de outros activos	115.440	(447.964)
Aumento/(Diminuição) de recursos de bancos centrais	464.812	928.936
Aumento/(Diminuição) de passivos financeiros detidos para negociação	3.912	(79.114)
Aumento/(Diminuição) de outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(25.978)	(7.230)
Aumento/(Diminuição) de recursos de outras instituições de crédito	102.815	34.037
Aumento/(Diminuição) de recursos de clientes	66.695	282.225
Aumento/(Diminuição) de responsabilidades representadas por títulos	(831.749)	57.578
Aumento/(Diminuição) de outros passivos	(133.357)	98.386
	(87.204)	252.510
Fluxos das actividades operacionais	(88.769)	383.082

### ACTIVIDADE DE INVESTIMENTO

Caixa e equivalentes na subsidiária adquirida	261	2.824
Aquisição de activos tangíveis	(1.053)	(13.998)
Alienação de activos tangíveis	-	3.257
Aquisição de activos intangíveis	(3.875)	(4.671)
Aquisição de propriedades de investimento	(20.822)	(69.415)
Alienação de propriedades de investimento	12.707	37.011
Dividendos recebidos	2.204	351
Fluxos das actividades de investimento	(10.578)	(44.641)

### ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO

Aquisição/alienação de acções próprias	32	(52)
Emissão de passivos subordinados	36.075	-
Reembolso de passivos subordinados	(36.075)	(35.712)
Juros pagos de passivos subordinados	(7.971)	(11.149)
Emissão de obrigações não subordinadas	40.000	20.000
Reembolso de obrigações não subordinadas	(40.000)	(150.000)
Instrumentos representativos de capital	(40.000)	(9.812)
Juros pagos de obrigações não subordinadas	(5.557)	(9.793)
Dividendos pagos de acções preferenciais	(4.844)	(7.939)
Fluxos das actividades de financiamento	(58.340)	(204.457)

### VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Caixa e seus equivalentes no início do período	471.847	336.548
Efeito das diferenças de câmbio nas rubricas de caixa e seus equivalentes	-	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	314.160	470.531
	(157.687)	133.983

### Valor de Balanço das rubricas de Caixa e Seus Equivalentes, em 30 de Junho

Caixa	44.294	49.487
Depósitos à ordem em bancos centrais	51.373	198.947
Depósitos à ordem em outras instituições de crédito	107.105	151.811
Cheques a cobrar	14.841	23.654
Outros	96.547	46.632
	314.160	470.531

Caixa e Seus Equivalentes não disponíveis para utilização pela entidade

-

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

## **6 - Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2012**

### **BANIF-SGPS e Subsidiárias**

*(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)*

#### **1. INFORMAÇÃO GERAL**

O Banif - Grupo Financeiro (Grupo) é composto por Sociedades de competência especializada nos sectores bancário e segurador, apoiadas num conjunto de outras sociedades que operam em diversas áreas do sector financeiro. As principais entidades do Grupo e a natureza das actividades que desenvolvem são descritas em maior detalhe no Relatório de Gestão.

A Banif - SGPS, S.A., empresa-mãe do Grupo, com sede na Rua João Tavira, nº 30, 9004 – 509 Funchal, tem por objecto exclusivo a gestão de participações sociais noutras Sociedades, conforme descrito nas Notas 4 e 15.

A Banif – SGPS, SA é detida, directa e indirectamente, em 53,871% pela Rentipar Financeira, SGPS, SA e esta pela Herança Indivisa de Horácio da Silva Roque.

As acções da Banif - SGPS, S.A. encontram-se admitidas à cotação na Euronext Lisboa.

Em 17 de Agosto de 2012, o Conselho de Administração da Sociedade reviu, aprovou e autorizou as Demonstrações Financeiras de 30 de Junho de 2012.

Nos termos do n.º3, artigo 8º do Código dos Valores Mobiliários, declara-se que as presentes demonstrações financeiras não foram sujeitas a auditoria ou a revisão limitada.

#### **2. ADOÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO NOVAS OU REVISTAS**

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício em referência, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anuais, com referência a 31 de Dezembro de 2011.

#### **3. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

##### **3.1 Bases de Apresentação**

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo agora apresentadas reportam-se ao período findo em 30 de Junho de 2012, e foram preparadas de acordo com a IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar.

As demonstrações financeiras consolidadas intercalares, não incluem todas as informações e divulgações, apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas anuais, pelo que estas

devem ser lidas em conjunto, com as demonstrações financeiras consolidadas, de 31 de Dezembro de 2011.

As demonstrações financeiras consolidadas do Banif - Grupo Financeiro foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – Internacional Financial Reporting Standards), tal como adoptadas na União Europeia, em 30 de Junho de 2012, conforme estabelecido pelo Regulamento (CE) nº 1606/02 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos financeiros registados ao seu justo valor, nomeadamente activos e passivos detidos para negociação (incluindo derivados), activos e passivos ao justo valor através de resultados, activos financeiros disponíveis para venda, imóveis registados em activos tangíveis e propriedades de investimento. As principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo são apresentadas abaixo.

### 3.2 Informação comparativa

O Grupo não procedeu a alterações de políticas contabilísticas, pelo que os valores apresentados são comparáveis, nos aspectos relevantes, com os do exercício anterior.

Note-se que em 31 de Dezembro de 2011 o Grupo aplicou as seguintes alterações, sem impacto relevante nas contas intercalares de 30 de Junho de 2012:

#### Alteração no reconhecimento das unidades de participação dos fundos de investimento detidas por entidades externas ao Grupo

O Grupo decidiu reconhecer as unidades de participação dos fundos de investimento, que estão incluídos no perímetro de consolidação, detidas por entidades externas ao Grupo em “Outros passivos”, por ser uma responsabilidade do Grupo, conforme AG 29A e BC 68 da IAS 32, deixando de as reconhecer em “Interesses que não controlam”.

#### Alteração da política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas actuariais

O Grupo decidiu alterar a política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, deixando de utilizar o método do corredor (IAS 19 § 92ª) e passando a utilizar o método de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais em capitais próprios, na Demonstração do Rendimento Integral (OCI - Other Comprehensive Income (IAS 19 § 93ª)). Esta alteração justifica-se, porque o Grupo considera que o reconhecimento dos ganhos e perdas actuarias de forma imediata proporciona uma informação mais fiável e relevante do que o método do corredor. Por outro lado, a emenda à IAS 19 aprovada pelo IASB em Junho de 2011, com aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciam em ou a partir de 1 de Janeiro de 2013, abandona o método do corredor.



### 3.3 Uso de estimativas na preparação das Demonstrações Financeiras

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que o Grupo efectue estimativas e julgamentos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas, o valor dos activos e passivos, réditos e custos, assim como dos passivos contingentes divulgados. No apuramento das estimativas, a Gestão do Grupo utilizou o seu julgamento, assim como a informação disponível na data da preparação das demonstrações financeiras. Não obstante, os valores futuros efectivamente realizados poderão diferir das estimativas efectuadas.

Os temas que envolvem um maior nível de julgamento ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são apresentadas, como seguem:

#### *Continuidade das operações*

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade, dado que a Gestão do Grupo considera que o Grupo e a Empresa – Mãe dispõem de meios e de capacidade para continuar a desenvolver a sua actividade no futuro previsível. Para este julgamento, a Gestão do Grupo teve em consideração as diversas informações que dispõe sobre as condições actuais e projecções futuras de rentabilidade, *cash-flows* e capital.

#### *Justo valor dos instrumentos financeiros*

O Justo valor é baseado em cotações de mercado, sempre que disponíveis. No entanto, e na ausência de cotação, é determinado com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados (*market to model*) considerando as condições de mercado, factores de volatilidade, correlação, não esquecendo o valor temporal.

#### *Imparidade em créditos a clientes*

O Grupo efectua uma avaliação da sua carteira de crédito, em base periódica, por forma avaliar a existência de evidência de imparidade.

Neste contexto, os clientes identificados com crédito em incumprimento e, cujas responsabilidades totais sejam consideradas de montante significativo para o Grupo, são objecto de análise individual para avaliar as necessidades de registo de perdas por imparidade.

Estas estimativas são baseadas em assumções sobre um conjunto de factores que se podem modificar no futuro e, consequentemente alterar os montantes de imparidade. Adicionalmente, é também realizada uma análise colectiva de imparidade às restantes operações de crédito que não foram objecto de análise individual, através da alocação de tais operações em segmentos de crédito, com características e riscos similares, sendo estimadas perdas colectivas de imparidade, cujo cálculo tem por base o comportamento histórico das perdas, para o mesmo tipo de activos.

Os créditos analisados individualmente, para os quais não se tenha verificado a existência objectiva de imparidade, são agrupados tendo por base características de risco semelhantes e avaliados colectivamente para efeitos de imparidade.

Sempre que um crédito é considerado incobrável, sendo a sua perda por imparidade estimada de 100% do valor do crédito, é efectuada a respectiva anulação contabilística por contrapartida do valor da perda. O crédito é assim abatido ao activo.

Se forem recuperados créditos abatidos, o montante recuperado é creditado em resultados na rubrica "Imparidade de crédito líquida de recuperações e reversões".

#### *Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda – instrumentos de capital*

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando se verifica uma desvalorização significativa ou prolongada no seu justo valor, abaixo de preço de custo ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros desses activos.

Esta determinação requer julgamento, sendo que o Grupo reúne toda a informação disponível no mercado e fora do mercado para o efeito. Em consequência da volatilidade dos mercados, o Grupo considera que existe evidência objectiva de imparidade, ou seja, que se verifica uma desvalorização significativa ou prolongada, sempre que se registre:

- ✓ um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 30%;
- ✓ um declínio por um período superior a 1 ano.

#### *Propriedades de investimento e imóveis de serviço próprio*

O Grupo determina o justo valor das propriedades de investimento e de imóveis de serviço próprio com base em avaliações efectuada por peritos avaliadores independentes. Estas avaliações são efectuadas na base do rendimento e dos custos de manutenção ou substituição e, ainda, com base em valores de mercado quando comparáveis.

#### *Activos por impostos diferidos*

O Grupo reconhece activos por impostos diferidos para prejuízos fiscais não reconhecidos, quando estima que venham a existir no prazo futuro estabelecido por lei resultados fiscais positivos. Para o efeito, são efectuados julgamentos para a determinação do montante de impostos diferidos activos que podem ser reconhecidos, baseados no nível de resultados fiscais futuros esperado.

#### *Consolidação de entidades de finalidade especiais (SPE)*

O Grupo recorre à constituição de Entidades de Finalidade Especial (SPE) com o objectivo de efectuar operações de securitização de activos.



O Grupo não consolida as SPE relativamente aos quais não detém o controlo. Uma vez que pode ser difícil determinar se é exercido o controlo sobre uma SPE, é efectuado um julgamento para determinar se o Grupo está exposto aos riscos e benefícios inerentes às actividades da SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nessa SPE.

A decisão de que um SPE tem que ser consolidado pelo Grupo requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas. Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente.

#### *Benefícios de reforma*

O Grupo determina as responsabilidades por pensões de reforma e o rendimento dos Fundos de Pensões, constituídos para cobrir estas responsabilidades, com base em tábuas actuariais e pressupostos de crescimento das pensões e do retorno dos activos, que compõem os Fundos de Pensões.

Face à natureza de longo prazo dos planos de pensões, estas estimativas são sujeitas a incertezas significativas.

### **3.4 Princípios de consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Banif - SGPS, S.A. e das Entidades por si controladas (denominadas "subsidiárias"), incluindo fundos de investimento nos quais o Grupo detém mais de 50% das unidades de participação e entidades de finalidades especiais (SPE'S), preparadas para a mesma data de referência das presentes demonstrações financeiras consolidadas.

Considera-se que existe controlo, sempre que o Grupo tenha a possibilidade de determinar as políticas operacionais e financeiras de uma entidade, com vista a obter benefícios das suas actividades, o que normalmente sucede quando o Grupo detém pelo menos 50% dos direitos de voto da entidade.

As entidades de finalidades especiais, relativamente às quais o Grupo retenha a maioria dos riscos e benefícios inerentes à sua actividade, são também incluídas no perímetro de consolidação. Incluem-se neste âmbito, essencialmente, entidades utilizadas pelo Grupo que integram operações de titularização de créditos e emissão de dívida estruturada.

Sempre que aplicável, as contas das subsidiárias são ajustadas de forma a reflectir a utilização das políticas contabilísticas do Banif - Grupo Financeiro.

Os saldos e transacções entre Entidades do Grupo realizados, resultantes de operações intra grupo são eliminados no processo de consolidação.

O valor correspondente à participação de terceiros nas subsidiárias é apresentado na rubrica "Interesses que não controlam", incluída no capital próprio.



### 3.5 Concentrações de actividades empresariais e *goodwill*

O Grupo regista a aquisição de subsidiárias pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor, na data da transacção, dos activos entregues, dos passivos assumidos, dos instrumentos de capital próprio emitidos, acrescidos de quaisquer custos directamente imputáveis à transacção. Os activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da entidade adquirida são medidos pelo justo valor, na data de aquisição.

O goodwill corresponde à diferença entre o custo de aquisição e a proporção adquirida pelo Grupo do justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificados.

Sempre que, o justo valor exceda o custo de aquisição (goodwill negativo), a diferença é reconhecida em resultados.

Quando o custo de aquisição excede o justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes, o goodwill positivo é registado no activo, não sendo amortizado. No entanto, é objecto de testes de imparidade numa base anual, sendo reflectidas eventuais perdas por imparidade que sejam apuradas.

Para efeitos da realização do teste de imparidade, o goodwill apurado é imputado a cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) que beneficiaram da operação de concentração. O goodwill imputado a cada Unidade é objecto de teste de imparidade, em base anual, ou sempre que exista uma indicação de que possa existir imparidade.

A imparidade do goodwill é determinada calculando o montante recuperável para cada UGC ou grupo UGC a que o goodwill respeita. Quando o montante recuperável das UGC for inferior ao montante registado é reconhecida imparidade.

As perdas por imparidade em goodwill não podem ser revertidas em períodos futuros.

### 3.6 Investimentos em associadas

São classificadas como associadas todas as Entidades sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o controlo e, que não sejam nem subsidiárias, nem “Joint ventures”, nem participações detidas através de fundos de investimento, de capital de risco ou de Bancos (seed capital), classificados, no reconhecimento inicial, como instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados.

O Grupo considera que existe influência significativa sempre que este detenha, directa ou indirectamente, mais de 20% dos direitos de voto.

Os investimentos em associadas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento que o Grupo adquire a influência

significativa até ao momento em que a mesma termina. O valor de balanço dos investimentos em associadas inclui o valor do respectivo goodwill determinado nas aquisições e é apresentado líquido de eventuais perdas de imparidade.

O registo inicial do investimento é efectuado pelo custo de aquisição, o qual é incrementado ou diminuído pelo reconhecimento das variações subsequentes na parcela detida na situação líquida da associada. Qualquer goodwill negativo é imediatamente reconhecido em resultados.

O valor do investimento é anualmente objecto de análise de imparidade.

À semelhança do procedimento seguido relativamente às subsidiárias, sempre que aplicável, as contas das associadas são ajustadas de forma a reflectir as políticas contabilísticas do Grupo.

### **3.7 Empreendimentos conjuntos**

São considerados como empreendimentos conjuntos os investimentos em Entidades sobre as quais o Grupo partilha o controlo com outra parte. Essa partilha é formalizada por acordo contratual, em que as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relacionadas com a actividade, exigem o consenso unânime das partes que partilham o controlo.

Os interesses do Grupo em empreendimentos conjuntos são reconhecidos utilizando o método de consolidação proporcional.

No âmbito deste método de consolidação, não existem interesses que não controlem.

### **3.8 Transacções em moeda estrangeira**

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbios indicativas da moeda funcional na data da transacção.

Na data de balanço, os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros, à taxa de câmbio de fecho. Os itens não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor, na data da última valorização. Os itens não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na demonstração de resultados, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio, até à alienação do activo.

*Demonstrações financeiras de subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira*

Na data de balanço, os activos e passivos denominados em moeda funcional distinta do Euro, são convertidos à taxa de câmbio à data do fecho do balanço, enquanto itens de proveitos e custos são convertidos à taxa média do período. As diferenças que resultam da utilização da taxa de fecho e da taxa média são registadas, sem efeito fiscal, por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio, até à alienação das respectivas entidades.

**3.9 Caixa e seus equivalentes**

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados em balanço de moeda nacional e estrangeira, que se incluem em caixa, depósitos à ordem junto de Bancos Centrais, depósitos à ordem junto de outras instituições de crédito no país e estrangeiro, cheques a cobrar sobre outros bancos.

**3.10 Instrumentos financeiros*****3.10.1 - Reconhecimento e mensuração inicial de instrumentos financeiros***

As compras e vendas de activos financeiros que implicam a entrega de activos de acordo com os prazos estabelecidos, por regulamento ou convenção no mercado, são reconhecidos na data da sua negociação (trade date), isto é, na data em que é assumido o compromisso de compra ou venda. Esta situação verifica-se igualmente para os instrumentos financeiros derivados.

A classificação dos instrumentos financeiros, na data do seu reconhecimento inicial, depende das suas características e da intenção que originou a sua aquisição.

Todos os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao justo valor, acrescido dos custos directamente atribuíveis à compra ou emissão, excepto no caso dos activos e passivos ao justo valor através de resultados em que tais custos são reconhecidos directamente em resultados.

***3.10.2 - Mensuração subsequente de instrumentos financeiros****Activos e passivos financeiros detidos para negociação*

Os activos e passivos financeiros classificados como activos e passivos detidos para negociação, são adquiridos com o propósito de venda no curto prazo e de realização de lucros, a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador.

Nesta classe incluem-se também, os instrumentos financeiros derivados que não sejam considerados como derivados de cobertura.

Após o reconhecimento inicial, os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor são reflectidos em resultados do exercício. No caso dos instrumentos derivados, os justos valores positivos apurados são registados no activo e, consequentemente, os justos valores negativos no passivo.

Os juros e dividendos ou encargos são registados nas respectivas contas de resultados, quando o direito ao seu pagamento é estabelecido.

São considerados como passivos financeiros de negociação as vendas de títulos a descoberto. Estas operações são relevadas em balanço ao justo valor, com variações subseqüentes no seu justo valor relevadas em resultados do exercício, na respectiva rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

#### *Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados*

Os activos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são activos e passivos designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados, nos termos da opção prevista no IAS 39 - fair value option.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial certos activos e passivos ao justo valor, desde que satisfeitas as condições previstas para o seu reconhecimento, nomeadamente:

- ✓ a designação elimina ou reduz significativamente inconsistências de mensuração de activos e passivos financeiros e reconhecimento dos respectivos de ganhos ou perdas (accounting mismatch);
- ✓ os activos e passivos financeiros fazem parte de um grupo de activos ou passivos ou ambos cujas performances são avaliadas numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia de investimento e gestão de risco devidamente documentada; ou
- ✓ o instrumento financeiro integra um ou mais derivados embutidos, excepto quando os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa inerentes ao contrato, ou seja claro, com reduzida ou nenhuma análise, que a separação dos derivados embutidos não possa ser efectuada.

Após o reconhecimento inicial, os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor dos activos e passivos financeiros são reflectidos em resultados do exercício na rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

O Grupo classifica em activos financeiros ao justo valor através de resultados, os títulos cuja gestão e avaliação da performance tem por base o justo valor, e como passivos financeiros instrumentos de dívida (subordinada e não subordinada) com um ou mais derivados embutidos.

#### *Activos financeiros disponíveis para venda*

São classificados nesta rubrica os activos financeiros que podem ser objecto de alienação em resposta, ou em antecipação, a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado.

À data, o Grupo tem classificado nesta categoria títulos de rendimento fixo, participações consideradas estratégicas e instrumentos de capital, para os quais não é possível a obtenção de valorizações fiáveis.

Após o reconhecimento inicial, são subsequentemente mensurados ao justo valor, ou mantido ao custo de aquisição.

No caso de o Grupo deter instrumentos de capital para os quais não seja possível apurar o justo valor com fiabilidade, os ganhos e perdas são reflectidos na rubrica “Reservas de reavaliação” até à sua venda (ou ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda”.

Os juros dos activos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares” e, os dividendos são reconhecidos em resultados na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital”, quando o direito ao seu recebimento é estabelecido.

Nos instrumentos de dívida emitidos em moeda estrangeira, as diferenças cambiais apuradas são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica “Resultados de reavaliação cambial”.

A cada data de referência das demonstrações financeiras, o Grupo avalia a existência de situações de evidência objectiva de que os activos financeiros disponíveis para venda estão com imparidade, considerando a informação disponível no mercado e a informação disponível sobre os emitentes.

Quando existe evidência objectiva de que um activo financeiro disponível para venda está em imparidade, as perdas são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

#### *Activos financeiros detidos até à maturidade*

Estão classificados nesta categoria os activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até à maturidade.

Estes activos são mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva e sujeitos a testes de imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta o prémio ou desconto, na data de aquisição, e outros encargos directamente imputáveis à compra como parte da taxa de juro efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica “Juros e rendimentos similares”.



As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

*Activos com acordo de recompra*

Estão relevados nesta rubrica, o valor de compra dos activos acrescidos do juro implícito no preço de revenda reconhecidos de acordo com o princípio de especialização do exercício.

*Aplicações em outras instituições de crédito e crédito a clientes*

O Grupo regista nestas rubricas as aplicações que tem junto de instituições de crédito e o valor total do crédito concedido a clientes.

Estes activos são classificados como activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, desde que não sejam activos que tenham sido adquiridos ou originados com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou activos que, no seu reconhecimento inicial, tenham sido classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados.

Após o reconhecimento inicial, o valor desembolsado, que inclui todos os custos inerentes à transacção, incluindo comissões cobradas que não tenham a natureza de prestação de serviço, são mensurados ao custo amortizado, pelo método da taxa efectiva, e sujeitos a testes de imparidade. O custo amortizado é apurado tendo em conta os rendimentos ou encargos directamente imputáveis à originação do activo, como parte da taxa de juro efectiva. A amortização destes rendimentos ou encargos é reconhecida em resultados na rubrica “Juros e rendimentos similares” ou “Juros e encargos similares”. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”.

Quando, em determinado momento do tempo, o Grupo considera não haver qualquer expectativa de recuperabilidade sobre um determinado ou um conjunto de créditos, estes são abatidos ao activo. Esta avaliação é independente dos procedimentos em vigor, no que se refere a este tema, nas contas individuais das subsidiárias, tendo em conta as especificidades das normas locais aplicáveis.

*Recursos de outras instituições de crédito, Recursos de clientes e outros empréstimos / Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados*

Os restantes passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e emissões de dívida não designadas como passivos financeiros ao justo valor através de resultados e, cujos termos contratuais resultam na obrigação de entrega ao detentor de fundos ou activos financeiros, são reconhecidos inicialmente pela contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados e subsequentemente, valorizados ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica “Juros e encargos similares”.

*Justo valor*

Conforme acima referido, os instrumentos financeiros registados nas categorias de Activos e Passivos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros disponíveis para venda são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O Grupo determina o justo valor dos seus activos e passivos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda de acordo com os seguintes critérios:

- ✓ No caso de instrumentos transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com base na cotação de fecho, no preço da última transacção efectuada ou no valor da última oferta (“*bid*”) conhecida;
- ✓ No caso de instrumentos não transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com recurso a técnicas de valorização, que incluem preços de transacções recentes de instrumentos equiparáveis e outros métodos de valorização normalmente utilizados pelo mercado (“discounted cash flow”, modelos de valorização de opções, etc.).

Os activos de rendimento variável (v.g. acções) e os instrumentos derivados, que os tenham como activo subjacente, para os quais não seja possível a obtenção de valorizações fiáveis, são mantidos ao custo de aquisição, deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

**3.10.3 – Imparidade de activos financeiros***Activos Financeiros ao custo amortizado*

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade nos activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente, aplicações em instituições de crédito, instrumentos detidos até à maturidade, crédito concedido e de valores a receber. As perdas por imparidade identificadas são relevadas por contrapartida de resultados.

Sempre que num período subsequente, se registre uma diminuição do montante da perda por imparidade estimada, o montante previamente reconhecido é revertido pelo ajustamento da conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados na mesma rubrica.

Um crédito, ou uma carteira de crédito sobre clientes, definida como um conjunto de créditos de características de risco semelhantes, está em imparidade sempre que:

- ✓ exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e,
- ✓ quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, e cuja mensuração possa ser estimada com razoabilidade.

Para determinação das perdas por imparidade são utilizados dois métodos de análise:

a) Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é realizada através de uma análise casuística da situação de clientes com exposição total de crédito considerada significativa. Para cada cliente o Grupo avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objectiva de imparidade, considerando nomeadamente os seguintes factores:

- ✓ situação económico-financeira do cliente;
- ✓ exposição global do cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento no Grupo e no sistema financeiro;
- ✓ informações comerciais relativas ao cliente;
- ✓ análise do sector de actividade em que o cliente se integra, quando aplicável;
- ✓ as ligações do cliente com o Grupo em que se integra, quando aplicável, e a análise deste relativamente às variáveis anteriormente referidas em termos do cliente individualmente considerado.

Na determinação das perdas por imparidade em termos individuais são considerados os seguintes factores:

- ✓ A viabilidade económico financeira do cliente gerar meios suficientes para fazer face ao serviço da dívida no futuro;
- ✓ O valor das garantias reais associadas e o montante e prazo de recuperação estimados;
- ✓ O património do cliente em situações de liquidação ou falência e a existência de credores privilegiados.

Os créditos analisados individualmente, para os quais não se tenha verificado a existência objectiva de imparidade, são agrupados tendo por base características de risco semelhantes e avaliados colectivamente para efeitos de imparidade.

Os créditos analisados individualmente para os quais se tenha estimado uma perda por imparidade não são incluídos para efeitos da avaliação colectiva.

Sempre que seja identificada uma perda de imparidade nos créditos a clientes avaliados individualmente, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor contabilístico desse crédito e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro original do contrato. O crédito a clientes apresentado no balanço é reduzido pela utilização de uma conta de perdas por imparidade e o montante reconhecido na demonstração de resultados na rubrica “Imparidade do crédito líquida de recuperações e reversões”. Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para



determinar qualquer perda por imparidade é a taxa de efectiva anual, determinada pelo contrato.

O cálculo do valor actual dos cash flows futuros estimados de um crédito com garantias reais reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e alienação do colateral, deduzido dos custos inerentes à sua recuperação e venda.

b) Análise colectiva

Os créditos avaliados numa base colectiva são agrupados por segmentos com características e riscos similares. As perdas por imparidade para estes créditos são estimadas considerando a experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante, a envolvente económica e sua influência sobre o nível de perdas históricas. O Grupo procede, com uma periodicidade regular, à actualização dos parâmetros históricos utilizados para estimar as perdas na análise colectiva.

Sempre que um crédito é considerado incobrável, sendo a sua perda por imparidade estimada de 100% do valor do crédito, é efectuada a respectiva anulação contabilística por contrapartida do valor da perda. O crédito é assim abatido ao activo.

Se forem recuperados créditos abatidos, o montante recuperado é creditado em resultados na mesma rubrica de "Imparidade do crédito líquida de recuperações e reversões" acima referida.

*Activos Financeiros disponíveis para venda*

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para activos financeiros registados ao custo amortizado, o IAS 39 prevê ainda os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- ✓ Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não irá ser recuperado na totalidade;
- ✓ Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

A cada data de balanço, os activos financeiros disponíveis para venda são analisados, verificando-se o registo de indícios objectivos de imparidade, nomeadamente quando se verifica um significativo ou prolongado declínio nos justos valores, abaixo do preço de custo. A determinação do nível de declínio em que se considera "significativo ou prolongado" requer julgamentos. O Grupo considera que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 30% (30% em 2011) ou um declínio por mais de 1 ano (1 ano em 2011) pode ser considerado significativo ou prolongado.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos - valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica "Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações".

As perdas por imparidade registadas em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na “Reserva de justo valor”. Caso posteriormente, sejam determinadas menos valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Grupo efectua igualmente análises periódicas de imparidade. O valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem igualmente ser revertidas.

#### **3.10.4 – Derivados**

Na sua actividade corrente, o Grupo utiliza alguns instrumentos financeiros derivados, quer para satisfazer as necessidades dos seus clientes, quer para gerir as suas próprias posições de risco de taxa de juro ou outros riscos de mercado. Estes instrumentos envolvem graus variáveis de risco de crédito (máxima perda contabilística potencial devida a eventual incumprimento das contrapartes das respectivas obrigações contratuais) e de risco de mercado (máxima perda potencial devida à alteração de valor de um instrumento financeiro em resultado de variações de taxas de juro, câmbio e cotações).

Os montantes nocionais das operações de derivados, registados em rubricas extrapatrimoniais, são utilizados para calcular os fluxos a trocar nos termos contratuais. Para derivados de taxa de juro ou de câmbio, o risco de crédito é medido pelo custo de substituição a preços correntes de mercado dos contratos em que se detém uma posição potencial de ganho (valor positivo de mercado), no caso de a contraparte entrar em incumprimento.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são separados do instrumento de acolhimento, sempre que os seus riscos e características não se encontrem intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento. Nestas situações, a valorização ao justo valor através de resultados, não é feita sobre a totalidade do instrumento.

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo na sua gestão de exposição a riscos financeiros e de mercado são contabilizados como derivados de cobertura de acordo com os critérios definidos pela IAS 39. Caso tal não se verifique, os derivados são considerados pelo seu justo valor como activos ou passivos financeiros de negociação, consoante tenham, respectivamente, justo valor positivo ou negativo.



### *Contabilidade de cobertura*

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, são classificados como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- à data de início da transacção, a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção, e ao longo da vida da operação;
- a eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade, à data de início da transacção, e ao longo da vida da operação;
- Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

A cada data de balanço, o Grupo testa a eficácia das coberturas, comparando a variação do justo valor do instrumento coberto, atribuível ao risco coberto, com a variação do justo valor do derivado de cobertura, devendo a relação entre ambos situar-se no intervalo entre 80% e 125%.

### *Cobertura de Justo Valor*

Numa operação de cobertura de justo valor, o valor de balanço do activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado de forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, e, bem assim, as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Caso a relação de cobertura deixe de existir, pelo facto da variação relativa no justo valor dos derivados e dos instrumentos cobertos se encontrar fora do intervalo entre 80% e 125%, os derivados são reclassificados para a carteira de negociação e o valor da reavaliação dos instrumentos cobertos é reconhecido em resultados durante o prazo remanescente da operação.

### *Cobertura de fluxos de caixa*

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade, a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura é reconhecida em reservas, sendo transferida para resultados, nos períodos em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte não efectiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados, quando a operação coberta também afectar resultados.

Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

### **3.10.5 – Desreconhecimento de activos e passivos financeiros**

#### *Activos financeiros*

Um activo financeiro (ou quando aplicável uma parte de um activo financeiro ou parte de um grupo de activos financeiros) é desreconhecido quando:

- ✓ Os direitos de recebimento dos fluxos de caixa do activo expirem; ou
- ✓ Os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos, ou foi assumida a obrigação de pagar na totalidade os fluxos de caixa a receber, sem demora significativa, a terceiros no âmbito de um acordo “pass-through”; e
- ✓ Os riscos e benefícios do activo foram substancialmente transferidos, ou os riscos e benefícios não foram transferidos nem retidos, mas foi transferido o controlo sobre o activo.

Se os direitos de recebimento dos fluxos de caixa forem transferidos ou se tenha celebrado um acordo de “pass-through”, e não tenham sido transferidos nem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios do activo, nem transferido o controlo sobre o mesmo, o activo financeiro é reconhecido na extensão do envolvimento continuado, o qual é mensurado ao menor entre o valor original do activo e o máximo valor de pagamento que ao Grupo pode ser exigido.

Quando o envolvimento continuado toma a forma de opção de compra sobre o activo transferido, a extensão do envolvimento continuado é o montante do activo que pode ser recomprado, excepto no caso de opção de venda mensurável ao justo valor, em que o valor do envolvimento continuado é limitado ao mais baixo entre o justo valor do activo e o preço de exercício da opção.

#### *Passivos financeiros*

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente expira ou é cancelada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro com a mesma contraparte, em termos substancialmente diferentes dos inicialmente estabelecidos, ou os termos iniciais são substancialmente alterados, esta substituição ou alteração é tratada como um desreconhecimento do passivo original e, o reconhecimento de um novo passivo. No caso de se verificar diferenças entre os valores, esta diferença é reconhecida em resultados do exercício.

### ***3.10.6 – Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros***

Em Outubro de 2008, o IASB emitiu a revisão da IAS 39 - Reclassificação de Instrumento Financeiros. Esta alteração veio permitir, mediante a verificação de determinadas circunstâncias, que uma entidade transfira instrumentos financeiros das categorias de Activos financeiros detidos para negociação e Activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Outros créditos e valores a receber ou para Activos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses activos financeiros obedeçam às características de cada categoria.

O Grupo adoptou esta possibilidade para um conjunto de activos financeiros, a partir de 1 de Julho de 2008.

As reclassificações foram registadas ao justo valor dos instrumentos, na data da reclassificação, tomando-se este valor como o valor do custo amortizado nas novas categorias para onde os activos foram reclassificados.

Um activo financeiro reclassificado na categoria de Activos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas registados nesse activo anteriormente reconhecidos em Reservas, são amortizados nos resultados do exercício, durante a vida remanescente do activo financeiro pelo método da taxa de juro efectiva. No caso de se verificar, a existência de imparidade nestes activos, o montante que ainda se encontra reconhecido em reservas é registado na demonstração de resultados.

O Grupo pode reclassificar Activos financeiros detidos para negociação, desde que não sejam derivados, para a categoria de Outros créditos e valores a receber, desde que esses activos se enquadrem nas características da referida classe.

Não obstante, se um activo financeiro for reclassificado para outra categoria de activo e, posteriormente, o Grupo estimar um aumento nos fluxos de caixa futuros em resultado de uma melhor perspectiva de recuperação desses recebimentos de caixa, o efeito desse aumento é registado como um ajustamento à taxa efectiva, desde a data da alteração da estimativa.

### ***3.11. – Activos não correntes detidos para venda***

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda. Esta condição apenas se verifica quando a venda seja altamente provável e o activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual.

A operação de venda deverá verificar-se até um período máximo de um ano após a classificação nesta rubrica. Uma extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não exclui que um activo (ou grupo para alienação) seja classificado como detido para venda se o atraso



for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo da Sociedade e se mantiver o compromisso de venda do activo.

O Grupo regista nesta rubrica essencialmente imóveis recebidos em dação em pagamento de dívidas referentes a crédito concedido. Estes activos são registados no momento inicial pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores da dívida existente ou da avaliação do bem, na data da dação.

Os activos registados nesta categoria são objecto de avaliações periódicas efectuadas por avaliadores independentes que dão lugar ao registo de perdas por imparidade, sempre que o valor decorrente dessas avaliações, líquido de custos a incorrer com a venda, seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados.

### ***3.12. – Propriedades de Investimento***

Os imóveis detidos pelo Grupo são reconhecidos como propriedades de investimento, dado que estes imóveis têm como objectivo a valorização do capital a longo prazo e não a venda a curto prazo, nem são destinados à venda no curso ordinário do negócio nem para sua utilização.

Estes investimentos são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção, e subsequentemente são reavaliados ao justo valor.

O justo valor da propriedade de investimento deve reflectir as condições de mercado, à data do balanço. As variações de justo valor são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica de Outros proveitos operacionais.

As propriedades de investimento são desreconhecidas, assim que alienadas ou quando deixam de ser esperados benefícios económicos futuros com a sua detenção.

Na alienação, a diferença entre o valor líquido da alienação e o montante do activo registado é reconhecido em resultados, no momento da alienação.

As transferências de, e para a rubrica “Propriedades de Investimento” podem ocorrer sempre que se verificar uma alteração quanto ao seu uso. Na transferência de propriedades de investimento para imóveis de serviço próprio, o custo estimado, para relevação contabilística, é o justo valor, à data da alteração do uso. Se um imóvel de serviço próprio é classificado em propriedades de investimento, o Grupo regista esse activo de acordo com a política aplicável a imóveis de serviço próprio, até à data da sua transferência para propriedades de investimento.



### **3.13. – Outros activos fixos tangíveis**

Esta rubrica inclui os imóveis de serviço próprio utilizados pelo Grupo no desenvolvimento da sua actividade, veículos e demais equipamentos

Os imóveis de serviço próprio são valorizados ao justo valor, determinado com base em avaliações de peritos independentes, deduzido de subsequentes amortizações e perdas por imparidade.

Os imóveis de serviço próprio do Grupo são avaliados com a regularidade necessária, para que os valores contabilísticos não difiram significativamente do seu justo valor na data do balanço, utilizando-se, como referência, um período de três anos entre reavaliações.

As variações positivas de justo valor são creditadas na rubrica “Reservas de reavaliação”, incluídas em capital próprio, excepto e até à medida, que essa variação constitua reversão de perdas do mesmo activo, reconhecidas em resultados.

As variações negativas do justo valor são reconhecidas em resultados, excepto e na medida em que, essas variações possam ser compensadas com o registo de reservas de reavaliação positivas existentes para esse mesmo activo.

Os restantes activos fixos tangíveis encontram-se registados pelo seu custo, deduzido de subsequentes amortizações e perdas por imparidade. Os custos de reparação, e manutenção e outras despesas associadas ao seu uso, são reconhecidos como custo quando ocorrem.

Os restantes activos fixos tangíveis são amortizados numa base linear, de acordo com a sua vida útil esperada, como segue:

Imóveis	[10 – 50] anos
Veículos	4 anos
Outros equipamentos	[2 – 15] anos

Na data de transição, o Grupo utilizou a opção permitida pelo IAS de considerar como “custo estimado” de activos tangíveis o respectivo justo valor ou, em alguns casos, o valor de balanço resultante de reavaliações legais efectuadas até 1 de Janeiro de 2004, ao abrigo da legislação portuguesa.

Um activo tangível é desreconhecido, quando é alienado ou quando não é expectável a existência de benefícios económicos futuros pelo seu uso ou venda. Na data do desreconhecimento, o ganho ou perda calculado pela diferença entre o valor líquido de venda e o valor líquido contabilístico é reconhecido em resultados na rubrica “Outros resultados de exploração”.

### **3.14. – Locação**

O Grupo classifica as operações de locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificados como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à

propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

#### *Locações operacionais*

##### ✓ *Como locatário*

Os pagamentos efectuados pelo Grupo, à luz dos contratos de locação operacional, são relevados em custos nos períodos em que dizem respeito.

##### ✓ *Como locador*

Os activos em regime de locação operacional correspondem essencialmente a viaturas e são registadas no balanço na rubrica "Outros activos tangíveis" ao custo, deduzidos de amortizações e de eventuais perdas por imparidade.

As rendas relativas aos contratos de locação operacional são registadas em proveitos do período a que respeitam.

#### *Locações financeiras*

##### ✓ *Como locatário*

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas:

- pelo encargo financeiro, relevado em resultados;
- pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo.

Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, de forma a obter-se uma taxa de juro constante até à maturidade do passivo.

Os activos em regime de locação financeira são amortizados ao longo da sua vida útil.

Contudo, se não houver certeza razoável de que o Grupo obtenha a propriedade no final do contrato, a amortização do activo é efectuada pelo menor da vida útil do activo ou do contrato de locação financeira.

##### ✓ *Como locador*

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, pelo montante igual ao investimento líquido do bem locado, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros, de acordo com a taxa efectiva do contrato.

### **3.15. – Activos intangíveis**

Os activos intangíveis, que correspondem essencialmente a software, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos, que actualmente se situa entre os 3 e os 8 anos.

O período e o método de amortização para activos intangíveis são revistos no final de cada ano. As alterações no prazo de vida útil estimada ou no padrão de consumo dos benefícios económicos

futuros são tratados como alterações de estimativas. As amortizações são reconhecidas na respectiva rubrica da demonstração de resultados.

Os activos intangíveis podem incluir valores de despesas internas capitalizadas, nomeadamente com o desenvolvimento interno de software. Para este efeito, as despesas apenas são capitalizadas a partir do momento em que estão reunidas as condições previstas no IAS 38, nomeadamente os requisitos inerentes à fase de desenvolvimento.

### ***3.16. – Imposto sobre o rendimento***

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente é apurado com base nas taxas de imposto em vigor nas jurisdições em que o Grupo opera.

O Grupo regista ainda, como impostos diferidos passivos ou activos, os valores respeitantes ao reconhecimento de impostos a pagar / recuperar no futuro, decorrentes de diferenças temporárias tributáveis / dedutíveis, nomeadamente relacionadas com provisões temporariamente não dedutíveis para efeitos fiscais, o regime de tributação das responsabilidades com pensões e outros benefícios dos empregados e mais-valias não tributadas por reinvestimento. Adicionalmente, são reconhecidos impostos diferidos activos relativos a prejuízos fiscais reportáveis apresentados por algumas empresas do Grupo.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os activos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

Os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício, excepto em situações em que os eventos que os originaram tenham sido reflectidos em rubrica específica de capital próprio, nomeadamente, no que respeita à valorização de activos disponíveis para venda e imóveis de serviço próprio. Neste caso, o efeito fiscal associado às valorizações é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

### ***3.17. – Benefícios aos empregados***

As responsabilidades com benefícios aos empregados são reconhecidas de acordo com as regras definidas pelo IAS 19. Deste modo, as políticas reflectidas nas contas consolidadas em 30 de Junho de 2012 são as seguintes:



#### Responsabilidades com pensões e assistência médica

Ao nível do Grupo existem diversos planos de pensões, incluindo planos de benefício definido e planos de contribuição definida. Estas responsabilidades são normalmente financiadas através de fundos de pensões autónomos, ou de pagamentos a companhias de seguros.

As entidades do Banif - Grupo Financeiro, seguidamente identificadas, apresentam responsabilidades relativamente ao pagamento de pensões:

a) Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.

Os empregados desta Sociedade encontram-se integrados no Regime Geral da Segurança Social desde a admissão, com excepção dos empregados integrados na sequência fusão por incorporação do Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A. (BBCA), em 1 de Janeiro de 2009, que passaram a estar integrados no Regime Geral da Segurança Social a partir de 1 de Janeiro de 2011, conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro.

Nos termos do referido diploma, o Regime Geral da Segurança Social passa a assegurar a protecção dos empregados do BBKA no activo nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade da Sociedade a protecção na doença, invalidez, sobrevivência e morte. A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB), que foi extinta. Em consequência desta alteração, o direito à pensão dos empregados no activo do BBKA passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de Janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando a Sociedade a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT). De acordo com a orientação divulgada em Comunicado do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, anexo à Mensagem Fax nº 11/11/DSPDR, de 2011/01/26, do Banco de Portugal, atendendo que se manteve inalterado o plano do ACT e que não existiu redução de benefícios na perspectiva do beneficiário, as responsabilidades por serviços passados mantiveram-se inalteradas em 31 de Dezembro de 2010.

Em 31 de Dezembro de 2011, na sequência do Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, foi efectuada a transferência para o âmbito da Segurança Social dos reformados e pensionistas do BBKA, que se encontravam no regime de segurança social substitutivo constante do ACT do sector bancário, quanto às responsabilidades pelos encargos com as pensões de reforma e sobrevivência, mantendo-se na responsabilidade das instituições de crédito, através dos respectivos fundos de pensões, o pagamento das actualizações do valor das pensões, dos benefícios de natureza complementar às pensões de reforma e sobrevivência assumidas pela Segurança Social, da contribuição para os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) sobre as pensões de reforma e sobrevivência, do subsídio por morte, da pensão de sobrevivência a

filhos, da pensão de sobrevivência a filhos e cônjuge sobrevivente desde que referente ao mesmo trabalhador e da pensão de sobrevivência devida a familiar de actual reformado, cujas condições de atribuição ocorram a partir de 1 de Janeiro de 2012 (pensão de sobrevivência diferida).

A assistência médica dos empregados bancários é assegurada pelo Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS), entidade autónoma gerida pelo respectivo Sindicato. O SAMS proporciona aos seus beneficiários serviços e/ou comparticipações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com regulamentação interna.

Em 2008, a Sociedade celebrou um Acordo de Empresa (AE) com os Sindicatos do Sector, que consagrou importantes alterações relativas à carreira profissional e à Segurança Social para os seus empregados, com excepção dos integrados na sequência fusão por incorporação do BBKA, que não são abrangidos por este AE.

Na sequência da entrada em vigor do AE, em 1 de Outubro de 2008, o anterior Fundo do Banif foi transformado num fundo misto com três Planos de Pensões, designados Planos de Pensões I, II e III.

Assim, esta Sociedade proporciona aos seus empregados os seguintes benefícios com pensões e assistência médica:

- Plano de Pensões I (benefício definido), ao abrigo do qual a Sociedade assume a responsabilidade (i) pelo pagamento de pensões de reforma por invalidez, invalidez presumível e sobrevivência conforme o Acordo de Empresa e o respectivo Plano de Pensões, em regime de complementaridade da Segurança Social e (ii) pelo pagamento futuro das contribuições obrigatórias relativas a cuidados médicos pós-emprego para o SAMS, entidade autónoma gerida pelos Sindicatos, nas seguintes condições:
  - para os empregados elegíveis para a pensão de reforma, a Sociedade efectua a contribuição de 6,5% sobre as respectivas pensões;
  - para os restantes empregados associados aos planos de contribuição definida, este benefício é alterado para um capital único no momento da reforma, correspondente a 6,50% do capital constituído, tendo por base a contribuição inicial adicionada do valor das contribuições definidas futuras.
- Plano de Pensões II (contribuição definida), ao abrigo do qual a Sociedade assume a obrigação de contribuir mensalmente com um montante equivalente a 4,5% da remuneração de incidência e de uma contribuição inicial realizada na data de constituição do Plano;

- Plano de Pensões III (contribuição definida), ao abrigo do qual a Sociedade assume a obrigação de contribuir mensalmente com um montante equivalente a 1,5% da remuneração de incidência;
- Plano de Pensões BBKA (benefício definido), fechado a novas adesões, em que a Sociedade assume a responsabilidade do pagamento de pensões de reforma, invalidez, invalidez presumível e sobrevivência aos empregados do BBKA e pensionistas à data da fusão por incorporação, ou às suas famílias, em conformidade com o ACT e os regimes introduzidas pelos Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro, e Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro. Em complemento aos benefícios previstos no plano de pensões, a Sociedade assume a responsabilidade de liquidação das contribuições obrigatórias para o SAMS, com uma taxa de contribuição de 6,5%, e ainda do Subsídio por Morte, nos termos do ACTV.

As responsabilidades desta Sociedade são financiadas através de dois Fundos de Pensões autónomos:

- Fundo de Pensões Banif, que financia os Planos de Pensões I, II e III;
- Fundo de Pensões BBKA, que financia o Plano de Pensões do BBKA.

#### b) Outras entidades do Grupo

As sociedades Banif Go, Instituição Financeira de Crédito, SA, sociedade que em 29 de Dezembro de 2011 foi objecto de uma operação de cisão e fusão no Banif – Banco Internacional do Funchal, SA e no Banco Banif Mais, SA, a Banif Rent - Aluguer Gestão e Comercio de Veículos Automóveis, S.A., o Banif – Banco de Investimento, S.A., Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A., Banco Banif Mais, S.A, Tecnicrédito ALD - Aluguer de Automóveis, SA e Margem – Mediação de Seguros, Lda, proporcionam aos seus empregados planos de pensões de contribuição definida, financiados através de fundos de pensões autónomos.

O valor das responsabilidades dos planos de benefício definidos é determinado numa base anual por actuários independentes, utilizando o método “Projected *Unit Credit*”, e pressupostos actuariais considerados adequados. A actualização das responsabilidades é efectuada com base numa taxa de desconto que reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagáveis as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos de liquidação das responsabilidades com pensões.

Em 2011, o Grupo decidiu alterar a política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, deixando de utilizar o método do corredor (IAS 19 § 92) e passando a utilizar o método de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais em capitais próprio, na Demonstração do Rendimento Integral (OCI - Other Comprehensive Income (IAS 19 § 93ª).

De acordo com o método de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais de forma imediata no rendimento integral:

- o passivo ou activo reconhecido no balanço corresponde à diferença entre o valor actual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos activos dos fundos de pensões;
- os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento do fundo de pensões são reconhecidos na íntegra em capital próprio, numa conta de Reservas por Ganhos e Perdas Actuariais.

O aumento de responsabilidades com reformas antecipadas, que correspondem ao acréscimo de responsabilidades por a reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade, são reconhecidos em custos do exercício.

Os encargos com os planos de contribuição definida são reconhecidos como custo do respectivo exercício.

O Grupo avalia, para cada plano de benefício definido, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em contribuições futuras necessárias.

Na data de transição para as IFRS, o Grupo adoptou a possibilidade permitida pelo IFRS 1 de não recalcular os ganhos e perdas actuariais diferidos desde o início dos planos. Deste modo, os ganhos e perdas actuariais diferidos reflectidos nas contas do Grupo em 31 de Dezembro de 2003 foram integralmente anulados por contrapartida de resultados transitados, no âmbito da determinação dos ajustamentos de transição para IFRS.

#### Outros benefícios de longo prazo

Para além das pensões e assistência médica, o Grupo tem ainda outras responsabilidades por benefícios dos trabalhadores relativas a prémios de antiguidade previstos no ACTV.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações actuariais, de forma similar às responsabilidades com pensões e registados na rubrica de "Outros passivos" por contrapartida da rubrica de Resultados.

### ***3.18. – Provisões e passivos contingentes***

O Grupo constitui provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa do Grupo de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.



Se o efeito temporal do custo do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa de juro de antes de impostos que reflecta o risco específico do passivo. Nestes casos o aumento da provisão devido à passagem do tempo é reconhecido em custos financeiros.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

### ***3.19. – Dividendos***

O Grupo reconhece os dividendos como passivo e deduzidos da rubrica “Capital”, quando são aprovados pelos accionistas. Os dividendos relativos ao exercício, aprovados pelo Conselho de Administração, após a data de referência das demonstrações financeiras, são divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras.

### ***3.20. – Reconhecimento de Proveitos e custos***

Em geral, os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Os proveitos são reconhecidos na medida em que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para o Grupo e a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e para os instrumentos financeiros classificados como “Activos Financeiros disponíveis para venda” os juros são reconhecidos usando o método da taxa efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente o conjunto de recebimentos ou pagamentos de caixa futuros até à maturidade, ou até à próxima data de repricing, para o montante líquido actualmente registado do activo ou passivo financeiro. Quando calculada a taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando os termos contratuais e considerados todos os restantes rendimentos ou encargos directamente atribuíveis aos contratos.

Os dividendos são reconhecidos quando estabelecido o direito de receber o pagamento.

### ***3.21. – Rendimentos e encargos por serviços e comissões***

O Grupo cobra comissões aos seus clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. Neste conjunto incluem-se, as comissões pela prestação de serviços continuados, relativamente aos quais



os clientes são usualmente debitados de forma periódica, ou as comissões cobradas pela realização de um determinado acto significativo.

As comissões cobradas por serviços prestados durante um período determinado são reconhecidas ao longo do período de duração do serviço. As comissões relacionadas com a realização de um acto significativo são reconhecidas no momento em que ocorre o referido acto.

As comissões e encargos associados a instrumentos financeiros são incluídos na taxa de juro efectiva dos mesmos.

### ***3.22. – Garantias financeiras***

As garantias financeiras são reconhecidas inicialmente como um passivo, pelo justo valor. Subsequentemente, o passivo é escriturado pelo montante da estimativa de gastos futuros para liquidar a obrigação, à data do balanço. As comissões obtidas pela prestação das garantias financeiras são reconhecidas em resultados, na rubrica “Rendimento de serviços e comissões”, durante o período de vigência das mesmas.

#### 4. EMPRESAS DO GRUPO

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, as entidades do Grupo incluídas no perímetro de consolidação pelo método integral foram as seguintes:

Nome da Entidade	Sede	Detentor do Capital	30-Jun-12		31-Dez-11	
			% participação efectiva	Interesses que não controlam	% participação efectiva	Interesses que não controlam
Banif Comercial, SCPS, S.A.	Portugal	Banif SCPS, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	Portugal	Banif - Investimentos - SCPS, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif (Açores) SCPS, S.A.	Portugal	Banif Comercial, SCPS, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Finance, Ltd.	Ilhas Cayman	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. Numberone, SCPS, Lda	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif & Comercial Açores, Inc San José	E.U.A	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif & Comercial Açores, Inc Fall River	E.U.A	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Investador, SCPS, S.A.	Portugal	Banif (Açores) SCPS, S.A.	59,20%	40,80%	59,20%	40,80%
Investador Hotéis S.A.	Portugal	Investador, SCPS, SA	59,20%	40,80%	59,20%	40,80%
Aportur Investimentos Turísticos dos Açores, S.A.	Portugal	Investador, SCPS, SA	49,37%	50,63%	49,37%	50,63%
Turotel, Turismo e Hotéis dos Açores, S.A.	Portugal	Investador, SCPS, SA	58,07%	41,93%	58,07%	41,93%
Investimentos Turísticos e Similares e Apart-Hotel Pico Lda.	Portugal	Aportur Investimentos Turísticos dos Açores, S.A.	49,37%	50,63%	49,37%	50,63%
Banif Rent - Aluguer Cessão e Comercio de Veículos Automóveis	Portugal	Banif Comercial, SCPS, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A.	Brasil	Banif Comercial, SCPS Banif International Holdings, Ltd	98,50%	1,50%	98,50%	1,50%
Banif - Investimentos - SCPS, S.A.	Portugal	Banif SCPS, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif - Banco de Investimento, S.A.	Portugal	Banif - Investimentos - SCPS, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Cessão Activos - Soc. Gestora de Fundos de Investimento Mobiliario, S.A.	Portugal	Banif - Banco de Investimento, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Açor Pensões - Soc. Gestora Fundos Pensões, S.A.	Portugal	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. Banif - Banco de Investimento, S.A.	67,30%	32,70%	64,59%	35,41%
Banif Capital - Soc. de Capital. de Risco S.A.	Portugal	Banif - Banco de Investimento, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Camma - Soc. Titularização de Créditos, S.A.	Portugal	Banif - Banco de Investimento, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Numberone SCPS, Lda	Portugal	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif International Asset Management Ltd.	Ilhas Cayman	Banif - Banco de Investimento, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Multifund Ltd.	Ilhas Cayman	Banif International Asset Management Ltd.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd	Ilhas Cayman	Banif - Investimentos - SCPS, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Internacional Holdings, Ltd	Ilhas Cayman	Banif - Investimentos - SCPS, S.A.	85,00%	15,00%	85,00%	15,00%
Banif Financial Services, Inc	E.U.A	Banif Internacional Holdings Ltd	85,00%	15,00%	85,00%	15,00%
Banif Finance (USA) corp.	E.U.A	Banif Internacional Holdings Ltd	85,00%	15,00%	85,00%	15,00%
Banif Forfaiting Company, Ltd.	Bahamas	Banif Internacional Holdings Ltd	85,00%	15,00%	85,00%	15,00%
Banif Securities, Inc.	E.U.A	Banif Securities Holding, Ltd	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Securities Holding, Ltd	Ilhas Cayman	Banif - Investimentos - SCPS, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif (Brasil), Ltd.	Brasil	Banif - Investimentos - SCPS, S.A. Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif International Bank, Ltd	Bahamas	Banif Comercial - SCPS, S.A. Banif - Investimentos - SCPS, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA	Brasil	Banif - Investimentos - SCPS, S.A. Banif Securities Holding, Ltd	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif US Real Estate	Brasil	Banif - Banco de Investimento, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Cessão de Activos (Brasil), S.A.	Brasil	Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif - Imobiliária, S.A.	Portugal	Banif - SCPS, S.A. Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Sociedade Imobiliária Piedade, S.A.	Portugal	Banif - Imobiliária, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banifserv-Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação A.C.E.	Portugal	ACE (*)	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Bank (Malta) PLC	Malta	Banif - SCPS, S.A.	72,00%	28,00%	72,00%	28,00%
Banco Caboverdiano de Negócios S.A.	Cabo Verde	Banif - SCPS, S.A.	51,69%	48,31%	51,69%	48,31%
Banif Holding (Malta) PLC	Malta	Banif SCPS, S.A. Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%



Nome da Entidade	Sede	Detentor do Capital	30-Jun-12		31-Dez-11	
			% participação directa	interesses que não controlam	% participação directa	interesses que não controlam
Banif Mais, SGPS, SA	Portugal	Banif - SGPS, SA	85,92%	14,08%	100,00%	0,00%
Banco Mais, SA	Portugal	Banif Mais, SGPS, SA	86,06%	13,94%	100,00%	0,00%
Banif Plus Bank ZRT	Hungria	Banco Mais SA	86,06%	13,94%	100,00%	0,00%
Margem Mediação de Seguros, Lda	Portugal	Banif Mais, SGPS, SA	85,92%	14,08%	100,00%	0,00%
TCC Investments Luxembourg	Luxemburgo	Banco Mais, SGPS, SA	86,05%	13,95%	100,00%	0,00%
Ecoprogresso Trading, SA	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	50,00%	0,00%	50,00%	0,00%
Banieuropa Holding, SL	Espanha	Banif - SGPS, SA	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Beta Securitizadora	Brasil	FIP Banif Real Estate	99,25%	0,75%	99,25%	0,75%
FIP Banif Real Estate	Brasil	Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil) S.A.	99,25%	0,75%	99,25%	0,75%
SPE Panorama	Brasil	FIP Banif Real Estate	99,25%	0,75%	99,25%	0,75%
Art Invest	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	62,58%	37,42%	62,58%	37,42%
Banif Fortuny	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Infra Invest FEIA	Portugal	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Imogest	Portugal	Banif - Imobiliária, S.A.	71,61%	28,39%	66,19%	33,81%
Capven	Portugal	Banif - Banco de Investimento, S.A.	67,98%	32,02%	66,66%	33,34%
Banif Inv. Conservador	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	69,87%	30,13%	68,98%	31,02%
Banif Inv. Moderado	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	70,26%	29,74%	70,14%	29,86%
Banif Renda Habitação	Portugal	Banif - Imobiliária, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Gestão Imobiliária	Portugal	Banif - Imobiliária, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Gestão Patrimonial	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	87,93%	12,07%	82,07%	17,93%
Cestarquipark	Portugal	Imogest	71,61%	28,39%	66,19%	33,81%
ZACF - Participações Ltda	Brasil	Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A.	98,50%	1,50%	98,50%	1,50%
Banif Real Estate Polska	Polónia	Imopredial	92,44%	7,56%	82,16%	17,84%
Tiner Polska	Polónia	Imopredial	87,82%	12,18%	78,05%	21,95%
Imopredial	Portugal	Banif - Imobiliária, S.A.	92,44%	7,56%	82,16%	17,84%
Banif Property	Portugal	Banif - Banco de Investimento, S.A.	92,44%	7,56%	82,16%	17,84%
Achala	Brasil	Banif - Imobiliária, S.A.	92,67%	7,33%	85,78%	14,22%
Komodo	E.U.A	Banif (Acores) SGPS, S.A.	98,50%	1,50%	98,50%	1,50%
Worldvillas	Portugal	Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Turirent	Portugal	Banif - Banco de Investimento, S.A.	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Will	Portugal	Banif Capital - Soc. de Capital de Risco S.A.	95,00%	5,00%	-	-
Tecnicredito ALD	Portugal	Banif Mais, SGPS, SA	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Econofinance, S.A	Brasil	Banif Securities Holding, Ltd	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Banif Gestão Activa	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	0,00%	0,00%	80,59%	19,41%
Banif Europa Leste	Portugal	Banif - Banco de Investimento, S.A.	0,00%	0,00%	61,16%	38,84%

(\*) A Banifserv – ACE tem como agrupadas as seguintes empresas do Banif - Grupo Financeiro:

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA	93,0%
Companhia de Seguros Açoreana, SA	1,5%
Banif Banco de Investimento, SA	1,5%
Banif Rent - Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis	4,0%

O detalhe das entidades associadas está divulgado na Nota 15.

A sociedade Banif Ecoprogresso Trading, SA consolida pelo método proporcional.



Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, as entidades de finalidades especiais incluídas na consolidação foram as seguintes:

Nome da Sociedade	Natureza	30-Jun-12	31-Dez-11
		% participação	% participação
Atlantes Mortgage Nº1 plc	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Atlantes Mortgage Nº2 plc	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Atlantes Mortgage Nº3 plc	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Atlantes Mortgage Nº4 plc	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Atlantes Mortgage Nº5 plc	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Atlantes Mortgage Nº6 plc	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Atlantes Mortgage Nº7 plc	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Azor Mortgage Nº 1	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Azor Mortgage Nº 2	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
BMORE Finance No. 4 plc	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
BMORE Finance No. 5 plc	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Euro Invest Series 3A, 3B e 9	Emissão de Dívida Estruturada	100,00%	100,00%
Atlantes N.1	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Atlantes Finance Nº4	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Atlantes Finance Nº3	Veículos de Securitização	0,00%	100,00%
Euro Invest Series 8	Emissão de Dívida Estruturada	0,00%	100,00%

No decorrer do período findo em 30 de Junho de 2012, as alterações verificadas no Grupo Foram as seguintes:

- Aquisição da Sociedade W.I.L. - PROJECTOS TURISTICOS, S.A., pela conversão de suprimientos em capital social no montante de 600 milhares de euros. Os Activos desta Sociedade ascendem a 31.684 milhares de euros, dos quais 261 milhares de euros de caixa e seus equivalentes.
- Aumento de capital na entidade Banif Mais SCPS de 40.000 milhares de euros (capital social de 2.869 e prémios de emissão de 37.131 milhares de euros) subscrito por entidades externas ao Grupo.
- Aquisição de 2.71% da Banif Açor Pensões pelo Banif - Banco de Investimento.
- Fusão da Technicredito ALD no Banco Banif Mais.
- Reembolso antecipado da Atlantes Finance N.º3.
- Liquidação da entidade Econofinance.
- Os fundos de investimento Banif Gestão Activa e Banif Europa de Leste foram liquidados no 2º Trimestre de 2012.
- Liquidação da entidade Euro Invest Série 8

## 5. RELATO POR SEGMENTOS

O Banif - Grupo Financeiro encontra-se organizado por áreas autónomas de negócio, através de duas sub-holdings: Banif Comercial, SGPS, SA, que agrega a actividade de banca comercial e de crédito especializado, e Banif – Investimentos - SGPS, SA, que engloba a área da banca de investimento e outras actividades financeiras no exterior. O Grupo detém ainda uma unidade autónoma que se dedica exclusivamente à gestão dos imóveis do Grupo.

Neste contexto e conforme requerido pela IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais do Grupo correspondem à forma como a informação é analisada pela Gestão do Grupo:

Banca Comercial – Abrange a captação de recursos e produtos de crédito específicos para particulares, empresas e instituições, como sendo Crédito à Habitação, Crédito ao Consumo, produtos para empresários em nome individual (ENI) e pequenas empresas, Factoring, Facilidades de Tesouraria e Créditos de Importação e Exportação.

Banca de Investimento – Abrange a actividade de intervenção no mercado primário e secundário de capitais, por conta própria ou por conta de terceiros, como sendo transacções, corporate finance e aquisições e fusões.

Gestão de Activos – Abrange a oferta de produtos de investimento e respectivos serviços de gestão a particulares e empresas, assim como outros serviços financeiros prestados. Este segmento inclui fundos de investimentos geridos por entidades do Grupo, nos quais o Grupo detém a maioria das suas unidades de participação.

Holdings e Outros – Abrange todas as operações efectuadas pelas holdings do Grupo e segmentos não enquadráveis em nenhum dos segmentos operacionais definidos acima.

Os reportes utilizados pela Gestão têm como base informação contabilística de acordo com as IAS/IFRS.



## – Segmentos de negócio

30-Jun-12	Banca Comercial	Banca de investimento	Gestão de Activos	Holdings e outros	TOTAL
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	90.736	4.926	-	7	95.669
Disponibilidades em outras instituições de crédito	185.177	29.245	3.341	728	218.491
Activos financeiros detidos para negociação	43.753	166.904	375	-	211.032
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	54.994	16.808	48.046	18.008	137.856
Activos financeiros disponíveis para venda	313.804	298.695	-	32.793	645.292
Aplicações em instituições de crédito	880.908	8.323	-	-	889.231
Crédito a clientes	10.188.653	462.543	2.641	8.761	10.662.598
Investimentos detidos até à maturidade	10.992	26.067	-	-	37.049
Activos com acordo de recompra	60.595	1.267	-	-	61.862
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	298.318	8.407	-	33.687	340.412
Propriedades de investimento	197.921	-	574.179	116.961	889.061
Outros activos tangíveis	73.671	13.476	148.946	107.399	343.492
Activos intangíveis	21.200	3.347	2	3.037	27.586
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	59.354	1.162	-	100.484	161.000
Activos por impostos correntes	8.779	4.513	748	2.713	16.753
Activos por impostos diferidos	135.002	18.534	24	16.635	170.195
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	-	-
Outros activos	339.612	30.819	37.194	57.798	465.423
<b>Total do Activo</b>	<b>12.963.459</b>	<b>1.095.036</b>	<b>815.496</b>	<b>499.011</b>	<b>15.373.002</b>
Recursos de bancos centrais	2.587.568	361.530	-	-	2.949.098
Passivos financeiros detidos para negociação	14.612	90.926	-	-	105.538
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	54.968	-	-	-	54.968
Recursos de outras instituições de crédito	964.752	135.621	54.138	66.876	1.221.367
Recursos de clientes e outros empréstimos	7.889.493	206.267	-	1.627	8.097.387
Responsabilidades representadas por títulos	1.269.230	70.973	-	177.204	1.517.407
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	131	-	-	-	131
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-
Provisões	9.666	954	3.064	979	14.663
Provisões técnicas	-	-	-	-	-
Passivos por impostos correntes	2.973	879	260	83	4.195
Passivos por impostos diferidos	50.321	5.483	59	5.588	61.451
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	4.017	4.017
Outros passivos subordinados	221.567	1.743	-	-	223.310
Outros passivos	188.223	12.414	12.262	83.691	296.590
<b>Total do Passivo</b>	<b>13.253.484</b>	<b>886.790</b>	<b>69.783</b>	<b>340.065</b>	<b>14.550.122</b>

31-Dez-11	Banca Comercial	Banca de investimento	Gestão de Activos	Holdings e outros	TOTAL
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	287.067	1.000	-	11	288.078
Disponibilidades em outras instituições de crédito	150.169	29.777	3.641	182	183.769
Activos financeiros detidos para negociação	59.093	190.158	7.363	-	256.614
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	76.460	60.844	50.600	15.742	203.646
Activos financeiros disponíveis para venda	342.997	183.619	-	34.872	561.488
Aplicações em instituições de crédito	600.248	48.384	39	-	648.671
Crédito a clientes	10.707.936	408.432	9.099	9.848	11.135.315
Investimentos detidos até à maturidade	13.693	39.813	-	-	53.506
Activos com acordo de recompra	72.347	-	-	-	72.347
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	237.762	3.273	-	26.643	267.678
Propriedades de investimento	195.279	-	558.069	90.678	844.026
Outros activos tangíveis	83.060	15.529	151.767	118.836	369.192
Activos intangíveis	20.688	3.710	22	3.036	27.456
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	55.287	3.157	1	97.225	155.670
Activos por impostos correntes	14.388	7.506	1.116	2.057	25.067
Activos por impostos diferidos	108.582	24.474	78	18.045	151.179
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	-	-
Outros activos	353.574	118.108	45.402	62.328	579.412
<b>Total do Activo</b>	<b>13.378.630</b>	<b>1.137.784</b>	<b>827.197</b>	<b>479.503</b>	<b>15.823.114</b>
Recursos de bancos centrais	2.171.015	313.271	-	-	2.484.286
Passivos financeiros detidos para negociação	14.786	74.262	-	-	89.048
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	67.177	13.769	-	-	80.946
Recursos de outras instituições de crédito	738.007	219.927	63.923	66.658	1.088.515
Recursos de clientes e outros empréstimos	7.802.877	227.007	-	808	8.030.692
Responsabilidades representadas por títulos	2.051.841	120.182	-	177.133	2.349.156
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	130	-	-	-	130
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-
Provisões	10.262	1.109	3.055	979	15.405
Provisões técnicas	-	-	-	-	-
Passivos por impostos correntes	11.089	3.130	-	71	14.290
Passivos por impostos diferidos	41.286	6.561	60	3.780	51.687
Instrumentos representativos de capital	39.997	-	-	3.894	43.891
Outros passivos subordinados	215.864	2.676	-	-	218.540
Outros passivos	231.427	19.364	142.373	28.448	421.612
<b>Total do Passivo</b>	<b>13.395.758</b>	<b>1.001.258</b>	<b>209.411</b>	<b>281.771</b>	<b>14.888.198</b>



30-Jun-12	Banca Comercial	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Holdings e outros	TOTAL
Margem financeira: Clientes externos	93.137	8.582	(1.500)	(10.104)	90.115
Margem Financeira: Inter - Segmentos	39.154	(1.563)	(1.873)	(35.718)	-
<b>Margem financeira</b>	<b>132.291</b>	<b>7.019</b>	<b>(3.373)</b>	<b>(45.822)</b>	<b>90.115</b>
Rendimento de instrumentos de capital	1.717	487	-	-	2.204
Rendimento de serviços e comissões - Clientes externos	52.149	7.295	1.389	427	61.260
Rendimento de serviços e comissões - Inter - Segmentos	6.794	885	2.433	-	10.112
Rendimento de serviços e comissões	58.942	8.181	3.821	568	71.512
Encargos com serviços e comissões - Clientes externos	(17.006)	(677)	(302)	(56)	(18.041)
Encargos com serviços e comissões - Inter - Segmentos	(3.559)	-	(3.539)	(250)	(7.348)
Encargos com serviços e comissões	(20.565)	(677)	(3.833)	(314)	(25.389)
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de resultados	2.784	(2.306)	(743)	(192)	(457)
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda	(713)	(61)	-	-	(774)
Resultados de Reavaliação Cambial	(7.121)	561	(35)	(123)	(6.718)
Outros Resultados de Exploração	2.759	2.112	6.427	3.715	15.013
<b>Produto da Actividade</b>	<b>170.094</b>	<b>15.316</b>	<b>2.264</b>	<b>(42.168)</b>	<b>145.506</b>
Custos com Pessoal	(73.527)	(7.784)	(728)	(2.040)	(84.079)
Outros gastos administrativos	(61.172)	(5.529)	(5.425)	(2.554)	(74.680)
Amortizações do exercício	(13.129)	(1.017)	(930)	(1.105)	(16.181)
Provisões líquidas de anulações	564	(258)	170	-	476
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(102.966)	(1.514)	(32)	(642)	(105.154)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	-	(554)	-	-	(554)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(4.962)	80	(691)	-	(5.573)
Diferenças de Consolidação negativas	-	-	-	-	-
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (Eq. Patrim)	836	(833)	-	1.627	1.630
<b>Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam</b>	<b>(84.262)</b>	<b>(2.093)</b>	<b>(5.372)</b>	<b>(46.882)</b>	<b>(138.609)</b>
Impostos	18.240	285	(296)	(1.407)	16.822
Correntes	(4.623)	(1.144)	(260)	-	(6.027)
Diferidos	22.863	1.429	(36)	(1.407)	22.849
<b>Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam</b>	<b>(66.022)</b>	<b>(1.808)</b>	<b>(5.668)</b>	<b>(48.289)</b>	<b>(121.787)</b>
Interesses que não controlam	(3.475)	(45)	856	(160)	(2.824)
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>(69.497)</b>	<b>(1.853)</b>	<b>(4.812)</b>	<b>(48.449)</b>	<b>(124.611)</b>

30-Jun-11	Banca Comercial	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Holdings e outros	TOTAL
Margem financeira: Clientes externos	138.778	14.194	(2.053)	(3.445)	147.474
Margem Financeira: Inter - Segmentos	20.428	(4.894)	(519)	(15.014)	-
<b>Margem financeira</b>	<b>159.206</b>	<b>9.300</b>	<b>(2.573)</b>	<b>(18.459)</b>	<b>147.474</b>
Rendimento de instrumentos de capital	314	37	-	-	351
Rendimento de serviços e comissões - Clientes externos	50.623	13.235	2.259	353	66.470
Rendimento de serviços e comissões - Inter - Segmentos	4.040	1.215	2.165	259	7.679
Rendimento de serviços e comissões	54.663	14.448	4.425	612	74.148
Encargos com serviços e comissões - Clientes externos	(10.398)	(1.320)	(237)	(162)	(12.117)
Encargos com serviços e comissões - Inter - Segmentos	(835)	(40)	(3.301)	(151)	(4.327)
Encargos com serviços e comissões	(11.234)	(1.361)	(3.538)	(313)	(16.446)
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de resultados	(4.237)	(7.226)	(2.305)	(3.666)	(17.434)
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda	(293)	(607)	-	-	(900)
Resultados de Reavaliação Cambial	6.798	8.711	40	2.654	18.203
Outros Resultados de Exploração	36.900	30.670	13.858	3.537	84.965
<b>Produto da Actividade</b>	<b>242.117</b>	<b>53.972</b>	<b>9.907</b>	<b>(15.635)</b>	<b>290.361</b>
Custos com Pessoal	(76.040)	(12.563)	(1.118)	(1.481)	(91.202)
Outros gastos administrativos	(62.662)	(12.382)	(5.716)	(1.720)	(82.480)
Amortizações do exercício	(15.589)	(1.283)	(39)	(1.186)	(18.097)
Provisões líquidas de anulações	(691)	(394)	(184)	-	(1.269)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(66.892)	(5.948)	-	-	(72.840)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	-	-	-	-	-
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(4.821)	(199)	(980)	(726)	(6.726)
Diferenças de Consolidação negativas	-	-	-	-	-
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (Eq. Patrim)	1.266	(2.120)	9	2.137	1.292
<b>Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam</b>	<b>16.688</b>	<b>19.083</b>	<b>1.879</b>	<b>(18.611)</b>	<b>19.039</b>
Impostos	(4.459)	(1.088)	(3.018)	3.890	(4.675)
Correntes	(6.523)	(1.753)	(3.003)	-	(11.279)
Diferidos	2.064	665	(15)	3.890	6.604
<b>Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam</b>	<b>12.229</b>	<b>17.995</b>	<b>(1.139)</b>	<b>(14.721)</b>	<b>14.364</b>
Interesses que não controlam	(5.499)	(53)	(752)	440	(5.864)
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>6.730</b>	<b>17.942</b>	<b>(1.891)</b>	<b>(14.281)</b>	<b>8.500</b>



## 6. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	30-Jun-12	31-Dez-11
Caixa	44.294	49.356
Depósitos à ordem em Banco Centrais	51.373	238.720
Juros de disponibilidades	2	2
	95.669	288.078

Os depósitos à ordem em Bancos Centrais incluem o montante de 28.712 milhares de euros, que visam satisfazer as exigências legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa no Banco de Portugal. De acordo com o Regulamento (EU) N.º 1358/2011 do Banco Central Europeu de 14 de Dezembro de 2011, o coeficiente a aplicar ascende a 1% dos passivos elegíveis. Estes depósitos passaram a ser remunerados a partir de 1 de Janeiro de 1999.

## 7. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	30-Jun-12	31-Dez-11
Cheques a cobrar		
No país	14.592	22.282
No estrangeiro	249	521
Depósitos à ordem		
No país	8.853	3.169
No estrangeiro	98.252	102.553
Outros	96.545	55.244
	218.491	183.769

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no País, em 30 de Junho de 2012, foram compensados na Câmara de Compensação nos primeiros dias úteis de Julho de 2012.

## 8. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	30-Jun-12	31-Dez-11
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	91.417	77.652
Instrumentos de dívida	91.548	144.869
Instrumentos de capital	28.067	34.093
	211.032	256.614

## 9. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	30-Jun-12	31-Dez-11
Instrumentos de capital	91.284	78.423
Instrumentos de dívida	46.572	125.223
	137.856	203.646

Nesta rubrica estão incluídas Obrigações do Tesouro no montante de 75 milhares de euros que correspondem a "Activos dados em garantia" que se encontram a caucionar os compromissos irrevogáveis com o Fundo de Garantia de Depósitos.

## 10. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	30-Jun-12	31-Dez-11
Instrumentos de dívida	550.768	488.187
Instrumentos de capital	102.968	80.991
Imparidade de instrumentos de dívida	(941)	(941)
Imparidade de instrumentos de capital	(7.503)	(6.749)
	645.292	561.488

O movimento da imparidade de activos financeiros disponíveis para venda, durante o 1º Semestre de 2012, é apresentado na Nota 28.

Nesta rubrica estão incluídos títulos no montante de 381.760 milhares de euros que estão utilizados como caução de operações de refinanciamento com o BCE e 14.782 milhares de euros de Obrigações



do tesouro correspondem a “Activos dados em garantia” que se encontram a caucionar os compromissos irrevogáveis com o Fundo de Garantia de Depósitos e o Sistema de Indemnização aos investidores.

### 11. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas de Crédito	30-Jun-12	31-Dez-11
Crédito a Empresas		
Contas Correntes	1.331.387	1.587.583
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	167.726	185.865
Empréstimos	2.525.723	2.591.433
Descobertos	78.790	75.157
Factoring	158.399	182.273
Locação Financeira	296.187	327.180
Outros	276.988	189.422
Crédito a Particulares		
Habitação	3.333.750	3.387.901
Consumo	788.533	925.414
Outras finalidades		
Empréstimos	621.979	641.317
Contas Correntes	149.858	166.529
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	9.997	10.675
Locação financeira	36.184	18.887
Descobertos	47.837	45.781
Outros	168.745	193.262
Outros créditos e valores a receber (titulados)	166.098	273.932
Crédito e juros vencidos (superior a 90 dias)	1.262.233	1.064.469
Rendimentos a receber	89.357	94.854
Despesas com rendimento diferido	-	-
Receitas com rendimento diferido	(12.056)	(13.089)
Imparidade em Crédito Concedido	(835.118)	(813.531)
<b>Total</b>	<b>10.662.598</b>	<b>11.135.315</b>

Nesta rubrica estão incluídos 155.738 milhões de euros dados como garantia de obrigações hipotecárias.

O montante de 495.322 milhares de euros de crédito a empresas e particulares estão utilizados como caução de operações de refinanciamento junto do BCE.



A rubrica “Crédito e juros vencidos” inclui prestações vencidas há mais de 90 dias. As prestações vencidas entre 30 dias e 90 dias correspondem a 274.151 milhares de euros (195.192 milhares de euros em 2011).

A rubrica de crédito a clientes inclui o montante de 3.861.927 milhares de euros de créditos objecto de securitização.

## 12. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O movimento ocorrido no período foi:

Categoria de activo	Saldo em 31-Dez-11	Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Aquisições	Reavaliações	Alienações	Transferências				30-Jun-12
						Imóveis de serviço próprio	Activos detidos p/ venda	Outros activos	Diferenças de câmbio	
Edifícios e terrenos	844.026	24.142	20.822	(1.550)	(12.707)	1.731	5.547	11.447	(4.397)	889.061
	<b>844.026</b>	<b>24.142</b>	<b>20.822</b>	<b>(1.550)</b>	<b>(12.707)</b>	<b>1.731</b>	<b>5.547</b>	<b>11.447</b>	<b>(4.397)</b>	<b>889.061</b>

As valorizações das propriedades de investimento são realizadas por peritos especializados e independentes de acordo com os critérios e metodologias geralmente aceites para o efeito, que integram análises pelo método do custo e pelo método de mercado, sendo o justo valor definido pelo montante que pode ser razoavelmente esperado pela transacção entre um comprador e um vendedor interessados, com equidade entre ambos, nenhum deles estando obrigado a vender ou a comprar e ambos estando conhecedores de todos os factores relevantes a uma determinada data.

## 13. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Conforme referido na Nota 3.13, os imóveis de serviço próprio são registados pelo justo valor, actualizado de 3 em 3 anos. A última reavaliação foi efectuada com referência a 31/12/2009.

Movimento ocorrido no período:

Categoria de activo	Saldo líquido em 31-Dez-2011	Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Aumentos		Transferências	Amortizações do exercício	Imparidade do exercício	Alienações	Abates	Regularizações	Diferenças de câmbio	Saldo líquido em 30-Jun-2012
			Aquisições	Reavaliações (líquido)								
Imóveis	260.385	-	130	-	622	(5.080)	-	(4.673)	(1)	-	2	251.384
Equipamento	21.144	-	505	-	188	(3.573)	-	(489)	(135)	-	(110)	17.530
Activos em locação operacional	52.475	-	-	-	(2.678)	(3.656)	(867)	(3.205)	-	-	-	42.068
Activos em locação financeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos tangíveis em curso	33.104	4	229	-	(1.359)	-	-	-	-	-	-	31.978
Outros activos tangíveis	2.084	107	189	-	(1.553)	(288)	-	-	(6)	-	-	532
<b>Total</b>	<b>369.192</b>	<b>111</b>	<b>1.053</b>	<b>-</b>	<b>(4.781)</b>	<b>(12.597)</b>	<b>(867)</b>	<b>(8.368)</b>	<b>(143)</b>	<b>-</b>	<b>(108)</b>	<b>343.492</b>

Os activos fixos em regime de locação operacional correspondem essencialmente a viaturas.



#### 14. GOODWILL E OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido no período foi:

Categoria de activo	Saldo líquido em 31-Dez-2011	Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Abates (líquido)	Abates	Diferenças de câmbio	Saldo líquido em 30-Jun-2012
Goodwill	2.933	-	-	-	-	-	-	-	2.933
Activos intangíveis em curso	13.618	-	2.265	(712)	-	(372)	-	-	14.799
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	9.901	-	1.602	785	(3.448)	(11)	-	186	9.015
Outros activos intangíveis	1.004	16	8	(53)	(136)	-	-	-	839
<b>Total</b>	<b>27.456</b>	<b>16</b>	<b>3.875</b>	<b>20</b>	<b>(3.584)</b>	<b>(383)</b>	<b>-</b>	<b>186</b>	<b>27.586</b>

Relativamente ao goodwill registado em 30 de Junho de 2012:

- Para a sociedade Investador, SGPS, SA, foi efectuado um estudo inicial, que justifica o goodwill reconhecido, no montante de 2.218 milhares de euros, tendo sido realizado em 2011 uma actualização do mesmo. Em 2010 foi registada uma imparidade de 314 milhares de euros. Nesta análise foi utilizado o método Discounted Cash-Flows, tendo por base a análise prospectiva da actividade futura da empresa e dos seus negócios consubstanciada em projecções económicas e financeiras a médio e longo prazo (6 anos) e à determinação dos respectivos fluxos financeiros previsionais. Na avaliação, de 2011, foram utilizados os seguintes parâmetros:

- Taxa de inflação: 2,00%
- Taxa de rendimento real: 4,18%
- Taxa de risco: 3,07%
- Taxa de actualização: 9,53%
- Taxa de risco adicional (perpetuidade): 1,00%
- Taxa de capitalização: 8,45%

- Para a sociedade Banco Caboverdiano de Negócios, foi efectuado um estudo inicial, que justifica o goodwill reconhecido, no montante de 872 milhares de euros em 2007 e 215 milhares de euros referentes à aquisição em 2008 de 5,7%, tendo sido realizado em 2011 uma actualização do mesmo. Em 2010 foi registada uma imparidade de 57 milhares de euros. Nesta análise foi utilizado o método Discounted Cash-Flows. Na avaliação, de 2011, foram utilizados os seguintes parâmetros:

- Euro Risk free Rate (Rf): 3,00%
- Mature Market Risk Premium (Rm - Rf): 6,00%
- Country Rating B1, Default spread: 4,00%
- Relative Volatility Equity vs Fixed Income Markets: 1,5
- Adjusted Risk Premium: 12,00%
- Implied KE: 15,60%
- Perpetual growth rate: 3,00%
- Período de análise considerado foi de 6 anos

As avaliações ao goodwill foram desenvolvidas com base no pressuposto de continuidade das operações e nos elementos históricos e contabilísticos das entidades avaliadas. As metodologias e pressupostos chave utilizados nas avaliações são comumente aceites para a avaliação de

empresas e a sua aplicação foi realizada em concordância com as práticas internacionais de avaliações de empresas e aceites pela Gestão do Grupo. Não foram identificadas possíveis alterações em pressupostos chave que justificassem a quantificação dos respectivos impactos, conforme requerido pelo parágrafo 134 (f) da IAS 36.

No 1.º semestre de 2012 não foram registadas perdas por imparidade em activos intangíveis.

## 15. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de Investimentos em Associadas apresenta a seguinte composição:

30-Jun-12									
Nome da Sociedade	Sede Social	Actividade principal	Detentor de capital	% de participação	Valor da participação	Goodwill	Total de Capital Próprio	Resultado Líquido	Contributo Líquido
Rentipar Seguros, SGPS, SA	Avenida Barbosa du Bocage, 85	Seguradora	Banif - SGPS, SA	47,69%	68.427	834	140.060	3.394	1.611
Banca Pueyo	Virgen de Guadalupe, 2 Villanueva de la Serena, Badajoz	Banca	Banif - SGPS, SA	33,32%	26.748	27.449	80.277	2.509	836
Bankpime	Travessera de Gràcia, nº 11 Barcelona	Banca	Banif - SGPS, SA	28,66%	126	-	440	(2.908)	(833)
Inmobiliaria Vegas Altas	Parque de la Constitución, 9 Villanueva de la Serena	Imobiliário	Banif - SGPS, SA	33,33%	2.638	-	7.914	107	35
Espaço 10	Av. Barbosa du Bocage 83-85 1050-050 Lisboa	Imobiliário	Banif Investimentos - SGPS, SA	25,00%	-	-	(1.107)	(77)	(19)
MCO2	Rua Tierno Galvan, Torre 3, 10.º Piso Amoreiras, Lisboa	Gestão Investimentos	Banif - Banco de Investimento, SA	25,00%	1.251	-	5.005	-	-
Pedidos Liz	Portugal	Fundo de Investimento	Imogest	31,01%	-	-	1	-	-
Centaurus Realty Goup	São Paulo - Brasil	Imobiliário	Banif Holding (Malta) Banif International Holdings	43,45%	28.370	-	65.789	-	-
Gavea	Brasil	Imobiliário	Banco Banif Brasil	35,00%	5.157	-	14.736	-	-
					132.717	28.283	313.115	3.025	1.630

31-Dez-11									
Nome da Sociedade	Sede Social	Actividade principal	Detentor de capital	% de participação	Valor da participação	Goodwill	Total de Capital Próprio	Resultado Líquido	Contributo Líquido
Rentipar Seguros, SGPS, SA	Avenida Barbosa du Bocage, 85	Seguradora	Banif - SGPS, SA	47,69%	63.277	834	132.687	795	379
Banca Pueyo	Virgen de Guadalupe, 2 Villanueva de la Serena, Badajoz	Banca	Banif - SGPS, SA	33,32%	27.838	27.449	83.549	5.117	1.705
Bankpime	Travessera de Gràcia, nº 11 Barcelona	Banca	Banif - SGPS, SA	28,66%	2.121	-	7.400	(16.335)	(4.682)
Inmobiliaria Vegas Altas	Parque de la Constitución, 9 Villanueva de la Serena	Imobiliário	Banif - SGPS, SA	33,33%	2.602	-	7.807	72	24
Espaço 10	Av. Barbosa du Bocage 83-85 1050-050 Lisboa	Imobiliário	Banif Investimentos - SGPS, SA	25,00%	-	-	(1.030)	(90)	(23)
MCO2	Rua Tierno Galvan, Torre 3, 10.º Piso Amoreiras, Lisboa	Gestão Investimentos	Banif - Banco de Investimento, SA	25,00%	1.251	-	5.005	181	45
Pedidos Liz	Portugal	Fundo de Investimento	Imogest	33,10%	1	-	2	(4)	(1)
Centaurus Realty Goup	São Paulo - Brasil	Imobiliário	Banif Holding (Malta) Banif International Holdings	43,45%	30.297	-	70.225	-	127
					127.387	28.283	305.645	(10.264)	(2.426)

Para goodwill registado nas participações da Banca Pueyo e Rentipar Seguros foram realizados teste de imparidade (data: 31/12/2011), com recurso à metodologia dos *“Discounted Free Cash Flows to Equity”* e com os seguintes pressupostos:

- Banca Pueyo:

CoE – Cost of Equity: 10,9%

Taxa de crescimento – Perpetuidade: 2,0%

P/E Múltiplo implícito - Valor Terminal: 8,3x

Período de análise: 7 anos

- Rentipar Seguros, SGPS:



Taxa de inflação: 2,00%  
 Taxa de rendimento real: 3,12%  
 Taxa de risco: 4,77%  
 Taxa de actualização: 10,20%  
 Taxa de risco adicional (perpetuidade): 0,00%  
 Taxa de capitalização: 8,20%  
 Taxa de juro sem risco: 4,98%  
 Taxa de crescimento nominal na perpetuidade: 2,0%  
 Período de análise: 7 anos

As avaliações ao goodwill foram desenvolvidas com base no pressuposto de continuidade das operações e nos elementos históricos e contabilísticos das entidades avaliadas. As metodologias e pressupostos chave utilizados nas avaliações são comumente aceites para a avaliação de empresas e a sua aplicação foi realizada em concordância com as práticas internacionais de avaliações de empresas e aceites pela Gestão do Grupo. Não foram identificadas possíveis alterações em pressupostos chave que justificassem a quantificação dos respectivos impactos, conforme requerido pelo parágrafo 134 (f) da IAS 36.

As Sociedades registadas de acordo com o método da equivalência patrimonial reportam os seus dados de acordo com as políticas contabilísticas do Banif – Grupo Financeiro (Nota 3), não existindo problemas na harmonização das políticas contabilísticas.

## 16. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	30-Jun-12	31-Dez-11
Ouro	22	22
Outros metais preciosos, numismática e medalhística	500	500
Outras disponibilidades sobre residentes	1	1
	523	523
Bonificações a receber	11.878	12.260
	11.878	12.260
Suprimentos	42.309	43.454
Devedores diversos	152.137	254.722
Sector público administrativo	14.471	14.985
Outros rendimentos a receber	1.632	2.310
Fundo de pensões	5.131	5.071
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	13.019	12.738
Seguros	1.222	808
Posição cambial	7.878	3.284
Aplicações - conta caução	3.190	2.964
Outros activos	234.282	247.167
	475.271	587.503
Perdas de imparidade	(22.249)	(20.874)
	465.423	579.412



A rubrica de Devedores diversos inclui 28.877 milhares de euros de Unidades de Participação (UP's) no fundo de investimento FLIT-PTREL adquiridas na sequência de crédito cedido em 2011.

### 17. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	30-Jun-12	31-Dez-11
Recursos de Bancos Centrais	2.950.389	2.485.259
Juros de recursos de Bancos Centrais	5.368	2.315
Despesas com encargos diferidos	(6.659)	(3.288)
	2.949.098	2.484.286

Os "Recursos de Bancos Centrais" correspondem a operações de refinanciamento com o Banco Central Europeu (BCE), no âmbito das operações de cedência de liquidez, garantidas por penhor de activos elegíveis.

### 18. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados respeitam a instrumentos de dívida emitida pelo Grupo, com um ou mais derivados implícitos que, de acordo com a emenda ao texto da IAS 39 – "Fair Value Option", foram designados no seu reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados.

Esta rubrica tem a seguinte composição por entidade emitente:

	30-Jun-12	31-Dez-11
Euro Invest Série 8	-	29.669
Euro Invest Série 9	47.259	41.746
Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil)	14.457	15.405
Banif - Banco Investimento (Brasil)	-	10.331
Detidos pelo Banif - Grupo Financeiro	(6.748)	(16.205)
<b>Total</b>	<b>54.968</b>	<b>80.946</b>

Em 30 de Junho de 2012, os passivos emitidos pelo Grupo, apresentam as seguintes condições:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor em circulação	Justo Valor componente derivado	Justo valor componente passivo financeiro	Detidas pelo Grupo	Valor balanço
Euro Invest S9	22-Out-07	22-Out-12	6%	50.000	(680)	(2.061)	(1.955)	45.304
Banco Banif Brasil	15-Fev-12	15-Fev-16	120%DI	484	-	-	-	484
Banco Banif Brasil	21-Mar-12	21-Mar-17	IPCA+8,25%	1.607	-	-	-	1.607
Banco Banif Brasil	21-Mar-12	21-Mar-17	IPCA+8,25%	1.607	-	-	-	1.607
Banco Banif Brasil	19-Dez-11	19-Dez-21	17%AA.	4.405	-	-	-	4.405
Banco Banif Brasil 2014	17-Dez-04	17-Dez-14	7%	6.354	-	-	(4.793)	1.561
				64.457	(680)	(2.061)	(6.748)	54.968





No 2º Trimestre de 2012 o Grupo reembolsou o Euro Invest S8, no montante de 26.112 milhares de euros.

## 19. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	30-Jun-12	31-Dez-11
Depósitos		
À vista	1.372.548	2.290.260
A prazo	6.047.890	5.129.346
Poupança	99.832	90.309
Outros	488.780	439.886
	<b>8.009.050</b>	<b>7.949.801</b>
Outros débitos		
Empréstimos	777	808
Outros	87.560	80.083
	<b>88.337</b>	<b>80.891</b>
<b>Total</b>	<b>8.097.387</b>	<b>8.030.692</b>

## 20. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição por entidade emitente:

	30-Jun-12	31-Dez-11
Banif Finance	79.714	378.643
Banif	1.278.326	1.355.000
Atlantes N.º 1	797.894	927.167
Atlantes Mortgage N.º3	469.270	489.846
Atlantes Mortgage N.º2	271.472	284.519
Atlantes Mortgage N.º4	526.471	550.000
Atlantes Mortgage N.º5	500.000	500.000
Atlantes Mortgage N.º6	63.405	74.543
Atlantes Mortgage N.º7	366.260	379.550
Azor Mortgage N.º2	229.956	237.880
Atlantes Mortgage N.º1	161.431	170.722
Azor Mortgage N.º1	66.498	69.968
Atlantes Finance N.º3	-	224.908
Atlantes Finance N.º4	206.748	247.500
Banif - SCPS	175.000	175.000
Banif Cayman	50.000	98.150
Banif International Bank Ltd	-	35.000
Beta Securitizadora	35.126	40.294
Grupo Banif Mais SCPS	166.632	241.849
Banif - Banco de Investimento	150.000	150.000
Correcção de valor de passivos que sejam objecto de operações de cobertura	-	596
Dívida readquirida	(1.373.638)	(1.031.621)
Detidos pelo Banif - Grupo Financeiro	(3.167.929)	(3.896.012)
<b>Sub - Total</b>	<b>1.052.636</b>	<b>1.703.502</b>
Certificados de depósito	489.389	624.865
Encargos Financeiros e despesas com encargo diferido	(24.618)	20.789
<b>Total</b>	<b>1.517.407</b>	<b>2.349.156</b>



Em 30 de Junho de 2012, os passivos emitidos pelo Grupo, apresentam as seguintes condições:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor em circulação	Readquiridas	Detidas pelo Grupo	Valor balanço
Banif Finance 2010-2013 EUR	23-Out-10	23-Out-13	6,00%	40.000	-	(271)	39.729
Banif Finance 2010-2013 USD	23-Out-10	23-Out-13	5,00%	39.714	-	(1.242)	38.472
Atlantes Mortgage Nº1 classe A	1-Fev-03	17-Jul-36	Euribor 3 meses acrescida 0,27%	123.931	-	(20.160)	103.771
Atlantes Mortgage Nº1 classe B	1-Fev-03	17-Jul-36	Euribor 3 meses acrescida 0,65%	22.500	-	-	22.500
Atlantes Mortgage Nº1 classe C	1-Fev-03	17-Jul-36	Euribor 3 meses acrescida 1,30%	12.500	-	-	12.500
Atlantes Mortgage Nº1 classe D	1-Fev-03	17-Jul-36	Euribor 3 meses acrescida 3,75%	2.500	-	-	2.500
Azor Mortgage Nº1 classe A	25-Nov-04	20-Sep-47	Euribor 3 meses acrescida 0,15%	38.498	-	(4.041)	34.457
Azor Mortgage Nº1 classe B	25-Nov-04	20-Sep-47	Euribor 3 meses acrescida 0,38%	19.000	-	-	19.000
Azor Mortgage Nº1 classe C	25-Nov-04	20-Sep-47	Euribor 3 meses acrescida 0,75%	9.000	-	(2.000)	7.000
Atlantes Mortgage Nº2 classe A	5-Mar-08	18-Sep-60	Euribor 3 meses acrescida 0,33%	247.287	-	(247.287)	-
Atlantes Mortgage Nº2 classe B	5-Mar-08	18-Sep-60	Euribor 3 meses acrescida 0,95%	17.182	-	(17.182)	-
Atlantes Mortgage Nº2 classe C	5-Mar-08	18-Sep-60	Euribor 3 meses acrescida 1,65%	7.003	-	(7.003)	-
Azor Mortgage Nº2 classe A	24-Jul-08	21-Out-65	Euribor 3 meses acrescida 0,3%	183.456	-	(183.456)	-
Azor Mortgage Nº2 classe B	24-Jul-08	21-Out-65	Euribor 3 meses acrescida 0,8%	46.500	-	(46.500)	-
Atlantes Mortgage Nº3 classe A	30-Out-08	20-Ago-61	Euribor 3 meses acrescida 0,2%	427.870	-	(427.870)	-
Atlantes Mortgage Nº3 classe B	30-Out-08	20-Ago-61	Euribor 3 meses acrescida 0,5%	41.400	-	(41.400)	-
Atlantes Mortgage Nº4 classe A	16-Fev-09	20-Mar-64	Euribor 3 meses acrescida 0,15%	490.721	-	(490.721)	-
Atlantes Mortgage Nº4 classe B	16-Fev-09	20-Mar-64	Euribor 3 meses acrescida 0,3%	35.750	-	(35.750)	-
Atlantes Mortgage Nº5 classe A	19-Dez-09	23-Nov-68	Euribor 3 meses acrescida 0,15%	455.000	-	(455.000)	-
Atlantes Mortgage Nº5 classe B	19-Dez-09	23-Nov-68	Euribor 3 meses acrescida 0,3%	45.000	-	(45.000)	-
Atlantes Mortgage Nº6 classe A	30-Jun-10	23-Out-16	4,5%	63.405	-	(63.405)	-
Atlantes Mortgage Nº7 classe A	19-Nov-10	19-Nov-66	Euribor 3 meses acrescida 0,15%	326.560	-	(326.560)	-
Atlantes Mortgage Nº7 classe B	19-Nov-10	19-Nov-66	Euribor 3 meses acrescida 0,30%	39.700	-	(39.700)	-
Atlantes Finance N.º4 classe A	20-Dez-11	19-Jun-32	Euribor 3 meses acrescida 1,5%	149.348	-	-	149.348
Atlantes Finance N.º4 classe B	20-Dez-11	19-Jun-32	Euribor 3 meses acrescida 2,25%	20.300	-	-	20.300
Atlantes Finance N.º4 classe C	20-Dez-11	19-Jun-32	Euribor 3 meses acrescida 3%	37.100	-	(25.500)	11.600
Atlantes N.º1 classe A	21-Abr-11	25-Ago-42	Euribor 3 meses acrescida 1,8%	242.594	-	(82.481)	160.113
Atlantes N.º1 classe B	21-Abr-11	25-Ago-42	Euribor 3 meses acrescida 2%	555.300	-	(555.300)	-
Banif - SCPS 2010 - 2013	21-Dez-10	23-Dez-13	6%	50.000	-	(100)	49.900
Banif - SCPS 2011 - 2013	3-Mar-11	23-Dez-13	6%	50.000	-	-	50.000
Banif - SCPS 2011 - 2013	9-Ago-11	9-Ago-13	7%	75.000	-	-	75.000
Banif Cayman	22-Out-07	22-Out-12	Euribor 6 meses acrescida 1,4%	50.000	-	(50.000)	-
Beta Securitizadora 2010	30-Sep-26	6,77%	11.968	-	-	-	11.968
Beta Securitizadora	3-Jul-05	1-Sep-21	6,25%	11.185	-	-	11.185
Beta Securitizadora	3-Jul-05	1-Sep-21	6,73%	11.973	-	-	11.973
BMORE Finance N.º5 plc	1-Nov-07	1-Nov-17	Conduit +1%	109.209	-	-	109.209
Banco Mais 2007/2012	26-Out-07	26-Out-12	3,25%	30.000	-	-	30.000
Banco Mais 2011-2014 (25M) com garantia da Republica Portuguesa	19-Jul-11	19-Jul-14	Euribor 3 meses +4,95%	25.000	(25.000)	-	-
BMORE N.º4 Class D Secured Floating Rate	1-Mai-04	1-Mai-14	Euribor 3 meses +0,94%	2.423	-	-	2.423
Banif Banco de Investimento 2011-2014 (55M) com garantia da Republica Portuguesa	19-Jul-11	19-Jul-14	Euribor 3 meses +4,95%	55.000	(55.000)	-	-
Banif Banco de Investimento 2011-2014 (95M) com garantia da Republica Portuguesa	22-Dez-11	22-Dez-14	Euribor 3 meses +12%	95.000	(95.000)	-	-
Banif 2011	13-Abr-12	13-Jul-12	Euribor 3 meses +4,5%	20.000	-	-	20.000
Banif Float 2014	29-Jul-11	29-Jul-14	Euribor 3 meses +1,6%	85.000	(85.000)	-	-
Banif Float 2014	21-Out-11	21-Out-14	Euribor 3 meses +1,6%	50.000	(50.000)	-	-
Banif 2011-2014 - Carantia	19-Jul-11	19-Jul-14	Euribor 3 meses +4,95% - taxa de comissão de garantia 1,1348%	200.000	(200.000)	-	-
Banif 2011 500M Garantia	22-Dez-11	22-Dez-14	Euribor 3 meses +12%	500.000	(500.000)	-	-
Banif 2012 - 2017 com garantia República Portuguesa	7-Mai-12	7-Mai-17	Euribor 3 meses +13%	300.000	(300.000)	-	-
Ob CX Banif 2012-2015 Fungíveis	20-Jun-12	31-Mai-15	5,75%	63.000	(63.000)	-	-
Ob CX Banif 2012-2015	31-Mai-12	31-Mai-15	5,75%	50.000	(400)	-	49.600
Ob CX Banif 2012-2015 USD	31-Mai-12	31-Mai-15	5,00%	10.326	(238)	-	10.088
				5.594.203	(1.373.638)	(3.167.929)	1.052.636

No 1º Semestre de 2012, foram reembolsados as seguintes emissões:

- Banif Cayman 2011-2014 no montante de 21.100 milhares de euros (reembolso antecipado)
- Banif Cayman 2011-2014 no montante de 27.050 milhares de euros (reembolso antecipado)
- Beta securitizadora 2017 no montante de 2.935 milhares de euros (reembolso antecipado)
- Banif 2011 no montante de 20.000 milhares de euros
- Banif 2009-2012 com garantia República no montante de 442.231 milhares de euros
- Banif Finance 2007-2012 no montante de 249.116 milhares de euros

#### Operações de Titularização

O Grupo realizou operações de titularização de crédito ao consumo e hipotecário, através da alienação desses activos a entidades de finalidades especiais (veículos) constituídos para o efeito.

As operações de titularização são apresentadas como segue:

##### Atlantes Mortgage N.º1

Na operação Atlantes Mortgage No. 1, foram cedidos apenas contratos de crédito à habitação do Banif, SA, no valor de 500 milhões de Euros. Ao abrigo da legislação em vigor, foi constituído um Fundo de Titularização de Créditos designado Atlantes Mortgage No.1 Fundo, que adquiriu ao cedente os contratos de crédito à habitação e emitiu unidades de participação subscritas pela sociedade de direito irlandês Atlantes Mortgage No. 1 Plc. Para se financiar, a sociedade Atlantes Mortgage No. 1 Plc emitiu Obrigações no valor global de 500 milhões de Euros.

##### Azor Mortgage N.º1

A Azor Mortgages, com início em Novembro de 2004, foram cedidos créditos imobiliários originados pelo anterior BBKA um valor total de 281 milhões de Euros. Na Azor Mortgages, ao abrigo da legislação em vigor, os créditos cedidos inicialmente foram adquiridos pela Sagres - Sociedade de Titularização de Créditos, que emitiu as obrigações Azor Notes inteiramente subscritas por uma sociedade de direito irlandês denominada Azor Mortgages Plc. Para se financiar, a sociedade Azor Mortgages Plc emitiu Obrigações no valor global de 281 milhões de Euros.

Em Dezembro de 2006, no âmbito dos objectivos propostos para a constituída sociedade de titularização do Grupo, Gamma STC, foram transferidas para esta sociedade as Azor Notes assim como os respectivos direitos de recebimento dos créditos e deveres de pagamento ao veículo Azor Mortgages plc, originalmente pertencentes à Sagres STC. Esta transferência teve o acordo do originador dos créditos, do Grupo de securitização original, agências de rating, CMVM, dos investidores, e outras entidades envolvidas na operação, após avaliação da boa capacidade da Gamma para assegurar a gestão da mesma.

##### Atlantes Mortgage N.º 2



Na operação Atlantes Mortgage No. 2, foram cedidos apenas contratos de crédito à habitação do Banif, SA, no valor de 375 milhões de Euros. Ao abrigo da legislação em vigor, foi constituído um Fundo de Titularização de Créditos designado Atlantes Mortgage No.2 Fundo, administrado pela Gamma – Sociedade Titularização de Créditos, SA, que adquiriu ao cedente os contratos de crédito à habitação e emitiu unidades de participação subscritas pela Atlantes Mortgage No. 2 Plc. Para se financiar, a sociedade Atlantes Mortgage No. 2 Plc emitiu Obrigações no valor global de 375 milhões de Euros.

#### Azor Mortgage N.º 2

Em Julho de 2008, teve início a Azor Mortgages No. 2, uma emissão de obrigações titularizadas, colateralizadas por uma carteira de crédito imobiliário originado pelo anterior BBKA. Ao contrário de emissões anteriores que envolveram veículos sediados no estrangeiro, esta emissão foi realizada directamente pela Gamma STC, não envolvendo qualquer outro veículo fora do território nacional.

Nesta emissão, o BBKA cedeu à Gamma STC uma carteira de 300 milhões de Euros. Esta aquisição, bem como a constituição da necessária reserva de caixa, foram financiadas através da emissão das obrigações titularizada Azor Mortgages No. 2 Class A, B e C, num montante nominal total de 306,75 milhões de Euros.

#### Atlantes Mortgage N.º 3

No final de Outubro de 2008 foi concretizada uma nova operação, neste caso a Atlantes Mortgage No. 3, com a emissão de obrigações titularizadas, envolvendo uma carteira de crédito imobiliário originado pelo Banif, SA.

O Banco cedeu à Gamma uma carteira de crédito imobiliário, cujo valor ascendeu a 600 milhões de Euros. Esta aquisição, bem como a constituição da necessária reserva de caixa, foram financiadas através da emissão das obrigações titularizada Atlantes Mortgage No. 3 Class A, B e C com um valor nominal agregado de 623.7 milhões de Euros.

#### Atlantes Mortgage N.º 4

Em Fevereiro de 2009, foi concretizada a operação Atlantes Mortgage n.º4, no âmbito da qual o Banif cedeu à Gamma uma carteira de crédito imobiliário, cujo valor ascendeu neste caso a 550 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Mortgage N.º 4, Class A, B e C com um valor nominal agregado de 567,2 milhões de euros.

#### Atlantes Mortgage N.º5

Em Dezembro de 2009, foi concretizada a operação Atlantes Mortgage n.º5, no âmbito da qual o Banif cedeu à Gamma uma carteira de crédito imobiliário, cujo valor ascendeu neste caso a 500 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Mortgage N.º 5, Class A, B e C com um valor nominal agregado de 520,5 milhões de euros.

#### Atlantes Mortgage N.º6

Em Junho de 2010, foi concretizada a operação Atlantes Mortgage n.º6, no âmbito da qual o Banif cedeu à Gamma uma carteira de crédito imobiliário, cujo valor ascendeu neste caso a 91 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Mortgage N.º 6, Classe A e B com um valor nominal agregado de 113 milhões de euros.

#### Atlantes Mortgage N.º7

Em Novembro de 2010, foi concretizada a operação Atlantes Mortgage n.º7, no âmbito da qual o Banif cedeu à Gamma uma carteira de crédito hipotecário residencial cujo valor ascendeu a 397 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Mortgage n.º7, Classe A, B e C com um valor nominal agregado de 460,55 milhões de euros.

#### Atlantes N.º1

Em Abril de 2011, foi concretizada a operação Atlantes N.º1, no âmbito da qual o Banif cedeu à Gamma uma carteira de crédito a empresas cujo valor ascendeu a 1.110,6 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes n.º1, Classe A, B e C com um valor nominal agregado de 1.132,9 milhões de euros.

#### Atlantes Finance N.º4

Em Dezembro de 2011, foi concretizada a operação Atlantes Finance n.º4, no âmbito da qual o Banif e o Banco Banif Mais cederam à Gamma uma carteira de crédito ao consumo cujo valor ascendeu a 110,2 milhões de Euros e 137,3 milhões de euros, respectivamente, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Finance n.º4, Classe A, B, C e D com um valor nominal agregado de 260,0 milhões de euros.

#### BMORE Finance N.º4 Plc

A operação de securitização BMORE Finance N.º 4 plc foi efectuada em 18 de Maio de 2004 com uma Entidade de Finalidade Especial (SPE) sediada em Dublin, no âmbito da qual o

Banco Mais (actual Banco Banif Mais) vendeu contratos de crédito ao consumo, contratos de locação financeira e contratos de aluguer financeiro em diversas tranches. O prazo total da operação é de 10 anos, com um revolving period de 3 anos e um limite da operação fixado em 400 milhões de euros.

#### BMORE Finance N.º5 Plc

A operação de securitização BMORE Finance N.º 5 plc foi efectuada em 7 de Dezembro de 2007, no âmbito do qual o Banco Mais (actual Banco Banif Mais) vendeu contratos de crédito ao consumo, contratos de locação financeira e contratos de aluguer financeiro em diversas tranches. Esta é uma operação integrada, em duas fases, sendo a primeira um ramp-up asset backed commercial paper com um revolving period de 3 anos que corresponde ao prazo desta fase e a segunda fase um programa de asset backed securitization, com um prazo de 10 anos. O limite da operação foi fixado em 400 milhões de euros.

As obrigações emitidas no âmbito Atlantes Mortgage N.º2, Atlantes Mortgage N.º3, Atlantes Mortgage N.º4, Atlantes Mortgage N.º5, Atlantes Mortgage N.º7, Azor Mortgage N.º2, Atlantes Finance N.º4 e Atlantes n.º1 estão detidas por entidades do Grupo, sendo parcialmente utilizadas como caução em operações de refinanciamento junto do BCE.

## **21. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES**

O movimento ocorrido nas provisões no período findo em 30 de Junho de 2012 foi o seguinte:

Descrição	Saldo em 31-Dez-11	Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Reforços	Utilizações e regularizações	Reversões e recuperações	Saldo em 30-Jun-12
Provisões para garantias e compromissos	3.824	-	803	-	(464)	4.163
Contingências fiscais	7.070	-	68	(700)	-	6.438
Outras provisões	4.511	-	2.504	434	(3.387)	4.062
<b>Total</b>	<b>15.405</b>	<b>-</b>	<b>3.375</b>	<b>(266)</b>	<b>(3.851)</b>	<b>14.663</b>

Atendendo à elevada incerteza quanto ao prazo de pagamento das situações contingentes provisionadas, não foi considerado qualquer desconto temporal.

Na rubrica “provisões para contingências fiscais”, encontra-se registado, o montante de 230 milhares de euros (919 milhares de euros em 2011) relativo ao diferendo que opõe o Banif (origem no ex. BBCA) à Comissão Europeia no contexto da decisão desta relativamente à adaptação do Sistema Fiscal às especificidades da Região Autónoma dos Açores, que exclui o sector financeiro do âmbito da aplicação da taxa reduzida de IRC nos Açores.



Apresenta-se a seguir uma descrição mais pormenorizada da definição das obrigações em causa:

Contingências fiscais: existe a obrigação presente resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos relacionada com impostos sobre os lucros.

Provisões para garantias e compromissos: existe a obrigação presente resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos relacionada com a prestação de garantias e compromissos.

Outras provisões: existe a obrigação presente resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos (processos judiciais contra o Grupo e outros riscos bancários).

Operações não incluídas no balanço:

- As garantias prestadas correspondem aos seguintes valores nominais registados em contas extrapatrimoniais:

Descrição	30-Jun-12	31-Dez-11
Garantias prestadas (das quais:)	515.800	485.515
Garantias e avales	467.839	420.044
Aceites e endossos	-	-
Cartas de Crédito e Stand-by	-	-
Créditos documentários abertos	47.918	65.471

- As contingências e outros compromissos assumidos perante terceiros, não reconhecidos nas Demonstrações Financeiras com referência a 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, apresentam a seguinte composição:

Descrição	30-Jun-12	31-Dez-11
Outros passivos eventuais (dos quais:)	5.255.533	4.667.067
Fianças e Indemnizações	-	6.209
Outras garantias pessoais prestadas e outros passivos eventuais	-	-
Activos dados em Garantia	5.255.533	4.660.858
Compromissos perante terceiros (dos quais:)	748.358	873.349
Compromissos irrevogáveis	187.398	260.466
Compromissos revogáveis	560.960	612.883
	<b>6.003.891</b>	<b>5.540.416</b>

Os “Activos dados em garantia” correspondem a títulos cedidos em repo’s e a Obrigações do Tesouro, que se encontram a caucionar os compromissos irrevogáveis com o Fundo de Garantia de Depósitos, o Sistema de Indemnização aos Investidores, o Crédito Intradiário junto do Banco de Portugal e as operações de refinanciamento com o Banco Central Europeu.

## 22. INSTRUMENTOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL

A rubrica “Instrumentos representativos de capital” correspondem às seguintes situações:

- Remuneração fixa dos VMOCs (fixa: 0,03 Eur por VMOCs / ano). A Banif – SGPS, SA tem registado um passivo no montante de 4.017 milhares de euros referentes a esta remuneração.

No 1º Trimestre de 2012 o Banif recomprou (reembolso antecipado) 40 milhões de euros de Valores mobiliários perpétuos subordinados com juros condicionados.

## 23. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição por entidade emitente:

	30-Jun-12	31-Dez-11
Banif - Banco de Investimento	17.465	17.811
Banco Mais	6.000	6.000
Banif - Banco Internacional do Funchal	221.425	387.413
Banif Finance Ltd	102.835	101.448
Banif Cayman	-	-
Detidos pelo Banif - Grupo Financeiro	(77.218)	(242.023)
	270.507	270.649
Encargos Financeiros e despesas com encargo diferido	(47.197)	(52.109)
<b>Total</b>	<b>223.310</b>	<b>218.540</b>





Em 30 de Junho de 2012, os passivos emitidos pelo Grupo, apresentam as seguintes condições:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor em circulação	Devidas pelo Grupo	Valor balanço
Banif - Banco de Investimento 2006 - 2016	29-Jun-06	29-Jun-16	Primeiros 5 anos: Euribor 6 meses acrescido 0,875%, restantes anos: Euribor 6 meses acrescido 1,15%	15.000	(15.000)	-
Banif - Banco de Investimento 2007 - perpétua	5-Mai-07	perpétua	Euribor 3 meses acrescida 1,35% até 30/12/2010: Euribor 3 meses acrescida 0,75%; restante período: Euribor 3 meses acrescida 1,25%	2.465	(726)	1.739
Banif - Banco Internacional do Funchal 2005 - 2015	30-Dez-05	30-Dez-15	até 22/12/2014: Euribor 3 meses acrescida 1%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 2%	20.749	-	20.749
Banif - Banco Internacional do Funchal 2006 - perpétua	22-Jun-06	perpétua	até 22/12/2011: Euribor 3 meses acrescida 0,75%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 1,25%	7.366	(7.366)	-
Banif - Banco Internacional do Funchal 2006 - 2016	22-Dez-06	22-Dez-16	até 22/12/2016: Euribor 3 meses acrescida 1,37%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 2,37%	11.040	(11.040)	-
Banif - Banco Internacional do Funchal SFE 2007	22-Dez-07	perpétua	até 28/12/2017: Euribor 3 meses acrescida 3,0362%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 4,0362%	9.215	(9.215)	-
Banif - Banco Internacional do Funchal SFE 2008	30-Jun-08	perpétua	1º ano: 6,25%; até 11º cupão: Euribor 6 meses acrescido 1%, restante período: Euribor 6 meses acrescido 1,15%	14.000	(14.000)	-
Banif - Banco Internacional do Funchal 2008 - 2018	18-Ago-08	18-Ago-18	até 30/06/2014: 4,5%, restante período: Euribor 6 meses acrescida 2,75%	22.290	(1.063)	21.227
Banif - Banco Internacional do Funchal 2009 - 2019	30-Jun-09	31-Dez-19	até 09/01/2017: taxa fixa de 6,875%, restante período: 7,875% - emissão a 70%	10.311	-	10.311
Banif 2012 - 2019	9-Jan-12	9-Jan-19	primeiros 5 anos: Euribor 6 meses acrescido 1%, restantes anos: Euribor 6 meses acrescido 1,25%	87.638	-	87.638
BBCA 2006 - 2016	23-Out-06	23-Out-16	até ao 11º cupão: Euribor 6 meses acrescido 1%, restantes anos: Euribor 6 meses acrescido 1,25%	19.336	(1.488)	17.848
BBCA 2007 - 2017	25-Set-07	25-Set-17	até 28/12/2017: Euribor 3 meses acrescida 3,0362%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 4,0362%	9.480	(613)	8.867
BBCA 2008 - perpétua	30-Jun-08	perpétua	Euribor 12 meses acrescida 1,5% até ao 21º cupão: Euribor 3 meses acrescida 0,80%; restante período: Euribor 3 meses acrescido 1,30%	10.000	(10.000)	-
Banif Co 2005 -2015 (Banif Mais)	30-Jun-05	30-Jun-15	até 22 de Dezembro de 2016: Euribor 3 meses acrescido 1,37%; restante período: Euribor 3 meses acrescido 2,37%	6.000	(6.000)	-
Banif Finance 2004 - 2014	29-Dez-04	29-Dez-14	até 22 de Dezembro de 2011: Euribor 3 meses acrescido 0,75%; restante período: Euribor 3 meses acrescido 1,25%	8.856	(500)	8.356
Banif Finance 2006 - perpétua	22-Dez-06	perpétua	3%, Passivo emitido a 75% e 50%	9.215	-	9.215
Banif Finance 2006 - 2016	22-Dez-06	22-Dez-16		11.040	-	11.040
Banif Finance 2009 - 2019	31-Dez-09	31-Dez-19		73.724	(207)	73.517
				347.725	(77.218)	270.507

## 24. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	30-Jun-12	31-Dez-11
Credores e Outros Recursos	60.970	79.983
Por gastos com pessoal	29.334	29.260
Por gastos gerais administrativos	3.896	3.463
Outros juros e encargos similares	573	738
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	6.153	3.049
De garantias prestadas e outros passivos eventuais	127	78
Posição cambial	6.149	823
Sector público administrativo	25.902	36.610
Fundos de Investimento	89.897	123.954
Outros	73.589	143.654
<b>Total</b>	<b>296.590</b>	<b>421.612</b>

**25. OPERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO**

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, as rubricas de Capital Próprio apresentam a seguinte composição:

Descrição	30-Jun-12	31-Dez-11
Capital	570.000	570.000
Prémios de emissão	104.114	104.114
Outros instrumentos de capital	95.900	95.900
Acções próprias	(1.054)	(1.086)
Reservas de reavaliação	(36.885)	(52.004)
Reserva Legal	31.527	31.527
Outras reservas e resultados transitados (livres)	83.283	244.944
Resultado do exercício	(124.611)	(161.583)
Dividendos antecipados	-	-
Interesses que não controlam	100.606	103.104
<b>Total do Capital</b>	<b>822.880</b>	<b>934.916</b>

O capital social é constituído por 570.000.000 acções, de valor nominal de EUR 1,00 por acção, encontrando-se totalmente realizado.

A rubrica “Outros instrumentos de capital” é referente à emissão de 70.000.000 valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis (“VMOCs”) com o valor nominal unitário de EUR 1 cada.

Os VMOCs conferem ainda o direito a uma remuneração anual paga postecipadamente, a 30 de Setembro de cada ano. A remuneração dos VMOCs é o somatório das componentes fixas e variável (fixa: 0.03 Eur por VMOCs / ano, variável: indexada ao valor anual do dividendo do ano anterior à data de pagamento).

**26. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM**

Em 30 de Junho de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de interesses que não controlam apresenta a seguinte composição:

Entidade	30-Jun-12 Valor balanço	31-Dez-11 Valor balanço	30-Jun-12 Resultado	30-Jun-11 Resultado
Banif Finance	25.133	67.078	(4.482)	(5.254)
Banif Mais SGPS	41.706	-	(377)	-
Banif Cayman	13.033	12.952	-	-
Banif Bank (Malta)	6.003	6.126	123	119
Banco Caboverdiano de Negocios	5.214	4.995	(218)	(389)
Açortur - Investimentos Turísticos dos Açores	2.896	2.964	63	82
Investador SGPS SA	2.524	2.537	12	29
Investador Hotéis SA	1.950	2.149	141	192
Banif International Holdings	565	1.214	346	54
Banif Açor Pensões	1.392	1.458	(45)	(53)
Tiner Polska	906	891	(15)	(129)
Banif Finance (USA)	62	582	531	(24)
Investimentos Turísticos e Similares Hóteis e Apart-Hotel Pico	436	437	1	-
Banif Banco Internacional do Funchal (Brasil)	234	431	406	4
Turotel - turismo e Hóteis dos Açores	219	318	81	84
Achala	292	312	-	-
Banif Financial Services Inc	30	26	(2)	-
Beta Securitizadora	29	11	(19)	-
Gestarquipark	24	(2)	(24)	(44)
SPE Panorama	(13)	(5)	-	15
Banif Forfaiting Company	(1.971)	(1.370)	565	45
Banif Real Estate Polska	9	-	(9)	(66)
WIL	(67)	-	99	-
Outros	-	-	(1)	(529)
	<b>100.606</b>	<b>103.104</b>	<b>(2.824)</b>	<b>(5.864)</b>

A rubrica de interesses que não controlam relativos à Banif Finance é constituído por:

- Emissão, em 22 de Dezembro de 2004, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 75 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração do Grupo, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (22 de Dezembro de 2014), acrescido: (i) de uma quantia correspondente ao dividendo preferencial acumulado e não pago respeitante ao período de dividendo preferencial mais recente, declarado ou não, até à data fixada para o reembolso, e (ii) de quaisquer quantias adicionais, desde que previamente autorizado pelo Banco de Portugal, pelo Garante da Emissão (Banif – Banco Internacional do Funchal), e em conformidade com os requisitos da Lei das Ilhas Cayman. Foram efectuadas recompras no montante de 68,3 milhões de euros.
- Emissão, em 28 de Dezembro de 2007, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 25 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração do Grupo,

trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (28 de Dezembro de 2017). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman. Foram efectuadas recompras no montante de 14,9 milhões de euros em 2011.

- Emissão, em 29 de Dezembro de 2008, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 20 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração do Grupo, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (29 de Dezembro de 2018). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.
- Emissão, em 29 de Dezembro de 2008, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 35 milhões de Dólares Americanos. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração do Grupo, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (29 de Dezembro de 2018). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.
- Emissão, em 31 de Dezembro de 2008, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 25 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração do Grupo, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (31 de Dezembro de 2018). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.
- Emissão, em 30 de Junho de 2009, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 dólares, no montante de 15 milhões de Dólares. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração do Grupo, anuais e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão total, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (30 de Junho de 2019). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman.



- Emissão, em 30 de Junho de 2009, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 10 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração do Grupo anualmente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (30 de Junho de 2019). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman. Foram efectuadas recompras no montante de 1,4 milhões de em 2011.

A rubrica de interesses que não controlam relativa ao Banif Cayman respeita à:

- Emissão, em 12 de Novembro de 2003, de 16.000.000 Acções Preferenciais com um valor de liquidação preferencial unitário de 1 Dólar, emitidas em dois montantes de 10 milhões Dólares e 6 milhões Dólares. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração do Grupo, anual e postecipadamente em 12 de Dezembro de cada ano.

## 27. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	30-Jun-12	30-Jun-11
<b>Juros e rendimentos Similares</b>		
Juros de disponibilidades	491	970
Juros de aplicações em IC	8.186	4.700
Juros de crédito a clientes	310.546	316.217
Juros de crédito vencido	7.851	6.072
Juros e rendimentos similares de outros activos	81.059	90.324
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	4.983	6.121
	<b>413.116</b>	<b>424.404</b>
<b>Juros e encargos Similares</b>		
Juros de recursos de bancos centrais	10.711	10.142
Juros de recursos de outras IC	22.277	25.399
Juros de recursos de clientes	165.504	120.015
Juros de empréstimos	3.694	1.446
Juros responsabilidades representadas por títulos sem caracter subordinado	56.802	59.355
Juros e encargos similares de outros passivos financeiros	25.322	18.671
Juros de passivos subordinados	7.971	11.149
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	4.822	5.903
Outros	25.898	24.850
	<b>323.001</b>	<b>276.930</b>



## 28. IMPARIDADE EM CRÉDITO E OUTROS ACTIVOS

O movimento ocorrido na rubrica de Imparidade em Crédito a Clientes no período findo em 30 de Junho de 2012 foi o seguinte:

Descrição	Saldo em 31-Dez-11	Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Reforços	Utilizações e regularizações	Reversões e recuperações	Saldo em 30-Jun-12
Imparidade em crédito concedido	813.531	-	156.013	(83.567)	(50.859)	835.118
<b>Total</b>	<b>813.531</b>	<b>-</b>	<b>156.013</b>	<b>(83.567)</b>	<b>(50.859)</b>	<b>835.118</b>

O movimento ocorrido na rubrica de Imparidade em outros Activos no período findo em 30 de Junho de 2012 foi o seguinte:

	Saldo em 31-Dez-2011	Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Reforços	Utilizações e regularizações	Reversões e recuperações	Saldo em 30-Jun-2012
Activos Financeiros disponíveis para venda	7.690	-	1.453	-	(699)	8.444
Activos detidos até à maturidade	200	-	-	-	(200)	-
Activos não correntes detidos para venda	14.879	-	2.922	(1.644)	(555)	15.602
Investimentos em associadas e filiais	16.108	-	-	-	-	16.108
Outros activos Tangíveis	1.050	-	867	1	-	1.918
Goodwill	371	-	-	-	-	371
Devedores e outras aplicações	20.874	-	3.538	(964)	(1.199)	22.249
<b>Total</b>	<b>61.172</b>	<b>-</b>	<b>8.780</b>	<b>(2.607)</b>	<b>(2.653)</b>	<b>64.692</b>

## 29. SALDOS E TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

No curso normal da sua actividade financeira, o Grupo efectua transacções com partes relacionadas. Estas incluem créditos e aplicações bancárias, depósitos, suprimentos, garantias e outras operações e serviços bancários.

O saldo dessas transacções com partes relacionadas no balanço e respectivos custos e proveitos no exercício findo são os seguintes:

	Elementos chave de gestão		Membros próximos da família dos Elementos chave de gestão		Associadas		Accionistas		Outras Entidades	
	30-Jun-12	31-Dez-11	30-Jun-12	31-Dez-11	30-Jun-12	31-Dez-11	30-Jun-12	31-Dez-11	30-Jun-12	31-Dez-11
Crédito e aplicações	758	1.787	1.129	318	129.541	52.563	24.612	58.423	82.969	80.150
Depósitos	1.292	5.638	638	315	108.792	76.911	102.216	110.505	6.579	5.978
Suprimentos	-	-	-	-	12.249	12.249	-	-	16.750	13.750
Empréstimos obtidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Garantias prestadas	52	-	-	-	-	1.228	-	-	5.564	2.383
	30-Jun-12	30-Jun-11	30-Jun-12	30-Jun-11	30-Jun-12	30-Jun-11	30-Jun-12	30-Jun-11	30-Jun-12	30-Jun-11
Comissões e serviços prestados	-	-	-	-	696	794	-	-	-	185
Juros e encargos similares	21	40	30	5	1.318	174	3.618	-	591	203
Juros e Rendimentos similares	5	9	16	2	639	676	671	39	2.563	1.498

As transacções com entidades relacionadas são analisadas de acordo com os critérios aplicáveis a operações similares com terceiras entidades e são realizadas em condições normais de mercado. Estas operações estão sujeitas à aprovação do Conselho de Administração.

No exercício findo, não foram constituídas provisões específicas para saldos com entidades relacionadas.

As partes relacionadas do Banif - Grupo Financeiro são as seguintes:

Elementos chave de gestão:

Dr. LUÍS FILIPE MARQUES AMADO  
Dra. MARIA TERESA HENRIQUES DA SILVA MOURA ROQUE DAL FABBRO  
Dra. PAULA CRISTINA MOURA ROQUE  
Dr. FERNANDO JOSÉ INVERNO DA PIEDADE  
Dr. JORGE HUMBERTO CORREIA TOMÉ  
Engº DIOGO ANTÓNIO RODRIGUES DA SILVEIRA  
Dr. NUNO JOSÉ ROQUETTE TEIXEIRA  
Dr. MANUEL CARLOS DE CARVALHO FERNANDES  
Dr. VITOR MANUEL FARINHA NUNES  
Dr. JOÃO PAULO PEREIRA MARQUES DE ALMEIDA  
Dr. JOSÉ ANTÓNIO VINHAS MOUQUINHO  
Dr. JOSÉ MARQUES DE ALMEIDA  
Dr. VÍTOR HUGO SIMONS

Membros próximos da família dos Elementos chave de gestão:

Marta do Patrocínio Oliveira de Castro Amado  
Carlos António de Castro Amado  
Maria Carolina de Castro Amado  
Lorenzo Roque Dal Fabbro  
Bianca Maria Roque Dal Fabbro  
Luísa Maria Campina Pinto da Piedade  
Carolina Pinto Inverno da Piedade  
Leonor Pinto Inverno da Piedade  
Isabel Maria da Silva Pedro Gomes  
Carolina Pedro Gomes Tomé  
Catherine Thérèse Laurence Jouven da Silveira  
Alexandre Tiago da Silveira  
Heloïse Maria da Silveira  
Gaspar Antoine da Silveira  
Sara Dolores Militão Silva de Cima Sobral Roquette Teixeira  
Maria Cima Sobral Roquette Teixeira  
José Maria Cima Sobral Roquette Teixeira  
Isabel Maria Cima Sobral Roquette Teixeira  
Isabel Maria Forbes de Bessa Lencastre  
Luísa Lencastre Fernandes  
Rita Lencastre Fernandes  
Inês Lencastre Fernandes



Ana Cristina dos Santos de Figueiredo e Sousa Nunes  
Sofia Farinha de Figueiredo e Sousa Nunes  
Tomás Farinha de Figueiredo e Sousa Nunes  
Francisco Farinha de Figueiredo e Sousa Nunes  
Helena Veiga Martins de Almeida  
Catarina Martins Marques de Almeida  
Margarida Martins Marques de Almeida  
Domingas da Conceição Clérigo Barradas Mouquinho  
Inês Sofia Barradas Mouquinho  
Maria Alice Pereira de Almeida  
Maria José Pereira Marques de Almeida  
Maria João Pereira Marques de Almeida  
Anabela Delgado Courinha e Ramos Simons  
Nídia da Mota Simons  
João Pedro da Mota Simons  
Daniel Hugo Courinha Ramos Simons

Entidades Associadas:

Rentipar Seguros, S.C.P.S., S.A.  
Companhia de Seguros Açoreana, S.A.  
Espaço Dez  
Banca Pueyo  
Bankpime  
Imobiliária Vegas Altas, S.A.  
MC02  
Centaurus Realty Group Invest. Imobiliários S.A.  
Pedidos Liz, Lda  
Cávea

Accionistas:

Rentipar Financeira, SCPS  
Vestiban – Gestão e Investimentos  
Auto-Industrial – Investimentos e Participações, SCPS  
Joaquim Ferreira de Amorim  
Evaesco SCPS

Outras entidades:

Renticapital, Investimentos Financeiros  
Rentipar Investimentos, SCPS





Rentipar Indústria SGPS  
Rentiglobo, SGPS  
Empresa Madeirense de Tabacos  
SIET Savoy  
DISMADE – Distribuição de Madeira  
VITECAF – Fabrica Rações da Madeira  
RAMA – Rações para Animais  
SODIPRAVE – Soc. Dist. De Produtos Avícolas  
Avipérula  
Aviatlântico  
SOIL, SGPS  
Rentimundi – Investimentos Imobiliários  
Mundiglobo – Habitação e Investimentos  
Habiprede – Sociedade de Construções  
Genius – Mediação de Seguros  
Rentimedis – Mediação de Seguros  
MS MUNDI – Serviços Técnicos de Gestão e Consultoria  
RENTICONTROL – Controlo e Gestão de Contabilidade  
Fundo de pensões de colaboradores do Grupo  
FN Participações SGPS, SA  
Core Investimentos, consultoria e Serviços, Lda

### **30. CONDIÇÕES ESPECIAIS SOBRE O RISCO SOBERANO DE GRÉCIA, IRLANDA E PORTUGAL**

Três países europeus, Grécia, Irlanda e Portugal, sofreram uma deterioração das suas finanças públicas num contexto adverso de conjuntura económica e financeira. Esta situação levou os agentes do mercado a não adquirirem títulos de dívida pública emitidos por estes países para financiarem os défices públicos.

As políticas de solidariedade europeias previstas para estas situações levaram os países da zona euro, em conjunto com o Fundo Monetário Internacional, a porem em prática um conjunto de mecanismos de apoio, levando à formulação e implementação de planos de ajustamento na Grécia, e posteriormente para a Irlanda e Portugal.

Todos estes planos estão a ser acompanhados por um conjunto de medidas que visam uma redução significativa dos desequilíbrios das contas públicas dos países visados.



## Exposições do Grupo:

Prazo Residual									
	1 ano	2 anos	3 anos	5 anos	> 5 anos	Total	Provisões / Imparidade	Reserva JV	Exposição
Portugal									
Activos financeiros Disp Venda									
Governo Central	295.000	30.141	11.829	26.268	46.258	409.496	-	(16.817)	426.313
Governos Locais e Regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	3.903	11.676	4.759	951	-	21.289	-	(723)	22.012
Empresas Públicas	-	9.792	-	-	2.847	12.639	-	(2.867)	15.506
	298.903	51.609	16.588	27.219	49.105	443.424	-	(20.407)	463.831
Investimentos detidos até maturidade									
Governo Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Governos Locais e Regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	-	2.476	-	-	-	2.476	-	-	2.476
Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	2.476	-	-	-	2.476	-	-	2.476
Crédito									
Governo Central	866	1.341	1.390	3.460	68.136	75.193	-	-	75.193
Governos Locais e regionais	17.500	37.750	-	-	20.000	75.250	-	-	75.250
Bancos	589.833	-	-	-	-	589.833	-	-	589.833
Empresas Públicas	14.844	-	865	-	29.744	45.453	-	-	45.453
	623.043	39.091	2.255	3.460	117.880	785.729	-	-	785.729
	921.946	93.176	18.843	30.679	166.985	1.231.629	-	(20.407)	1.252.036
Grécia									
Activos financeiros Disp Venda									
Governo Central	-	-	-	-	97	97	(941)	(31)	1.069
Governos Locais e Regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	97	97	(941)	(31)	1.069
Investimentos detidos até maturidade									
Governo Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Governos Locais e Regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	97	97	(941)	(31)	1.069
Irlanda									
Activos financeiros Disp Venda									
Governo Central	-	-	-	-	5.963	5.963	-	126	5.837
Governos Locais e Regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	511	-	976	-	-	1.487	-	(70)	1.557
Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	511	-	976	-	5.963	7.450	-	56	7.394
	511	-	976	-	5.963	7.450	-	56	7.394

### **31. EVENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO**

À data de aprovação das presentes Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração da Banif - SCPS, SA, não se verificava nenhum acontecimento subsequente a 30 de Junho de 2012, data de referência das referidas Demonstrações Financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos activos e dos passivos, nos termos da IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço.

De salientar que o Banif – Grupo Financeiro submeteu ao Banco de Portugal o plano de recapitalização que está a ser objecto de análise e avaliação pelas autoridades nacionais, conforme comunicado do Banco de Portugal de 07/07/2012.

Este plano de recapitalização prevê a reestruturação do Grupo e implementação de outras medidas de racionalização. Neste âmbito e entre outras medidas, o Grupo encetou um processo com vista à rescisão por mútuo acordo dos contratos de trabalho com um conjunto de colaboradores, tendo estes sido contactados para negociar com a instituição, com o objectivo de chegar a um acordo que satisfaça as partes envolvidas.

# 05

## OUTRAS INFORMAÇÕES



**BANIF**

GRUPO  
FINANCEIRO

**V. OUTRAS INFORMAÇÕES**

Em Assembleia Geral de Accionista da Banif SGPS, SA, realizada em 22 de Março de 2012, foi deliberado eleger os seguintes elementos para os órgãos sociais e estatutários, para o triénio 2012-2014:

**MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**

Presidente: Dr. Miguel José Luís de Sousa  
Secretário: Dr. Bruno Miguel dos Santos de Jesus

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Eng. Diogo António Rodrigues da Silveira  
Dr. Fernando José Inverno da Piedade  
Dr. João Paulo Pereira Marques de Almeida  
Dr. Jorge Humberto Correia Tomé  
Dr. José António Vinhas Mouquinho  
Dr. Luís Filipe Marques Amado  
Dr. Manuel Carlos de Carvalho Fernandes  
Dra. Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque dal Fabbro  
Dr. Nuno José Roquette Teixeira  
Dra. Paula Cristina Moura Roque  
Dr. Vítor Manuel Farinha Nunes

**CONSELHO FISCAL**

Presidente: Prof. Dr. Fernando Mário Teixeira de Almeida  
Vogais efectivos: Dr. António Ernesto Neto da Silva  
Dr. Thomaz de Mello Paes de Vasconcellos  
Vogal Suplente: Dr. José Pedro Lopes Trindade

**COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES**

Presidente: Dr. António Gonçalves Monteiro  
Vogais: Dr. Enrique Santos  
Dr. Filipe de Andrade e Silva Lowndes Marques

Nessa mesma reunião da Assembleia Geral foi deliberado aprovar uma proposta de alteração do n.º3 do artigo 12.º e dos artigos 25.º e 26.º do Contrato de Sociedade, no sentido da extinção do Conselho

Consultivo e da criação de um novo órgão estatutário, em substituição deste, designado por Conselho Superior Corporativo, com a seguinte composição:

Presidente: Dra. Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque dal Fabbro

Vice-Presidente: Dr. Mário Raúl Leite Santos

Vogais: Prof. Dr. António Soares Pinto Barbosa

Dr. Fernando José Inverno da Piedade

Dr. Jorge Humberto Correia Tomé

Dr. José Marques de Almeida

Dr. José Paulo Baptista Fontes

Dr. Mário Henrique de Almeida Santos David

Dra. Paula Cristina Moura Roque

Foi ainda aprovada a eleição da Ernst & Young Audit & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA (SROC n.º 178), representada pela Dra. Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC n.º 1230), para o exercício das funções previstas no artigo 446.º do Código das Sociedades Comerciais e no n.º4 do artigo 27.º do Contrato de Sociedade, pelo período de um ano, até à Assembleia Geral Anual de aprovação de contas referentes ao exercício de 2012.

Em Assembleia Geral Anual da Sociedade, realizada em 30 de Maio de 2012, foram aprovados o Relatório de Gestão da Banif SGPS, SA, Individual e Consolidado, respeitante ao Exercício de 2011 e sobre as Contas da Banif SGPS, SA, Individuais e Consolidadas, respeitantes ao mesmo Exercício.

Foram igualmente aprovadas as demais propostas apresentadas, relativas a ponto da Ordem do Dia, nomeadamente a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

## **1. Órgãos Sociais e Estatutários**

À data de 30 de Junho de 2012, a composição dos órgãos sociais e estatutários é a seguinte:

### **MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**

Presidente: Dr. Miguel José Luís de Sousa

Secretário: Dr. Bruno Miguel dos Santos de Jesus

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

<b>Presidente:</b>	Dr. Luís Filipe Marques Amado
<b>Vice-Presidentes:</b>	Dra. Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque dal Fabbro Dra. Paula Cristina Moura Roque
<b>Vogais:</b>	Dr. Fernando José Inverno da Piedade Dr. Jorge Humberto Correia Tomé Eng.º Diogo António Rodrigues da Silveira Dr. Nuno José Roquette Teixeira Dr. Manuel Carlos de Carvalho Fernandes Dr. Vítor Manuel Farinha Nunes Dr. João Paulo Pereira Marques de Almeida Dr. José António Vinhas Mouquinho

**CONSELHO FISCAL**

<b>Presidente:</b>	Prof. Doutor Fernando Mário Teixeira de Almeida
<b>Vogais Efectivos:</b>	Dr. António Ernesto Neto da Silva Dr. Thomaz de Mello Paes de Vasconcellos
<b>Vogal Suplente:</b>	Dr. José Pedro Lopes Trindade

**CONSELHO SUPERIOR CORPORATIVO**

<b>Presidente:</b>	Dra. Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque dal Fabbro
<b>Vice-Presidente:</b>	Dr. Mário Raúl Leite Santos
<b>Vogais:</b>	Professor Doutor António Soares Pinto Barbosa Dr. Fernando José Inverno da Piedade Dr. Jorge Humberto Correia Tomé Dr. José Marques de Almeida

Dr. José Paulo Baptista Fontes

Dr. Mário Henrique de Almeida Santos David

Dr.ª Paula Cristina Moura Roque

**COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES**

**Presidente:** Dr. António Gonçalves Monteiro

**Vogais:** Dr. Enríque Santos

Dr. Filipe de Andrade e Silva Lowndes Marques

**SECRETÁRIO DA SOCIEDADE**

**Efectivo:** Dr. Bruno Miguel dos Santos de Jesus

**Suplente:** Dr.ª Ângela Maria Simões Cardoso Seabra Lourenço

**2. Carteira de Acções Próprias**

Durante o 1.º Semestre de 2012, o Banif – Banco de Investimento, S.A., sociedade dominada pela Banif - SCPS, SA, efectuou as transacções a seguir descritas de acções da Banif SCPS, SA, as quais foram todas executadas na Euronext Lisboa (operações em bolsa), em Execução do Contrato de Liquidez celebrado entre aquele Banco e a Euronext Lisboa. Face ao disposto no art.º 325-A do Código das Sociedades Comerciais, são as referidas acções consideradas acções próprias da sociedade dominante.





<b>Tipo de Transacção</b>	<b>Data</b>	<b>Mercado</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor (Euros)</b>
Aquisição	26-Jan-12	Euronext Lisboa	5.000	1.490
Alienação	07-Fev-12	Euronext Lisboa	5.000	1.595
Aquisição	08-Fev-12	Euronext Lisboa	2.500	853
Aquisição	08-Fev-12	Euronext Lisboa	2.500	853
Aquisição	08-Fev-12	Euronext Lisboa	5.000	1.750
Aquisição	08-Fev-12	Euronext Lisboa	5.000	1.760
Aquisição	08-Fev-12	Euronext Lisboa	5.000	1.765
Aquisição	08-Fev-12	Euronext Lisboa	5.000	1.765
Alienação	08-Fev-12	Euronext Lisboa	5.000	1.750
Alienação	08-Fev-12	Euronext Lisboa	5.000	1.775
Alienação	08-Fev-12	Euronext Lisboa	5.000	1.795
Alienação	08-Fev-12	Euronext Lisboa	5.000	1.895
Alienação	08-Fev-12	Euronext Lisboa	5.000	1.900
Alienação	09-Fev-12	Euronext Lisboa	8.634	2.936
Alienação	09-Fev-12	Euronext Lisboa	5.000	1.705
Alienação	09-Fev-12	Euronext Lisboa	1.366	471
Alienação	09-Fev-12	Euronext Lisboa	5.000	1.725
Aquisição	10-Fev-12	Euronext Lisboa	1.001	332
Aquisição	10-Fev-12	Euronext Lisboa	15.000	5.010
Aquisição	10-Fev-12	Euronext Lisboa	3.999	1.336
Aquisição	12-Mar-12	Euronext Lisboa	1.413	439
Alienação	13-Mar-12	Euronext Lisboa	1.413	445
Aquisição	16-Mar-12	Euronext Lisboa	3.399	1.037
Aquisição	16-Mar-12	Euronext Lisboa	1.000	305
Aquisição	16-Mar-12	Euronext Lisboa	601	183
Aquisição	11-Abr-12	Euronext Lisboa	3.622	906
Alienação	11-Abr-12	Euronext Lisboa	3.622	942
Aquisição	18-Jul-12	Euronext Lisboa	1.000	190
Alienação	19-Abr-12	Euronext Lisboa	1.000	200
Aquisição	01-Jun-12	Euronext Lisboa	5.000	500

Total em 30 de Junho de 2012: 122.070 acções detidas através do Banif – Banco de Investimento SA.

Por outro lado, durante o período em apreciação, não foi efectuada qualquer transacção de acções próprias pela Banif SGPS, SA, pelo que, em 30 de Junho de 2012, esta sociedade se mantinha titular das mesmas 821.951 acções que detinha no início do ano.

O total de acções próprias existente em 30 de Junho de 2011 era, assim, de 944.021 unidades.

### 3. Titulares de Participações Sociais Qualificadas

Nos termos do art.º 9 n.º 1, al. c) do Regulamento n.º 5/2008 da CMVM, informa-se sobre os accionistas titulares de participações qualificadas, com referência a 30 de Junho de 2012, de acordo com o artigo 20.º do CVM, em conformidade com os elementos existentes na sociedade:

- **HERANÇA INDIVISA DE HORÁCIO DA SILVA ROQUE**, detinha directamente **808.888** acções da Banif – SGPS, SA, correspondentes a 0,142% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA, sendo-lhe ainda imputáveis os direitos de voto correspondentes a
  - **307.063.133** acções, correspondentes a 53,871% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA, detidas pela **Rentipar Financeira SGPS, SA**, sociedade dominada (nos termos dos art.º 20.º, n.º 1, al. b) e 21.º, ambos do CVM) pela Herança Indivisa de Horácio da Silva Roque;
  - **1.152.997** acções, correspondentes a 0,202% do capital social e direitos de voto da Banif SGPS, SA de que são titulares os **membros do Conselho de Administração da Rentipar Financeira, SGPS, SA** – Dr. Fernando José Inverno da Piedade: 20.082 acções; Dr. José Marques de Almeida: 1.117.440 acções; Sr. Vitor Hugo Simons: 15.475 acções – (art.º 20.º, n.º 1, als. b), d) e i) do CVM);
  - **27.583.051** acções, correspondentes a 4,839% do capital social e direitos de voto da Banif SGPS, SA, de que é titular a **Vestiban – Cestão e Investimentos, SA**, sociedade dominada pela Herança Indivisa de Horácio da Silva Roque (art.º 20.º, n.º 1, als. b) e 21.º do CVM);
  - **267.750** acções, correspondentes a 0,047% do capital social e direitos de voto da Banif SGPS, SA, de que é titular a **Espaço Dez – Sociedade Imobiliária, Lda**, sociedade dominada (nos termos do art.º 20.º, n.º 1, al. b) e 21.º, ambos do CVM) pela Herança Indivisa de Horácio da Silva Roque;
  - **162.049** acções, correspondentes a 0,028% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA, de que é titular a **Renticapital – Investimentos Financeiros, SA**, sociedade dominada (nos termos do art.º 20.º, n.º 1, als. b) e i) e art.º 21.º, ambos do CVM) pela Herança Indivisa de Horácio da Silva Roque;

Num total de 337.037.868 acções, correspondentes a 59,128% do capital social e direitos de voto da Banif SGPS, S.A.

- **AUTO INDUSTRIAL, INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA**, pessoa colectiva n.º 505.025.752, com sede na Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 14, em Lisboa, era titular de **76.377.857** acções, representativas de 13,400% do capital social e direitos de voto da Banif – SGPS, SA.
- **JOAQUIM FERREIRA DE AMORIM**, contribuinte n.º 174.303.050, a quem são imputáveis os direitos de voto referentes às seguintes acções:
  - **11.803.959** acções, correspondentes a 2,071% do capital social e direitos de voto da Banif SGPS, SA de que é titular a **Evalesco**, SGPS, SA, sociedade dominada (nos termos dos art.º 20.º, n.º 1, al. b) e art.º 21.º, ambos do CVM), pelo próprio;

Participações Qualificadas - Imputação de Direitos de Voto – Art.º 20.º CVM	% capital social / direitos de	N.º de acções
<b>Herança Indivisa de Horácio da Silva Roque</b>		
- directamente	0,142%	808.888
- através da Rentipar Financeira, SGPS, SA	53,871%	307.063.133
- através de membros do Conselho de Administração da Rentipar	0,202%	1.152.997
- através da Vestiban – Gstão e Investimentos, SA	4,839%	27.583.051
- através da Espaço Dez – Sociedade Imobiliária, Lda	0,047%	267.750
- através da Renticapital – Investimentos Financeiros, SA	0,028%	162.049
<b>Total imputável</b>	<b>59,128%</b>	<b>337.037.868</b>
<b>Auto Industrial, Investimentos e Participações, SGPS, SA</b>	<b>13,400%</b>	<b>76.377.857</b>
<b>Joaquim Ferreira de Amorim</b>		
- através da Evalesco SGPS, SA	<b>2,071%</b>	<b>11.803.959</b>

#### 4. Valores Mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA e Sociedades do Banif – Grupo Financeiro detidos por Titulares de Órgãos Sociais

Em conformidade com o disposto no art.º 9.º n.º 1, alínea a) do Regulamento n.º 5/2008 da CMVM, informa-se sobre o número de valores mobiliários emitidos pela Banif - SGPS, SA e sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, detidos, adquiridos, onerados ou transmitidos por titulares dos órgãos sociais durante o período a que se refere o presente relatório (1.º Semestre de 2012).

**MESA DA ASSEMBLEIA GERAL****Dr. Miguel José Luís de Sousa**

- Pessoalmente, era titular de 741 acções da Banif SGPS, S.A..
- Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif - SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com elas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

**Dr. Bruno Miguel dos Santos de Jesus**

- Não era titular, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.
- Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO****Dr. Luís Filipe Marques Amado**

- Não era titular, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.
- Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

**Dra. Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque dal Fabbro**

- É uma das duas herdeiras da Herança Indivisa do Senhor Comendador Horácio da Silva Roque, a qual é titular, directa e indirectamente das acções identificadas no ponto 3.
- Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

**Dra. Paula Cristina Moura Roque**

- É uma das duas herdeiras da Herança Indivisa do Senhor Comendador Horácio da Silva Roque, a qual é titular, directa e indirectamente das acções identificadas no ponto 3.
- Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

**Dr. Fernando José Inverno da Piedade**

- Pessoalmente, era titular de 20.082 acções da Banif SGPS, S.A..
- A Vestiban – Gestão e Investimentos, SA, entidade em que é dirigente, subscreveu, 717.274 acções da Banif Mais SGPS, SA.
- À excepção da transacção referida no parágrafo anterior, não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif - SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com elas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

**Dr. Jorge Humberto Correia Tomé**

- Pessoalmente, era titular de 1 acção do Banif- Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA.
- Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

**Eng.º Diogo António Rodrigues da Silveira**

- Não era titular, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.
- Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

**Dr. Nuno José Roquette Teixeira**

- Pessoalmente, era titular de 1 acção do Banif- Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA, de 1 acção da Beta Securitizadora, SA e de 1 acção do Banif Banco de Investimento (Brasil), SA.
- Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas

relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

**Dr. Manuel Carlos de Carvalho Fernandes**

- Não era titular, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.
- Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

**Dr. Vítor Manuel Farinha Nunes**

- A FN Participações, SGPS, SA, sociedade por si detida, era titular de 1.836.504 acções da Banif - SGPS, SA, de 1.820.000 valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis em acções da Banif SGPS, SA.
- Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

**Dr. João Paulo Pereira Marques de Almeida**

- Pessoalmente, era titular de 24. 807 acções da Banif SGPS, S.A..
- Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif - SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com elas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

**Dr. José António Vinhas Mouquinho**

- Pessoalmente, era titular de 67.200 acções da Banif SGPS, S.A..
- Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

**CONSELHO FISCAL****Prof. Doutor Fernando Mário Teixeira de Almeida**

- Pessoalmente era titular de 213.847 acções da Banif SGPS, SA.

- A sociedade Quinta do Sourinho – Agricultura e Turismo, Lda, integralmente detida pelo próprio e pelas pessoas previstas nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, era titular de 220.238 acções da Banif - SGPS, SA.
- Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

**Dr. António Ernesto Neto da Silva**

- Não era titular, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pela Banif - SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.
- Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

**Dr. Thomaz de Mello Paes de Vasconcellos**

- Não era titular, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pela Banif - SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.
- Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif - SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

**5. Transacções de acções ou de instrumentos financeiros com elas relacionados efectuadas pela Rentipar Financeira, SGPS, SA, pelos seus dirigentes e por pessoas estreitamente relacionadas com aqueles.**

Em cumprimento do disposto nos n.º 6 e 7 do art.º 14.º do Regulamento da CMVM n.º 5/2008, segue a descrição das transacções realizadas no 1.º Semestre de 2012, referentes a acções da Banif SGPS, SA ou a instrumentos financeiros com elas relacionados, efectuadas pela Rentipar Financeira, SGPS, SA,<sup>1</sup> pelos seus dirigentes e pelas pessoas estreitamente relacionadas com aqueles. A referência é feita apenas aos dirigentes da Rentipar Financeira, SGPS, SA que não são comuns à Banif SGPS, SA, uma vez que as

---

<sup>1</sup> Sociedade considerada em relação de domínio com a Banif – SGPS, SA, nos termos e para os efeitos do art.º 21.º do Código dos Valores Mobiliários.

acções/instrumentos relacionados transaccionados por estes estão divulgados no ponto imediatamente anterior.

#### **RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, SA**

A Rentipar Financeira, SGPS, SA não transaccionou acções da Banif – SGPS, SA.

#### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, SA**

##### **Dr. José Marques de Almeida**

- Pessoalmente era titular de 1.117.440 acções da Banif SGPS, SA.
- Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), acções da Banif – SGPS, SA ou instrumentos financeiros com elas relacionados.

##### **Dr. Víctor Hugo Simons**

- Pessoalmente era titular de 15.475 acções da Banif SGPS, SA.
- Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), acções da Banif – SGPS, SA ou instrumentos financeiros com elas relacionados.

#### **CONSELHO FISCAL DA RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, SA**

##### **Dr. José Luís Pereira de Macedo**

- Não era titular, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pela Banif - SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.
- Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pela Banif - SGPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.



**Dr. Carlos Alberto da Costa Martins**

- Não era titular, directamente ou através de entidade(s) relacionadaa(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pela Banif - SCPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.
- Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionadaa(s), valores mobiliários emitidos pela Banif - SCPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

**Dr.ª Teresa Lucinda Camoesas Castelo**

- Não era titular, directamente ou através de entidade(s) relacionadaa(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pela Banif - SCPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.
- Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionadaa(s), valores mobiliários emitidos pela Banif - SCPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

**6. Recomendações do FSF e do CEBS relativas à transparência da informação e à valorização de activos**

O Banco de Portugal, através da Carta-Circular nº 58/2009/DSB, de 5/8/2009, reiterou a necessidade de continuar a ser dado cumprimento às recomendações do Financial Stability Fórum (FSF) e do Committee of European Banking Supervisors (CEBS) relativas à transparência da informação e à valorização de activos, tendo em conta o princípio da proporcionalidade constante das Carta-Circular nº 46/08/DSBDR, de 15/7/2008, e Carta-Circular nº 97/2008/DSB, 3/12/2008.

A generalidade da informação objecto das recomendações já se encontra divulgada ao longo do Relatório de Gestão ou no ponto “6- Anexo às Demonstrações Consolidadas em 30 de Junho de 2012” da parte “IV – Demonstrações Financeiras Consolidadas” (doravante designado por Anexo), pelo que, quando tal suceder, se fará a remissão para esses documentos.

**I. Modelo de Negócio****1. *Descrição do modelo de negócio***

O modelo de negócio do Grupo encontra-se pormenorizadamente descrito na parte “II. ACTIVIDADE DO BANIF – GRUPO FINANCEIRO” do Relatório de Gestão. A evolução das principais áreas de negócio

(segmentos operacionais) do Grupo está apresentada na nota “5. RELATO POR SEGMENTOS” do Anexo.

## **2. *Descrição das estratégias e objectivos***

As estratégias e objectivos do Grupo encontram-se descritos na parte “II. ACTIVIDADE DO BANIF – GRUPO FINANCEIRO” do Relatório de Gestão. As estratégias e objectivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados encontram-se descritos nas notas “20. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS” e “18. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS”, respectivamente, do Anexo.

## **3. *Descrição da importância das actividades desenvolvidas e respectiva contribuição para o negócio***

As actividades desenvolvidas pelo Grupo e respectiva contribuição para o negócio encontram-se pormenorizadamente descritas na parte “II. ACTIVIDADE DO BANIF – GRUPO FINANCEIRO” do Relatório de Gestão.

## **4. *Descrição do tipo de actividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos / investimentos devem cumprir.***

O tipo de actividades desenvolvidas, instrumentos e produtos/investimentos encontram-se pormenorizadamente descritos na parte “II. ACTIVIDADE DO BANIF – GRUPO FINANCEIRO” do Relatório de Gestão.

## **5. *Descrição do objectivo e da amplitude do envolvimento da instituição (i.e. compromissos e obrigações assumidos), relativamente a cada actividade desenvolvida.***

Os objectivos e envolvimento da instituição relativamente a cada actividade desenvolvida encontram-se descritos na parte “II. ACTIVIDADE DO BANIF – GRUPO FINANCEIRO” do Relatório de Gestão.

## **II. Riscos e Gestão dos Riscos**

## **6. *Descrição da natureza e amplitude dos riscos incorridos em relação a actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados.***

A natureza e amplitude dos riscos incorridos nas diversas actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados pelo Grupo encontram-se pormenorizadamente descritos no ponto “2.3 Gestão dos Riscos de Actividade” da parte “II. ACTIVIDADE DO BANIF – GRUPO FINANCEIRO” do Relatório de Gestão.

**7. Descrição das práticas de gestão de risco (incluindo, em particular, na actual conjuntura, o risco de liquidez) relevantes para as actividades, descrição de quaisquer fragilidades/fraquezas identificadas e das medidas correctivas adoptadas.**

As práticas de gestão de risco encontram-se pormenorizadamente descritas no ponto “2.3 Gestão dos Riscos de Actividade” da parte “II. ACTIVIDADE DO BANIF – GRUPO FINANCEIRO” do Relatório de Gestão.

**III. Impacto do período de turbulência financeira nos resultados**

**8. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados, com ênfase nas perdas (quando aplicável) e impacto dos “write-downs” nos resultados.**

Descrição apresentada no ponto seguinte.

**9. Decomposição dos “write-downs”/perdas por tipos de produtos e instrumentos afectados pelo período de turbulência, designadamente, dos seguintes: commercial mortgage-backed securities (CMBS), residential mortgage-backed securities (RMBS), collateralised debt obligations (CDO), asset-backed securities (ABS).**

No mapa seguinte são apresentados os valores registados em resultados (potenciais e realizados) e em reservas por tipo de produto definido, nomeadamente: *commercial mortgage-backed securities* (CMBS), *residential mortgage-backed securities* (RMBS), *collateralised debt obligations* (CDO) e *asset-backed securities* (ABS), para os períodos em referência.

Tipo Produto	30-06-11			30-06-12		
	+/- Valia Potencial	+/- Valia Realizada	Reservas	+/- Valia Potencial	+/- Valia Realizada	Reservas
ABS	-1.349	427.349	56.208	0	0	0
CDO	0	-501.000	0	0	0	0
CLO	662.328	1.046.929	512.663	-840.500	0	655.573
CMBS	-75.830	13.096	130.320	-1.380.129	0	77.636
RMBS	-394.109	305.671	12.487	-435.292	0	16.729
Total	191.040	1.292.044	711.679	-2.655.922	0	749.938

**10. Descrição dos motivos e factores responsáveis pelo impacto sofrido.**

As perdas no mercado americano de crédito hipotecário *subprime* foram o principal factor que despoletou a crise iniciada no Verão de 2007, a qual se traduziu num acentuado alargamento dos spreads e redução generalizada da liquidez no mercado, com fortes perdas a fazerem-se sentir, em particular, nas estruturas complexas de activos. A aversão ao risco dos investidores cresceu substancialmente, manifestando-se numa enorme relutância em transaccionar todo o tipo de instrumentos estruturados - o mercado tornou-se ilíquido -, fazendo aumentar a pressão sobre os respectivos preços de mercado. O colapso da Lehman Brothers em Setembro de 2008 veio agravar ainda mais a situação, despoletando uma crise ímpar no sector financeiro, com particular impacto na vertente de liquidez, traduzindo-se num contínuo agravamento dos *spreads* de crédito e níveis históricos de aversão ao risco por parte dos investidores, com especial impacto nos activos do

sector financeiro e de maior complexidade, entre os quais, os produtos estruturados ou activos de securitização.

Ao nível do Grupo Banif, um dos principais impactos resultantes da turbulência sofrida nos mercados financeiros adveio, desta forma, do risco de mercado inerente às exposições em produtos estruturados, reavaliados integralmente *marked-to-market* até à primeira metade de 2008, o que se reflectiu em fortes desvalorizações nesta classe de activos, com impacto negativo ao nível dos resultados e dos capitais próprios do Grupo.

### Os primeiros anos pós-crise

Em 2009, assistiu-se de forma global a uma forte recuperação do mercado dos produtos estruturados, nomeadamente no segmento dos CDOs. Não obstante os quatro primeiros meses adormecidos, estes produtos registaram elevados volumes de transacção no mercado secundário no conjunto do ano, com uma queda acentuada dos *spreads* a partir de Maio. As taxas de *default* nos CLOs que vinha a aumentar continuamente desde 2008 até aos primeiros meses de 2009, registaram posteriormente uma redução gradual. Reflectindo um impressionante rally durante o ano, especialmente a partir da segunda metade, a maior parte de activos resultantes de securitizações ofereceu em 2009 um retorno muito superior ao investimento em obrigações Investment Grade.

2010 foi também um ano de recuperação transversal às várias classes de activos de securitização, quer em termos absolutos como relativos, embora com ritmos díspares entre os vários tipos de produtos. Nos ABS americanos de financiamento ao consumo, os mercados voltaram quase para os níveis pré-crise em termos de *spreads* e novas emissões, os preços dos RMBS registaram uma forte apreciação, e os CMBS, CLOs e ABS Europeus ocuparam uma posição intermédia em termos de performance. De uma forma global, a política acomodatória e copiosa em termos de injeção de liquidez por parte dos bancos centrais contribuiu para retornos positivos nos activos de risco, mas com os activos de securitização (asset-backed securities ou ABS, em sentido lato) a registar uma performance superior em termos de retorno total, acima do crédito Investment Grade (IG) e mesmo High Yield (HY). A primeira metade pautou-se pela manutenção da tendência positiva iniciada em 2009, traduzida no estreitamento dos *spreads* dos produtos estruturados e correspondente aumento do preço. Esta melhoria de mercado foi também patente no crescimento da colocação de novas transacções em investidores terceiros, por parte de emitentes internacionais, com o montante emitido em Março de 2010 a atingir o valor mais alto desde Dezembro de 2007.

Na segunda metade de 2010, os *spreads* dos ABS permaneceram a níveis constantes e bastante estáveis, excepto no que diz respeito ao estreitamento dos *spreads* nos CMBS, em contraste com a volatilidade observada nas obrigações de empresas e os mercados de CDS. Contudo, esta estabilidade foi meramente reflexo da reduzida liquidez e da inactividade do mercado secundário. Já no final do ano, os *spreads* dos RMBS em alguns países periféricos da zona euro com maiores

desequilíbrios orçamentais permaneceram a níveis superiores aos atingidos após a falência da Lehman Brothers em Setembro de 2008. Com efeito, o mercado de securitização permaneceu em baixa em 2010, reflectido nos níveis reduzidos de volumes de emissão no mercado de ABS, que caiu para o nível mais baixo desde 2003.

### 2011 em análise

Pelo terceiro ano consecutivo desde a intensificação da turbulência financeira no Outono de 2008, os riscos permanecem elevados na zona euro, nomeadamente quanto ao risco de contágio das economias mais periféricas às mais desenvolvidas, tendo como foco, uma vez mais, a interligação entre os sectores financeiro e soberano. Em 2011, o mercado de produtos estruturados continuou uma tendência gradual recuperação desde a queda abrupta de 2008-2009, em sintonia com o desenvolvimento geral dos mercados, mas com acrescida volatilidade e pressões negativas conjunturais. O volume de novas emissões ficou algo aquém do ano anterior, mas com o número de transacções efectuadas a excederem as verificadas em 2010.

Os eventos macroeconómicos pesaram negativamente nos mercados de produtos de securitização em 2011, sendo que o ano foi marcado por uma maior volatilidade do que o inicialmente esperado. Globalmente, verificou-se uma tendência decrescente do preço destes activos, não obstante a existência de picos em alguns meses, nomeadamente entre Fevereiro e Abril, e que foram aproveitados para a venda maciça de activos desta natureza detidos em carteira no Grupo Banif, inserida na estratégia global de desalavancagem.

No que diz respeito ao mercado dos ABS, tanto a actividade primária como secundária continuaram em baixa em 2011, limitando, desta forma, a capacidade de os bancos se financiarem através da emissão destes instrumentos, com particular ênfase no que toca às instituições cujos *ratings* caíram para níveis abaixo de Investment Grade (ex. Grécia e Portugal). A emissão de ABS, que seriam retidos em carteira por parte dos bancos, na sua larga maioria com o objectivo de utilização como colateral nas operações de refinanciamento no Eurosistema reduziu significativamente, em grande parte, devido ao apertar dos critérios de elegibilidade pelo ECB. Exigências regulamentares ao nível dos bancos, com penalização ao nível da ponderação de risco de produtos estruturados, colocaram igualmente estes títulos sob pressão. O sector enfrenta potenciais impactos negativos de um regime regulamentar punitivo e algo incerto, designadamente a implementação da regra *Volker* e a legislação de Basel III relativa à retenção do risco e de requisitos de capital afectaram a liquidez, volatilidade e o valor relativo entre as várias classes de activos de securitização, especialmente evidente nos títulos com maior risco de crédito.

Os *spreads* dos RMBS continuaram a caracterizar-se por uma elevada diferenciação entre os vários países da zona Euro, com os países atingidos quer por recessões económicas severas ou afectados por bolhas no mercado imobiliário, a transaccionar a *spreads* elevados, enquanto outros países,

com uma situação económica mais benevolente, mostraram uma tendência de redução. Com efeito, o segmento residencial enfrentou uma fase de sobre-correcção, espelhando um aumento generalizado dos indicadores de delinquência em consequência da desaceleração económica (em alguns casos, recessão mesmo) e o aumento das taxas de desemprego, especialmente na Europa. A erosão da liquidez no mercado, aliada às estratégias generalizadas de desalavancagem por partes dos bancos, condicionou fortemente o comportamento destes mercados, salientando-se pela negativa as vendas forçadas de activos imobiliários com impacto ao nível dos CMBS. Em termos de doutrina, poderá considerar-se que os fundamentais do mercado de commercial real estate seguem a economia, na medida que o abrandamento e recessão económica reflectem-se negativamente nos valores dos arrendamentos e nas taxas de ocupação. Desta forma, as alterações negativas nas perspectivas macroeconómicas dos países da Zona Euro ao longo de 2011, reflectiram-se respectivamente no alargamento dos spreads dos CMBS. O ano foi ainda marcado várias reestruturações de CMBS, com os *servicers* a terem na sua agenda um conjunto alargado de créditos problemáticos para lidar, e tendo-se verificado um elevado recurso a extensões do prazo.

A manutenção dos *spreads* dos ABS a níveis reduzidos é uma condição necessária para a recuperação do mercado de titularização como uma fonte de *funding*, sendo importante realçar que os montantes mais elevados de novas emissões observaram-se nos mercados com *spreads* mais baixos, i.e. ABS colateralizados por financiamento automóvel e RMBS emitidos por bancos com *ratings* elevados.

### O primeiro semestre de 2012

A primeira metade deste ano foi marcada pela crise da dívida na Europa com o contágio à Espanha e Itália, que viram os *spreads* de crédito alargar consideravelmente, sendo que no primeiro caso, acabou por ser desenhado um plano específico de financiamento ao sector bancário.

Numa conjuntura de elevada aversão ao risco, na sequência da crise soberana na Europa e consequente alteração radical da percepção dos investidores quanto aos activos considerados sem risco, assistiu a um movimento de *flight-to-quality* que levou os *Treasuries* e os *Bunds*, enquanto activos refúgio, a renovarem mínimos históricos em termos de yields. Neste contexto, os produtos de securitização, em particular os *subprime* RMBS e *agency* MBS apresentaram um bom desempenho na primeira metade do ano. Este foi o resultado, por um lado, das baixas *yields* nos *Treasuries* que passaram para as taxas dos empréstimos hipotecários, o que proporcionou um estímulo para a economia americana e o mercado residencial. Por outro, a erosão das *yields* dos *Treasuries* e dos *Bunds* levou a um aumento da procura de activos com maior rendimento, havendo alguma escassez de alternativas, o que se repercutiu no aumento de preços dos ABS. Com efeitos, em algumas classes destes activos, os *spreads* atingiram níveis comparáveis aos de 2007.

No cômputo global, desde o eclodir da crise do *sub-prime*, a boa conjuntura nesta classe de activos nos últimos tempos possibilitou anular as perdas dos anos anteriores, sendo que, em 2010, houve uma reversão dos resultados potenciais na carteira de produtos estruturados do Grupo Banif, em particular das reservas, que passaram pela primeira vez para valores positivos desde a crise pós Lehman.

Já em 2011, inserida na estratégia geral de desalavancagem de balanço, o Grupo Banif procedeu a uma venda substantiva das posições de titularização detidas em carteira, com especial relevância na primeira metade do ano, o que se consubstanciou, em termos globais, na materialização das mais-valias potenciais em efectivas. Com efeito, em 2011 foram realizadas mais-valias de 1,4 milhões de euros (que compara com uma perda de 176 milhares de euros em 2010), destacando-se, pela positiva, o segmento dos CLOs que liderou os ganhos e, pela negativa, os CDOs com resultados negativos.

Com a carteira total reduzida a um valor nominal de apenas 8,5 milhões de euros, correspondente a apenas quatro títulos detidos em carteira, não se realizou qualquer venda durante o primeiro semestre de 2012. As menos valias potenciais agravaram-se significativamente neste período para 2,65 milhões de euros negativos, reflectindo o *event of default* num dos títulos (CMBS), com um montante *outstanding* de 1,7 milhões de euros. De referir que este título encontrava-se provisionado com dotações para imparidade correspondente a uma cobertura de 55%, pelo que a exposição líquida é inferior a 800 milhares de euros.

**11. Comparação de i) impactos entre períodos (relevantes) e de ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência.**

A comparação dos impactos entre períodos (relevantes) está apresentada no ponto 9 deste anexo. As rubricas de balanço e demonstração de resultados nas quais se reflectiram os referidos impactos estão desenvolvidas detalhadamente nas notas “8. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO”, “9. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS” e “10. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA” do Anexo.

**12. Decomposição dos “write-downs” entre montantes realizados e não realizados.**

Informação apresentada no ponto 9 deste anexo.

**13. Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das acções da entidade.**

Conforme já referido anteriormente neste anexo e ao longo do Relatório de Gestão, o período de turbulência nos mercados financeiros, iniciado em meados de 2007, traduziu-se numa crise generalizada dos mercados accionistas e obrigacionistas internacionais. Ao nível do sector financeiro, as preocupações com a qualidade e os riscos dos activos detidos pelas instituições, originou uma crise de liquidez que se traduziu num acréscimo dos *spreads* de crédito e,

consequentemente, num aumento dos custos de *funding*, colocando dúvidas relativamente à capacidade destas instituições em dar continuidade aos seus planos de crescimento da actividade e nos ROE evidenciados nos últimos anos.

Esta conjuntura de extrema aversão ao risco, de crise de liquidez e de incerteza relativamente à capacidade de crescimento e de rendibilidade futura, levou a uma quebra muito acentuada das cotações de mercado das acções das instituições financeiras. Esta situação, no que concerne às instituições financeiras nacionais, inverteu-se ligeiramente no segundo semestre de 2009, mas retomou a tendência negativa em Fevereiro de 2010, tendo-se agravado significativamente no mês de Abril, na sequência das reduções do *Rating* da República Portuguesa e do pedido de auxílio financeiro internacional.

A evolução da cotação das acções da Banif - SCPS, SA e dos eventos relevantes que afectaram o seu desempenho são apresentados no ponto "3.8. Descrição da evolução da cotação das acções do emitente" da parte "VII RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE".

**14. *Divulgação do risco de perda máxima e descrição de como a situação da instituição poderá ser afectada pelo prolongamento ou agravamento do período de turbulência ou pela recuperação do mercado.***

A 30 de Junho de 2012, a carteira de produtos estruturados do Grupo Banif, a qual se encontra sediada no Banif Banco de Investimento (BBI), em Portugal, ascendia apenas a 4,2 milhões de euros, medida em termos de valor de mercado, traduzindo numa redução de 38% face aos 6,8 milhões de euros do período homólogo, montante irrelevante em termos de activo líquido consolidado do Grupo Banif e dos capitais próprios. Em contrapartida, o valor nominal da carteira manteve-se estável nos 8,5 milhões de euros, após a venda maciça destes activos durante o primeiro semestre de 2011 – englobada na estratégia de desalavancagem do banco de investimento – e, por outro, as amortizações e reembolsos verificados nos títulos em alguns casos antecipadamente, revelador da boa qualidade creditícia dos mesmos, não tendo existido, desde a constituição carteira, nenhuma ocorrência de eventos de crédito, à excepção da ocorrida no primeiro semestre deste ano.

Em termos retrospectivos, face a um pico registado em Junho de 2007 em que exposição do Grupo a produtos estruturados tinha atingido cerca de 114 milhões de euros a valores nominais e de mercado, a trajectória dos últimos quatro anos foi de decréscimo a ritmo acelerado, tendo atingindo actualmente um valor residual inferior a 4,2 milhões de euros a valores de mercado. Assinala-se que no primeiro semestre de 2012, já não se encontrava viva a compra de protecção (Credit Default Swap) que anteriormente existia para cobertura de risco de crédito destes activos em carteira.



De referir que, tendo-se verificado que os produtos estruturados deixaram de ter um mercado activo, espelhado numa extrema falta de liquidez, e face às alterações à IAS 39 emitidas pelo IASB em Outubro de 2008 – “Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition” – o banco procedeu à reclassificação da larga maioria dos produtos estruturados detidos para a carteira LaR (Loans and Receivables), considerando o objectivo de mantê-los em carteira a prazo (foreseeable future) e a qualidade creditícia dos mesmos, usufruindo de um tratamento contabilístico idêntico a uma carteira de crédito.

Desta forma, houve uma alteração significativa em termos dos impactos desta carteira, na medida que o Grupo deixou de estar sujeito às variações de preço destes títulos, não sendo afectado em termos de risco de mercado, mas apenas em termos de risco de crédito, ou seja, na possibilidade de perdas devido a defaults dos títulos.

Não obstante o tratamento contabilístico, a alocação de capital à carteira de produtos estruturados do Grupo Banif tem sido realizada tendo por base os requisitos de capital prudenciais para cobertura de risco de crédito, específica para este tipo de activos, de acordo com as regras actuais de Basel II, o que constitui uma posição mais conservadora do que a alocação de capital tendo por base os requisitos de capital para cobertura do risco de mercado, e que se encontra em linha com as recomendações do FSF publicadas no relatório de Abril de 2008.

Em Junho de 2010, o Comité de Basileia anunciou alguns ajustamentos ao acordo de Basileia II, entre os quais, o tratamento das posições de securitização detidas na carteira de *trading* de forma similar ao das outras carteiras, ou seja, a adopção de uma tratamento uniforme de alocação de capital às posições de securitização. A introdução desta medida não teve qualquer impacto sobre a alocação de capital das posições detidas em carteira pelo Grupo Banif. Analogamente, as novas regras que incrementam os ponderadores de risco a aplicar às posições que se enquadrem na definição de re-securitizações, não tiveram qualquer impacto sobre o consumo de capital, dado que nenhum dos activos detidos em carteira se enquadra nesta definição.

**15. *Divulgação do impacto que a evolução dos “spreads” associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados, bem como dos métodos utilizados para determinar este impacto.***

A análise das categorias de instrumentos financeiros passivos reconhecidos ao justo valor nas demonstrações financeiras com referência a 30 de Junho de 2012 e respectivos métodos de valorização:

(Valores em Milhares de Euros)

Descrição	Técnicas de Avaliação			
	Valor de mercado ou cotação	Análise de mercado	Outras	Total
Passivos				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	46.658	58.880	105.538
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	54.968	-	54.968

Nos modelos de valorização internos dos instrumentos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados, as taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pela Bloomberg. Os prazos até um ano são referentes às taxas de mercado do mercado monetário interbancário, enquanto os prazos superiores a um ano são através das cotações dos swaps de taxa de juro. A curva de taxa de juro obtida é ainda ajustada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos são determinadas por métodos de interpolação. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

As alterações ao justo valor de "Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados" tiveram um impacto de -3.034 milhares de euros nos resultados do 1.º semestre de 2012.

#### IV. Níveis e tipos das exposições afectadas pelo período de turbulência

##### 16. *Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições "vivas".*

Detalhe do valor nominal (*outstanding*) e justo valor das posições "vivas" nos instrumentos acima identificados.

(valores em euros)

Tipo Produto	30-06-11		30-06-12	
	Valor Mercado	Valor Nominal	Valor Mercado	Valor Nominal
ABS	251.281	250.000	0	0
CDO	0	0	0	0
CLO	3.423.200	5.000.000	2.750.000	5.000.000
CMBS	1.738.528	1.731.341	34.421	1.721.051
RMBS	1.420.547	1.767.440	1.394.082	1.767.440
Grand Total	6.833.556	8.748.781	4.178.503	8.488.491

##### 17. *Informação sobre mitigantes do risco de crédito (e.g. através de credit default swaps) e o respectivo efeito nas exposições existentes.*

A 30 de Junho de 2012 não havia compra de protecção viva para os instrumentos em análise.

##### 18. *Divulgação detalhada sobre as exposições.*

A 30 de Junho de 2012, a exposição do Grupo a produtos estruturados sediada no BBI ascendia apenas a 4,2 milhões de euros a valores de mercado, repartidos por quatro títulos/ tranches, na

sequência da forte venda de títulos da carteira própria, inserida na estratégia de desalavancagem global de balanço por parte do banco. Os CLO representam 66% dessa exposição, os RMBS 33%, e os CMBS assumem um valor marginal, reflectindo a perda de valor na sequência do default ocorrido.

Em termos de senioridade das posições detidas, por regra, o Grupo investiu nas tranches mais seniores das operações. Da carteira inicial, o Grupo possuía apenas uma exposição correspondente a first loss position, com um valor de mercado de 1,4 milhões de euros, mas que foi entretanto vendida, pelo que, no final de 2011, todas as posições correspondiam às tranches mais seniores.

A forte venda de activos de securitização pelo Grupo na primeira metade de 2011, traduziu-se naturalmente na redução da exposição em risco, que é inferior a 4,2 milhões de euros a valores de mercado. Contudo, teve um efeito pernicioso em termos da distribuição da carteira actual em termos de *ratings*, na medida em que os activos que não foram vendidos apresentam *ratings* baixos e, por outro, com a redução da base, o peso relativo é maior. A assinalar que, apenas na primeira metade de 2011, foram vendidos 19 títulos, pelo que restam apenas quatro títulos/ tranches diferentes na carteira do Grupo. Desta forma, a evolução temporal da distribuição da carteira por *ratings*, em termos de pesos, não é comparável.

A 30 de Junho de 2012, dos quatro títulos/ tranches detidos em carteira, apenas dois eram *Investment Grade*, correspondendo a uma exposição de 1,4 milhões de euros a valores de mercado, ou um peso de 33%. Contudo, é de assinalar que, face ao final do ano anterior, apenas um dos títulos foi *downgraded* culminando no *default* (D), num período marcado por forte descidas de *ratings* nas várias classes de risco, entre as quais, se destaca a deterioração das notações dos soberanos, o que influenciou também os *ratings* das securitizações, em particular dos RMBS.

Todas as exposições foram adquiridas no mercado primário, à excepção das posições referentes às titularizações do Grupo Banif, como por exemplo a Azor Mortgage e Atlantes Mortgage, que são anuladas em termos de posição consolidada do Grupo Banif (é realizada a consolidação com as SPES/ veículos de titularização). Em termos de análise *vintage*, a carteira foi adquirida maioritariamente até 2005, não tendo existindo qualquer nova aquisição após 2007, ano do despoletar da crise do sub-prime (à excepção de activos de securitização do próprio Grupo). A assinalar que a tranche mais antiga, relativa a 2003, foi reembolsada em 2010.

Desta forma, na carteira actual, em termos de decomposição por ano de aquisição, a totalidade é respeitante ao período 2004-2005. A assinalar que foram vendidas durante o primeiro semestre todas as posições adquiridas em 2007, já no culminar da bolha verificada nestes mercados, pelo que neste momento a *vintage* mais recente é anterior (2005). Reflectindo as fortes vendas que tiveram lugar em 2011, a carteira de produtos estruturados apresenta um perfil de investimento de médio prazo, com a WAL média (weighted average life; vida média) nos 5 anos, a 30 de Junho de 2012.

## 18.1 – REPARTIÇÃO DA CARTEIRA POR TIPO / SECTOR

Tipo de Produto	Valor Mercado	
	Montante	Peso
CLO	2.750.000	65,8%
CMBS	34.421	0,8%
RMBS	1.394.082	33,4%
<b>TOTAL</b>	<b>4.178.503</b>	<b>100,0%</b>

*Valores em euros.*

## 18.2 - REPARTIÇÃO DA CARTEIRA A VALOR DE MERCADO POR RATING DE EMISSÃO

Ratings	CLO	CMBS	RMBS	TOTAL	Peso
A+			849.200	849.200	20,3%
BBB+			544.882	544.882	13,0%
<b>Investment Grade</b>			<b>1.394.082</b>	<b>1.394.082</b>	<b>33,4%</b>
BB	2.750.000			2.750.000	65,8%
D		34.421		34.421	0,8%
<b>Non Investment Grade</b>	<b>2.750.000</b>	<b>34.421</b>		<b>2.784.421</b>	<b>66,6%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.750.000</b>	<b>34.421</b>	<b>1.394.082</b>	<b>4.178.503</b>	<b>100,0%</b>

Valores em Euros. Ratings médios das emissões atribuídos pelas agências Moody's, S&amp;P e Fitch.

## 18.3 - REPARTIÇÃO DA CARTEIRA A VALOR DE MERCADO POR REGIÃO/ PAÍS DE ORIGEM

Região / País de Origem	CLO	CMBS	RMBS	TOTAL	Peso
Europa	2.750.000			2.750.000	65,8%
Holanda		34.421		34.421	0,8%
Reino Unido			1.394.082	1.394.082	33,4%
<b>TOTAL</b>	<b>2.750.000</b>	<b>34.421</b>	<b>1.394.082</b>	<b>4.178.503</b>	<b>100,0%</b>

Valores em Euros.

## 18.4 - REPARTIÇÃO DA CARTEIRA A VALOR DE MERCADO POR VINTAGE

Vintage	CLO	CMBS	RMBS	TOTAL	Peso
2004			1.394.082	1.394.082	33,4%
2005	2.750.000	34.421		2.784.421	66,6%
<b>TOTAL</b>	<b>2.750.000</b>	<b>34.421</b>	<b>1.394.082</b>	<b>4.178.503</b>	<b>100,0%</b>

Valores em Euros.

18.5 – WAL Média e Distribuição por *Buckets*

Buckets	INDT.	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 5 anos	>= 5 anos	TOTAL	WAL Média (anos)
CLO				2.750.000		2.750.000	4,0
CMBS	34.421					34.421	
RMBS					1.394.082	1.394.082	7,0
<b>TOTAL</b>	<b>34.421</b>			<b>2.750.000</b>	<b>1.394.082</b>	<b>4.178.503</b>	<b>5,0</b>
<i>Peso</i>	<i>0,8%</i>			<i>65,8%</i>	<i>33,4%</i>	<i>100,0%</i>	<i>--</i>

Valores em Euros. *Weighted Average Life* (WAL) das estruturas tendo por base informação disponibilizada nos *investors reports* e da Bloomberg.

**19. Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, “write-downs”, compras, etc.).**

Os movimentos ocorridos durante os períodos em referência foram os seguintes:

(valores em euros)

Tipo Produto	Tipo de Transacção	30-06-11	30-06-12
ABS	REEMBOLSO	2.000.000	0
	VENDA	6.425.500	0
CDO	VENDA	1.260.000	0
CLO	VENDA	14.778.100	0
CMBS	VENDA	8.073.000	0
RMBS	VENDA	6.763.750	0

**20. Explicações acerca das exposições (incluindo “veículos” e, neste caso, as respectivas actividades) que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas.**

Não se verificavam exposições nesta situação.

**21. Exposição a seguradoras de tipo “monoline” e qualidade dos activos segurados.**

Não aplicável.

**V. Políticas contabilísticas e métodos de valorização**

**22. Classificação das transacções e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos e o respectivo tratamento contabilístico.**

A política de classificação de instrumentos financeiros está descrita na nota “3.10 instrumentos financeiros” do Anexo.

**23. Consolidação das Special Purpose Entities (SPE) e de outros "veículos" e reconciliação destes com os produtos estruturados afectados pelo período de turbulência.**

Os SPE e outros "veículos" incluídos no perímetro de consolidação estão discriminados na nota "4. EMPRESAS DO GRUPO" do Anexo.

**24. Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros.**

- Instrumentos financeiros aos quais é aplicado o justo valor;
- Hierarquia do justo valor (decomposição de todas as exposições mensuradas ao justo valor na hierarquia do justo valor e decomposição entre disponibilidades e instrumentos derivados bem como divulgação acerca da migração entre níveis da hierarquia);
- Tratamento dos "day 1 profits" (incluindo informação quantitativa);
- Utilização da opção do justo valor (incluindo as condições para a sua utilização) e respectivos montantes (com adequada decomposição).

Os critérios de determinação do justo valor de instrumentos financeiros estão descritos na nota "3.10 instrumentos financeiros" do ponto "6 Anexo às Demonstrações Financeiras", da parte "IV DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS".

Os instrumentos financeiros reconhecidos ao justo valor nas demonstrações financeiras com referência a 30 de Junho de 2012 e respectivos métodos de valorização.

(Valores em Milhares de Euros)

Descrição	Técnicas de Avaliação			
	Valor de mercado ou cotação	Análise de mercado	Outras	Total
	Jun-12	Jun-12	Jun-12	Jun-12
<b>Activos</b>				
Activos financeiros detidos para negociação	86.258	39.090	85.684	211.032
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	22.650	30.218	84.988	137.856
Activos financeiros disponíveis para venda	556.415	25.378	63.499	645.292
<b>Passivos</b>				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	46.658	58.880	105.538
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	54.968	-	54.968

Os instrumentos de capital não cotados, reconhecido em Activos financeiros disponíveis para venda ao custo de aquisição, por não ser possível determinar valorizações fiáveis, encontram-se na coluna "outros".

Nos modelos de valorização internos dos instrumentos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados, as taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pela Bloomberg. Os prazos até um ano são referentes às taxas de mercado do mercado



monetário interbancário, enquanto os prazos superiores a um ano são através das cotações dos swaps de taxa de juro. A curva de taxa de juro obtida é ainda ajustada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos são determinadas por métodos de interpolação. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

**25. Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros.**

Informação incluída no ponto anterior.

**VI. Outros aspectos relevantes na divulgação**

**26. Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.**

As políticas, princípios e procedimentos de divulgação de informação financeira encontram-se descritos no ponto “3.16. Referência à existência de um Gabinete de Apoio ao Investidor ou a outro serviço similar” da parte “VII RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE” do “Relatório de Gestão e Contas de 2011” da Banif SGPS, SA.

**7. Declarações Obrigatórias**

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 246.º do Código dos Valores Mobiliários, cada um dos membros do Conselho de Administração, signatários do presente documento, infra identificados, declara, sob sua responsabilidade própria e individual, que, tanto quanto é do seu conhecimento, as demonstrações financeiras condensadas foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Banif SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, a indicação dos acontecimentos importantes ocorridos no período a que se refere e o impacto nas respectivas demonstrações financeiras e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas para os seis meses seguintes.

Nos termos do n.º 3 do artigo 8.º do Código dos Valores Mobiliários declara-se ainda que a presente informação semestral não foi sujeita a auditoria ou a revisão limitada.

Lisboa, 31 de Agosto de 2012

## **O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

### **Presidente**

Dr. Luís Filipe Marques Amado

### **Vice-Presidentes**

Dr.ª Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque dal Fabbro

Dr.ª Paula Cristina Moura Roque

### **Vogais**

Dr. Fernando José Inverno da Piedade

Dr. Jorge Humberto Correia Tomé

Eng. Diogo António Rodrigues da Silveira

Dr. Nuno José Roquette Teixeira

Dr. Manuel Carlos de Carvalho Fernandes

Dr. Vítor Manuel Farinha Nunes

Dr. João Paulo Pereira Marques de Almeida

Dr. José António Vinhas Mouquinho



## Índice de Abreviaturas Utilizadas

ACAP	Associação de Comercio Automóvel em Portugal
AIC	Auditoria Interna Corporativa
APB	Associação Portuguesa de Bancos
APFIPP	Associação Portuguesa de Fundos de Investimento
ASFAC	Associação de Sociedades Financeiras para Aquisição de Crédito
APS	Associação Portuguesa de Seguradores
Banif	Banif - Banco Internacional do Funchal, SA
Banif Açor Pensões	Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA
Banif BI (Brasil)	Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA
Banif (Brasil)	Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA
Banif (Malta)	Banif Bank (Malta) Plc
Banif (Cayman)	Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), SA
Banif Capital	Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, SA
BBi	Banif - Banco de Investimento, SA
BCA	Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA
BI	Banif Imobiliária, SA
Banif Investimentos	Banif Investimentos SCPS, SA
Banif Mais	Banif Mais - SCPS, SA
Banif Plus	Banif Plus Bank, Zrt.
Banif Rent	Banif Rent - Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA
BanifServ	BanifServ - Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE
BCB	Banco Central do Brasil
BCE	Banco Central Europeu
BCN	Banco Caboverdiano de Negócios




---

BCV	Banco de Cabo Verde
Bdp	Banco de Portugal
BFC	Banif Forfaiting Company, Ltd
BFS	Banif Financial Services, Inc.
BFUSA	Banif Finance (USA), Inc.
BIB	Banif International Bank, Ltd
BIH	Banif International Holdings, Ltd
BPP	Banco Privado Português
BRE	Banif Real Estate
CRI	Certificados de Recebíveis Imobiliários
CSA	Companhia de Seguros Açoreana, SA
CVE	Escudo Cabo-Verdiano
DC	Direcção de Compliance
DCI	Direcção de Comunicação e Imagem
DCRAA	Direcção Comercial da Região Autónoma dos Açores (Banif)
DCRAM	Direcção Comercial da Região Autónoma da Madeira (Banif)
DEO	Direcção do Executivo de Operações (Banif)
DEP	Direcção de Empresas e Banca Privada (Banif)
DF	Direcção Financeira (Banif)
DGR	Direcção de Gestão Global de Risco (Banif)
DI	Direcção Internacional (Banif)
DME	Direcção de Marketing Estratégico (Banif)
Dólares	Dólares norte-americanos (USD)
D00	Direcção de Organização e Qualidade (Banif)
DRA	Direcção da Rede de Agências (Banif)
DRC	Direcção de Recuperação de Crédito
FCP	Planos de Financiamento e Capital
FED	Reserva Federal Norte-americana (Federal Reserve)

---

FEI	Fundo Especial de Investimento
FICA	Fundo de Investimento para o Audiovisual
FMI	Fundo Monetário Internacional
Gamma	Gamma – Sociedade de Titularização de Crédito, S.A.
GAAP	Generally Accepted Accounting Principles
GCC	Cabinete de Controlo do Cumprimento (Banif)
GPBC	Cabinete de Prevenção do Branqueamento de Capitais (Banif)
GRII	Cabinete de Relações com Investidores e Institucionais (Banif)
Grupo	Banif – Grupo Financeiro
IDE	Investimento Estrangeiro Directo
ICCP	Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, IP
PAEF	Programa de Assistência Económica Financeira
RAA	Região Autónoma dos Açores
RAM	Região Autónoma da Madeira
REF	Real Estate Finance
Rentipar Seguros	Rentipar Seguros, SGPS, SA
UE	União Europeia



**Banif SGPS, SA**  
**Sociedade Aberta**  
**Sede Social: Rua de João Tavira, 30 – 9004-509 Funchal**  
**Capital Social: 570.000.000 Euros**  
**Número Único de Matrícula e Pessoa Colectiva 511 029 730**

